



"Memórias de Nossa Lutas":

Narrativas do Conjunto Palmeiras
em Fortaleza - Ceará (1974 a 2014)

"A gente vai se engajando, vai lutando, vai vendo como é feito, vai observando as lideranças, as cabeças, o que é falado, as reivindicações, as faixas, cartazes, tudo isso aí a gente... é uma aprendizagem!" (Wayne Araújo 2015)

CRISTIANO RODRIGUES RABELO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

**MEMÓRIAS DE NOSSAS LUTAS:
NARRATIVAS DO CONJUNTO
PALMEIRAS EM FORTALEZA,
CEARÁ (1974 A 2014)**

Cristiano Rodrigues Rabelo

Fortaleza - Ceará
2017



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Camilo Sobreira de Santana
Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Vice-Governadora

Antonio Idilvan de Lima Alencar
Secretário da Educação

Márcia Oliveira Cavalcante Campos
Secretária Adjunta da Educação

Rita de Cássia Tavares Colares
Secretária Executiva da Educação

Julianna da Silva Sampaio
Assessora de Comunicação - ASCOM

Rogers Vasconcelos Mendes
Coordenador da CODEA/Gestão Pedagógica

Iane Terceiro Nobre
Orientadora da Célula de Currículo e Formação

Elane Maria Feijó Borges
Orientadora da Célula de Desenvolvimento do Currículo e da Aprendizagem

Paulo Venício Braga de Paula
Orientador e Informações Educacionais

Coordenação

Centro de Documentação e Informações Educacionais/Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem - CODEA / Gestão Pedagógica

Conselho Editorial

Prof. Adriano Silva Lima
Dr. Antônio Roberto Barreto Melo
Profa. Cristina Márcia Maia de Oliveira
Prof. Daniel Vasconcelos Rocha
Profa. Maria Fabiana Skeff de Paula Miranda
Prof. Genivaldo Macário Castro
Profa. Gleissiane Ferreira
Prof. Hylô Leal Pereira
Prfa. Ideigiane Terceiro Nobre
Prof. Ilde Guedes da Silva
Prof. Jenilson Sousa Nogueira
Prof. José Evangelista de Carvalho Moreira
Prof. Rickardo Leo Ramos Gomes
Prof. Rosendo Amorim de Freitas
Prof. Pedro Jorge Caldas Magalhães
Profa. Paula de Carvalho Ferreira
Prof. Paulo Venício Braga de Paula
Prof. Jefrei Almeida Rocha
Profa. Sandra Ma Silva Leite Reis
Profa. Tereza Cristina de Freitas Oliveira
Profa. Antonia Varele Gama Silva

Edição

Centro de Documentação e Informações Educacionais/Gestão Pedagógica

Prof. Paulo Venício Braga de Paula

Revisão

Profa. Cristina Márcia Maia de Oliveira
Profa. Paula de Carvalho Ferreira

Projeto Gráfico
Gráfica Digital da SEDUC | ASCOM

Diagramação e Arte-Final
Gráfica Digital da SEDUC

Normalização Bibliográfica
Elizabete de Oliveira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R114m Rabelo, Cristiano Rodrigues.
"Memórias de Nossas Lutas": narrativas do Conjunto
Palmeiras, em Fortaleza, Ceará (1974 a 2014) / Cristiano
Rodrigues Rabelo. – Fortaleza: SEDUC, 2017.

230 p.

ISBN: 978-85-8171-167-6

1. Conjunto Palmeiras. 2. Memórias. 3. Narrativas.
4. Lutas Sociais. I. Título.

CDD305

www.seduc.ce.gov.br



www.facebook.com/EducaoCeara

PUBLICAÇÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E LITERÁRIAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO CEARÁ

Existem múltiplas formas de valorização da Educação, uma delas consiste em valorizar o professor. O reconhecimento da atividade do magistério pode manifestar-se por meio de várias funções e ações desenvolvidas pelo professor. Em 2008 foi criada uma ação governamental denominada Professor Aprendiz, cujo destaque tem sido a formação continua entre pares. O amadurecimento dessa ação, que aposta no protagonismo docente, gerou desdobramentos substanciais dentre os quais destaca-se a publicação de livros de professores da rede. Os trabalhos acadêmicos e literários selecionados para publicação passam por um processo de submissão.

A iniciativa da Secretaria da Educação do estado do Ceará (Seduc), em publicar livros produzidos pelos professores da rede estadual de ensino, está baseada na ação Professor Aprendiz, do Programa Aprender pra Valer, tendo como principais objetivos: a) Valorizar os professores por meio da publicação das suas produções acadêmicas e literárias; b) Estimular a produção científica e literária de professores; c) Promover uma rede de colaboração entre os professores ao tornar pública suas produções com seus pares.

As obras publicadas podem ser de natureza acadêmica (Tese de Doutorado ou Dissertação de Mestrado) ou Literária (Romance; Poema; Cordel; Novela; Crônica ou Conto). São produções de professores(as) da rede pública estadual de ensino do Ceará, na condição de autor(es) ou coautor(es) da(s) obra(s). O Conselho Editorial, ao selecionar as produções acadêmicas, considerou: clareza e precisão de conteúdo; relevância e atualidade do tema; originalidade; qualidade metodológica. Em relação às produções literárias, observou-se os seguintes aspectos: originalidade de conteúdo/ineditismo; repertório linguístico; fruição estética; coerência e consistência do texto; e, por último, potencial artístico. Os trabalhos publicados são originais, escritos, em língua portuguesa, em consonância com os Direitos Humanos.

Com essa iniciativa, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, mais uma vez, faz história. Ao publicar as produções de seus professores, a Seduc promove um círculo virtuoso de valorização do Magistério, cujos efeitos podem se manifestar no fortalecimento do protagonismo docente; no investimento da formação acadêmica e, principalmente, num processo de ensino e aprendizagem mais qualificado e comprometido.

Agradecimentos

Um trabalho desse porte é impossível não dizer que é feito à muitas mãos. Pessoas que foram responsáveis pelos incentivos, companheirismo e parcerias confirmadas e construídas durante o percurso. Por isso, meu muito obrigado;

à minha querida esposa, Priscila, que lidou com os dias de ausência e exaustão, sempre ao meu lado, apoiando as minhas decisões de encarar os difíceis percursos da vida acadêmica.

à minha família, e, em especial, a minha mãe, Neó, que também teve que lidar com as minhas ausências, mas que, por entender o valor que tem a educação para o ser humano, sempre me incentivou a seguir esse caminho.

à minha prima, Marizita, que sempre esteve presente em nossas vidas, torcendo, incentivando e vibrando com os bons caminhos trilhados.

aos queridos amigos Angélica, Mariana, Michele Maia, Carlos Henrique e Vicente por ajudarem, desde o início, com o projeto, incentivando e torcendo para que desse tudo certo.

aos queridos amigos professores da escola Aldaci Barbosa: Ana Michele, Anderson, Célia, Francisco, D'laias, Jackson, Jecsan, Iara, Ione, Luiza, Morgana, Nilza (minha corretora do inglês) e Vanderlei pelo apoio e momentos importantes de descontração.

aos meus queridos alunos que foram inspiração direta para a realização dessa pesquisa.

à gestão da EEFM Dra. Aldaci Barbosa pela compreensão da necessidade de uma maior flexibilidade durante o período. Sem esse apoio seria mais difícil, certamente.

à minha turma de mestrado pela compreensão de coletividade, essencial no enfrentamento das adversidades.

aos amigos Alisson, Bruna, João Marcos, Luiz, Manu, Stênio e Verinha que conheci ao longo desse percurso e que recorri nos momentos de angústia e celebrei as alegrias.

à grande amizade de Carol, surgida durante o mestrado, que se mostrou essencial para a consolidação de uma parceria para a vida.

aos membros do grupo de estudos da Universidade Federal do Ceará, História e Documento, com quem aprendi muito durante esse período.

ao professor Dr. Jailson Pereira da Silva pela sensibilidade com que trata a História, essencial para o amadurecimento do meu olhar sobre esse campo tão complexo e lindo e por todas as horas que recorri pedindo sua ajuda no que toca a esse trabalho e outros.

aos docentes do Mahis, em especial aos professores Doutores Francisco José Gomes Damasceno e Gisafran Nazareno Mota Jucá pelas excelentes contribuições.

ao meu orientador, Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz, pelas importantes indicações que ajudaram a dar vida a esse trabalho.

ao povo cearense, a quem devo parte do financiamento desse curso. É para ele que retornarei com o que aprendi e desenvolvi durante esse tempo.

a todos os moradores do Conjunto Palmeiras, a grande inspiração desse trabalho. A vocês, devo a oportunidade de compreender que só a luta transforma.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. DA CIDADE QUE AFASTA À NARRATIVA QUE UNE: O CONJUNTO PALMEIRAS ENTRE A POLÍTICA DE HABITAÇÃO E A MEMÓRIA SISTEMATIZADA.	15
2.1. Política habitacional: remoções, desfavelamento e a criação do Conjunto Palmeiras em Fortaleza	16
2.1.1. Políticas remocionistas e o Banco Nacional de Habitação	16
2.1.2. A expansão urbana de Fortaleza nas décadas de 1960 e 1970	22
2.1.3. O Programa de desfavelamento em Fortaleza	23
2.2. Sistematizar memórias, erigir um bairro: As primeiras narrativas na formação do Conjunto Palmeiras	38
2.2.1. Um modelo pedagógico: coletividade e unidade	43
2.2.2. Conquistas negociadas: o modelo de gerenciamento nas lutas populares	65

3. UMA MEMÓRIA PARA O CONJUNTO PALMEIRAS	79
3.1. Uma experiência pioneira: o banco palmas	81
3.1.1. Um modelo de Banco Comunitário	82
3.1.2. A Economia Solidária	86
3.1.3. ASMOCONP e Banco Palmas	90
3.1.4. O Banco e a defesa do bairro	94
3.2. Escrita de si e a produção do Conjunto Palmeiras na narrativa de Joaquim	97
3.2.1. A chegada em Fortaleza e no Conjunto Palmeiras	102
3.2.2. Joaquim entre a memória coletiva e pessoal	108
3.3. O antes e o depois do Banco Palmas: Da urbanização da favela à Identidade de banqueiro	120
3.3.1. “Peripécias no canteiro de obra” e a favela urbanizada	127
3.3.2. Joaquim torna-se banqueiro	135
4. QUANDO A COMUNIDADE NARRA: OLHARES, SILÊNCIOS E TEMPORALIDADE NA FORMAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS	144
4.1. O Padre e a Comunidade	145
4.2. Outras memórias?	174
4.3. Um (não) tempo de lutas	192
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
6. REFERÊNCIAS	218

1 INTRODUÇÃO

“Professor, eu já participei de movimento social” (Informação verbal)¹. A afirmação da estudante do 3º ano do Ensino Médio na aula em que se discutia As Revoltas Urbanas na Primeira República, no ano de 2013, na EEFM Dra. Aldaci Barbosa, no Conjunto Palmeiras, foi um dos primeiros contatos que tivemos com narrativas que envolviam o bairro onde atuamos como docente na área de Ciências Humanas: História. Ao querer saber mais sobre que tipo de movimento social do qual havia participado, ela nos revelou que esteve presente na luta reivindicatória por água encanada. Quando lhe solicitamos que contasse sobre essa memória, compreendemos que a relação que estabelecia entre a concepção de reivindicação e de luta social discutidas naquele dia era o de proximidade. Ela compreendia a importância, porque vivenciou o movimento popular como o meio para garantia de direitos. Essa lembrança passou a ser mais um recurso em nossas aulas para explicar sobre o conteúdo em outras turmas. Nelas, era perceptível, entre alguns estudantes, o conhecimento sobre o episódio narrado. Um, em específico², informou-nos que tinha um material em casa sobre esses episódios ocorridos no bairro. Tempo depois, trouxe-nos dois cordéis em que estavam presentes os episódios descritos por nossa primeira estudante.

Aos poucos, a nossa inserção na escola tornou-se cada vez mais consolidada³ e buscamos mais informações sobre o significado dessas memórias que foram sendo, a nós contadas, pelos estudantes. Foi na instituição escolar que passamos a deparar-nos com essas narrativas que nos foram contadas também em diálogos com os professores e funcionários da gestão que há tempos trabalhavam na escola e ou eram moradores do bairro. A dificuldade em se chegar à escola foi algo premente em suas falas, pois

1. Dona Maria de Fátima era uma de nossas estudantes adulta do turno da tarde.

2. Felipe Fernandes estudava na sala ao lado de Dona Maria de Fátima.

3. Começamos a trabalhar na educação pública estadual no ano de 2012.

destacavam a precariedade da região. O nome da instituição também foi algo que apareceu de forma contundente. Aldaci Barbosa, segundo seus relatos, foi uma assistente social que ajudou a trazer os primeiros moradores para o Conjunto Palmeiras (Informação verbal)⁴. Logo, essas narrativas passaram a compor o nosso interesse em entender a formação do bairro, compreendendo, sobretudo, que o que ouvíamos tinha uma importância significativa quando comparadas aos dias atuais. Aquelas experiências diziam muito sobre como membros de uma sociedade foram capazes de transformar o ambiente em que viveram embora fossem paralisantes as dificuldades.

A nossa inserção no bairro, é preciso confessar, não foi algo que aconteceu sem ter antes um receio de trabalhar no local. “Só tem vaga no Conjunto Palmeiras, mas a escola é excelente”, frase que ouvimos na hora da lotação na Secretaria de Educação do Ceará. Sempre vivemos em Fortaleza e morávamos relativamente perto do bairro, porém, a imagem sobre o local não era algo que chegava a nós de forma tranquila. “É perigoso, cuidado!”. Para quem vive em Fortaleza, e especialmente nas proximidades do Conjunto Palmeiras era recorrente ouvir isso. Contudo, apesar de sermos criados sob essa lógica, havia sim um tom de exagero que permeava essa imagem, não como algo inexistente, mas como generalizante. Claro que ao chegar à escola e pisar pela primeira vez no bairro, aquelas imagens logo foram minimizadas. Não era bem aquilo que pintavam. Os problemas existiam, mas havia muito mais. Entrar em contato com o Conjunto Palmeiras⁵, imergir em suas memórias, foi também uma relação de descobrimento entre pesquisador e objeto. Não podemos negar, ele veio até nós e imbuíu-nos de incentivo a pensá-lo. Algo avassalador! Questões e mais questões foram aparecendo: quem eram esses sujeitos que foram trazidos por essa assistente social? Por que uma assistente social preocupar-se-ia com essas pessoas? O que há além? Que dificuldades foram essas relatadas? Que impacto as reivindicações citadas por Dona Maria de Fátima provocaram? E esses cordéis citados por nosso estudante, quais documentos ainda podemos nos deparar?

Não há dúvidas de que esse trabalho tem na sua condução a grande influencia do lugar social onde passamos a estar inseridos. Desse modo, não há como fugirmos da compreensão de que o nosso trabalho como historiador está circunscrito em uma realidade que está[...] “em função desse lugar que

4. Podemos citar as professoras Célia, Juliana, Neuzimar e os professores Francisco, Jackson e Vanderlei e a secretária Dona Eliane.
5. Sempre vivemos em Messejana, bairro vizinho, mas nunca, em mais de 25 anos, havíamos ido ao Conjunto Palmeiras.

se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”[...] (CERTEAU, 2011, p. 47). Por isso, buscamos os caminhos que foram sendo constituídos a partir de nossas reflexões e dos documentos produzidos e organizados na produção desse fazer histórico. Faz-se necessários desnaturalizá-lo, entendê-lo como um produto que compõe intenções que são das sociedades que os produzem, pois

Tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-lo como peças que preenchem lacunas de um conjunto proposta a priori. (CERTEAU, 2011, p. 69)

O gesto de seleção que lembra Certeau (2011) foi iniciado por nós a partir do momento em que passamos a querer compreender em que bases as afirmações feitas pelos estudantes e colegas de trabalho estavam fincadas. Os questionamentos iniciais fizeram-se necessários para que fôssemos à procura daquilo que pudesse iluminar os caminhos que deveríamos seguir. Logo, as referências a uma cidade que mudava durante a década de setenta abriu-se ao nosso olhar, à medida que folheamos alguns periódicos da época. Notícias sobre a necessidade de expansão e obras de asfaltamento da cidade logo se somaram a um outro conjunto de documentos que expressavam a relação entre as duas narrativas, era o projeto que tratava da remoção de favelas na capital, para dar vazão à cidade que se transformava. Por meio da Fundação de Serviço Social de Fortaleza, sob a orientação de sua superintendente, Dra. Aldaci Barbosa, vimos aparecer as primeiras ligações entre as narrativas iniciais com as quais nos deparamos na instituição e seus primeiros significados. A assistente social foi responsável por conduzir os trabalhos de remoção e, sob sua administração, o Conjunto Palmeiras foi criado como um conjunto habitacional para o abrigo de favelados, assim denominados na imprensa e pela gestão do programa.

Contudo, essa documentação, para além de responder às questões, fez- nos perceber que outras perguntas eram necessárias, pois era uma

documentação com um caráter muito específico, em que a voz dos moradores do Conjunto Palmeiras quase não aparecia. Com isso, a inserção e a busca por essas vozes e essas narrativas tornara-se cada vez mais importantes para entender como esses sujeitos lidaram com a realidade que lhe foi imposta. Foi a partir daí que começamos a ter acesso a outras documentações que dialogavam diretamente com a forma como os moradores do bairro recordavam sua vida ao longo desses anos. A memória, nesse sentido, passou a ser o objeto investigado, à medida que nos proporcionou não apenas o olhar desses moradores, em virtude das condições que passaram a viver no bairro, mas, sobretudo, a percepção de sua capacidade em mobilizá-la compondo o ambiente em que viviam.

Destacamos, ao longo desse trabalho, uma variedade de memórias que nos instigou a pensar sobre como foi expressa e qual o sentido desejado ao fazê-lo. Com isso, passamos a compreender o seu caráter narrativo, isto é “o de ordenar e ligar imagens” e ser “uma espécie de contentor natural da memória, uma maneira de sequenciar um conjunto de imagens, através de conexões lógicas e semânticas, numa forma de si fácil de reter na memória” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 69). Além do caráter narrativo, deve ser destacado, o caráter social, pois “uma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiro articulada. A memória social é portanto uma memória articulada” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 65-66). É a partir da capacidade de articulação dessa memória em sua lógica narrativa que organizamos a análise da constituição do bairro nesse trabalho.

Diante disso, nossa questão central buscou compreender como essas narrativas são expressão e instrumento para a criação do Conjunto Palmeiras, ou seja, elementos constituintes do bairro, mas que também ajudam a entender em que bases tais narrativas foram gestadas, evidenciando intenções, desejos e sentimentos em relação às perspectivas de seus moradores. Para analisar a articulação dessas memórias narradas, dividimos o trabalho em três capítulos que procuram dialogar com reflexões que julgamos essenciais para o entendimento desse objeto. Os capítulos foram organizados de acordo com a forma como essas narrativas eram produzidas, sem perder de vista que, na maioria dos casos, elas acompanham o próprio desenvolvimento do bairro, pois podem ser entendidas como parte integrante desse processo à medida que são criaturas e criadoras do Conjunto Palmeiras que emergiu nesses anos.

No primeiro capítulo, “Da cidade que afasta à narrativa que une”, procurou-se, primeiramente, discutir a relação entre a política remocionista, da segunda metade do século XX no Brasil, o crescimento urbano de Fortaleza e o programa de desfavelamento da capital que deu origem à criação do Conjunto Palmeiras. O que está implicado nessa seção é a discussão em torno de que cidade pretendia-se no momento e sobre o que fazer com as pessoas que eram consideradas indesejadas para uma *urbes* moderna. O apoio governamental, com financiamento federal, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) e de outros órgãos, a defesa de uma imprensa desejosa por querer ver uma cidade limpa, ou sem habitações inapropriadas para cidade pressionavam e corroboravam às ações da prefeitura para se resolver o que consideravam um problema. O Conjunto Palmeiras é resultado desse processo. Legados a viverem em condições de baixíssima qualidade, sem estrutura urbana nenhuma, os moradores passaram a reivindicar os serviços básicos à manutenção de sua sobrevivência.

Foram essas lutas sociais que impulsionaram, a partir da década de 1990, a criação de cartilhas que procuram sistematizar as memórias desses primeiros momentos. São duas sínteses que compõem a série “Memórias de Nossas Lutas”. A primeira, lançada em 1991, procura dar conta das duas primeiras décadas do Conjunto Palmeiras (1974-1989) e pode ser entendida como uma primeira tentativa de sistematização das condições que foram submetidos e das primeiras lutas. Um contraponto, a partir das memórias dos moradores sobre como foram viver no local. Por outro lado, ela também pode ser analisada como uma expressão coletiva, que denota os anseios e as perspectivas do futuro do Conjunto Palmeiras. A segunda retrata o processo de construção e criação da obra de um canal de drenagem no bairro (1991-1995). Publicada em 1997, vê-se um bairro que já havia passado por algumas transformações quanto às concepções que orientaram o movimento popular anos antes. As duas sínteses, no entanto, podem ser vistas como um condensador de memórias individuais que, ao estar sob um tempo narrado (RICOEUR, 1994), criou sentidos coletivos para a formação do bairro.

O ano de 1998 é considerado um marco de suma importância na relação que os moradores do Conjunto Palmeiras estabeleceram com o seu passado. É o ano da criação do primeiro banco comunitário do Brasil, chamado de Banco Palmas, cujo objetivo era fortalecer a produção e o consumo dentro do bairro. O Banco Palmas tornou-se referência no que diz

respeito a projetos que pudessem potencializar a renda em regiões carentes no Brasil. Em 2003, foi criado o Instituto Palmas que ficou responsável pela implantação de outros bancos comunitários no Brasil e no exterior. Sua criação e expansão serão assuntos do segundo capítulo, “Uma Memória do Conjunto Palmeiras”, que discute como, a partir do fortalecimento dessa instituição, em abrangência nacional e internacional, uma narrativa sobre o bairro foi orientada, tendo como foco, o modo como uma periferia pobre do Nordeste foi capaz de criar um banco. Destacamos, com isso, como principal interlocutor dessa narrativa, João Joaquim de Melo Neto Segundo, um dos criadores e atual diretor da instituição. Por meio de palestras para apresentação da instituição financeira, de entrevistas e do lançamento da sua autobiografia, o livro “Viva Favela”, ele pode ser inserido como um sujeito que tem a preocupação de ser o responsável pela preservação da história do bairro. Expressa claramente isso em suas narrativas, denotando o caráter de responsabilidade sobre ela, ao mesmo tempo que a conduz com a intenção de falar por todos para todos, numa clara intenção de verdade. Como se preocupa Hartog (2013), não como algo a ser desnaturalizado, decomposto à análise, mas como contendor de algo incontestável, na medida que foi testemunha ocular do passado. Desse modo, a partir da análise da sua inserção no bairro, procuramos compreender como ele foi se tornando esse narrador autorizado a falar sobre a vida dele, dos outros e do bairro medida à que considera fundamental o conhecimento do passado para entender onde e como chegaram até ali.

Por outro lado, à medida que o Banco tornou-se uma referência, sua narrativa também contém o aspecto de querer falar por todos quando nem todos concordam ou partilham dos caminhos que a instituição tomou ao longo dos anos 2000. Essas vozes, que também vão dar sentido ao Conjunto Palmeiras a partir das suas experiências individuais, foram analisadas tendo como foco a utilização da metodologia da História Oral, em que suas narrativas são, antes de tudo, vistas como encontros entre sujeitos, ambientes que servem ao não esquecimento do passado. Os narradores provocados nesse trabalho de interação entre entrevistador e entrevistado, como nos indica Alberti (2004) quando pensa o que se extrai da História Oral, são sujeitos representativos das lutas passadas, mas que ainda desenvolvem algum tipo de ação dentro do bairro. Portanto, suas narrativas são poderosas buscas de sentido sobre a formação do Conjunto Palmeiras, pois eles são sujeitos reconhecidos internamente a falar sobre esse passado.

Desse modo, o capítulo intitulado “Quando a comunidade narra: olhares, silêncios e temporalidade na formação do Conjunto Palmeiras” tem o objetivo de analisar o modo como esses sujeitos interpretam o seu passado e, assim, constitui versões a partir da mobilização de suas memórias. É nesse termo, de como eles mobilizam, que discutiremos a relação que estabelecem com o bairro, entre eles mesmos, as ações que foram silenciadas na medida em que a narrativa orientada pela criação do Banco foi aparecendo e, sobretudo, uma visão comum nessas pessoas, a concepção de que houve um tempo ideal de lutas, cuja lembrança é trazida para iluminar os caminhos que a luta popular no bairro tomou, na forma de denúncia e ao mesmo tempo de esperança, como um modelo correto e eficiente que deveria ser retomado.

Estudar o Conjunto Palmeiras é lidar com a forma como esse bairro foi se constituindo enquanto um ambiente possível de se viver e entrar em contato com uma série de experiências que são, antes de tudo, motivadoras. Como ensina Hobsbawn (2007, p. 9) se o trabalho do historiador[...] “é relembrar o que outros esqueceram, ou querem esquecer”, acreditamos que o estudo sobre a forma como esses moradores mobilizaram suas memórias e criaram narrativas com o objetivo de compor o bairro em que vivem é uma forma de levar à sociedade o modo como devemos combater as injustiças cometidas às populações, sobretudo, as mais vulneráveis, que sofrem pelo esquecimento e o descaso dos governos com a falta de políticas públicas ou simplesmente a existência de políticas incoerentes com as reais necessidades dessas pessoas. Contudo, apesar de vivermos, no Brasil, um momento de dificuldade em relação à perda de direitos constituídos devido ao golpe em 2016, também podemos ver um ambiente de retorno à união para resistir a ele. Durante toda a pesquisa, sobretudo, a partir do golpe de 2016, foi comum encontrarmos-nos com esses narradores, moradores do Conjunto Palmeiras, nas ruas, na escola ocupada, na luta por uma sociedade melhor

2 DA CIDADE QUE AFASTA À NARRATIVA QUE UNE: O CONJUNTO PALMEIRAS ENTRE A POLÍTICA DE HABITAÇÃO E A MEMÓRIA SISTEMATIZADA.

A violência sistematizada e exaltada pela mídia no tocante às periferias é um fator importante na condução e na criação de estereótipos que alimentam o preconceito contra quem vive nessas regiões. No Conjunto Palmeiras, periferia da cidade de Fortaleza, não é diferente. Frequentemente, em matérias de jornais, o foco principal é a violência, muitas vezes não abrindo espaço para outras iniciativas que ajudam a dar vida ao local e que podem ser consideradas como ações de resistência a tudo isso que é veiculado. Boa parte dessa imagem dá-se pela precariedade em que moradores da periferia, aqui nos deteremos aos do Conjunto Palmeiras, vivem em seu dia a dia. A convivência com a pobreza e com as dificuldades impostas por ela é, de fato, um elemento complicador nas relações que se estabelecem entre as oportunidades oferecidas aos sujeitos periféricos em relação às pessoas que desfrutam de recursos para obter caminhos mais fáceis na conquista de uma vida melhor. No entanto, pensar sobre isso é compreender que a dificuldade colocada por essas condições ocorre devido a vários fatores e entre eles, sem dúvida, está o de as cidades transformarem-se em locais inóspitos para uma população de baixa renda, a medida que é taxada de problema a ser resolvido. No caso do Conjunto Palmeiras, em um ambiente em que predominaram as políticas de expansão e modernização das cidades, as pessoas indesejadas eram aquelas que viviam espalhadas pela urbes, em ambientes que deveriam servir ao projeto expansionista. Muitas delas, sertanejos fugidos da seca. Legar a essas pessoas outros espaços, longe das novas estruturas criadas, foi a causa de criação do conjunto. Porém ao mesmo tempo que se modernizou a cidade para alguns, para os habitantes do novo conjunto habitacional foram impostas condições completamente diferentes, um verdadeiro apartheid social.

Nesse sentido, observa-se que o ambiente urbano não é feito somente por aqueles que projetam uma cidade ideal, sob o ponto de vista dominante. A cidade é fruto de várias relações que se estabelecem em seu espaço. Nela há muita resistência. É nesse ambiente de resistência que vimos surgir as reivindicações no Conjunto Palmeiras que passaram a legar conquistas importantes. Conquistas que passaram a ser narradas para contar sobre quem são e como fizeram para criar o Conjunto Palmeiras. Dessa forma, o capítulo busca discutir essas relações que foram estabelecidas com a criação do Conjunto Palmeiras, desde as políticas remocionistas, responsáveis por criar em um ambiente nacional um modelo de cidade que deveria afastar os pobres de regiões importantes para o planejamento urbano, passando pelo plano de desfavelamento desenvolvido em Fortaleza, até a maneira como esses moradores, devido as essas motivações, passaram a narrar a imagem que desejavam comunicar sobre si, criando com isso as primeiras sínteses sobre como entendiam as lutas sociais, para garantir saudáveis condições de vida no bairro em que viviam.

2.1 POLÍTICA HABITACIONAL: REMOÇÕES, DESFAVELAMENTO E A CRIAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS EM FORTALEZA

2.1.1 Políticas remocionistas e o Banco Nacional de Habitação

Pensar as políticas de remoção no Brasil é discutir sua direta relação com o crescimento das cidades a partir do século XIX. Para Brescianni (2002) a intervenção do poder público era o de dotar esses ambientes urbanos de medidas preventivas que dialogassem com a ideia de uma cidade sã, com técnicas higiênicas e sanitárias viabilizadas por meio da engenharia para a realização de um disciplinamento urbano. A cidade ideal foi construída sob a concepção de que há um perigo potencial, caracterizado pelo pobre: “uma ameaça à sua própria saúde e à dos outros habitantes da cidade: seus corpos sujos e fracos seriam vítimas fáceis das doenças” (BRESCIANI, 2002, p. 27).

Challoub (1996) reforça tal concepção a partir da sua análise sobre a cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. Havia dois problemas a serem enfrentados nesse período: as doenças epidêmicas (cita o vômito preto, febre amarela) que assolavam a cidade e a sua relação com os

aglomerados urbanos na concepção do poder público. Para ele, a intervenção aconteceu porque foi necessário o afastamento dessa população do centro da cidade, pois era duplamente perigosa na medida em que propagava a doença e desafiava as políticas de controle urbano. O autor ressalta que essa política sanitária não ocorreu apenas para tornar a cidade livre das doenças, mas, também, para afastar uma população indesejada, notadamente negra, mais vulnerável às epidemias, como afirma:

Tratava-se em combater as doenças hostis à população branca e esperar que a miscigenação [...] e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando a herança africana da sociedade brasileira (CHALLOUB, 1996, p. 09).

O exemplo de intervenção sob essa lógica é a demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, gerando, segundo o autor elogios da imprensa da época à ação do prefeito Barata Ribeiro que “ao varrer do mapa aquela ‘sujeira’, ele havia prestado à cidade ‘serviços inolvidáveis’ (CHALLOUB, 1996, p. 17). Desse modo, as relações entre as medidas técnico-científicas e as intervenções na cidade buscaram disciplinar os espaços com o objetivo de determinar lugares destinados a essa população, na maioria das vezes, longe dos serviços essenciais.

Com o crescimento urbano-industrial no Brasil, potencializado a partir da década de 1930, viu-se que a adequação de uma população indesejada para certos espaços passou a ser uma constante no tratamento dado pelo Estado. A criação de bairros operários para acomodar essa população, a fim de discipliná-la em relação à cidade que se desejava e a um tempo de trabalho⁶ é um exemplo dessa relação que se estabelece ainda no início do século. Na segunda metade do século XX, a relação entre crescimento urbano, modernização e aumento populacional entrou em conflito à medida que os espaços da cidade foram sendo dotados de maior valor, financeiro pela especulação imobiliária. Vazios urbanos ou áreas com potencial comercial tornaram-se mais um motivador da readequação da população que não atendia aos interesses dos grupos promotores dessa forma de pensar o urbano. O resultado disso foi que a partir da década de 1960, em várias cidades brasileiras, houve políticas remocionistas com a finalidade de acabar com moradias consideradas inadequadas aos objetivos acima citados.

6. Rago (1985) possibilita-nos uma compreensão de que as vilas operárias eram muito mais do que uma forma de resolver um problema de saúde pública no início do século: era a inserção de um estilo de vida burguês que se desejava impor aos trabalhadores cujo objetivo era o perseguir em todos os espaços, da fábrica ao seu lar. Para a historiadora, as vilas não separavam a vida e o trabalho dos operários, instaurando um novo campo de vigilância e segregação dentro da cidade, pois tais espaços criados eram periféricos e distantes, limitando o ir e vir desses trabalhadores.

Na década de 1960, a política de segregação espacial das cidades promovida pelos governos Federal e da Guanabara tomou proporções inéditas, com a remoção de favelados das áreas centrais da cidade, particularmente na valorizada Zona Sul, e a conseqüente transferência desses terrenos vazios na periferia, a algumas dezenas de quilômetros do centro da cidade e de seus antigos empregos. Esse período pode ser caracterizado com a “era das remoções”, quando foi implementada uma política habitacional sistemática de erradicação das favelas. (BRUM, 2012, p. 358)

No Rio de Janeiro, pode-se afirmar que as remoções ocorreram a partir da administração de Carlos Lacerda, como nos conta Amoroso e Gonçalves (2014). Diz-nos que ela tendeu a ser federalizada após a entrada dos militares no poder em 1964, tornando cada vez mais real a segregação espacial que resultava nas ações do Estado quanto à questão da moradia. Nesse sentido, percebe que o resultado dessas ações provocou um verdadeiro espaço segregado na cidade à medida que houve uma valorização em localidades da zona sul carioca, nos bairros do Leblon e da Lagoa.

Nos governos seguintes, a política remocionista continuou, adentrando a década de 1970, com apoio cada vez maior de recursos federais, advindos do BNH, que proporcionou um maior aporte de recursos, principalmente, depois que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) passou a ser usado como fonte para a política de habitação no período. Os autores ainda falam que, mesmo no governo em que havia uma oposição ao regime militar, as remoções aconteceram das um ritmo cada vez mais acelerado.

No entanto, as chuvas dos verões de 1966/1967 recolocaram as remoções na ordem do dia, justificando a retomada das políticas de erradicação de favelas. Desse modo, foi criado, em 1968, a Chisam (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), autarquia do governo federal responsável pelo programa de remoções na Guanabara e Grande Rio. Como a Chisam dispunha de um grande número de terrenos de propriedade da União no Rio de Janeiro, ela pôde relançar o projeto de erradicação das favelas. O estado da Guanabara, por sua vez, iria apoiar os esforços, através da Secretaria dos Serviços Sociais, encarregada de elaborar os estudos socioeconômicos prévios às operações de remoção, da Cohab-GB, encarregada não apenas de construir os conjuntos habitacionais, mas também de comercializar os novos apartamentos aos favelados [...]. Foi, paradoxalmente, durante a administração do opositor ao regime, Negrão de Lima, que mais se removeu na cidade, tendo como foco principal as favelas localizadas na Zona Sul da cidade (AMOROSO; GONÇALVES, 2014, p. 213)

Eles analisam que a remoção de pessoas no Rio de Janeiro continuou no governo seguinte, Chagas de Freitas, mas foi interrompida no ano de 1974, deixando um saldo de removidos relativamente alto, cerca de 139.218 pessoas, entre 1962 e 1974, ao mesmo tempo em que alimentou a especulação imobiliária em vários pontos da cidade, visto que a erradicação de favelas aconteceu em locais de grande interesse imobiliário na capital carioca. Por isso, pode-se perceber que o pensamento sobre que tipo de cidade deveria ser construída extrapolou as preferências políticas de um governo ou outro para dar lugar a um modelo de pensamento sobre o que deveria ser uma cidade ideal no período, como afirmou Bersciani (2002) quando retratou as motivações das remoções no século XIX.

A diferença é que o higienismo social desse momento teve mais um motivador: um forte apelo econômico. Ergueu-se sob a lógica de retirar pessoas indesejadas de locais que deveriam servir à valorização de empreendimentos a serem construídos no espaço ocupado por essa população. Em São Paulo, o exemplo da favela do Vergueiro é salutar para destacarmos como havia o desejo de uma periferização das cidades, empurrando os mais pobres a viverem distantes dos seus empregos e dos principais postos de trabalho.

Lara (2012) que estudou as remoções em São Paulo, especificamente as que tiveram impacto sobre a favela do Vergueiro, que se localizava na área central da capital, afirma que não havia mais espaço para a localização de residências que não se adequavam em um local em que o preço da terra disparava, incentivado pela construção de prédios e pela linha um do metrô. Isso é, a remoção aconteceu de acordo com “[...] a expansão da metrópole paulistana: por meio do aumento do preço da terra e expulsão da população pobre para as periferias” (LARA, 2012, p. 281)

A autora argumenta que a política de desfavelamento ocorreu em dois movimentos. O primeiro iniciado em 1962, resultado de uma ação judicial que precisou ser adiada algumas vezes pela impossibilidade de se realocar as pessoas de uma forma tão rápida devido a falta de recursos para isso. Nesse ambiente, houve a presença de movimentos que atuaram assistindo e sendo responsáveis pela interlocução entre moradores, Estado e dono do terreno de onde as pessoas saíram. O Movimento Universitário de Desfavelamento, composto por estudantes universitários ligados à Juventude Universitária

Católica (JUC) e à Ação Popular (AP) promoveram ações que tentaram garantir um suporte à população.

Diante de uma aterradora situação de um despejo iminente já no segundo dia do ano e ao destaque que ganhou a questão na imprensa, os próprios autores da ação pediram sua suspensão por 30 dias. Rapidamente, o MUD entrou em contato com a família e iniciou as conversações, buscando prorrogar o prazo da reintegração a fim de que os trabalhos de desfavelamento pudessem ser feitos [...] A primeira tarefa era a realização de um levantamento sócio-econômico, a fim de compreender as possibilidades de destinação para cada família. O levantamento serviria para traçar um plano de desfavelamento conjuntamente com a Divisão de Assistência Social da Prefeitura. (LARA, 2012, p. 303-304)

O segundo movimento, que aconteceu entre os anos de 1963 e 1969, tem um novo elemento servindo como base para a política de desfavelamento: a presença do BNH. Como afirma Lara (2002), houve um grande entrosamento entre os Governos Federal, Estadual e Municipal no combate às moradias não condizentes com o projeto de cidade que se pretendia criar. Nesse sentido, órgãos como o Banco Nacional de Habitação, a Companhia de Habitação de São Paulo (COHAB – SP) e a Comissão Estadual de Desfavelamento (CED) se articularam integrando “a indústria da construção, o novo sistema nacional de financiamento e o aproveitamento da força de trabalho favelada” (LARA, 2012, p. 317). Assim, a partir de 1967, iniciaram-se as remoções de fato até o ano de 1969. Muitos foram removidos para locais onde pudesse, sob planos do governo, haver o financiamento da casa própria. “O sentido dado era, entretanto, o combate à formação de novas favelas por meio da defesa da compra da casa própria, a ser conseguida em articulação com vários órgãos governamentais – não importando o lugar” (LARA, 2012, p. 331-332). Esses órgãos eram, como já citados, o BNH e COHAB, em nível federal e municipal, respectivamente.

Para compreender essa articulação entre remoções e favelas no Brasil, o ano de 1964 é importante. A criação de um órgão federal que tinha como base centralizar a política habitacional proporcionou aos estados e municípios modelos de intervenção urbana que não se concentraram apenas na construção de habitações, houve também financiamentos na própria infraestrutura das cidades. Azevedo (1988) ainda afirma que a criação do Banco teve também o objetivo de obter simpatia dos grupos sociais populares, tornando o trabalhador contestador em aliado da ordem. Dessa maneira.

A criação do BNH, além de colaborar na legitimação da nova ordem política, previa inúmeros efeitos positivos na esfera econômica: estímulo à poupança; absorção, pelo mercado de trabalho, de um maior contingente de mão-de-obra não-qualificada; desenvolvimento da indústria de material de construção; fortalecimento, expansão e diversificação das empresas de construção civil e das atividades associadas (empresas de incorporações, escritórios de arquitetura, agências imobiliárias, etc.). (AZEVEDO, 1988, p. 109-110)

Revela que alguns mecanismos foram criados a fim de financiar os empreendimentos e possibilitar a construção de habitações, de forma barata. O primeiro deles, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), utilizou poupanças compulsórias e voluntárias, o FGTS e a caderneta de poupança, respectivamente. O segundo favoreceu uma clientela de baixa renda com a criação das Cohabs, cujo propósito foi diminuir os custos dos empreendimentos habitacionais, pois não havia o lucro da incorporadora, isto é, intermediário que elevava o valor do serviço pela realização da obra. A Cohab já realizava esse serviço como empresa pública. O terceiro tinha relação com a padronização dos projetos arquitetônicos a serem feitos, não sendo necessário o gasto com projetos diferenciados.

Mesmo com a tentativa de atingir os setores de baixa renda, pode-se afirmar que o resultado social disso não foi satisfatório. Azevedo (1988) percebeu que a causa foi a crise da década de 1970, direcionando o atendimento do Banco para outros setores da população.

Pode-se dizer que o elevado índice de inadimplência entre os mutuários de baixa renda, durante os primeiros anos de atividade do BNH (1964-69), colocava em questão o próprio estilo de atuação do Banco. A saída da “crise” dar-se-ia por uma reformulação completa da política habitacional de interesse social ou pela utilização de mecanismos de autodefesa institucional do Banco, através da redução do papel dos investimentos populares e uma redefinição de suas prioridades de ação. As condições políticas do início dos anos 70 (governo Médici) que não privilegiavam a necessidade de maior respaldo popular, acabaram por favorecer a opção pela segunda alternativa. (AZEVEDO, 1988, p. 112-113)

Quando da sua criação, objetivava-se atingir aqueles que ganhavam de um a três salários mínimos⁷, depois, com a crise, isso mudou e a partir de 1975 uma nova tentativa em atender à população de baixa renda passou a ser realizada, porém com um novo modelo. O novo momento do BNH privilegiou o financiamento entre aqueles que ganhavam de três a cinco salários mínimos, contudo, isso foi um fator impeditivo para os setores de

7. A média nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em reais e atualizado em 2011 pelo Dieese, foi respectivamente de: R\$ 1.211,98; R\$ 729,20; 686,08. Informação disponível em << <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>>> acessado em 16/07/2017 às 09:22.

baixa renda (AZEVEDO, 1988). Por isso, outros programas para essa população foram criados. Segundo Medeiros (2010), programas como Promorar, Programa João de Barro, PLANHAP, PROFILURB, FICAM e o programa de desfavelamento⁸ tiveram o objetivo de atender a essa parcela da população.

[...] O projeto social ficou em segundo plano e os imperativos econômicos se sobrepuseram na política habitacional adotada pelo BNH. O tecido urbano que se formou foi desarticulado da realidade dos moradores. A Infra-estrutura foi direcionada para obras distantes das populações de baixa renda. Economicamente, os benefícios e subsídios favoreceram as classes de renda média e alta e também se distanciou o acesso das classes de menor poder aquisitivo. A comprovação de renda (já que o imóvel, a casa nova, deveria ser financiado) colocou à margem a população mais necessitada, restando a esta as áreas menos dotadas de infra-estruturas, longínquas e pouco valorizadas. (MEDEIROS, 2010, p. 11)

A realidade sobre os programas habitacionais, que em seu início tinha como foco a criação de locais para inserir adequadamente a população de baixa renda à cidade, não se concretizou. O que se viu foi a realização de ações que pudessem, por meio de normatizações e práticas empresarias, dotar a cidade de espaços que servissem a uma pequena parcela da população. Isso pode ser visto em Fortaleza quando comparamos os projetos urbanísticos a partir de 1963 e a realidade demográfica da capital cearense.

2.1.2 A expansão urbana de Fortaleza nas décadas de 1960 e 1970

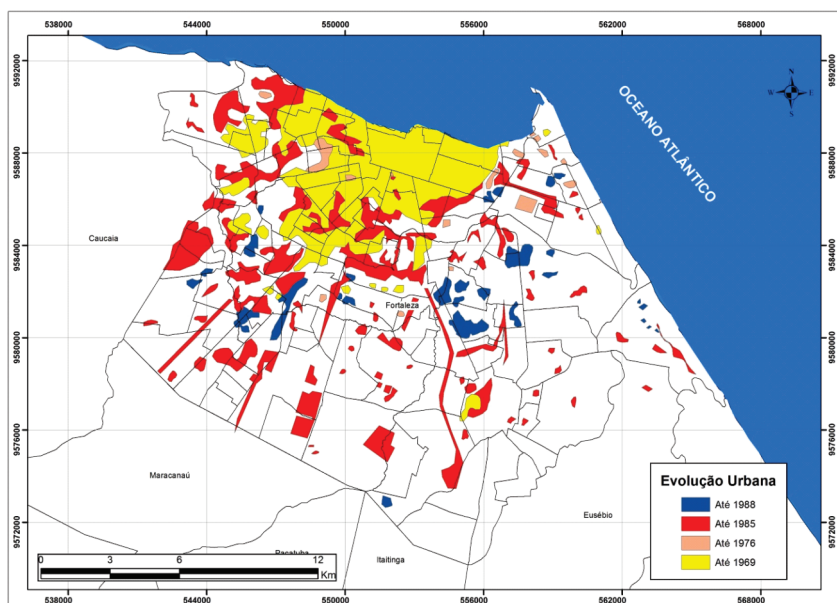
Fortaleza era uma cidade que tinha como núcleo inicial a região hoje denominada de Centro. Sua expansão aconteceu, inicialmente, para o oeste, compreendendo a ocupação de terrenos e a construção de residências no bairro Jacarecanga, conhecido como um bairro que abrigava os grupos abastados da cidade. As mudanças nessa configuração começam a acontecer com a chegada cada vez maior de sertanejos à procura de sobrevivência na capital, influenciados pela seca e pela incipiente, mas existente industrialização na cidade, concentrados a partir da década de 1950, também na região oeste da cidade. Para Silva, B. (2009) a chegada de contingentes de pessoas cada vez maiores provocou uma profunda alteração no espaço urbano da capital, fazendo surgir as primeiras favelas em torno da ferrovia e das primeiras indústrias, assim como a mudança dos moradores do Jacarecanga para um novo bairro, a leste do centro de Fortaleza, a Aldeota.

8. Tinha como objetivo, respectivamente: lotes urbanos para população de baixa renda, fixação de moradores em um determinado local, sem removê-los, financiamento de terrenos e material em cidades de pequeno porte, plano de habitação popular em que ampliava-se o atendimento a partir da diminuição de juros, financiamento de lotes urbanos para a população com renda de 3 a 5 salários mínimos, plano para o melhoramento da casa, com construção, ampliação, conclusão para usuários de até 5 salário mínimos e o programa de desvelamento de Curitiba, prometendo erradicar as 21 mil pessoas desses locais. (MEDEIROS, 2010, p. 5-6)

[...] A proximidade do leito da ferrovia, associado à presença da mão-de-obra, atraiu outras indústrias que estavam ligadas direta ou indiretamente ao algodão. A concentração da população operária, a transformação dessa área na mais promissora concentração industrial do Estado, e o posterior surgimento de favelas foram os maiores motivos para que a burguesia que se instalara com sua confortáveis e belas residências no bairro Jacarecanga, em sua maioria, e, em menor escala no bairro do Benfica, no início da expansão da cidade, elege-se outro espaço onde pudesse se instalar, distante de indústrias e da “presença incômoda” de operários. Assim surge a Aldeota que tem suas origens na forma de bairro organizado no mesmo período em que se registra o surgimento das primeiras favelas em Fortaleza [...] (SILVA, B., 2009, p. 118)

No que tange ao crescimento demográfico e urbano (Mapa 1), pode-se aferir, de acordo com a análise de Souza (2009), que Fortaleza foi uma das capitais onde mais houve crescimento populacional em sua malha urbana. De 1950 a 1960, um índice de crescimento de 90% e, na década seguinte, um índice de crescimento de 66%, provocando sérios problemas quando relacionados à capacidade de proporcionar moradias salubres a essa população. Ela afere que quanto à estrutura urbana do período, pôde ser percebido que havia uma clara divisão social do espaço na ocupação de certas regiões da cidade ao longo das décadas de 1960 e 1970. Enquanto na Aldeota, lado leste, concentraram-se os estratos sociais de renda média e alta, nas regiões sul e sudeste, à medida que se afastam do centro, concentrou-se a população de rendas inferiores, a exemplo de bairros como Messejana e Antônio Bezerra, dificultando o atendimento básico de serviços devido a sua baixa densidade populacional. Por fim, a autora fala sobre os estratos populacionais mais pobres que não possuem, em sua maioria, renda alguma, afirmando que em 1970 somavam-se 223 mil pessoas dispersas em todo o território urbano da capital.

Figura 1. Mapa da Evolução Urbana de Fortaleza



Fonte: PREFEITURA...,1991, p. 02 (adaptado)

O crescimento populacional e a dispersão no espaço da cidade tornavam explícita a falta de planejamento urbano que atendesse aos interesses dos variados estratos sociais que se estabeleceram na cidade de Fortaleza. Contudo, o planejamento expansionista da capital cearense apenas privilegiou alguns setores, dotando-os de elementos que pudessem progredir. Isso pode ser analisado a partir dos dois planos de ordenamento urbano: o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza, de 1963 e o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, de 1972.

De acordo com o Accioly (2008), a adoção de medidas que pudessem contemplar Fortaleza com uma infraestrutura não se realizaram segundo o primeiro Plano. Afirma que as diretrizes de expansão ocorreram seguindo os interesses dos grupos abastados e setores imobiliários. Introduziu junto com a estrutura viária uma pavimentação asfáltica e equipamentos públicos, permitindo um processo de valorização dessas áreas e mobilizando a riqueza fundiária vinculada aos setores da construção civil da cidade. No que se refere ao segundo plano, ela percebeu que foi uma tentativa de integrar a capital cearense à sua região metropolitana, sem com isso perceber a real

necessidade da população, isto é, a urbanização realizada por esse plano tinha uma concepção corporativa, atendendo aos interesses do capital monopolista e oligopolista, exemplificado por investimentos como shopping centers, malls (centros comerciais), cadeias de supermercados e habitações multifamiliares.

A combinação de ações públicas e particulares possibilitou o crescimento e a densificação da periferia urbana, a verticalização da orla marítima e os bairros situados a leste, Aldeota e Meireles, a descentralização das atividades de serviços e comerciais, ao longo dos corredores de atividades, e a deterioração da área central. (ACCIOLY, 2008, p. 211-212)

Isso provocou, segundo Silva, B. (2009), um empurrão de trabalhadores assalariados para áreas cada vez mais distantes de seus locais de trabalho, afetando significativamente a população mais pobre que também sofreu com a valorização da terra, com desemprego acentuado e pela perda de poder aquisitivo. Segundo esse geógrafo, o melhoramento em alguns bairros com a instalação de uma infraestrutura (asfalto, saneamento básico, abastecimento de água e energia), também foram fatores impeditivos para a população mais pobre continuar vivendo nessas regiões devido à presença de taxas, antes inexistentes. “Assim, vai se estruturando o espaço da cidade que se altera em curtos lapsos de tempo” (SILVA, B., 2009, p. 123)

Importa ressaltar que no seio da cidade há uma série de atores que serão responsáveis por modificá-la a partir das relações que são impostas dentro desse ambiente. Nesse sentido, seguindo a concepção de Figueiredo (2012), o movimento de apropriação do espaço urbano torna uma cidade-produto, dependente e variável, ou seja, pode facilitar práticas ou ações a partir de sua configuração. Contudo, a cidade também pode ser vista como uma grande modeladora de padrões a partir da sua distribuição espacial, é o que se chama de cidade-estrutura, independente e invariável, isso é, a cidade, como um espaço dinâmico, pode ser modificada a partir das ações de seus indivíduos ou a sua estrutura pode influenciar formas de comportamento. De acordo com o arquiteto acima, alguns exemplos a esse respeito podem ser vistos nas cidades brasileiras atuais. Um deles está relacionado ao privilégio a determinado estilo de vida em detrimento de outros, como por exemplo, o incentivo ao uso de automóveis, a partir da construção de vias, gerando comportamentos e ações específicas por causa dessas estruturas na cidade, tornando as pessoas cada vez mais individualistas e não priorizando o

transporte público, incentivador da coletividade. Outro exemplo, que provoca comportamento e estilos de vida diferentes, tornando a cidade menos democrática do ponto de vista da urbanidade, é a construção de habitações específicas a um grupo social.

Um aspecto complementar da perda da diversidade [...] é a 'homogeneização' de bairros através de tipologias arquitetônicas está diretamente ligada à segregação social. À medida que bairros são adensados com torres residenciais, eles passam a atender apenas faixas específicas de renda. O congelamento de áreas de interesse social [...] também provoca exatamente o mesmo efeito. As ruas de uma favela ou de um bairro nobre podem até ser vibrantes, mas espaços genuinamente urbanos têm um caráter mais democrático e inclusivo que permite a convivência diária entre diferentes classes ou estilos de vida. (FIGUEIREDO, 2012, p. 228)

A cidade-produto, fruto da intervenção dos atores, no entanto, está ligada, segundo Trigueiro (2012), a normas técnicas e regulamentações que servem para construir orientações de como o outro deve se comportar, ou seja,

os instrumentos do urbano, então dispostos sobre o espaço, vêm de certa forma lembrar aos públicos as normas de conduta urbana: uma criança poderia muito bem "pular como um cabrito", desde que em um espaço apropriado para tal atividade (TRIGUEIRO, 2012, p. 89)

Desse modo, o que se visualizou em Fortaleza nas décadas de 1960 e 1970, orientado por uma condição nacional de modernização e expansão das cidades, foi uma reestruturação do espaço urbano em que se privilegiou, em termos de infraestrutura urbana (acesso a serviços essenciais de água, energia elétrica, saneamento básico), um grupo social que conseguiu pagar o preço da especulação imobiliária que tornou áreas da cidade impossíveis para pessoas de baixa renda viver. Aqueles que não poderiam pagar pelo uso do caro espaço que se gestava na capital cearense tinha a opção de adquirir o imóvel por meio dos projetos habitacionais criados também no mesmo período. Os conjuntos habitacionais, embora tivessem sido constituídos para cumprir uma função social, que é a habitação, alimentou ainda mais a segregação espacial da capital cearense, que crescia seguindo as vias radiocêntricas⁹, ligando o Centro da cidade para localidades como Parangaba, Messejana e Caucaia. Foi o momento em que a cidade cresceu, tanto fisicamente quanto demograficamente, constituindo, no perímetro urbano

9. Vias que saem da região central da cidade de Fortaleza em direção ao sul, oeste, sudoeste. São exemplos dessas vias, as avenidas Mister Hall, João Pessoa e a BR-116.

mais externo à região central, a periferia da cidade. Foi o caso da criação de conjuntos habitacionais como Prefeito José Walter, Marechal Rondon, Alvorada e Conjunto Palmeiras.

2.1.3 O Programa de desfavelamento em Fortaleza

Na década de 1960 e 1970 não eram incomuns os anúncios de jornais que falavam acerca das intervenções urbanas em Fortaleza. A abertura de avenidas e a criação de conjuntos habitacionais foram elementos para os assuntos e propagandas das gestões municipais durante esse período. O crescimento da capital em termos de urbanização seguia um modelo de desenvolvimento incentivado pelos planos do Governo Federal durante o regime militar, que tiveram origem com a gestão do Presidente Castelo Branco (1964-1968) . Vários setores da economia foram favorecidos, inclusive, o da construção civil. Por meio de financiamento público, o setor expandiu consideravelmente a sua área de atuação, culminando no incentivo às obras, que, no período, marcaram o cenário nacional e ajudaram a ficar conhecidos como o Milagre Brasileiro.

O incentivo à construção de conjuntos habitacionais foi uma das consequências desse período. O primeiro exemplo em Fortaleza foi o ‘Conjunto Sétima Cidade, na região do Mondubim, a sudoeste do Centro, depois chamado de Conjunto Prefeito José Walter. Financiado por meio da Cohab-Fortaleza, objetivou-se construir o maior conjunto habitacional da América Latina, com 4.424 casas, segundo Olímpio (2011), cuja pesquisa sobre a formação e transformação do bairro em sua dissertação de mestrado tornou-se um dos primeiros trabalhos historiográficos que teve como foco a política habitacional em Fortaleza na segunda metade do século XX.

De acordo com a historiadora, a entrega das residências aos moradores ocorreu em etapas a partir de 1970, e foi concluída até o ano de 1973, ressaltados alguns atrasos na obra. Para se conseguir uma casa no novo conjunto foi necessária a comprovação de alguma renda, orientando a partir daí qual tipo de residência se adequava a cada morador. Existiam quatro tipos que se diferenciavam pela quantidade de cômodos e pelo tamanho. Olímpio (2011) ainda afirma que o perfil dos moradores que foram morar no conjunto era de imigrantes vindos do sertão, incentivados por novas oportunidades de emprego e pela existência de familiares já residentes na capital, o que facilitou a acomodação inicial.

A realidade da criação do conjunto, ainda que ressalvadas as dificuldades citadas pela autora, como a falta de abastecimento de água, atraso nas obras para a entrega do imóvel e as reclamações quanto à estrutura das casas, mostra que esse tipo de habitação não atendia a uma parcela significativa da população de Fortaleza, que se encontrava alijada da possibilidade em financiar um tipo de residência nas condições apresentadas, no Conjunto Prefeito José Walter

[...] o valor final da Casa de tipo A era de 150.109,26 cruzeiros; o valor da de tipo B era de 183.924,58 cruzeiros; o valor final da de tipo C era de 214.295,23; e o valor final da casa de tipo D era de 249.890,62. O valor da mensalidade aumentava conforme fosse o valor da casa, porque os juros incidentes aumentavam conforme seu tipo fosse melhor.(OLÍMPIO, 2011, p. 41)

Essa população, que não se enquadrava no perfil daqueles que poderiam habitar residências construídas a partir do financiamento realizado pelo Banco Nacional de Habitação, como dito anteriormente, segundo pesquisa realizada por Souza (2009), eram cerca de 223 mil pessoas que não possuíam renda alguma e compunham os estratos mais pobres da cidade. Esses também eram, em sua maioria, migrantes fugidos da seca, mas com o perfil de oportunidade diferenciado dos que foram objeto de estudo de Olímpio (2011) que verificou muitos casos em entrevistas de pessoas que já vinham com apoio de algum parente que já vivia na capital, dando-lhe abrigo e, não raras vezes, com emprego certo.

Foi nesse período que a relação entre expansão urbana e a presença de moradias que não se adequavam ao modelo urbanístico pretendido resultou na criação do Programa Integrado de Desfavelamento da Cidade de Fortaleza, que deveria orientar as políticas de remoções entre os anos de 1973 a 1980. A meta era realizar uma ação corretiva de zonas marginais, em virtude da necessidade de se retirar as moradias para a ampliação do “sistema viário [...], pela mudança de uso do solo, ou seja, [...] áreas que anteriormente eram definidas por outro tipo de ocupação, ou eram áreas desocupadas” (PREFEITURA...1973, n.p.), isto é, as moradias ocupavam espaços que, segundo a prefeitura, deveriam servir para outros fins. A lógica nesse processo estava vinculada ao modelo de cidade que se vislumbrou, nela foi necessário retirar essas residências caras aos recentes objetivos de uma capital moderna. Assim, o programa atendia aos anseios daqueles que estavam de acordo com a remodelação urbana e via nessas aglomerações um

problema. Essa noção, no entanto, não partia apenas de sujeitos ligados aos poderes públicos, mas de grupos que entendiam que o espaço urbano deveria ser disciplinado a fim de impedir a proliferação de um mal caracterizado pela presença de habitações que abrigavam uma população pobre.

[...] A Nova Aldeota entre outros, é um bairro cuja expansão extraordinária requer atendimento mais carinhoso da Prefeitura, porque, à base da iniciativa privada, tornou-se um dos pontos mais atraentes da cidade, com um número vultoso de construções residenciais, de aspecto interessante. Ali, existem condições excelentes para a implantação de um grande núcleo urbano, com extensas áreas de terrenos baldios, clima agradável, farto lençol d'água. Entretanto, os mocambos nascem naquele local como por encanto, sem que a Municipalidade tome qualquer medida para evitar o agravamento de um mal que, hoje ou amanhã, terá de ser debelado. (A DEFESA...1971, p. 3)

Na coluna do jornal, intitulada de Defesa da cidade, a presença de moradias arquitetonicamente consideradas inferiores é descrita como problema que deve ser combatido. O sentido é a guerra contra aquele tipo de habitação e o local onde estavam. À prefeitura, instiga-se agir energicamente contra a proliferação delas, sob a alegação de quem as habita deve ser visto como um “problema social”. No entanto, o tom de denúncia culpa a gestão municipal por deixar que as moradias se “espalhem desordenadamente e à vontade” (A DEFESA...1971, p. 3), mas que pode ser uma “mancha lavável, embora com esforço, em nódoa limpeza exigirá trabalho árduo” (A DEFESA...1971, p. 3). A preocupação era dotar certos espaços de Fortaleza de ambientes limpos de um tipo de moradia e de pessoas que sujavam a cidade e eram os responsáveis por doenças. Pensamento não muito diferente do destacado por Breciani (2002) e Challoub (1996) no século XIX, constituindo uma permanência histórica sobre quem seriam as máculas da urbe. Nesse sentido, as ações do poder público de reordenamento reverberavam com apoio e cobrança de grupos que usavam dos veículos de comunicação para dar voz a um modelo de cidade que servia aos seus anseios. Nesse modelo de cidade, o pobre, habitando em condições precárias, deveria sumir da paisagem urbana.

Além disso, a concepção sobre o homem que vivia na favela também foi um fator importante para acabar com esse tipo de moradia. Para Aldaci Barbosa¹⁰ a vida na favela possibilitava aos homens se “emiscuírem numa perversão moral”. Para ela

10. Superintendente da Fundação de Serviço Social de Fortaleza durante 10 anos, de 1967 a 1977. Nascida em 1922 em Aracati, filha de João Gurgel Barbosa e Maria Nogueira Barbosa, estudou na Escola Normal e se graduou em três cursos: Bacharelado em Ciências e Letras, Licenciatura em Letras Neolatinas e Serviço Social. Na sua vida profissional atuou na fábrica de tecidos São José e na Paróquia Lar de Todos no Pirambu, concretizando seu trabalho de organização comunitária junto com o Padre Hélio Campos. A sua entrada na Fundação de Serviço Social de Fortaleza é tida como resultado dos trabalhos realizados na comunidade do Pirambu, embora as indicações para órgão públicos na época tivesse muita influência política e pouco respaldo técnicos de profissionais habilitados. (JALES, 2012, p. 26-38)

A explosão da deturpação sexual faz pessoas de ambos os sexos caírem numa promiscuidade desrespeitante e destruidora dos costumes. [...] a vida da favela desagrega, na sua maioria, a própria família. [...] A desordem interior cria a revolta que se manifesta de muitas maneiras. (ALDACI, 1975, p. 09 e 10)

A relação entre expansão e remoção não aconteceu apenas por uma questão de modificações estruturais da cidade, foi preciso mudar, disciplinar o próprio ser humano que morava nesses locais.

As mudanças de comportamento são bem concretas. A apresentação física, os hábitos de higiene e de educação, a preocupação de mandar os filhos para a escola e os próprios adultos procuram também a frequência aos Postos Médicos, a participação em campanhas sanitárias, a frequência aos cursos de qualificação profissional, o ingresso no grupo de produção artesanal são uma demonstração concreta das mudanças do próprio homem, embora se reconheça que há muito o que se fazer em termos de promoção humana. Outro resultado dentro do nosso enfoque profissional é o da participação da população nas melhorias de condições de vida. Todos são estimulados a participar. Pela participação já iniciante, pode-se sentir o processo educativo e aquilatar o grau de realização da nossa política de desfavelamento. Não fazemos para eles, mas com eles. Outro indicador da viabilidade do programa é a pontualidade razoável no pagamento das prestações, como os senhores podem ver [...] (ALDACI, 1975, p. 24-25)

Portanto, não bastava reordenar a cidade se o homem não fosse adequado a ela. Remover essas pessoas para outros locais significou também produzi-las de acordo com as concepções e necessidades de uma cidade que ganhava ares de metrópole¹¹. Com isso, criou-se uma metodologia própria centrada em mecanismos em que pessoas que não tinham renda para financiar um imóvel pelo BNH pudessem ter condições de adquirir essas moradias. Desse modo, foi feito um modelo de financiamento gerido pela Fundação de Serviço Social de Fortaleza (F.S.S.F)¹², como explica a superintendente.

[...] O grande problema consistia, portanto, na viabilidade de pagamento pelos beneficiados. O programa tinha um custo; não podia ser paternalista. De outro lado, sentimos toda uma barreira por parte dos pretendentes, quando se falou em reajuste de prestações. Concluiu-se que a uniformidade seria estimulante. [...] Conhecidos tais elementos e levando-se em conta o preço do terreno, foram feitos os cálculos para prazo de 48 meses, encontrando-se um valor médio de C\$ 10,00 (dez cruzeiros) para as prestações mensais. O preço total do lote seria, portanto, de C\$ 480, 00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros). [...] Estima-se para cada família relocada, um custo médio de C\$ 2,485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros), incluindo-se infra-estrutura e indenização. (ALDACI, 1975, p. 19-20)

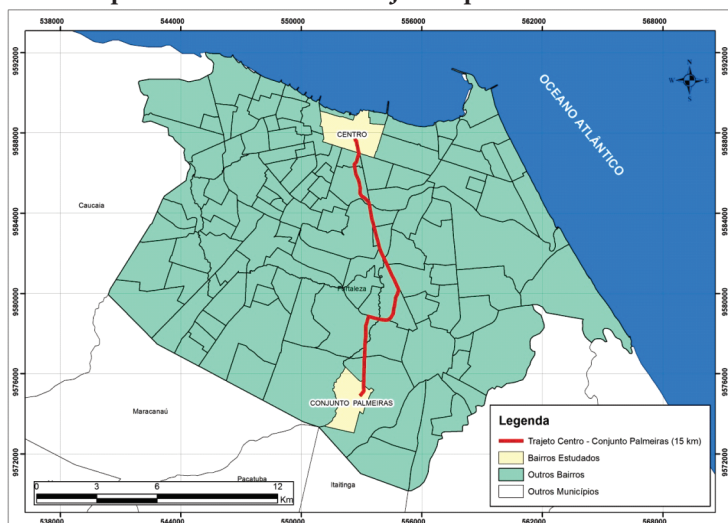
11. No dia 16 de março de 1974, antes do início das fortes chuvas, a Prefeitura de Fortaleza divulgou uma propaganda cuja finalidade foi o incentivo ao pagamento da cota única do imposto predial. A mensagem que tinha como título "graças a você... FORTALEZA TOMA ARES DE METRÓPOLE" propõe-se a afirmar que era o contribuinte que garantia a abertura de novas vias, centros comunitários, novas praças, viadutos e etc. Tomando meia página do jornal, a metrópole desejada que estava sendo preparada era uma versão para quem poderia pagar por ela.

12. Autarquia municipal criada em 17 de junho de 1964, sob o Governo do General Murilo Borges, por meio da Lei 2.621 e teve, entre outras funções, coordenar o programa de desfavelamento na capital cearense.

Mesmo ela realizando essa afirmação na Conferência do 2º Congresso sobre urbanismo, que ocorreu em Fortaleza, em 1975, para uma população pobre e sem renda, e com a distância dos seus postos de trabalhos, pode-se questionar sobre a adimplência nas prestações e a permanência desses moradores nos conjuntos¹³ haja vista a condição de renda da população de Fortaleza.

Foram criados três locais até 1974 com a política de desfavelamento¹⁴: o Conjunto Alvorada, no bairro Seis Bocas, Conjunto Marechal Rondon, já no município de Caucaia (região metropolitana de Fortaleza) e, por fim, o Conjunto Palmeiras, o maior dentre os três¹⁵, ao sul da capital, se partirmos do bairro Centro¹⁶ (Mapa 2).

Figura 2. Mapa da distância do conjunto palmeiras do bairro centro



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dois primeiros conjuntos habitacionais serviram como uma primeira experiência a ser aplicada e foram a base para a consolidação do Programa Integrado. No primeiro, foram enviadas 121 famílias, a princípio, acompanhadas de uma equipe encarregada pela operação, composta pela superintendente da F.S.S.F., um engenheiro, assistentes sociais e voluntários

13. Os moradores relatam uma rotatividade no Conjunto Palmeiras, sendo comum a existência de "barracos" vazios no bairro.

14. Quanto às remoções realizadas, o Programa previu algumas etapas. A primeira remoção aconteceu quando construída a avenida Aguanambi, em seguida foram removidos os moradores para a construção da Avenida Castelo Branco. Segundo Aldaci (1975, p. 16) entre 1971 e 1975 foram removidos cerca de 2.812 pessoas.

15. O Conjunto Alvorada comportava 311 lotes para uma população de 1.866 pessoas; o Conjunto Marechal Rondon, maior que o primeiro, atingia uma área de 68 ha com 1.474 lotes; Já o Conjunto Palmeiras possuía 105 ha com 2.700 lotes de 10X20.

16. A região onde os primeiros moradores do Conjunto Palmeiras foram instalados fica localizada a sul da cidade, visto que seu litoral, fica ao norte. Fortaleza cresceu a partir de uma nucleação central que tem origem no litoral. Assim, da região central ao conjunto, há uma distância de aproximadamente 15 quilômetros fazendo parte do perímetro final que, geograficamente, divide à cidade de hoje de outros municípios da região metropolitana.

da Operação Fortaleza¹⁷. As pessoas foram trazidas ao local por meio de caminhões, durando todo o mês de dezembro de 1971(PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA; GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ , 1973?, P. 11-12).

Nessa primeira fase do Conjunto Alvorada, as famílias foram divididas em grupos de 10 e deram início à implantação do núcleo, com a limpeza do terreno e a construção das novas casas, obedecendo à planta e as especificações anteriormente aprovadas. Devido à falta de experiência de muitos favelados em trabalhos de construção civil, a Prefeitura ofereceu ajuda nas obras, e, nos casos de famílias constituídas apenas por mulheres, assumiu o encargo total da construção. A Municipalidade, que além da rede de energia, e do chafariz, providenciara previamente a construção de um sanitário coletivo, de outra forma eficiente de ajuda que muito agradou os mutuários: o financiamento especial para fossas e aparelhos sanitários (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA; GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ , 1973?, p 11-12)

No caso do Marechal Rondon, seguiu-se a mesma metodologia aplicada no Conjunto Alvorada. A necessidade de se construir outro conjunto deu-se pela execução do projeto de construção da avenida Leste-Oeste (também chamada de Castelo Branco), removendo a população que vivia nas favelas Alto da Piçarra, Borges de Melo e no Arraial Moura Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA; GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ , 1973? p. 21). Contudo, cabe destacar que a chegada de pessoas removidas não significavam melhores e salubres condições de vida nesses locais. O que se adquiria era o terreno, loteado e sem infraestrutura alguma. A energia, a água foram instaladas à mesma época em que as pessoas já estavam vivendo no local. Além disso, a construção das casas era em regime de mutirão, sendo o próprio morador responsável pela aquisição de materiais e pela mão-de-obra, assim

[...] As famílias instaladas no alojamento têm pressa em construir suas próprias casas. Do dinheiro recebido pela indenização, compram o material com que, acrescido dos restos do antigo barraco, conseguem fazer sua primeira habitação. (ALDACI, 1975, p. 19-20)

Desse modo, os entusiastas do Programa utilizaram como principal argumento para convencer as pessoas a aderirem e a viverem em regiões completamente diferentes da que estavam acostumados a segurança de ter um lugar seu para viver:

17. Programa criado pela Fundação de Serviço Social de Fortaleza com a finalidade de cuidar do problema habitacional de Fortaleza. Tinha como particularidade a presença da primeira dama do município, Dona Amélia Cavalcante, na liderança dos trabalhos na região da favela Verdes Mares quando da sua remoção a partir de 1970. A operação ganhou ares de política pública pelo município a partir do decreto Nº 3634 de 19 de janeiro de 1971.

Podemos dizer seguramente que, para nossa realidade, esse programa, até o presente momento, foi o que apresentou melhores resultados. Dele, os favelados puderam ter a certeza de não mais ouvirem a terrível voz: “saia, porque preciso deste lugar”. É o sentido da propriedade que fala mais alto. (ALDACI, 1975, p. 23)

A fala da superintendente demonstra que a municipalidade se preocupou com os destinos dessas pessoas, mas esqueceu-se de lembrar que a insegurança habitacional que utilizou para convencê-las é, em grande medida, realizada pelos desejos de crescimento e reestruturação urbana que cercaram a cidade de Fortaleza na segunda metade do século XX. Portanto, mais do que o cuidado com essas pessoas, o desfavelamento fazia parte de uma política urbana de marginalização dos mais pobres, incentivando-os a viverem distantes de locais caros ao desenvolvimento da capital.

Diante disso, com a experiência acumulada com os Conjuntos Alvorada e Rondon, consolidaram-se objetivos, normas, estudo sobre a condição de habitação de Fortaleza e uma metodologia necessária para a remoção, criação e gestão de conjuntos habitacionais. Para realização das remoções, o documento de 1973 diz que deveria haver:

1. Estudo da área a ser removida, visando ao conhecimento da situação sócio-econômica dos favelados e os estados dos imóveis;
2. Identificação das famílias, mediante abordagem do Serviço Social com visitas domiciliares;
3. Verificação das condições materiais do barraco ou casa (tipo), acabamento, número de cômodos, medição e características especiais (benfeitorias), feita sob a supervisão de um engenheiro, para determinar o valor da indenização;
4. Preparação dos favelados para remoção;
5. Definição de uma sistemática para pagamento das indenizações, para demolição e retirada de material;
6. Assinatura do contrato de compra e venda, recebimento da indenização, pagamento da primeira prestação do terreno e sorteio do lote;
7. Encaminhamento das famílias para o alojamento provisório

do conjunto, onde recebem instruções sobre as exigências da localização da casa e orientação sobre a construção;

8. Construção de um vão inicial para mudança imediata, desocupando o alojamento (ALDACI, 1975, p. 19-20)

É importante ressaltar que após a criação das experiências do Conjunto Alvorada e Marechal Rondon, a partir de 1970, iniciou-se o processo de implantação de mais um conjunto, que pretendia seguir os moldes dos dois anteriores. O Conjunto Palmeiras começou a ser ocupado em 1974, porém, distintivamente dos outros dois, enfrentou condições urgentes para a sua implantação devido a forte quadra chuvosa, fato que nos leva a questionar até que ponto as diretrizes acima listadas foram seguidas, pois, naquele ano, a chuva já havia desabrigado várias famílias de regiões como Alto da Balança, Lagamar, Antônio Bezerra, Parque Tabapuá, Henrique Jorge, Bom Jardim e Bom Sucesso. A ação da Prefeitura de Fortaleza foi a de iniciar a retirada dessas pessoas para instalações provisórias, entre elas o Estádio Presidente Vargas, localizado no bairro Benfica (DRAMA...1974, P. 02). Sob a assistência da Fundação de Serviço Social de Fortaleza, os desabrigados das chuvas passaram a fazer parte dos cadastros que serviram para a transferência ao novo conjunto, a ser construído no bairro Jangurussu. Contudo, o local ainda passaria por obras para abrigar a população. Os tratores ainda estavam desmatando o terreno e abrindo estradas para se chegar à localidade. A “urbanização” havia sido iniciada para abrigar todos que estavam no estádio. O conjunto teria capacidade para comportar “dois mil lotes” (CONJUNTO...1974a, p. 05).

As primeiras famílias chegaram à região ainda no mês de maio, após o fim do desmatamento. Havia “Cerca de dez residências” (PALMEIRA...1974, p. 05).

As informações dão conta de que com apoio decidido do Governador Cesar Carls, do Secretário Valdir Pessoa, da Agricultura e da SUDENE, conseguidas inúmeras barracas de plástico que darão o abrigo necessário durante o período em que as famílias estiverem construindo suas casas. Como aconteceu na implantação dos outros conjuntos, a prefeitura Municipal de Fortaleza dará total auxílio aos futuros moradores daquela área, desde transporte à ajuda na construção das casas, com seu consequente apoio médico-social (PALMEIRA...1974, p. 05)

O tom elogioso da transferência dessas pessoas não deixou de aparecer. Era uma atitude louvável o que a prefeitura estava realizando, mostrando a humanidade inerente ao prefeito Vicente Fialho. Porém, o documento também explicita as condições com as quais esses primeiros moradores foram submetidos a viver. O vão inicial planejado, dando a entender como sendo uma construção consistente de alvenaria, na realidade foi feito de lonas de plástico o que denota uma contradição entre o que foi planejado e o que foi executado.

No entanto, essa medida também serviu de alerta para que a prefeitura ficasse cada vez mais atenta para que essas pessoas não retornassem aos locais de risco.

Ninguém deixará, por certo, de aplaudir o ato do governador do município, porque, na verdade, o momento justifica tal medida. [...] Faz parte de tal providência de amplo plano de ação social que está nas metas do Prefeito Vicente Fialho. Mas, enquanto aplaude a iniciativa do jovem e humano Prefeito, Dom Camilo aproveita o ensejo para lembrar que evite o retorno das famílias transferidas, ou de outras que estejam à procura de local para o levantamento de uma barraca. [...] O bairro Lagamar precisa desaparecer da vida suburbana de Fortaleza, em benefício de seus próprios moradores. (CAMILO...1974, p. 04)

Mas isso seria possível, frente às condições sob as quais o novo conjunto estava sendo erguido? De acordo com o colunista era preciso garantir que as pessoas não retornassem ao Lagamar, porém, o seu discurso pareceu se preocupar mais com o não retorno dessas famílias do que com as condições que lhes foram impostas no Conjunto Palmeiras. Apesar das ações da prefeitura de alocar a população desabrigada em virtude das inundações decorrentes da quadra chuvosa na capital, a vida no novo conjunto não foi amenizada. As famílias que foram para o local se depararam com uma região ainda em fase de adaptação para se viver. O que se viu foi que as diretrizes listadas acima, que denotam um alto grau de organização nesse processo não foram evidenciadas, conforme declarações de quem foi viver na região.

seu doutô, a situação é de lascar o cano, Agente [sic] dá um duro desgraçado prá [sic] levantar esses barraco. A gente constrói uma parte e nós continua no pesado, sem conforto, longe da cidade e dentro da lama. Tudo é mato puro e vai ser uma aventura a gente morar por essas bandas. (CONJUNTO...1974b, p. 05)

O morador concede entrevista ao jornalista que foi visitar a região. Chama atenção o fato de ele ressaltar a distância que ficava o Conjunto Palmeiras revelando uma contradição entre o que se pregou como melhoria de vida pelo poder público e a realidade que passou a ser enfrentada. A visita da reportagem do jornal O Povo, um dia após os primeiros moradores chegarem ao conjunto, reflete a imagem do que era o local em seu início. A matéria com o título “Conjunto Palmeiras: de habitacional só o nome”, faz-nos pensar sobre todas as condições às quais essa população foi submetida a viver. A descrição feita pelo jornal é um panorama da situação. Adjetivos como Amazônia-mirim dão o tom da narrativa, construindo uma imagem de um local ainda selvagem. A ida dos repórteres é descrita como um verdadeiro dilema. O carro atolou durante a viagem para encontrar o local em virtude do matagal, dos buracos e da lama. Foi uma dificuldade, descreve a matéria. Ao chegar e se deparar com as residências construídas, exprimem: “A verdade é que são choças mesmo, e não casas, como se apregooou tanto” (CONJUNTO...1974b, p. 05). De todo modo, a reportagem revela sentimentos expressos entre aqueles que chegaram lá. Para os jornalistas que foram conhecer o novo conjunto

Um cousa é certa, se não forem tomadas às devidas providências, antes dos deslocamentos de famílias desabrigadas para aquelas palhoças, o drama vai ser pior do que os provocados pelas enchentes: ao invés de se ter encontrado solução para o problema, vai-se agravar mais a situação. [...] É necessário que se faça uma orientação para o soerguimento dos barracos, sem falar na abertura de estradas, linhas de ônibus, posto de saúde, escola, quadras de recreação, energia elétrica, serviços de escoamento das águas, água potável e outras necessidades mais. (CONJUNTO...1974b, p. 05)

Nota-se claramente quais as condições a que essas pessoas foram submetidas. O discurso de planejamento e experiência da Prefeitura por já ter feito outras remoções se contrastava com a relação que a população estabeleceu com o local, de desolamento e abandono dos órgãos municipais. Localizado a uma considerável distância do Centro, sem água, energia, escola, transporte público, casas minimamente dignas e longe dos principais postos de trabalho, viver ali foi muito difícil.

Afirmando que o Conjunto Palmeiras não apresenta as mesmas características do modelo Rondon, muito semelhante ao Alvorada, a dra. Aldaci Barbosa esclareceu, no entanto, que os três conjuntos, guardando cada um as suas particularidades, vinculam-se a uma só filosofia, isto é, fundamenta-se na ação comunitária, no esforço de todos em benefício de todos. (MELHORIA..., 1974, p. 03)

A filosofia comunitária da qual a superintendente se refere tem relação com reuniões periódicas feitas com os representantes de quadra, eleitos pela população. Estes tinham como função comunicar a assistentes sociais os problemas da sua quadra para solicitar a solução. Contudo, Mattos (2004) afirma que esse modelo estava ligado a uma forma de manter o controle sobre possíveis conflitos e reivindicações dos moradores pelo órgão municipal. Segundo a autora, as assistentes sociais, ligadas à F.S.S.F. eram frequentemente chamadas pela população de “insistentes sociais”.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 as remoções continuaram a acontecer. Somado a isso, as pessoas que chegavam a Fortaleza, não podendo pagar pelos caros imóveis das regiões centrais e da Aldeota, começaram a também ocupar outras regiões no bairro, com um efeito perigoso, já que, com a proximidade do rio Cocó, essas residências se configuraram em áreas de risco. Essa condição só passou a modificar-se quando os próprios moradores começaram a reivindicar melhores e saudáveis condições de vida. A luta organizada do Conjunto Palmeiras data a partir da instalação da Associação de moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), em 1981, contudo, mesmo antes, já existiam ações, principalmente ligadas à presença da Igreja Católica, com duas frentes de atuação de acordo com Mattos (2004), sendo a primeira ligada à liturgia e a segunda relacionada ao assessoramento de ações coletivas, transformando moradores em lideranças dos movimentos.

A gestão do Programa Integrado de Desfavelamento impôs um discurso em seus documentos divulgadores das ações governamentais que tornam a remoção dessas pessoas uma ação tranquila, sem qualquer conflito ou discordância. No caso do Conjunto Palmeiras, as matérias dos jornais dão um contraponto interessante acerca do que se construiu no local. Esse contraponto é referendado também a partir de falas que são expostas nas matérias vinculadas sobre o Conjunto. O Jornal O Povo, desde a instalação, acompanhou as ações que foram sendo promovidas na região pelos órgãos públicos, trazendo no interior de suas matérias depoimentos que evidenciaram que quanto mais o tempo passava, mais a situação piorava. O caso de Gorete é salutar nesse sentido. Moradora do Conjunto Palmeiras, não tinha condições de se manter no local, mudando-se para próximo da rampa de lixo do Jangurussu para poder “se virar”.

A gente saiu do Palmeiras porque a casa estava pra cair e ninguém tinha dinheiro para ajeitar. A casa tá lá caindo os pedaços. A gente queria vender para poder fazer outra aqui por perto, mas a Fundação de Serviço Social de Fortaleza não deixa', contou Gorete. Ela falou que nem no Palmeiras, nem na favela do lixo conseguiu escola para seu filho, que já está em idade de estudar. (SAUNDERS, 1983, p. 06)

A opinião da moradora explicita mais uma vez sobre os limites do sucesso que foi apregoado ao Programa. A questão foi: sucesso pra quem? O bairro, erguido inicialmente a partir de 1974, foi construído por várias mãos organizadas para enfrentar as adversidades que compuseram a trajetória imposta por interesses de ordenamento urbano e segregação espacial pela qual a cidade de Fortaleza foi estruturada no processo de metropolização na segunda metade do século XX. Mas, o Conjunto Palmeiras é constituído, sobretudo, a partir de outro contraponto que deixa explícito que as ações da prefeitura não possuíam uma intenção de dotar os moradores de boas condições de habitação.

Essas condições impostas à vida das pessoas que foram viver no local marcam um fator preponderante no processo de organização e busca de direitos. Conquistas que legaram ao longo de mais de 40 anos narrativas que também ajudaram a compor o que foi e o que é o Conjunto Palmeiras. Por isso importa-nos pensar sobre as condições que essas memórias foram dadas a existir, buscando compreender os porquês da necessidade de lembrar, o que lembrar e por que as disputas em torno do passado do bairro são elementos essenciais para se perceber quais foram os caminhos trilhados durante esses anos. Memórias que são “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2012, p.455).

2.2 SISTEMATIZAR MEMÓRIAS, ERIGIR UM BAIRRO: AS PRIMEIRAS NARRATIVAS NA FORMAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS

O modelo de criação do Conjunto Palmeiras impôs a uma parcela da população não abastada condições de vida difíceis nesses primeiros anos do bairro. A completa falta de equipamentos urbanos e de acesso a serviços básicos como educação, transporte, saúde, energia elétrica, água potável são

contrastes denunciados pelos moradores sobre um projeto que prometia humanizar uma população que estava dispersa em vários locais da cidade. O Programa Integrado de Desfavelamento, ao realizar a venda de terrenos com baixo custo, prometeu a presença de toda uma estrutura urbana em volta. No entanto, na realidade, a presença do Estado na administração do Conjunto Palmeiras preocupou-se em estabelecer critérios para a vida no bairro¹⁸. É comum nas falas dos moradores o controle exercido por meio de regras de concessão de moradias ou até mesmo a ameaça de perder as residências caso não seguissem aquilo que era ditado pela Prefeitura.

Morar no Conjunto Palmeiras era lidar com essas situações que tinham um misto de alegria e de preocupação, haja vista as dificuldades com a distância dos postos de trabalho e até para conseguir comida. O completo contraste entre a proposta da Prefeitura e o que eles se depararam ao ir morar na região é evidente. A falta de recursos financeiros e a inabitabilidade que era inerente à região na época (vide mapa 1) dificultavam até a alimentação da população¹⁹. Outro fator que denota a miséria do período é a relação que esses moradores tinham com o aterro sanitário do Jangurussu, também conhecido como rampa do Jangurussu. O Conjunto Palmeiras passou a ser parte do bairro do Jangurussu, o qual, em 1978, abrigou o aterro sanitário, onde era despejado todo o lixo da cidade. Cabe destacar que o aterro tinha como vida útil um prazo máximo de dez anos, mas só foi desativado em 1998, gerando consequências na vida cotidiana das pessoas que viviam no seu entorno. Muitos comiam dos restos que eram depositados no “lixão”. Izaias (2008) relata que uma verdadeira economia informal se instalou junto com a rampa. Eram donos de depósitos que atuavam como atravessadores entre os catadores e as empresas de reciclagem. Porém, em sua pesquisa percebeu que “a fome que acompanha a trajetória de vida desses personagens é percebida nas entrelinhas de muitos depoimentos e [...] representa uma unanimidade entre os catadores” (IZAIAS, 2008, p. 83).

Os moradores do Conjunto Palmeiras não fugiam a essa realidade por ser uma fonte próxima de renda e alimentação. Nesse ambiente difícil gestou-se a vida cotidiana de várias sujeitos. Uma vida que deixou de ter o tom da espera e passou ser tocada sob o compasso da ação. Foi preciso compreender a relevância da condução e das conquistas das lutas do bairro. Pode-se afirmar que a partir da década de 1990, a organização coletiva não deixou de avalia-las e registrá-las, inaugurando uma relação que vai sendo aprofundada

18. Essa situação ocorreu até a gestão da prefeita Maria Luiza, em 1986, quando mudou o modelo gerencial da F.S.S.F. para Secretaria de Ação Social.
19. A existência de rios e lagoas no bairro é relatado pelos moradores como locais de onde muitos retiravam sua alimentação diária.

cada vez mais com o passar dos anos. Foi possível perceber, que ao longo dos anos noventa e nos anos dois mil, o passado do Conjunto Palmeiras se tornou uma fonte de preocupação de seus moradores na medida em que o que foi registrado, como foi registrado e o modo como foi contado revelam sentidos nas representações sobre o bairro. A relação entre quem produziu as sínteses e a contemporaneidade do bairro é um fator relevante para se perceber a memória sob o ponto de vista social, isto é, como resultado de escolhas, interesses e disputas que dizem muito sobre como os indivíduos e grupos constituem a imagem sobre si. Nesse caso, importa menos se o que se lembra foi uma situação real ou fictícia, pois o que interessa é o porquê de lembrar algo dessa ou de outra maneira, conferindo um sentido próprio às intenções pessoais ou coletivas.

[...] a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, podemos confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; outras, não podemos. Em ambos os casos, porém, a questão de nós considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de eles considerarem verdadeiras as suas memórias. [...] A memória social é uma fonte de conhecimento. Isso significa que faz mais do que fornecer um conjunto de categorias através do qual, de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio; dá também ao grupo matéria de reflexão consciente. Isso significa que devemos situar os grupos em relação as suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus próprios <<fantasmas>> e como os utilizam para fonte de conhecimento. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 41-42)

Dois documentos sobre a trajetória inicial do Conjunto Palmeiras evidenciam a necessidade de atribuição de sentidos ao passado e por isso contribuem para a construção de um passado a ser identificado como de todos. Eles foram representados em formato de cartilhas que dão conta de aproximadamente três décadas de vida do bairro, isto é, da chegada dos primeiros moradores até um ano antes da criação de um banco comunitário, inaugurado em 1998. São materiais que correspondem e constituem o fim de dois períodos na formação do conjunto. Um se refere aos primeiros anos de habitação no bairro, entre 1974 e 1990, e o segundo trata de um projeto de urbanização local que teve como foco a construção de um canal de drenagem iniciado em 1991 e concluído em 1995.

Logo, é preciso compreender que à criação desses materiais é atribuída

a produção de uma narrativa que se propôs a contar uma história do Conjunto Palmeiras, tendo um período que vai de 1974 a 1997 como base para a sua composição. Sobre isso, podemos refletir acerca da produção narrativa a partir do que Paul Ricoeur (1994) chamou de círculo hermenêutico, composto pelas mimeses, conceito de Aristóteles que atribui sentido às ações representadas. Para o autor, há pelo menos três mimeses, da qual a mimese II é aquela que media a relação entre a I e a III. É nessa mimese que é possível perceber que a ideia de tempo ganha um outro sentido que vai além do cronológico. O tempo nesse entendimento é compreendido como diverso na concepção agostiniana e exemplificado na mimese I, pois ela diz sobre um mundo já existente, com sua própria temporalidade, pronto a ser tomado pelo autor que ganha status de produtor. Nesse movimento de tomada de elementos pré-existentes de um mundo é que se elabora a intriga de uma narrativa de forma configurada, ou seja, a mimese II. Desse modo, acontece a mediação, pois toma os fatos/acontecimentos isolados e os transforma em uma história narrada com um tempo próprio.

Seguir uma história é avançar no meio das contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na conclusão. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá a história um “ponto final”, o qual, por sua vez, fornece o ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história, é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos. (RICOEUR, 1994, p. 105)

Partindo dessa compreensão, o que Ricoeur (1994) entende é que há em toda narrativa a formação de uma intriga que se baseia em elementos do mundo, elementos diversos que são coerentemente integrados a uma história, constituindo uma determinada temporalidade e, lida, posteriormente, por aqueles que recebem o tempo humanizado (para seguir a própria expressão do autor) através da narrativa. Ser influenciado pela narrativa configurada é a mimese III, entendida pelo autor como recepção, ou seja, como a partir desse mundo configurado ela retornou ao mundo vivido pronto a ser recriada pelo leitor. Portanto, quando se trata das cartilhas da série memórias de nossas lutas, visualizamos a sua criação a partir de um mundo configurado com elementos diversos que foram colocados em formato de narrativa. Nota-se, na realidade, a criação de uma temporalidade que ultrapassou o sentido cronológico para dar lugar a um sentido narrativo. Como o autor de tempo e narrativa afirma, colabora-se nesse modelo de

narrativa o que chamou de concordância discordante no qual elementos pré-narrativos são configurados a fim de constituir uma intriga, isto é, elabora-se um tempo, o tempo narrado. Isso fica evidente à medida que folheamos os documentos, pois percebemos o modo como ele foi construído, dispondo de diversos eventos sobre o bairro a fim de dar uma noção de totalidade e coerência.

A necessidade de dar uma noção de totalidade à narrativa e a criação de uma temporalidade específica abre caminho para que entendamos que essas cartilhas são resultado de uma miscelânea de experiências que foram sistematizadas a partir das memórias significadas dos moradores, ou seja, elementos que partem de um mundo vivido e experimentado por esses sujeitos que, ao exprimirem seu modo de ver o passado, elencaram, como entende Ricoeur (1994), aspectos pré-narrativos que são, como define na mimese I, uma pré-compreensão sobre o agir humano. Ou melhor, é o entendimento de que as experiências configuradas vieram de um lugar que já possuíam uma representação, uma temporalidade e uma compreensão de mundo próprio, transformado pela criação da narrativa. Ao nosso ver, as memórias dos moradores que foram mobilizadas para a produção da cartilha são a expressão de como eles imaginaram e atribuíram opinião acerca dos eventos vividos individualmente e que, ao serem dispostos em uma narrativa, tiveram a pretensão de serem experiências coletivas.

Isso posto, é salutar refletir sobre o processo de produção das cartilhas porque é a oportunidade de perceber quais os caminhos percorridos pelo bairro até o momento e que imagens sobre si foram criadas. Em realidade, devemos pensar como as cartilhas foram experiências pioneiras no Conjunto Palmeiras em relação ao tratamento dado à memória local evidenciando quais os interesses que os levaram a produzir essas sínteses a partir da década de noventa e como elas foram capazes de comunicar internamente compreensões sobre as conquistas realizadas, as lutas populares e as necessidades sentidas pela população do bairro. São documentos que inauguraram a relação deles com o passado que lhes importava lembrar, resultado da tentativa de compreensão sobre onde chegaram, como chegaram e para onde poderiam seguir a partir da avaliação que essa sistematização criou.

2.2.1 Um modelo pedagógico: coletividade e unidade

Podemos olhar as cartilhas com o objetivo de descortinar suas intenções, pois com a tentativa de sintetizar memórias e a transformação em um material que possui funções diversas é permitido indagar quais eventos foram considerados por eles relevantes; quais tipos de representações são constituídas sobre o bairro à medida que dispõe esses fatos em uma sequência organizada com determinado objetivo; e, sobretudo, como esses documentos revelam sobre seus moradores naquele momento, isto é, os desejos, os anseios e as concepções de mundo que permeavam a partir de tudo que haviam passado sobre o qual agora refletiam. Desse modo, as cartilhas podem ser analisadas como documentos que expressam as concepções dos moradores do Conjunto Palmeiras em dado momento, pois

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente e inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas pra impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobre tudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupage, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 2012, p. 521-522)

Sob esse ponto de vista, importa ressaltar a promoção do curso de pesquisadores populares pela Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular coordenada pela Organização não Governamental (ONG) Cearah Periferia, cujo trabalho final era a produção de um projeto que pudesse ser aplicado nas localidades nas quais os participantes do curso viviam. Segundo Carvalho (1996), a ONG teve como referência inicial o curso de formação de lideranças comunitárias na América Latina, realizado em Fortaleza e em Guadalajara, no México. Em 1991 e 1992 formou mais duas turmas no Brasil, especificamente em Fortaleza, trabalhando em regiões periféricas da cidade em que se configurasse uma comunidade carente.

A metodologia do trabalho pauta-se na compreensão do processo de aprendizagem segundo a visão construtivista, onde o aluno é visto como sujeito de sua capacitação e co-responsável maior por todo conhecimento produzido na escola [...] É importante ressaltar que a dinâmica de aulas participativas predomina no primeiro módulo, no qual se realiza uma reflexão teórica de questões como a reforma urbana, os conflitos urbanos em Fortaleza, os Movimentos Sociais Urbanos, o direito na cidade, a estrutura administrativa pública. [...] Nos quatro módulos seguintes efetivam-se oficinas de coletas de dados, de análise de dados coletados, de técnicas de devolução e de elaboração de projetos. [...] Ao final de cada módulo é exigido do aluno um trabalho final que pode ser feito em equipe ou individualmente, [...] Esta primeira fase constitui o ciclo de “formação básica” [...]

.....
A etapa seguinte é denominada “especialização”. Nesta, os participantes devem utilizar os conhecimentos adquiridos na “formação básica” e elaborar um projeto para o seu bairro, com a temática ou do planejamento urbano ou da pesquisa popular. (CARVALHO, 1996, p.105)

João Joaquim de Melo Neto Segundo foi uma das lideranças comunitárias que participou, pois o curso exigia que houvesse, no mínimo, o 1º grau (hoje ensino fundamental) concluído. Como isso era muito raro no Conjunto Palmeiras, o seminarista acabou se encaixando no perfil desejado. O seu trabalho final consistia em uma das opções propostas pelo curso e tinha relação com a produção de um material que pudesse compor a história de organização do bairro. Desse modo, surgiu a primeira cartilha da série “Memória de Nossas Lutas” que contou com apoio da ONG na composição de uma narrativa sobre as duas primeiras décadas de existência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza.

A cartilha produzida em 1991 ganhou o título de Habitando o Inabitável e tem relação com o seminário homônimo feito em 1989, em que, reunidas, as organizações e associações do bairro estabeleceram o que deveria ser feito para a sua melhoria nos anos que seguiriam. Nesse sentido, é preciso destacar que, à época, a presença dessas organizações e associações aprovaram a criação de uma espécie de conselho, denominado UAGOCONP (União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras), em 1991, que administrou as decisões sobre as ações empreendidas a partir de então para a melhoria do bairro.

É sob esse ambiente que se tem a criação do primeiro volume.

Produzida como um trabalho final do curso de formação de lideranças, a sua confecção requereu um trabalho coletivo. A relação de estabelecimento de falas que se relacionou com as lembranças dos moradores sobre os primeiros anos de vida no Conjunto Palmeiras representou o momento em que os depoimentos orais tornaram-se escritos e passaram a constituir um material que pôde ser consultado a qualquer momento. Dessa forma, a vida no bairro transformou-se em coletiva à medida que a primeira representação sobre eles pôde estar às mãos dos moradores, uma narrativa que se pretendeu de todos para todos. .

O processo que culminou em recolher as falas aconteceu em reuniões na sede da Associação dos Moradores durante um período de quatro meses, onde foi criado um grande painel em que foram registrados os eventos rememorados pela população. Joaquim, responsável pelo projeto da cartilha, contou-nos que essa foi a primeira experiência de consolidação de uma memória do bairro, de maneira sistematizada. Foi uma forma de tornar a história de cada um importante ao passo que, para ele, um evento só é considerado relevante quando alguém dá o devido valor a ele, pois a “importância do fato é de quem viveu” (MELO NETO SEGUNDO, 2016, não paginado).

A metodologia tinha uma coisa boa. Que era assim, não era uma cronologia única. Então ela começava, quem foi o primeiro morador que chegou? - Eu cheguei - Chegou quando? - Em 1974. O que você fez, o que você presenciou? - Teve uma chuva muito forte e teve uma inundação - Foi boa ou ruim? Então, essa memória agora é ruim. [...] O que era bacana, chegou outra reunião, outra pessoa que não veio. Eu me lembrei de uma coisa que aconteceu em 1973, um ano atrás, você não perdeu oportunidade, você pode ir lá e registrar o fato que a pessoa narrou, se é bom ou ruim. Isso foi extremamente mobilizador porque as reuniões começaram com 10 pessoas...o que é isso contar história e tal, mas quando o pessoal via na parede, a sua história na parede [...], isso era fantástico!(MELO NETO SEGUNDO, 2016, não paginado)

A utilização dessa metodologia chamada por ele de linha de vida foi uma forma de fazer com que as pessoas se lembrassem dos fatos mais importantes sobre o passado no bairro. A organização cronológica não era fixa, ou seja, à medida que as pessoas chegavam para lembrar de um fato, avaliava-se a relevância positiva ou negativa, sendo colocado no seu devido lugar.

A experiência de lembrar, levado a cabo pelo projeto, possibilita-nos compreender, de acordo com Ricoeur (2007), o que é esse trabalho de recordação. Esse se caracteriza como uma forma de busca, uma necessidade de combate àquilo que está relacionado com o que há de mais contrário à lembrança, o esquecimento. Nesse sentido, quando há o esforço de recordar algo, o que se busca é combater o possível esquecimento daquele evento. É o que Joaquim em seu depoimento revela. À medida que as pessoas foram lembrando de eventos do seu passado, trouxeram do esquecimento àquilo que consideraram essenciais na formação do bairro, ao mesmo tempo em que se colocavam como parte integrante. Portanto, não era apenas lembrar dos eventos, mas, sobretudo, deixar claro que eles viveram e sobreviveram àquilo.

[...] A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo (Santo Agostinho dixit) ao “sepultamento” no esquecimento. Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer...de se lembrar. [...] Assim, boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer. (RICOEUR, 2007, p. 48)

Cabe destacar que, com os depoimentos, outros elementos passaram a compor a cartilha. Eles reúnem aspectos da vida cotidiana do bairro que vão desde os registros orais até as representações sobre como os produtores do documento desejaram ilustrar certas situações baseadas nesses registros. O repertório de imagens fotográficas é bastante rico e revela a ênfase que se desejou dar a certos aspectos da narrativa. Outro elemento presente no documento são as falas de uma peça de teatro que também servem como representação daquilo que consideraram ter vivido. A peça tem a função de criar uma ficção sob a inspiração da vida cotidiana das pessoas. É, nesses termos, uma narrativa dentro da narrativa constituída com base nas rememorações incentivadas quando da realização do projeto.

Em todo o material produzido há reflexões a cada momento elegido dentro do documento, transformando-se não apenas no material informativo do que foi, mas como a história ali apresentada seria capaz de comunicar, a partir das conquistas e do que foi vivido naqueles momentos, um sentido para quem lesse. Portanto, há que se colocar se a primeira cartilha, tendo

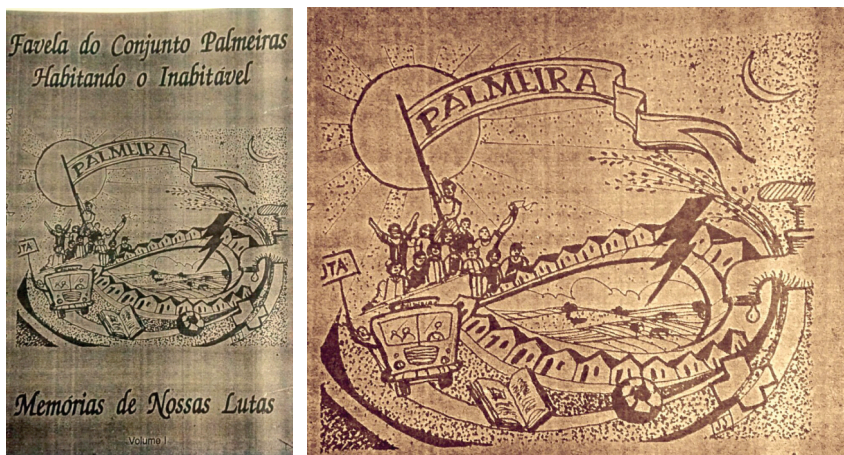
como referência a memória dos moradores dos primeiros anos do Conjunto Palmeiras, pode ser percebida como a expressão de um sentimento de unidade que se constituiu naquele momento do conjunto, ao passo que isso requeria não perder os ensinamentos que os primeiros momentos de luta do bairro conseguiu conquistar.

Diante disso, percebemos que há evidências presentes na articulação entre depoimentos, fotografias, ilustrações, peça e reflexões, dispostas no documento em locais que comunicam exatamente uma noção de construção coletiva de organização do bairro. Desse modo, eles são postos como referência à forma como aqueles grupos e associações organizados viam a luta que empreenderam naquele momento, mas também, como o modelo de luta construído deveria continuar fortalecido. O passado tornou-se para eles um elemento pedagógico necessário ao fortalecimento da união com a necessidade de construir a organização social em que pudessem continuar a garantir direitos importantes na estruturação do Conjunto Palmeiras.

Dito isso, destaca-se a forma como esses depoimentos, fotografias, ilustrações, peça e reflexões estão dispostas nesta cartilha com a intenção de contar um passado enfrentado, mas que serviria para mobilizar o presente a partir dos novos empreendimentos que chegavam à região, como projetos que se propuseram a fortalecer a manutenção e, como gostam de ressaltar, a urbanização do bairro. O projeto Prossanear (Programa de Saneamento para População de Baixa Renda) e o canal de drenagem, tema da segunda cartilha a ser discutida no momento oportuno, são exemplos dessa perspectiva que se abria ao Conjunto Palmeiras.

O modo pelo qual a narrativa e os elementos que ajudam a compô-la falam muito sobre o que desejavam comunicar naquele período. Nesse sentido, é salutar iniciar pela representação da capa do volume I.

Figura 3. Capa do Volume I da Série Memória de Nossas Lutas.



Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991.

A ilustração que mostra diversos elementos da memória do Conjunto chama atenção por ser uma capa vitoriosa. O sol, dando destaque à bandeira trêmula com o nome Conjunto Palmeiras, segurada por uma pessoa rodeada por outras com os braços levantados conota a ideia de união. Outros elementos reforçam essa situação, como: as casas, o ônibus com uma pessoa segurando uma placa com a palavra que pode compreender-se como LUTA, o jornal, a bola, a cruz, o raio, a lua e a torneira. Todos eles partem e chegam da população unida no lado esquerdo da ilustração, formando um círculo em que todos os elementos saem das pessoas reunidas e retornam a elas. Tudo isso rodeado por uma paisagem vazia. É destacado o sentido de construção do bairro a partir da luta que ajudou a conquistar serviços que antes não existiam na região, por isso esses elementos saem das pessoas de maneira ilustrativa, pessoas representadas em destaque, enfatizando a concepção de responsável pela conquista de tudo.

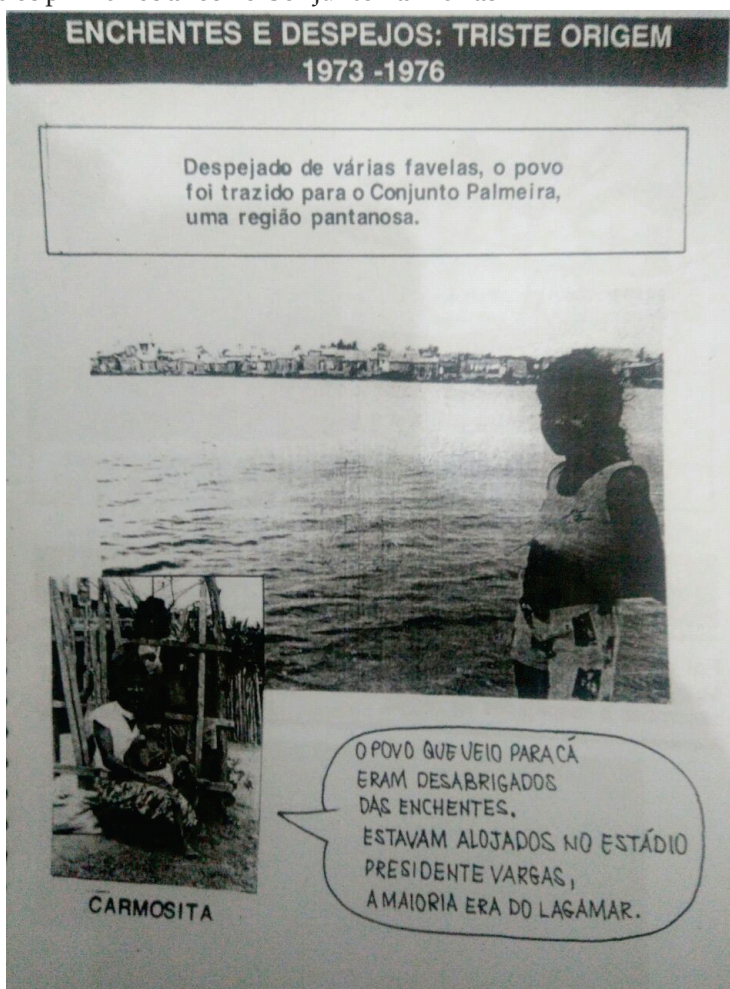
Nesse sentido, é possível destacar que cada elemento presente possui um significado que expressa essas conquistas. O raio pode ser compreendido como a dificuldade com a chuva, motivo pelo qual muitos dos primeiros moradores passaram a ir morar no Conjunto Palmeiras, como já explicamos em páginas anteriores. Mesmo lá, a chuva não deixou de assolá-los, pois era comum a existência de enchentes e de desabrigados na região por causa da existência de córregos e rio, somados a épocas chuvosas. A lua, rodeada por

estrelas na ilustração mostra bem uma das grandes dificuldades apresentadas, a falta de energia elétrica. É comum em locais que não tem iluminação ser possível ver o céu estrelado de maneira mais nítida. Contudo, o elemento que chama atenção, por ser representativo de uma luta específica e que tem grande destaque na ilustração é a luta pela água encanada. Apesar de um dos problemas ser exatamente a água por causas das enchentes, outra reivindicação era tê-la em suas casas. Não à toa, a torneira, do lado direito, assume uma posição bem privilegiada na ilustração, mostrando a importância que essa conquista legou ao bairro, embora também possa ser compreendida como denúncia da ausência de água na região na medida em que o pingo que sai da torneira conotaria essa falta. A denúncia sobre a água aparece em outros momentos na cartilha.

Pode-se verificar que a cartilha é dividida em duas temporalidades, tendo como referência as décadas de 1970 e 1980. A divisão temporal do documento é construída de modo que o leitor estabeleça uma compreensão sobre o que se passou durante esse período, ainda que a presença dos moradores no Conjunto Palmeiras durante a década de 1970 (6 anos) fosse menor do que a da década de 1980 (10 anos), o grau de importância elucidada sobre esse período é o mesmo, apesar de ter significados diferentes.

No primeiro momento da cartilha, as condições de saída dos moradores da sua vida em várias localidades da cidade são destacadas. Desabrigados das enchentes, vindos do Lagamar, Moura Brasil e outras regiões já mencionadas, foram primeiramente para o estádio Presidente Vargas para depois chegarem ao Conjunto Palmeiras.

Figura 4 - Página do Volume I da cartilha trazendo fotografia e depoimentos sobre os primeiros anos no Conjunto Palmeiras



Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.06.

A página da cartilha, na seção “TRISTE ORIGEM”, busca evidenciar as dificuldades que foram impostas aos moradores. A fotografia da menina com uma grande quantidade de água atrás dela, bem como ao fundo a presença de casas em péssimas condições, somada a da mãe e das crianças, revelam a noção de precariedade na vida dessas pessoas ratificadas pelos depoimentos que as acompanham e que afirmam o motivo que os levou ao Conjunto Palmeiras. Ironicamente, foram desalojados por causa das enchentes, mas

isso não significou fugir delas, pois, como ressalta a própria cartilha, viam o conjunto habitacional como um local pantanoso, ou seja, saía-se de uma área de risco para outra.

Por isso, a ida para o Conjunto Palmeiras é denotada como uma piora em suas situações. Apesar de trazer um depoimento elogioso à atitude do prefeito Vicente Fialho na tentativa de resolução da situação, outros revelam o que lhe esperavam no Conjunto:

Eu morava na favela Moura Brasil, tinha os que morava no Poço das Dragas, Favela Verdes Mares, Moura Brasil, Morro das Placas e esse mundo por aí. Aí o governo começa a construir grandes avenidas e retira as famílias de lá e jogam no Palmeira (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.07).

A situação de descaso, exemplificada com a última frase do depoimento, denuncia as características da imagem que se tinha do local à época. Não surpreende que as remoções em virtude de um processo de urbanização acelerada na cidade, construindo e/ou expandindo avenidas, outro fator que levou várias pessoas ao conjunto, sofresse resistência dos moradores e tratada pelos órgãos municipais como inexistentes.

Eu não vou desse jeito para o Palmeira, vou ficar no meu barraco até derrubarem. O pai de família que mora e trabalha aqui, fazendo um extra para melhorar o salário, se for para o Palmeira lá a família vai passar necessidade. Ele vai perder o ônibus, dormir na rua e chegar atrasado no emprego, por que não transferem a gente pra um mais perto da cidade? Tem muito terreno desocupado (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.08).

A reclamação não era apenas por sair de onde estavam seus postos de trabalho, como relata seu Inácio em depoimento para a cartilha, havia uma preocupação com o local onde o conjunto foi criado, que foi tratado inclusive como fora da cidade de Fortaleza, tamanha era a distância da região urbanizada da cidade. O seu questionamento acerca de não terem feito o conjunto mais próximo, demonstra o descaso das autoridades com essa população. A Ilustração que segue ao depoimento de Joana - “Eu vou até pra lua mas não vou para o Palmeira” (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.09), -

Figura 5 - Representação da distância que ficava o Conjunto Palmeiras

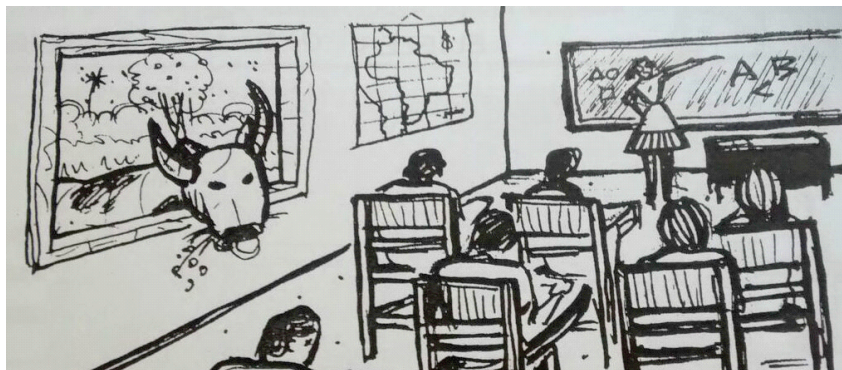


Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p. 9.

Considera que, mesmo não querendo ir para o Conjunto Palmeiras, acabou lá. A ilustração mostra uma mulher de braços abertos, próxima ao sol, com casas atrás. Do lado direito, em um tom mais escuro, com a lua e as estrelas acima, revela a distância do Conjunto Palmeiras para a “cidade” de Fortaleza, tão distante que o sol e a lua representam a alternância entre o dia e a noite na medida em que estão dispostos ao mesmo tempo na imagem, dando a entender que em um mesmo dia, em um local é manhã, em outro, noite. A metáfora do fuso horário ajuda a fortalecer, de maneira explícita, a fala de decepção em viver no local e conota ainda mais a relação de distância que o bairro representou para essas pessoas.

As condições materiais da região são apresentadas de maneira a denotar uma grande carência. Não bastava ser longe, outros problemas se agregavam. A seca, que acabou assolando-os, de modo que as cacimbas ficassem vazias dão o tom do que pode ser emblemático de uma parte da cidade que ainda não havia sido urbanizada. A relação do conjunto com o rural é um fator também presente no documento. A seca era uma realidade presente na vida do sertanejo cearense, muitos haviam fugido dela ao virem à capital.

Figura 6 - Ilustração da primeira escola do Conjunto
Palmeiras: a escola-estábulo



Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.11.

A representação do surgimento da primeira escola é outro elemento que fortalece a imagem do campo. Segundo o depoimento de Socorro Serpa, a escola ficava em um estábulo de boi, ilustrada com a cabeça do animal entrando pela janela e assistindo a aula de matemática da professora junto aos alunos e busca conotar, mais do que a falta de estrutura, a convivência com o meio rural ainda presente. O objetivo era agregar sentido ao fato de o Conjunto Palmeiras não estar localizado na capital que, de modo contraditório crescia urbanisticamente, sendo possível ver a ascensão de algumas regiões da cidade ao status de bairros nobres²⁰. A narrativa, portanto, inicia com um forte apelo à ideia de ausência de recursos e de distanciamento, argumentos propulsores na confecção de uma origem coletiva para o Conjunto Palmeiras.

A partir de 1976 alguns equipamentos começaram a chegar ao Conjunto Palmeiras, como o ônibus da linha Cruzeiro, uma parte da energia elétrica e a segurança para o bairro promovido pelo governo. No entanto, cabe destacar que, ainda que esses elementos tivessem ido para o bairro, isso não significou que havia qualidade no serviço. O contraste entre elogio e crítica à presença deles é presente nessa seção da cartilha.

A fundação botou segurança, era o cabo Martins, não tinha delegacia, prendia em casa. Botava os presos para trabalhar pra ele.

.....

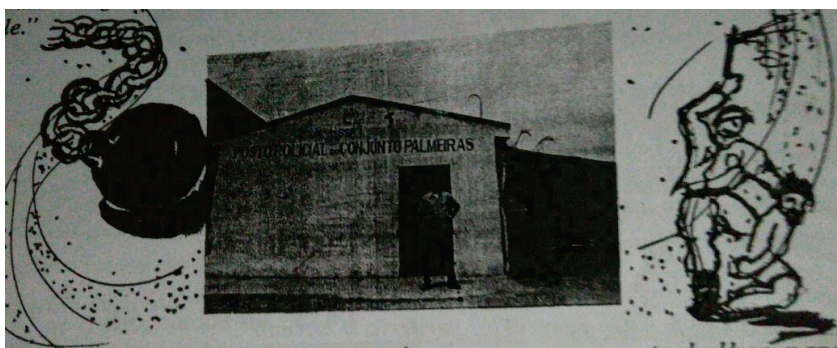
20. Os bairros da Aldeota e de Fátima podem ser considerados nesse processo à medida que a cidade se expandia para o sul e para o leste. O primeiro considerado um bairro que vai agregar, além de residências, prédios de alto padrão, o segundo abrangerá os segmentos médios.

O cabo Martins botava o provo para trabalhar para ele. Era violento, reprimia a organização do povo.

.....
Se o cabo Martins fosse mole não tinha dado jeito (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.13)

Apesar do elogio, nota-se que a imagem sobre a presença do cabo Martins em relação à segurança estava mais voltada para o autoritarismo e a violência. Quando comparamos a representação do cabo e as falas, o tom dado no documento é o de concordância com os dois primeiros depoimentos.

Figura 7 - Posto policial e representação do cabo Martins



Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.13.

No centro, a sua imagem de autoridade, em frente ao posto policial do Conjunto Palmeiras, referendado pelo símbolo da Secretaria de Segurança Pública (que se encontra na fachada do prédio) contrasta com as ilustrações que estão do lado direito e esquerdo da foto. Como as ilustrações têm relação com o modo como o artista interpretou tal situação, percebe-se que a corrente e a figura do policial batendo em uma pessoa confirmam a face violenta do cabo e, conseqüentemente, do Estado na região. Isso ainda é referendado pela última fala na medida em que a noção de ser mole tinha a ver com a ideia de não reprimir quem quer que fosse e deixar as situações sem a devida solução, ainda que fosse de maneira violenta.

Desse modo, a situação inicial dos moradores do Conjunto Palmeiras mostrava-se ainda pior. Colocados numa região sem condições mínimas de

habitação saudável, a presença de equipamentos públicos não cumpriam a sua função, visto a péssima qualidade dos poucos serviços que passaram a existir lentamente. Por isso, durante a década de 1970 ainda é possível perceber os princípios de uma organização entre os moradores com a criação de uma emergência comunitária, responsável por levar os doentes da região para os hospitais. Junto a esse primeiro movimento coletivo, a noção de organização passou a contar com a presença de padres redentoristas e a construção da Igreja Católica.

Revela-se de forma bastante destacada o papel da Igreja Católica nesse momento para a organização do bairro. Embora a noção de organização seja também representada com a construção do Centro Social Urbano e com a criação da representação de quadra é possível comparar esses dois momentos de organização. Enquanto, em relação à Igreja, há na cartilha um consenso de participação da instituição na melhoria e na organização do bairro, porém, quando se fala na influência da representação de quadra, esse consenso inexistente.

As assistentes sociais tinham dificuldade de trabalhar com as lideranças comunitárias. Queriam nos alienar

.....

Fizeram também coisas boas.

.....

As assistentes sociais não se entendiam com os padres. (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.16-17)

A visão apresentada sobre os padres e as assistentes sociais tinha relação com a noção de participação coletiva. Atribuiu-se a prática de tutelamento às assistentes sociais, devido a sua forma de atuação, como ironicamente é ressaltado no trecho da peça:

[...] de hoje em diante vocês serão os meus representantes de quadra, você Maria me representará na quadra 48 e você João me representará na quadra 24..Qualquer problema vocês vêm até mim e eu levo até o excelentíssimo, digníssimo, perfeitíssimo prefeito e ele resolve para vocês. (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.18)

As falas da peça são de um momento posterior à década de 1970. Momento contemporâneo à produção da cartilha em que a noção de movimento organizado já havia se gestado e as pessoas que participavam compreendiam de que modo conseguiram conquistar seus direitos. Por isso, a sátira, representada pelas palavras “perfeitíssimo”, “digníssimo”, “excelentíssimo” e pela ideia de que “ele resolve para vocês” evidencia que o modo como as assistentes sociais procediam não coadunava com as experiências de organização que esses moradores desejavam ou consideravam corretas. Ainda que as assistentes sociais tivessem contribuído quanto às primeiras formas de organização²¹, para eles, em meio a concepção de unidade comunitária que foi tão fortalecido no momento, a relação com elas não foi bem vista, considerando-as como empecilhos à organização popular haja vista que eram membros governamentais.

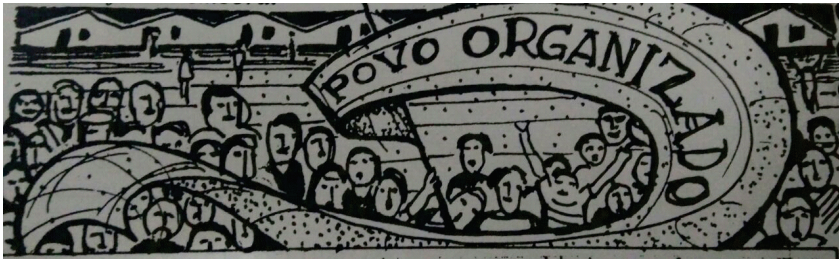
Essa primeira parte do documento, termina com o seguinte questionamento: O que é preciso para morar bem? Ora, essa reflexão dá ênfase ao que eles entendiam que era necessário ao Conjunto Palmeiras naquele período. Não bastava pequenas ações, por isso, a década de 1980 é o momento do nascimento das “PRIMEIRAS GRANDES LUTAS”, enfatizado, inclusive, como título da seção que representa os eventos que passam a ocorrer no ano de abertura da década. Dito de outra forma, a narrativa propõe que ali se inicia, de fato, o entendimento que era preciso unir forças para construir o bairro no qual queriam viver.

É possível compreender que a narrativa trata esse período como uma evolução em relação à organização comunitária. É durante a década de 1980 que o sentido de luta coletiva ganha mais vigor segundo esse material. A narrativa passa a dar bastante ênfase à iniciativa popular, desde as reivindicações de rua até a organização em instituições populares, a exemplo da criação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras.

Nesse sentido, é emblemática a ilustração da Figura 8 que mostra, de forma bastante clara, uma grande quantidade de pessoas reunidas segurando uma bandeira trêmula com a frase: “Povo Organizado” e logo abaixo uma reflexão que diz muito sobre o sentido imposto por essa cartilha: “Como o povo pode se organizar na comunidade para fazer melhorar o transporte, a água, a luz e o calçamento das nossas ruas?” (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.21)

21. Carvalho (1996) diz que há referências às reuniões com a representação de quadra como momentos de discussões dos problemas do bairro. Afere que há indícios de aprendizado relacionado à reflexão sobre o que era necessário melhorar, ainda que o entendimento sobre esse modelo fosse controverso entre alguns moradores.

Figura 8. Representação da necessidade de organização na década de 1980



Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p. 21.

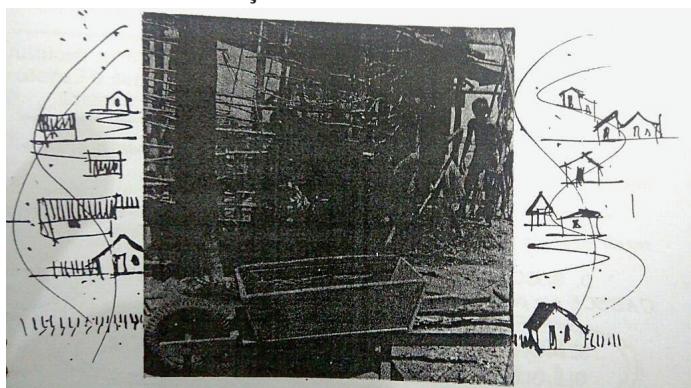
A expressão “fazer melhorar” diz muito sobre o modelo de organização e entendimento sobre as lutas sociais que se tinha. A espera por benefícios governamentais não estava em questão. A crença era que só poderia conseguir algo indo atrás, mas não de qualquer forma. Era preciso estar organizado. A imagem que vem antes da reflexão na cartilha denota exatamente a concepção de que tais conquistas só viriam a partir deles mesmos.

Essa reflexão é uma deixa para a continuidade da narrativa que passa a ter como referência principal a criação da ASMOCONP e a Creche Comunitária. A noção de unidade passa a ter como exemplo de luta a presença da associação como instituição idealizada pelos moradores. Essa organização faz com que a ideia de dependência com o poder público seja cada vez mais rara, pois o que se nota é o desejo total de autonomia em relação às deliberações que achavam importantes tomar na construção de um bairro melhor.

Agora vamos enfatizar a luta por moradias populares, relatando a ocupação das casas da Marinha, recém construídas, a ocupação e o loteamento no terreno da Piçarreira e a utilização do terreno que fica atrás da escola Aldaci Barbosa, que servia de depósito de lixo, como revela o depoimento de Seu Augusto: “o que queremos é terra pra morar, e ela está aqui, não pertence nem à prefeitura nem ao Governo, a terra é do povo e estamos dentro dela.” (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.29).

A forte preocupação com as lutas por moradias é demonstrada a partir da opção em que se dá mais notoriedade a elas, tendo as contradições desse período em relação ao governo como pano de fundo. Desse modo, é importante ressaltar que outro exemplo da relevância dada à participação dos moradores é o orgulho em estarem participando de tudo no que diz respeito à transformação do Conjunto Palmeiras. Quando Francisco David diz que “O mais importante nesta iniciativa é a participação dos moradores diretamente nas decisões”(BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.27), referindo-se ao início das discussões para as obras de saneamento no conjunto, vê-se que não importava quantos projetos vinham por meio de governos e ONGs, mas todos deveriam ter a profunda participação dos interessados no processo. Esse espírito de união denotado na cartilha e referendado nas falas ainda pode ser percebido com a própria iniciativa dos mutirões nas ocupações que ocorreram na época.

Figura 9. Mutirão na construção de moradias



Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p. 28.

A fotografia do carro de mão e a construção dos barracos de taipa denotam o regime de coletividade na construção dessas moradias.

No mesmo período, a Associação dos Moradores começou um mutirão para construir a casa de 24 barraqueiros. O dinheiro foi conseguido com recursos da SEAC (Secretaria de Ação Social). Também em 1987, o povo desocupa as casas do Conjunto da Marinha, em troca de uma indenização de cinquenta cruzeiros, paga pela própria Marinha. (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p.29)

Apesar do apoio externo, seja governamental ou de ONGs, fica claro

que a participação popular se evidenciava. O mutirão foi um dos grandes exemplos dessa concepção de coletividade sendo realizada na prática. A partir da necessidade de moradia, a população se reuniu para a construção de ruas e habitação para aqueles que não tinham onde morar²²: “a gente limpava a rua e fazia uma rua, tudo em mutirão, não esperava pela prefeitura vim fazer a rua, não. [...] hoje, nós vamos abrir uma rua, ia todo mundo e abria aquela rua. (BEZERRA, 2015, não paginado). No Conjunto Palmeiras a Picarreira, Aldaci Barbosa e o Conjunto Palmeiras II, foram locais dentro do bairro em que essas ações aconteceram.

No final da cartilha, há a informação do I Seminário Habitando o Inabitável com a imagem de uma criança com a mão na boca, em frente a casa de taipa. Chamam atenção nessa passagem da narrativa as reflexões que vêm em seguida: “O que quer dizer Habitando o Inabitável?” e “O Conjunto Palmeiras hoje é habitável?”. Questionamentos que procuram desenvolver uma concepção para o leitor de que é preciso refletir sobre a possibilidade de viver naquele local, sob as circunstâncias que foram impostas, isso é, em um local inabitável, habitar era sinal de resistência a essas adversidades e, somente por meio da iniciativa popular, conseguiu-se.

O movimento “Olha nós aqui...de novo!” é a demonstração que a cartilha se encerra querendo dizer que o resultado desse período de habitar o inabitável deu-se sob a formação da unidade em relação à organização popular por meio de seus vários setores que compõem a expressão coletiva. É sob esse aspecto que a noção comunitária de coletividade é revelada. Ao final da cartilha há um questionamento final feito ao leitor que evidencia o incentivo a essa população à participação em movimento social: “Você faz parte de algum movimento: sindical, de igreja, de moradores, de mães, de arte?” (BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p. 34). O que importava, no final das contas, era fazer junto.

Sobre a organização popular no Conjunto Palmeiras e a noção de coletividade desse momento, caracteriza-se, sobretudo, a grande mobilização em torno da construção de um conselho consultivo sobre os assuntos do bairro: era a UAGOCONP. Reuniu líderes comunitários de vários grupos, organizações e associações, que nasceram no bairro nesses primeiros anos, exemplificado na tabela 1.

22. Dom Aloísio Lorscheider, em janeiro de 1989 publicou uma carta pastoral sobre o uso e a posse do solo urbano. Nesse documento, ele avalia as condições de pessoas que não tinham habitação em virtude da expulsão do sertão e que em Fortaleza existiam terrenos baldios que serviriam para a sua ocupação. Entende que a moradia é um direito inviolável e por isso conchama ações para garantir a conquista desse direito às pessoas. Uma dessas ações que propõe é a de “incentivos a soluções que adotem a “autoconstrução” ou mutirão, sem prejuízo da qualidade de moradia.” (LORSCHIEDER, 1989, p. 12-13).

Tabela 1 - Grupos organizados e associações do Conjunto Palmeiras em 1991 (Continúa)

Entidade	Endereço à época	Característica
Associação dos moradores do Conjunto Palmeiras	Av. Valparaíso	Problema de infraestrutura do bairro, transporte, água, saneamento básico
Associação Representativa do Conjunto Palmeiras	Av. Silvinha Teles	Problema de infraestrutura do bairro, transporte, água, saneamento básico
Associação Força Maior	Rua Caxambú	Problema de infraestrutura do bairro, transporte, água, saneamento básico
Associação de Mães Carentes	Rua Campinense	Organizar mães e menores do bairro para reivindicar melhores condições de vida. Distribuir alimentos, profissionalização e educação escolar.
Associação do Menor Carente	Rua Caxambú	Organizar mães e menores do bairro para reivindicar melhores condições de vida. Distribui alimentos, profissionalização e educação escolar.
Creche Comunitária	Av. Valparaíso	Atendimento a crianças de 6 meses a 6 anos de idade. Teatro de bonecos, biblioteca, padaria, croché e tricô.
Centro de Nutrição		Atendimento a crianças desnutridas. Visitas domiciliares de Agentes de Saúde
Funerária Comunitária	Rua Iracema	Atendimento de serviços funerários ao corpo de sócios
Grupo de Teatro Resistência	Av. Valparaíso	Treinamento e apresentação de peças teatrais com jovens e adolescentes.
Igreja Católica	Rua Modesta	Pastorais operária, do menor, da juventude, do negro. Grupos de comunicação alternativa, de mulheres, CECs, sacramento e outros.
União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras	Criada em 30 de junho de 1991	Entidade geral dos moradores do bairr. Reúne todas as outras organizações e trata os problemas do bairro.
Posto de Saúde	Pedro Sampaio – Av. Iracema e Evandro Ayres – Av. Caxambú	Vacinas, Curativos, Ginecologia, Pediatria, Clínica médica
Casa de Parto	Av. Valparaíso	Prevenção de Câncer, Pré-natal e Partos
CSU Evandro Ayres de Moura	Rua Caxambú	Cursos: Manicure, artesanato, croché, pintura em tecido; Esporte: Volley e futebol de salão; Distribuição de Alimentos: INAM (crianças até 4 anos)
Unidade de profissionalização e atendimento do menor	Rua Olímpio Ribeiro	Cursos: datilografia, bordado em tecido, pintura em tecido, artesanato de palha.
Salão da OPEFOR	Av. Iracema	Assistência ao idosos

Fonte: BORDINEAUX; MENEZES; SEGUNDO, 1991, p. 36.

Contudo, cabe ressaltar que a formação comunitária no Conjunto Palmeiras vai além da criação desse grupo organizado. Carvalho (1996), ao estudar os saberes envolvidos na formação das lideranças comunitárias do bairro, desenvolve o entendimento que vários foram os locais onde essas pessoas adquiriram a experiência em poder se organizar, fortalecendo a noção de unidade. Dentre esses locais ressalta a influência da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)²³, cujo objetivo era prestar assessoria direta no processo organizativo; as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento que se fortalece no final da década de 1970 no Brasil; Projeto Rondon; FBFF (Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza) e da participação política em partidos como o PC do B e PCB.

Assim podemos sintetizar que nesta primeira conjuntura, que se configura desde os primeiros anos do Conjunto (1974) até 1984, iniciou-se e consolidou-se o processo de organização dos moradores, principalmente a partir da fundação da ASMOCONP. Este processo contou com a atuação de diversas assessorias e entidades políticas como a CBS, A FASE, O RONDON, A FBFF, o PCB e PC do B. Predominava por parte da associação uma prática reivindicativa diante de um Estado que ainda não reconhecia os movimentos sociais. (CARVALHO, 1996, p. 80)

Outro momento que corrobora no fortalecimento dessa unidade é a eleição da candidata do Partido dos Trabalhadores, Maria Luiza Fontenele. Apesar de entender que a partir daí se configura outras forças na compreensão de lutas sociais, Carvalho (1996) atribui uma característica importante, que era a permanência da autonomia nas decisões sobre o que seria melhor para o bairro, mesmo que algumas de suas lideranças terem ocupado cargos durante esse governo.

Ainda que o governo chamado de popular enfrentasse oposições, mesmo dentro do seu partido, a autora revela que aqueles que o apoiavam tiveram a chance de ser indicados para a ocupação de cargos na administração. No caso do Conjunto Palmeiras duas entidades foram coordenadas por moradores: o Centro Social Urbano (CSU) e a Unidade de Profissionalização do Menor. Foram indicados pelo movimento popular da época, João Joaquim de Melo Neto Segundo e Augusto Barros Filho. Tal período é ressaltado como de grande aprendizagem haja vista que ficou a cargo da comunidade “o fato da associação participar no planejamento e execução de alguns projetos viabilizados em convênio com a prefeitura” (CARVALHO, 1996, p. 84).

23. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, fundada em 1961. “Na década de 70, apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e aos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, a FASE chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.” Disponível em << <https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>>> acessado às 16:28 de 19/04/2017. Carvalho (1996) cita a FASE como prestadora de assessoria aos moradores do Conjunto Palmeiras para a criação de uma associação de moradores.

Contudo, as divergências apareceram e o que importava foram os interesses da comunidade. É exposto pela autora o depoimento de Augusto que, junto com Joaquim, deixaram seus cargos na administração devido às incompatibilidades com a prefeitura.

[...] Eu fui diretor da Administração Popular, passei um ano nessa de diretor em repartição pública, mas eu tinha que ver, na época eu dizia, eu dizia pra Administração: Eu não vou vestir a camisa da prefeitura, eu vou vestir a camisa do movimento. E eu sempre dizia: Se é pra mim [sic.] oprimir os trabalhadores, eu não quero. E eu fui escolhido pra ser diretor...pela própria comunidade...tinha momentos que eu elogiava a administração, mas tinha momentos que eu criticava também, né? (BARROS, 1996 apud CARVALHO, 1996, p. 85)

Isso posto, a primeira cartilha da série Memórias de Nossas Lutas tem como pano de fundo o resultado dos primeiros anos das lutas sociais do Conjunto Palmeiras. Não é uma simples publicação que tem como papel guardar eventos importantes pelos quais os moradores passaram. É, sobretudo, a construção de uma narrativa que pudesse servir como agregador das lutas. Como o depoimento revela, o sentimento no final dessa década era de que o bairro ainda precisava de muitos serviços, ainda precisava melhorar e isso só poderia ser feito a partir da união comunitária. Essa perspectiva, como já exposta nesse texto, fica bastante clara nas reflexões que cartilha traz em cada seção. São reflexões que buscam orientar o leitor que só foi possível viver no Conjunto Palmeiras a partir das lutas empreendidas por seus moradores. Por isso, não podemos desvincular sua produção do próprio momento em que vivia o movimento social do bairro. Sem dúvidas ela é a expressão daquele momento na medida em que havia o entendimento de que quem conquistou foi a comunidade, com a comunidade e para a comunidade.

O tema do uso de memória para o presente e o futuro, as lições e aprendizagens que podem ser extraídas, podem ser vistas de diferentes perspectivas. Em uma perspectiva cognitiva, saber algo, “apreendê-lo”, tem consequências no desenvolvimento de estratégias alternativas racionais para a ação. A partir de uma perspectiva psicanalítica, o passado está no presente, de várias maneiras, na dinâmica do inconsciente. No campo da cultura, a ênfase é sobre o significado atribuído ao passado, de acordo com o quadro interpretativo e códigos culturais que permitem interpretar - de forma racional, planejada, mas também em práticas simbólicas e performativas de atores que, mais do que representar ou lembrar, apropriam-se e colocam elementos do passado em ação.” (JELIN, 2002, p. 121, tradução nossa)

É nesse aspecto que visualizamos o primeiro volume como um documento que buscava compor esse sentimento, isto é, era o resultado da organização do movimento social, mas é também a busca de continuidade dessa unidade. Nesse sentido, mais do que informar, desejava-se formar. Formar para o enfrentamento das dificuldades que o Conjunto Palmeiras ainda enfrentava, logo a receita para o sucesso só se daria de maneira coletiva.

[...] as demandas sociais que trazem à esfera pública determinadas versões ou narrativas do passado, ou as demandas de incluir certos dados do passado no currículo escolar ou na “história oficial” tem uma dupla motivação: primeiro, a explícita, ligada a transmissão do sentido do passado às novas gerações. A outra, implícita, mas não menos importante, responde a urgência de legitimar e institucionalizar o reconhecimento público de uma memória. Não se trata nunca de história e dados neutros, sem que estejam carregados de intenções sociais. Esta memória pode ser educativa ou formativa quando pode ser interpretada em termos “exemplares” (TODOROV, 1998 apud JELIN, 2002, p. 127)

A capacidade formativa do documento faz-nos concordar com a sua dimensão exemplar. Não bastava apenas dizer às futuras gerações como proceder, era preciso mostrar como foi feito. A narrativa foi pensada na perspectiva de enfatizar que a formação do Conjunto Palmeiras deu-se por meio de muitas mãos, mas principalmente daqueles moradores que, insatisfeitos com as condições impostas, puderam reverter muitas situações de descaso. Nesse sentido, os eventos elencados e racionalmente distribuídos ao longo do documento, foram elencados com a preocupação de serem representados de diversas formas, seja através de ilustrações ou a partir das falas da peça de teatro, mostram que a memória atende aos anseios de uma sociedade ou grupo em um dado presente a fim de forjar a sua identidade.

Sobre isso, François Hartog (2014), no livro “Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo”, dá-nos uma dimensão bastante ampla sobre a capacidade das sociedades em compreender e/ou buscar sentidos em determinada época. O autor propõe uma ferramenta de análise aos historiadores para que possam compreender como se dão as experiências com o tempo, em diversos momentos históricos. Nesse aspecto revela que há regimes em que o passado ganha elasticidade, servindo como exemplo para o presente, a fim de se construir o futuro, assim como também existem experiências, que chama de regime moderno do tempo, em que a perspectiva se ancora no futuro. É o tempo do progresso, da ciência e da

tecnologia que traça para as nações no século XIX uma linha de desenvolvimento rumo ao futuro. Por fim, vê que essa perspectiva de futurismo, como denomina, a partir de meados do século XX começa a dar lugar a outra perspectiva, a do presentismo.

Mesmo considerando que esse regime presentista carece de certeza, o autor coloca-se sempre numa posição de dúvida sobre ele, elabora condições reflexivas para que possamos pensar sobre os elementos que compõem a sua concepção. Nesse aspecto, uma das análises que faz sobre o presentismo é a sua capacidade de constituir uma ideia de passado e uma ideia de futuro, tendo como foco, sobretudo, a força do presente. No caso das cartilhas, a dimensão exemplar é a condição de constituição das lutas para o futuro, contudo quem estava determinando como o passado ou futuro deveria ser pensado era exatamente a necessidade desse grupo no presente, isto é, a necessidade de colaboração coletiva com a construção de lutas sociais a partir da comunidade.

O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. (HARTOG, 2014, 148)

Portanto, as cartilhas atendem a esse anseio do presente, como chama atenção Hartog (2014): um presente onipresente e onisciente orquestrando as relações com o passado e com o futuro. Isso ficou ainda mais evidente quando, em 1997, foi lançada a segunda cartilha da Série “Memórias de Nossas Lutas” que, de maneira enfática, registrou os eventos do bairro a fim de que as ações que passavam a compor o volume II fossem eternizadas na memória, isto é, um presente que objetivava constituir que passado e que perspectiva de futuro se desejava.

Tudo isso devido ao fato de que o segundo volume, apesar de querer ser colocado como uma continuidade das lutas sociais responde aspectos bem diferenciados quanto à representação que é apresentada na primeira cartilha. Ela se desenvolve sobre um projeto que foi iniciado no Conjunto Palmeiras na década de 1990, que ganha forma e aplicação contemporaneamente ao lançamento da primeira cartilha e da construção da UAGOCONP, cujo papel foi fundamental nesse período, uma vez que foi sob

as condições decididas em assembleia que o projeto chamado de PRORENDA se consolidou.

2.2.2 Conquistas negociadas: o modelo de gerenciamento nas lutas populares

Antes de analisar especificamente a cartilha denominada “O Canal de Drenagem” é necessário compreender que a sua produção está inserida também nesse projeto, cujo objetivo, “era proporcionar melhores condições de vida às populações residentes em áreas faveladas, com a promoção da integração social, física, jurídica e econômica dessas áreas ao contexto da cidade.” (PRORENDA, [199-],p. 01).

Dentre esses objetivos, a comunidade decidiu utilizar os recursos para a construção do canal de drenagem, e ainda pôde servir-se deles para a construção da sede da associação dos moradores do Conjunto Palmeiras, da Associação Beneficente de Valorização da Vida (ABVV) e a praça do Conjunto Palmeiras. Mas também, importa ressaltar que, concomitantemente com a obra, foi criado um documento chamado Plano Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI) que diagnosticou os problemas do bairro a partir de uma metodologia de participação coletiva, a fim de pensar propostas de intervenções em diversas áreas do conjunto.

O documento é dividido em duas partes: diagnóstico e diretrizes de desenvolvimento e projetos propostos. É preciso destacar que a maior parte do documento de referência traz como suporte a situação do bairro. É um raio x do Conjunto Palmeiras, desenvolve uma caracterização do bairro, expõe o que chama de evolução história (elege eventos significativos do bairro até aquele momento), aspectos sócio-econômicos, como desemprego, trabalhadores, onde realizam compras, uso e ocupação do solo e os serviços existentes, desde transporte público até o lazer.

Na segunda parte há o planejamento em que e como iriam intervir. Por isso as propostas se dividem em quatro eixos: Uso e Ocupação do Solo; Saneamento Básico; Sistema de Circulação; Desenvolvimento Comunitário e Geração de Emprego e Renda. Com isso, propõe-se um planejamento urbano de desenvolvimento do conjunto a ser aplicado. Logo, importa destacar que,

apesar de ter sido elaborado um documento que visava, sobretudo, o presente e o futuro do bairro, muito do que foi planejado não foi colocado em prática, haja vista que demandava grande investimento governamental, como demonstra o “Escalão Urbano Adotado”, isto é, o que era necessário para que aquela população tivesse uma qualidade de vida adequada. Sobre isso o PDCI é enfático:

Definidas as diretrizes de desenvolvimento já expostas, analisados os problemas e potenciais da comunidade do Conjunto Palmeiras e propostos os projetos para o seu desenvolvimento, considerando, inclusive, as contribuições da comunidade colhidas no último seminário, faz-se necessário definir e quantificar os equipamentos sociais e de serviços capazes de atender as demandas da população residente.

.....

Apesar de se localizar dentro do município de Fortaleza, uma grande cidade, dotada de alguns equipamentos metropolitanos, do ponto de vista macro-regional, o Conjunto Palmeiras, por sua condição de isolamento vivida até bem pouco tempo e por suas dimensões territoriais, requer o estabelecimento de todos os equipamentos [...].(PRORENDA, [199-],p. 38).

Portanto, os equipamentos necessários para a população do Conjunto Palmeiras naquele período²⁴ compreendiam nesse planejamento, por exemplo: hospital de urgência; no mínimo 25 salas de aula distribuídas entre pré-escola, primeiro e segundo grau; biblioteca pública; cabines de segurança; indústria com unidades que “cujo funcionamento não seja prejudicial ao meio-ambiente e absorva grande parte de mão-de-obra” (PRORENDA, [199-],p. 38), entre outros equipamentos que não chegaram a ser colocados em prática. O PDCI, portanto, é o resultado de um período no qual o modelo de lutas sociais empreendidas nos primeiros anos do Conjunto Palmeiras, cuja narrativa da primeira cartilha buscou expressar, se transformou.

Diante disso, como resultado das obras realizadas e da experiência vivida nesses anos de implantação do projeto, elaborou-se o volume II da série. O documento foi feito a partir de depoimentos daqueles que estiveram diretamente envolvidos com esse projeto. Nesse aspecto, as condições que envolveram a sua confecção já demonstram elementos que diferem da criação do primeiro volume e nos provocam a pensar, em uma perspectiva semelhante a do volume I, que fatores inerentes à narrativa (compreendendo que apesar de haver uma noção de continuidade, ela responde a um outro

24. O PDCI traz um estudo demográfico da região e considera, distribuída em um área de 118 ha, a presença de cerca de 21.000 habitantes.

momento no bairro) podem denotar uma nova dimensão acerca das lutas sociais.

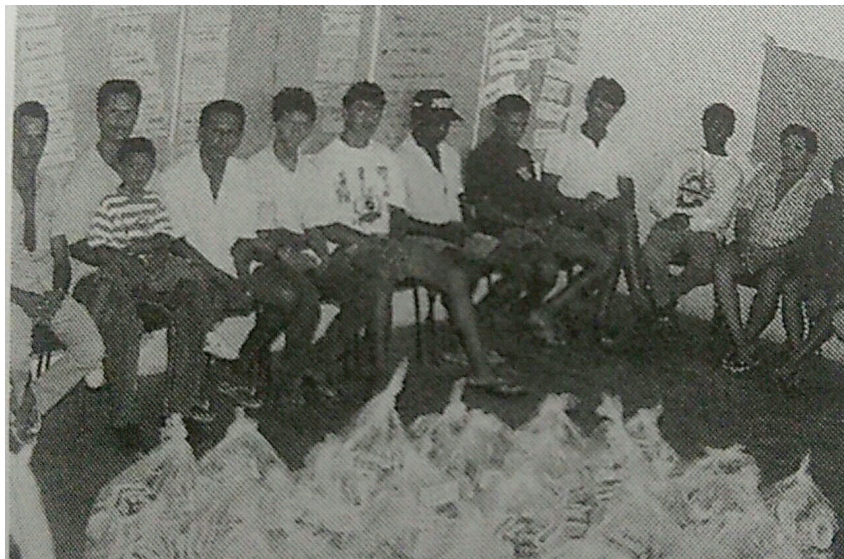
No volume II, além das falas, consta a fotografias dos depoentes. Todos têm sua fotografia exposta, situação que não ocorreu no primeiro volume, muito provavelmente pela dificuldade em ter objetos como câmera fotográfica. Porém, a quantidade de elementos como falas, ilustrações, fotografias de lugares e pessoas é bem pequena na cartilha, dando a entender que o volume se mostra uma publicação mais formal do que anterior, provavelmente porque sua realização se deu exclusivamente com a iniciativa dos moradores do conjunto e com recursos institucionais.

Nota-se um orgulho dos seus participantes, pois a narrativa tem a intenção de encarar esse momento do bairro de forma positiva para os moradores na medida em que há um aprendizado intrínseco nesse projeto entre aqueles que nunca tinham lidado com algo parecido. Na realidade, o aprendizado gerencial que eles tiveram, a capacidade de dialogar de igual para igual com técnicos que traziam consigo saberes formais, que, à primeira vista, se sobreporia aos desejos da comunidade, são motivadores desse sentimento. Portanto, a cartilha foi feita para expressar esse sentido, mas, por outro lado, ela deixa evidente que a relação de cobrança, de reivindicação sobre os governos, de mobilização em massa da comunidade para as melhorias do bairro deu lugar a outra concepção, a de negociação. A publicação é uma expressão do processo de institucionalização das lutas sociais no bairro como se toda a mobilização de rua da década anterior estivesse se concentrado na parceria que resultou na construção do canal de drenagem. O modelo deixa de ser o enfrentamento barulhento para o de conciliação entre as partes, ainda que a ideia de autonomia seja frequentemente ressaltada.

Ela demonstra ser um produto bem menos pedagógico e serve mais como uma prestação de contas à comunidade, ou seja, comunicar internamente sobre os benefícios que as negociações trouxeram para o bairro. A primeira evidência sobre essa afirmação pode ser constatada pela falta de reflexão ao longo do material, tornando-o algo apenas informativo. Segundo, porque esse tom busca chamar à população a avaliar o novo Conjunto Palmeiras: “Venha ver como ficou o Conjunto Palmeiras. Faça-nos uma visita!” (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 25).

Desse modo, o modelo de organização com as ilustrações da comunidade reunida, na rua, desaparece no material, revelando outro tipo de imagem a ser explicitada: a de reuniões periódicas de planejamento.

Figura 10 - Reunião dos trabalhadores do canal no período de Natal



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 19.

Assim como em uma empresa, é possível ver na imagem a distribuição de cestas básicas para os trabalhadores da obra. Era um momento de confraternização de final de ano. Nesse aspecto, cabe ressaltar que essas reuniões eram frequentes:

Além de trabalhar no canal, a gente participava das reuniões sobre o bairro e outros assuntos de nosso interesse. Se discutia sobre a obra, o nosso salário e por aí vai. A reunião era com a Assistente Social. No Natal a gente fazia uma festa de confraternização (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 25)

Nesse período, a ASMOCONP tornou-se o espaço de administração do empreendimento, onde as reuniões eram feitas e onde eram tomadas as principais decisões acerca dos procedimentos adotados no desenvolvimento do projeto. A cartilha, em vários momentos, traz essa noção: a de que os

moradores a partir daquele momento eram gestores e assim precisavam se comportar.

Figura 11. Capa do Volume II:



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 1998.

Nessa capa é possível ver duas fotografias que depois aparecerão ao longo da narrativa. A primeira, maior, com o título, “Canal de drenagem”, sobrepondo-a, mostra os trabalhadores na construção do canal ainda aberto. A segunda, mais abaixo e menor, na qual revela a obra sendo finalizada e fechada. Entre as duas fotografias há o subtítulo da cartilha: “A história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro”. Essa ideia de BUSCAR PARCERIAS não estava apenas relacionada à concepção de unidade que movimentou a narrativa da primeira publicação, mas a de que em um modelo gerencial o aporte de outros setores passava a ser essencial, isso é, não bastava ir às ruas reivindicar os serviços básicos junto ao poder público, era necessário negociar vantagens, levar investimentos para o desenvolvimento local.

A construção da sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras com recursos do PRORENDA denota isso. Não à toa, é a imagem que abre a publicação.

Figura 12. Sede da ASMOCONP construída com os recursos do PRORENDA



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 3..

A fotografia é a representação de algo que se deseja transmitir. O fotógrafo não é senão um selecionador, capturando aquilo que lhe interessa mostrar na condição de atribuir sentidos a uma realidade que procura mediar com suas lentes.

[...] a relação entre a história-conhecimento e a fotografia, interessa, fundamentalmente, ressaltar que as imagens fotográficas, assim como as literárias e sonoras, propõem uma hermenêutica sobre as práticas sociais e suas representações. Funcionam como sinais de orientação, como linguagens. (BORGES, 2008, p.72)

Desse modo, a fotografia do prédio da associação mostra uma construção recente, que, bem enquadrada em suas lentes, se apresenta um ar de grandiosidade. Ali, sem nenhum outro elemento que destoasse o sentido,

a associação assume o ar de imponente, revelando-se não apenas que essa publicação foi de responsabilidade da ASMOCONP, mas também toda a obra do canal. Somado a isso, revela-se no texto inicial da narrativa que “Esta cartilha é uma publicação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, elaborada por Pesquisadores Populares do bairro, com o apoio da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ” (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 03). Logo, ressalta-se que a condução do bairro estava sustentada pela mediação da associação, evidenciando o sentido institucional dessa narrativa.

Passamos 10 anos lutando pela drenagem do Conjunto Palmeira. O canal era uma grande reivindicação da comunidade. A obra tinha que ter boa qualidade. Era da responsabilidade da Associação que tudo desse certo. Nós estávamos vigilantes de dia e de noite. Tinha dia que pensávamos que era impossível se fazer a administração. Um dia contratamos um trator para fazer as escavações. Foi só começar o trabalho e o trator atolou. Ficou atolado duas semanas. Chegamos a pensar em desistir, contratar uma empresa para fazer o canal. Depois fizemos uma assembleia com os moradores e decidimos continuar nós mesmos. Essa decisão nos possibilitou ter todas as experiências que hoje acumulamos. A nossa força foi ter constituído um Conselho Local com todas as organizações do bairro. (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 10)

.....

O canal ficou marcado para filhos e netos. Eu gostaria de lembrar de algumas pessoas que ficaram na minha lembrança. O Brunken da Alemanha sempre ouviu a comunidade e fez boa administração com a gente. A Sandrinha que era mesmo que ser uma comunitária no meio de nós. O Paulo, um excelente arquiteto, sempre estava no local vendo a obra. O pessoal da comunidade, o Joaquim que sabia tudo do canal, o gerenciamento da Ivoneide e do Maximino. O Maximino me surpreendeu como ele aprendeu rápido toda a contabilidade. Foi tanta gente que nem consigo lembrar tudo [...] (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 11)

Ao relatar os problemas que enfrentaram ao longo do processo, Marinete revela que esse momento deixou como legado a experiência em lidar com essas situações administrativas de maneira coletiva, exemplificado pelo Conselho Local²⁵. Outro morador destaca a capacidade de algumas pessoas saberem gerenciar tão bem os aspectos relativos à obra. Nota-se, portanto, um destaque para a concepção de experiência que transforma alguém, deixando grande legado a essas pessoas e à comunidade, afirmando que “O canal ficou marcado para filhos e netos”.

25. Na condução dos trabalhos, algumas instâncias deliberativas foram construídas, entre elas o Conselho Local, formado por todos os grupos organizados do Conjunto Palmeiras e responsável pelas decisões todas as decisões.

A evolução da narrativa, embora comece de forma comemorativa em relação ao sucesso do canal, não deixa de apresentar os problemas envolvidos nas negociações que ocorriam entre moradores e técnicos da obra. Isso é típico de negociações que envolvem decisões importantes.

Em vários momentos o trabalho participativo “segurou” um pouco a execução da obra. Isso certamente levou a prazos maiores para a conclusão do canal. De uma maneira geral, a população soube absorver os transtornos naturais que a obra causava e sempre negociava alternativas para os problemas surgidos. Sempre um técnico participava das reuniões do Conselho Local. Quando se ia discutir uma questão polêmica no Conselho, as lideranças se articulavam antes para não ficarem divididas na hora. Dessa forma a gente ficava fortalecido. Mas nem sempre isso funcionava porque tinha liderança que só queria ficar do lado do governo. (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 14)

Nessas duas falas, a do arquiteto responsável pela obra, Paulo Garcia, e um líder comunitário, Marivaldo, é possível perceber o embate entre o saber formal dos técnicos responsáveis pela obra e os desejos da comunidade, movida pelo conhecimento de vida sobre o conjunto. Quando Marivaldo fala que as lideranças se reuniam antes para acordar sobre o que era melhor para comunidade e que nem sempre eles mesmos entravam em consenso, denunciando que algumas pessoas ficavam do lado governo, percebe-se que a imagem que se tinha sobre a presença governamental ali nem sempre era de confiança total. Ficar ao lado do governo denotava a ideia de estar contra os desejos da comunidade.

Os embates sobre como procederam nas decisões acerca da obra toma boa parte da publicação, cerca de sete páginas. As discordâncias estão presentes, tentando mostrar que a comunidade queria desmitificar a ideia que não sabia o que estavam fazendo. Afinal, nem sempre o saber informal, da experiência, é levado em conta nesses assuntos. Porém, é notório que toda essa seção narrada busca informar ao leitor que, ao final, tudo ocorreu como a comunidade queria.

Eu penso que hoje ninguém pode ser radical. A gente tem que ir ocupando espaços, sendo inteligente. No Prorenda a comunidade foi esperta e soube se organizar. Fizemos amizade com os técnicos e saibamos [sic.] o momento certo de fazer nossas propostas. Tinha vez que a gente perdia, tinha vez que ganhava. O importante era garantir que o poder de decisão ficasse com o Conselho Local. (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 16)

No depoimento de Socorro é salutar o sentido empreendido sobre a luta nesse período. Era preciso negociar. Era preciso ser esperto. Fazer amizade e no momento certo agir com suas propostas. Ora, a conquista de autonomia estava relacionada diretamente ao reconhecimento das instituições externas, da capacidade do bairro em tomar decisões, de forma que envolvesse todos no processo, com discussões para se chegar a um consenso. Compreender que era preciso falar de igual para igual. Portanto,

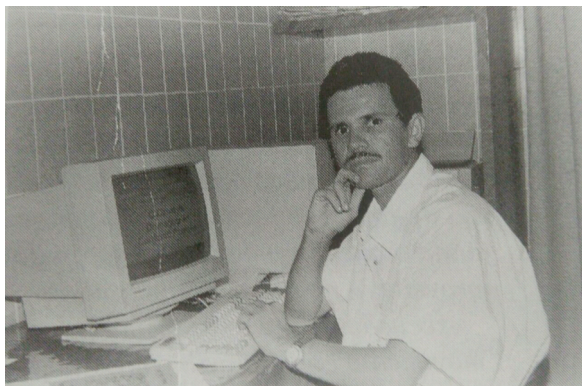
Construir o canal em parceria com o poder público, foi um desafio e uma grande experiência. A comunidade aprendeu a negociar e conheceu melhor as dinâmicas de funcionamento do estado. Criou um modelo de participação autônoma, tenho claro que trabalhar junto com o poder público, não significa ser subalterno, dependente, aceitar tudo...Pelo contrário, é decidir conjuntamente. (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 17)

Diante disso, evidencia-se que os moradores foram aprendendo a lidar com essas situações e conquistando seu espaço nas decisões na gestão dessa obra. Constrói-se a concepção de que não aceitavam decisões prontas daqueles que não conheciam os problemas dos que viviam no Conjunto Palmeiras.

As entidades do movimento popular têm que saber fazer as parcerias de forma que o poder de decisão realmente seja partilhado. A autonomia é o primeiro passo. Outro fator decisivo é a capacitação e planejamento. Quando íamos para as reuniões do Conselho de Integração levávamos documentos, cálculos, estratégias definidas sobre tudo que íamos discutir. Sempre nos informávamos antes qual seria a pauta, para melhor nos prepararmos. Quando se está bem preparado fica mais fácil negociar. De forma geral, conseguimos estabelecer um diálogo e um espaço de trabalho conjunto onde os dois lados aprenderam a buscar o consenso para se decidir questões polêmicas. (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 19)

O que o depoimento de Joaquim expõe é capacidade dos moradores em poder gerenciar uma obra com tantos recursos. O contraponto necessário para ganhar respeito dos técnicos da prefeitura e do governo do Estado.

Figura 13. João Joaquim de Melo Neto Segundo: líder comunitário e membro do Conselho de Integração da obra



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 25

Chama atenção essa imagem. Ao lado do computador, com a mão no queixo, a fotografia mostra que no Conjunto Palmeiras havia pessoas capazes de agir de igual para igual com arquitetos, engenheiros, etc. À frente de um objeto pouco usual naquele período, um computador, Joaquim aparece como um membro da comunidade que possuía muitas habilidades, não à toa, entre as lideranças comunitárias que estão na cartilha é o único que aparece em uma fotografia que claramente o coloca em uma posição gerencial. A fotografia de outros líderes, destaca-se por se apresentarem em ambientes diversos, como atrás da cerca, junto aos filhos, não deixando claro que tipo de ação faziam.

Contudo, a noção participativa não se deu apenas em relação ao gerenciamento da obra. A própria construção do canal foi feito por trabalhadores do Conjunto Palmeiras. Muitos se ocuparam nesse período, desde serviços como pedreiros até o de vigias, responsáveis por não deixar o material de construção sumir. Essa noção está presente em muitas fotografias, como já exposto nas páginas anteriores, quando trazem novamente as imagens da capa para exemplificar a participação e a relevância desses trabalhadores.

Por isso, ao final da publicação, a fala conclusiva de Marinete tem um tom que deve ser colocada à reflexão: “Quando terminou o canal a Associação saiu respeitada entre os moradores e com bagagem para negociar e realizar

outros projetos.” (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 25). Quando diz isso, dá a entender que houve um legado positivo para o bairro, tendo sua principal instituição à frente. Evidencia que a associação saiu fortalecida com uma imagem positiva dentro do Conjunto Palmeiras. Todavia, na própria cartilha, uma pesquisa realizada com 113 moradores que moravam às margens do canal e, portanto, diretamente envolvidos, revela um dado importante que contrapõe o depoimento de Marinete. Em uma das questões sobre quem teria sido responsável pela construção do canal, das respostas, 37 pessoas disseram que foi o Governo Alemão (GTZ), 30 afirmaram que foi a Prefeitura, 29 não souberam responder, 21 pessoas disseram que foi a Associação de Moradores e, 07 afirmaram ter sido o Governo do Estado. Diante desses dados trazidos pela própria cartilha, podemos perceber que a imensa maioria dos moradores, cerca de 92 pessoas, não associaram a construção do canal à participação da ASMOCONP. Embora isso se mostre contraditório nessa publicação, pois ela tem como sentido mostrar a capacidade de realização do bairro nesse tipo de obra, é possível questionar até que ponto a comunidade tinha conhecimento de que foram pessoas dali que estiveram presentes na construção dessa obra.

Outro ponto relevante da cartilha, pois revela de maneira sutil para onde todas as atenções das lutas do bairro estavam voltadas é a fala de Augusto.

Nós participávamos das decisões do projeto. As coisas não vinham de cima para baixo, os espaços eram abertos, as decisões sobre o canal eram tomadas com a comunidade. Isso geralmente não acontece com os projetos do governo. No caso do Canal nós discordávamos, discutíamos e se acertava os pontos. Mas sempre dissemos que as entidades não ficassem esperando só pelo Prorenda. Teve um momento em que o movimento parou e ficou esperando que tudo viesse do projeto. As vezes ficávamos discutindo só o canal, esquecendo as outras bandeiras de luta, com a educação, saúde, etc. Foi preciso reclamar dos companheiros para que retomasse as lutas de antes. (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 17)

O líder comunitário não deixa de fazer uma crítica ao projeto e, de certa forma, notar a diferença entre as lutas anteriores e essa. Revela que eles ficaram esperando demais pelo PRORENDA, considerando que o movimento parou, discutindo apenas assuntos relacionados ao canal de drenagem. O esquecimento das outras bandeiras de luta é um ponto alto da publicação e denota que outros assuntos não pareciam mais relevantes nesse momento. Apesar de a comunidade ainda ser deficiente em muitos outros

setores, essas pautas não são ressaltadas na cartilha. Isso pode ser justificado pela necessidade de divulgar o trabalho da Associação na medida em que o desconhecimento da população imbuía em ressaltar o envolvimento dela nessas ações, ou ainda, podemos avaliar como sendo a representação da transformação no modelo de lutas sociais antes desenvolvidos, revelando outra forma de agir.

Diante do cenário que essa cartilha expõe, algumas considerações merecem destaque. A primeira delas diz respeito a capacidade gerencial dos moradores que legou a eles a possibilidade de aprender lidar com situações, antes, inimagináveis. Mexer com orçamento, com engenharia, com gestão de pessoas no que diz respeito a pagamento, contratação e demissão de trabalhadores disponibilizou aos envolvidos aquisição de saberes que em muitos casos só se obtém cursando uma universidade²⁶.

Carvalho (1996), em seu estudo, considerou que muito do que se aprendeu no Conjunto Palmeiras, no que toca às lideranças do bairro, foi em vivências que tiveram a oportunidade de participar. A autora divide as lideranças em dois grupos: as críticas e as integradas. Considera as primeiras como lideranças que trabalhavam de forma coletiva, junto com a comunidade, enquanto as segundas, apesar de trabalharem com o objetivo de melhorar a comunidade não trabalhariam com ela, mas para ela. Contudo, as duas podem ser vistas como lideranças que, de alguma maneira, muito aprenderam no que chama de “Escola da Vida”, ou seja, em ambientes variados que disponibilizaram a possibilidade de saber redigir documentos, negociar, encaminhar as reivindicações pelos trâmites legais, saber conviver com as diferenças, entres outros. Muitos aspectos pelo quais é bastante ressaltado na cartilha.

Tal pedagogia expressa-se no trabalho coletivo que realizam, onde aprendem, apropriam-se, criam e recriam instrumentos eficazes aos seus objetivos como os já citados projetos de atas e ofícios, entre outros documentos, as diversas formas de pressão, que através dos meios de comunicação, quer nas constantes idas aos órgãos de governo; a negociação necessária ao estabelecimento de diálogo com seus opositores; a convivência com os divergentes para que mantenham coletivamente organizados; o planejamento de sua ação, com o estabelecimento de prioridades, e por fim a reflexão constante da metodologia do trabalho junto aos moradores.(CARVALHO, 1996, p. 201)

Outro fator que importa discutir e tem relação direta com o saber

26. Na pesquisa de diagnóstico presente no PDCI é possível verificar o grau de instrução da população: analfabetos (13%); alfabetizados (32%); primeiro grau incompleto (49%) e Instrução mais elevada (6%).

formal é a importância dada à noção de coletividade. Essa noção, presente também na primeira cartilha, é um fato agregador que buscou alimentar a luta dessas pessoas. Por isso, consideramos que trabalhar em prol de um grupo tem a ver com as relações que esse grupo estabelece entre si, identificando-se mutuamente, sabendo onde estão e que, unindo-se, tem a capacidade de resolver. A experiência transforma-se em coesão coletiva em virtude de um objetivo comum. São valores aprendidos sob a lógica da relação que os sujeitos estabelecem com suas vidas.

[...] Os valores não são “pensados”, nem “chamados”, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento”) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na famílias, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria. (THOMPSON, 2009, 240)

O autor, ao considerar a mediação da experiência na produção material da vida, provoca-nos a pensar que os sujeitos envolvidos são, sobretudo, influenciados e influenciadores das mudanças sociais. Percebe, nesses termos, que são historicamente relevantes as relações estabelecidas a partir das vivências dos sujeitos envolvidos. Não há como não relacionar isso com a vida no Conjunto Palmeiras. Submetidos a condições precárias de sobrevivência, a vida em comum se transformou entre aqueles que continuaram vivendo no local em um agregador para superar suas dificuldades. A esse sentimento, muitos saberes foram aprendidos e serviram para pensar e agir na transformação do bairro.

Diante disso, as cartilhas da série “Memórias de nossas lutas” são um modelo de síntese dessas vivências. Estabelecem narrativas que dialogam com os interesses presentes no momento de sua produção, mas são, sobretudo, a expressão de uma noção de trabalho coletivo que se empreendeu nesse período. São produções que possuem elementos diferenciados, mas compõem e buscam consolidar a experiência que viveram, tendo como foco a construção de uma temporalidade que vai desde a chegada dos primeiros moradores até o projeto de urbanização do bairro com a construção do canal de drenagem cujo objetivo era alimentar uma noção de pertencimento ao local. Entretanto, apesar de ser possível compreender essa relação de continuidade²⁷ na construção dessa síntese a

27. No início do volume II há a explicação que denota isso, pois concebe as cartilhas como “O registro da história [que] tem servido como subsídio para a elaboração de projetos de desenvolvimento, bem como para instrumentalizar as lutas populares” (ASSOCIAÇÃO..., 1998, p. 04).

partir desses volumes, entre uma e outra é possível perceber que o que motivou a construção desses documentos, ou seja, esse passado que se desejava guardar, na tentativa de construir uma imagem no presente sobre o passado e uma determinada expectativa de futuro, revela que o modelo de organização popular também se transformou.

São sintomáticas as mudanças que acabaram ocorrendo com as lutas sociais do bairro. A evidência principal é exatamente a própria cartilha, pois em nenhum momento importou ressaltar alguma reivindicação de rua que possa ter acontecido. Portanto, diferente da primeira, que buscou desde o início representar as lutas sociais do bairro a partir de uma união que estava na rua para as conquistas dos objetivos empreendidos pela comunidade. Portanto, nota-se que ao longo dos anos, as lutas sociais do Conjunto Palmeiras passaram a ser concebidas de duas maneiras diferentes: as que levavam as pessoas às ruas, cobrando dos governos ações no bairro e as que prezaram pelas negociações, atribuindo as conquistas à capacidade de gerenciamento da comunidade, em um claro movimento de institucionalização dessas cobranças.

No tocante à memória, percebe-se ainda um dado a mais: com o tempo, as duas cartilhas passaram a ser usadas de maneira diferente. Ao passo que o primeiro volume deixa de ser um documento facilmente encontrado no bairro, o segundo pode ser comprado entre as publicações sobre o Conjunto Palmeiras que são vendidas (na capa do documento apresentada acima, a cartilha é vendida por R\$ 5,00). Por que isso? Duas hipóteses nos possibilitam à reflexão. A primeira diz respeito ao tratamento dado à memória, um tratamento que no primeiro volume ainda não a entendia como um instrumento que poderia servir à valorização do bairro. O segundo, que tem relação direta com a primeira hipótese, é o fato de que a segunda cartilha dialoga de forma mais clara com o direcionamento tomado com a criação do Banco Palmas, um empreendimento cujo caminho se deu por meio do gerenciamento. Em resumo, a segunda cartilha pode ser vista como a origem de uma imagem de um bairro que sabe gerenciar grandes empreendimentos, servindo como base para atrair investimentos para a consolidação do banco. Não à toa, um ano após a publicação da cartilha, a ideia de criação dessa instituição torna-se realidade e aprofunda ainda mais a transformação no modelo de luta popular no Conjunto Palmeiras.

3 UMA MEMÓRIA PARA O CONJUNTO PALMEIRAS

Ao se dissertar sobre algo tão subjetivo quanto a memória é necessário entendê-la como produtora de sentidos sobre um passado. É nesse termo que esse capítulo busca refletir, pois ao analisar a constituição de narrativas sobre o bairro, entendemos as memórias sendo trabalhadas, forjando um delineamento de um caminho percorrido desde a origem, quando os moradores foram removidos e tiveram que ir morar no antigo conjunto habitacional, passando pela superação das dificuldades iniciais e pela notoriedade dada ao bairro, tendo em vista a primazia da ideia de um banco comunitário. Seu exemplo é levado a vários outros locais que desejaram a instalação de um banco popular que funcionasse com a mesma metodologia empregada no Conjunto Palmeiras. Pioneiro, tornou-se propagador da ideia, considerada virtuosa para órgãos públicos e privados. Por isso, buscamos compreender o funcionamento dessa instituição, levantando os objetivos que foram sendo delineados à medida que o seu crescimento foi acontecendo durante os anos 2000, período em que se constrói uma narrativa que visou, sobretudo, conectar o Banco à história do bairro.

A constituição de uma narrativa acerca do Conjunto Palmeiras será analisada a partir de um dos principais expoentes do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo. Nascido em Pernambuco, morou até a adolescência em Belém do Pará, onde se tornou seminarista e membro de movimentos de resistência à Ditadura Militar no Brasil. Depois de tensões por causa da sua militância, decidiu morar em Fortaleza, a partir de um projeto do Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloisio Lorscheider, denominado “padres da favela”. Foi durante esse período que ele conheceu o Conjunto Palmeiras, onde resolveu viver. Ainda como seminarista, envolveu-se em diversos dilemas do bairro, participando ativamente das lutas sociais que deram o tom à vida dos moradores da região durante os anos de 1980 e 1990.

Sua biografia é discutida nesse capítulo para que entendamos os motivos que o levaram a se tornar um narrador do Conjunto Palmeiras, a ponto de sua memória pessoal se imbricar com a memória coletiva do bairro. Isso fica evidenciado quando analisamos palestras e entrevistas em que relata a sua vida e a do Conjunto Palmeiras. Mas, a maior evidência da relação entre memória pessoal e coletiva está disposta em sua autobiografia, intitulada “Viva Favela”, lançada no Brasil em 2014. Vida pessoal e coletiva que estabelecem caminhos convergentes quando se trata da formação de uma história sobre a formação do bairro.

O tom de sua narrativa ao longo do livro possibilita-nos a compreensão sobre o que se lembra e como se lembra como fundamentais para se visualizar a sua perspectiva de formação do bairro. Dessa forma, percebe-se nela uma temporalidade evidente que foi criada. Primeiramente, visualiza-se uma narrativa de constituição das lutas sociais e da vida no Conjunto Palmeiras, antes do Banco Palmas, em que ressalta a maneira como se insere na vida coletiva à medida que as narra junto aos agentes de transformação local. O pós-Banco Palmas retrata o processo que consagrou essa instituição dentro e fora do bairro. No terceiro tópico desse capítulo buscou-se entender a narrativa desse primeiro momento, analisando como Joaquim concebe a transformação do que considerava uma favela para uma região urbanizada. Assim, a intriga que se constitui ao longo desse primeiro momento tem como objetivo justificar todo o aprendizado que culminará na inauguração da instituição financeira local. Com isso, o Banco passa a ser o protagonista com a qual a narrativa foi orientada.

Em resumo, à medida que a metodologia de um banco com os princípios do Palmas foi divulgada, uma narrativa que dá sentido positivo a esse feito vem junto com ela e, nesse caso, é uma narrativa que envolve todo o caminho trilhado desde a chegada dos primeiros moradores ao Conjunto Palmeiras. Desse modo, Joaquim pode ser considerado essencial na veiculação de um passado orientado em virtude da expansão da instituição financeira.

3.1 UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA: O BANCO PALMAS

Em 20 janeiro de 1998, reunidos na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, a inauguração aconteceu às 19 horas. O que ocorreu a partir daquele dia deveria ser documentado e exposto nos principais veículos de comunicação de Fortaleza. O modelo de concessão de benefícios foi a partir de um cartão de crédito chamado de PalmaCard. Nesse, o comerciante anotava o nome da pessoa que comprou em seu estabelecimento para depois receber o dinheiro na sede da instituição financiadora daquele crédito. Naquela data foram concedidos empréstimos para comerciantes e para consumidores. Os primeiros receberam valores que variaram de R\$ 100,00 até R\$ 150,00. Desses, estavam uma empresa de confecção, um sapateiro, uma loja de alimentos e uma costureira, todos conhecidos da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras e que deveriam pagar o valor emprestado em até seis meses. O restante do dinheiro foi concedido para o consumo a vinte famílias que também tinham o prazo de seis meses para pagar o benefício. O caixa total do primeiro Banco era de R\$ 2.000,00, zerado ao final da inauguração.

A forma como começaram o banco, contada hoje por seus idealizadores, tornou essa experiência mais valorizada, pois não sabiam ao certo o impacto que a ação iria criar numa região pobre da cidade de Fortaleza. A novidade, que ganhou notoriedade com o passar do tempo, revelou uma ideia inovadora no Brasil, pautada no princípio de concessão de empréstimos a comerciantes, a fim de ajudar na circulação de mercadorias dentro do seu estabelecimento e, também, para aqueles que desejavam consumir dentro do próprio conjunto. A ideia era que servisse como uma mola propulsora que pudesse incentivar a produção e consumo dentro do bairro. Portanto, fazer esse tipo de ação requereu uma sensibilidade para notar que era necessário construir no bairro oportunidades para que a população pudesse saber que ali também podia-se ter emprego e renda.

A descrição do dia da inauguração da instituição financeira é também uma forma de comunicar o nascimento de algo revolucionário. Afinal, não estavam falando de qualquer instituição, mas de algo pioneiro. Era o primeiro banco criado em uma periferia cujo objetivo era ajudar a própria periferia. O Banco Palmas, hoje com 19 anos, tornou-se referência quando o assunto é o estímulo ao desenvolvimento de locais que precisam de geração de renda,

incluindo pessoas que, por serem carentes, geralmente são excluídas do sistema financeiro formal por necessitarem, para a concessão de benefícios, da pesquisa em órgãos de proteção ao crédito²⁸. Situação em que inibe o acesso ao crédito por apresentarem passagem por essas instituições. O Banco passou a fazer parte de uma rede chamada de Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC)²⁹, composta por todos os bancos surgidos a partir da experiência inaugural em janeiro de 1998. A importância e o crescimento da ideia surgida no Conjunto Palmeiras, mostram-se promissores, apesar das incertezas iniciais, bem como legaram aos idealizadores do projeto o papel de facilitadores para a implantação em outros locais, tanto nacionais quanto internacionais.

Sob uma lógica de ser uma alternativa ao sistema financeiro formal, em que é necessário passar pelo crivo das instituições ligadas diretamente aos paradigmas do Banco Central do Brasil, o entendimento do que era o Banco Palmas foi sendo discutido e definido com o passar dos anos. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre isso, buscando compreender o que é esse modelo de instituição presente em várias localidades brasileiras e como foi definida a sua atuação a partir das políticas de apoio financeiro em que atua.

3.1.1 Um modelo de Banco Comunitário

O Banco Palmas e outros, que seguem o seu modelo, são chamados de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Segundo Neiva et. al. (2013), eles têm como objetivo promover o fortalecimento e o desenvolvimento do seu território e da organização comunitária por meio da oferta de serviços financeiros. Dessa maneira, podemos afirmar que

Sendo o único banco comunitário até 2003, essa realidade começou a mudar a partir desta data, com as associações comunitárias e o poder público interessados na sua implementação em outras localidades. Esse aumento foi tão significativo que o próprio Banco Palmas decidiu criar uma nova instituição – o Instituto Palmas – para realizar esse trabalho de replicação da metodologia. (NEIVA et. al, 2013, p. 108)

A partir de 2003, o Instituto Palmas tornou-se o responsável por ensinar as experiências desenvolvidas no Conjunto Palmeiras, sendo necessário tornar concreto todo ideal que havia construído até então e que se

28. Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), por exemplo.
29. Criada em 2003, a Rede pretendeu ser uma parceria para que a metodologia empregada no Conjunto Palmeiras, na geração de emprego e renda dentro de uma localidade, pudesse ser executada em outras regiões do Ceará e do Brasil.

foi tornando o referencial para uma política nacional de instalação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Brasil. Assim,

[...] percebeu-se a necessidade de transformar a experiência do Banco Palmas, enraizada na história comunitária do Conjunto Palmeiras, em uma estratégia de desenvolvimento comunitário integrado. Para essa passagem do concreto da experiência para abstração do conceito, construiu-se um marco conceitual em que as principais características de um banco comunitário foram definidas e publicadas pelo Instituto Palmas e pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. (NEIVA et. al, 2013, p. 108)

Segundo Neiva et al. (2013) já se somam mais de 90 experiências de BCD's, em 18 estados no Brasil. Com isso, a Rede e o Instituto precisaram de meios pelos quais pudessem monitorar o desempenho das instituições. A construção de uma matriz de acompanhamento serviu para que fosse preservado uma coerência quanto a prestação do serviço objetivado pelos bancos, mostrando-nos sob quais bases essa ideia se sustentava, isso é, como o Instituto e a Rede fazem para promover suas políticas de desenvolvimento comunitário.

Podemos perceber que os bancos se desenvolvem a partir de eixos: Inclusão Socioeconômica e Financeira, Participação e Controle Social, Desenvolvimento das Capacidades e Desempenho Institucional. Tais eixos são referendados por objetivos específicos e resultados esperados (tabela 2). Tais resultados são avaliados a partir de macroindicadores e indicadores para cada eixo, procurando construir um “olhar voltado tanto para os efeitos das ações quanto para o modo como a instituição consegue realizá-las” (NEIVA et al., 2013, p. 118). Em suma, o crescimento da ideia de um banco para o desenvolvimento de uma comunidade pobre tomou proporções nacionais, o que motivou a construir referências de orientação e avaliação que pudessem incentivar e englobar as diversas experiências que foram surgindo a partir do Banco Palmas.

Tabela 2: Eixos, objetivos e resultados esperados para um Banco Comunitário de Desenvolvimento

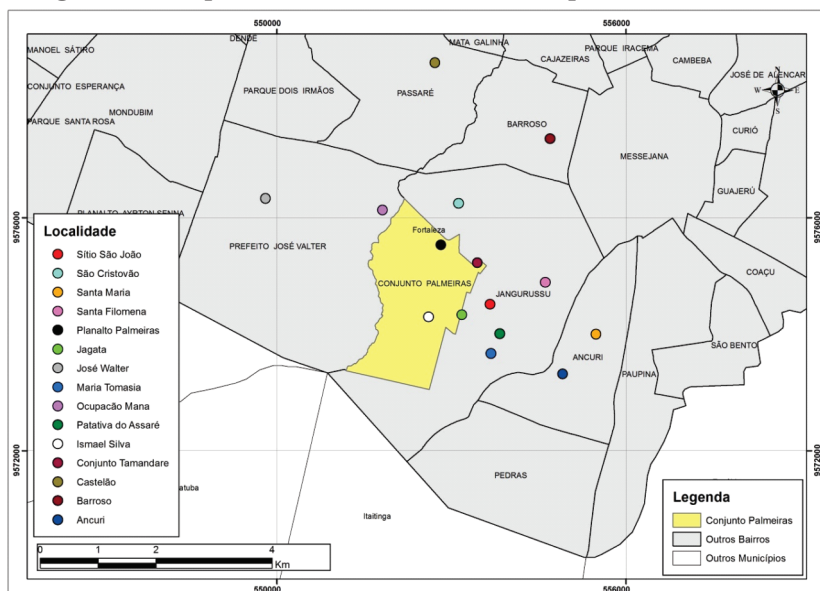
(Contínua)

OBJETIVO GERAL	Contribuir par a superação da pobreza pela oferta de produtos e serviços financeiros bancários de modo que as comunidades possam pensar e produzir seu próprio desenvolvimento com base nos princípios da economia solidária	
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ESPERADOS
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E FINANCEIRO	Promover a inclusão e educação financeira dos indivíduos e empreendimentos/ negócios da comunidade. Fomentar o desenvolvimento socioeconômico territorial	1.1. Acesso aos serviços financeiros e bancários, atendendo as condições de vida e necessidades da população. 1.2. Educação financeira dos empreendimentos/ negócios e indivíduos. 2.1. Movimentação econômica da comunidade (produção e consumo) 2.2. Articulação de rede solidária local de produção e consumo.
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	Fortalecer a atuação da comunidade na condução de seu processo de desenvolvimento.	1. Ampliação da credibilidade da comunidade 2. Participação da comunidade na gestão do Banco Comunitário. 3. Participação da comunidade nas atividades e encontros realizados no bairro.
DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES	Promover o desenvolvimento de habilidades de indivíduos, empreendimentos/ negócios e território fortalecendo o desenvolvimento comunitário e o desempenho institucional.	1. Realizado de ações que potencialize as capacidades dos indivíduos e do território. 2. Articulação entre os projetos e os produtos/ serviços financeiros.
DESEMPENHO INSTITUCIONAL	Garantir estrutura institucional capaz de fortalecer a sua atuação	1. Estrutura de gestão adequada ao oferecimento de serviços financeiros e bancários. 2. Reconhecimento da importância pública da atuação da entidade gestora (Conclusão) 3. Autonomia da gestão e composição do fundo de crédito. 4. Dados de desempenho institucional comparáveis a outras instituições de microcrédito não-comunitárias.

Uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) no ano de 2013, ano em que o Banco Palmas fez 15 anos, permitiu discutir a dimensão de atendimentos e da importância que a instituição trouxe para quem utilizava seus serviços no bairro. A pesquisa aconteceu por meio de entrevistas realizadas com os

clientes do Banco e levou em consideração dois grandes polos para análise. Neiva et al. (2013, p. 133) afirma que se obteve a opinião de clientes que utilizavam os serviços de crédito e clientes que utilizavam o serviço de correspondente bancário³⁰. Percebeu-se que a atuação do Banco no momento da entrevista não se restringia apenas aos limites do Conjunto Palmeiras. Segundo NEIVA et. al. (2013, p. 136), a instituição atendia também pessoas que vinham de várias localidades ao seu redor (Mapa 2).

Figura 14. Mapa das localidades atendidas pelo Banco Palmas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, o que se verificou na pesquisa de acordo com os autores, quanto ao atendimento à população mais carente, foi que boa parte dos clientes, cerca de 70% dos entrevistados, eram beneficiários do bolsa família e/ou estavam em sua maioria na faixa de renda que recebia menos de um salário mínimo, sendo que 11% estavam abaixo da linha da miséria. Além disso, verificou-se um alto índice de pessoas que tinham trabalho informal, cerca de 19% dos 75% que estava trabalhando, possuíam emprego formal, isto é, a maioria não possuía renda comprovada. Outro fator que aponta o campo de atuação do BCD do Conjunto Palmeiras é a inadimplência, cerca de 41% daqueles que foram entrevistados em sua residência possuem seu nome

30. Adiante, mostrarei quais serviços os bancos comunitários ofertam à população e particularmente quais serviços o Banco Palmas ofertou ou oferta às pessoas do Conjunto Palmeiras e outras localidades.

em instituições de proteção ao crédito. Quanto ao crédito tomado no Banco, os entrevistados mostraram que o utilizam para diferenciadas situações, embora tenha ficado claro na pesquisa que “40,98% respostas [utilizam] para seu negócio ou empreendimento, 14,34% para pagamento de contas, 11,7% para alimentação [...]” (NEIVA et al., 2013, p. 148).

Com esses dados fica clara a importância do Banco Palmas como um agente formal de crédito que contribui para a estabilização do consumo e como um agente financiador de empreendimentos e negócios informais que garantem uma fonte de recursos mesmo que, às vezes, precária e insuficiente a partir de uma atividade produtiva (NEIVA et al., 2013, p. 149).

A pesquisa realizada pelo Núcleo de Economia Solidária da USP dá a possibilidade de refletir em que está alicerçada a ação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e quais princípios esse tipo de banco procura seguir, ou melhor, como, a partir da experiência surgida no Conjunto Palmeiras, bem como os projetos de lá decorrentes, buscou estabelecer bases que sustentam a prática de um banco comunitário em qualquer localidade. Uma ideia que passou a ser exportada.

3.1.2 A Economia Solidária

Surge como base para a execução de projetos nesses termos de desenvolvimento local a concepção de economia solidária, da qual a experiência do Banco Palmas passou a fazer parte e a ser levada para a Rede. A economia solidária aparece como uma prática que vai ser vislumbrada para quem deseja a instalação de um BCD. O Banco Palmas, apesar de hoje sustentar sua ação sob o princípio da economia solidária, não conhecia, em seu início, como funcionava. O primeiro contato com o esse conceito se deu no ano 2000, quando participaram do I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, realizado em Mendes, no Rio de Janeiro, sendo criada ali a Rede Brasileira de Economia Solidária, da qual o Banco Palmas passou a fazer parte.

Conforme os relatos das lideranças locais, as iniciativas solidárias se iniciaram com a ideia de criação, no âmbito local, de mecanismos que gerassem trabalho e renda, se não para todos, ao menos para um expressivo número de moradores. Dentre as ações estrategicamente elaboradas por lideranças e instituições

locais, tem-se, inicialmente, o Banco Palmas e o cartão de crédito Palmacard. Se estas ações não proporcionaram de imediato resultados expressivos quanto à geração de trabalho e renda para os habitantes, conferiram maior visibilidade ao bairro, que passou a ser alvo de distintos segmentos sociais como a academia, a mídia, dentre outros, que realizavam menções positivas com relação ao processo de reivindicações protagonizado pelas lideranças daquele bairro. (RODRIGUES, 2014, p. 3-4)

O que estava acontecendo no Conjunto Palmeiras possibilitou-lhes a entender melhor o que era aquilo que estavam fazendo no local. A economia solidária foi uma revelação aos idealizadores da instituição financeira, porque ajudou a definir melhor aquilo que, a princípio, havia sido construído sem uma orientação teórica mais aprofundada. O que se verificou foi que com a prática desenvolveram um mecanismo que se encaixou em uma concepção que vinha sendo discutida e aplicada em outros países, com ações diversificadas: “Nós pensávamos que tínhamos aberto um banco, mas de fato criamos um banco de economia solidária!” (MELO, 2014, p. 209).

O significado dessa ação se revela-se quando cruzamos com a realidade existente no sistema financeiro formal. Não existe uma vinculação das macrofinanças com a necessidade de realizar o desenvolvimento de pequenas localidades. Seguindo orientações de trabalhos como o Mohammad Yunus³¹, Dowbor (2013, p. 25) afirma que muito dinheiro nas mãos de poucos pode gerar o caos, enquanto o contrário, pode haver um verdadeiro desenvolvimento local. A sua defesa é na tentativa de entender que há alternativas que podem e devem ser consideradas para minimizar os impactos de desigualdade de renda existente no mundo.

A experiência descrita pelo autor pode ser exemplificada com a existência de poupanças familiares geridas em caixas familiares em cidades ou vilas alemãs ou, na França, onde há manuais orientadores em utilizar o dinheiro, de forma ética, sem que seja colocado um grande aglomerado bancário, podendo haver uma remuneração financeira boa, liquidez para quando precisar resgatar alguma quantia e, principalmente, para tornar o dinheiro com uso útil. Por isso defende que

[...] há uma nova teoria econômica em construção, sem que talvez nos apercebamos disso em razão de estarmos ocupados em refutar os marginalistas ou as leis das vantagens comparadas de Ricardo. Não se trata de uma dinâmica

31. Economista, Muhammad Yunus fundou em 1983 o Grameen Bank em Bangladesh e se tornou pioneiro na defesa de uma alternativa ao sistema financeiro formal. Incentivou em escala mundial o conceito de microcrédito sem papéis e garantias a pessoas pobres que não tinham acesso ao sistema bancário. Em 2006 ganhou o Nobel da Paz pela ideia e passou a ser referência mundial quando se trata de iniciativas que buscam a inserção dos mais pobres economicamente. Mais informações disponível em << <http://revistatrip.uol.com.br/trip/o-banqueiro-dos-pobres-muhammad-yunus-propoe-uma-nova-logica>>> acessado em 05/05/2017.

socialmente caridosa e economicamente marginal. É um espaço importante a ser ocupado. Não precisamos esperar um governo que nos agrade para tirar o nosso dinheiro do banco e aplicar as nossas poupanças em coisas úteis. O resgate do controle das nossas poupanças emerge como eixo estruturador das dinâmicas sociais, e o direito de controlarmos o nosso próprio dinheiro e de exigirmos prestação de contas na área é perfeitamente democrático. (DOWBOR, 2013, p. 32-33)

Apesar de ter se tornando uma experiência particular no Brasil, a articulação entre um Banco Comunitário e a economia solidária também pode ser considerada uma alternativa financeira às populações de localidades que não tinham acesso fácil ou, simplesmente, eram excluídas do sistema econômico formal. Singer (2013) nos dá a ideia dessa exclusão. Ele cita duas dificuldades de acesso ao sistema financeiro daqueles mais pobres. A primeira tem a ver com a exigência dos bancos de um valor em depósito na abertura de contas a novos clientes. A segunda tem relação com o desenvolvimento de uma noção de ajuda mútua e não de concorrência. Por isso, afirma que a economia solidária vai tornar concreto o acolhimento daqueles que “o destino fez perdedores e porque sabe que a união dos oprimidos é condição primordial para que eles possam se emancipar da pobreza.” (SINGER, 2013, p. 35).

As diferenças entre as duas instituições e os objetivos que buscam denotam o que permeiam suas ações. Para o autor, enquanto os bancos privados buscam incessantemente o lucro, tornando seus acionistas investidores e, portanto, esperando um retorno financeiro, os bancos comunitários não são feitos por acionistas, mas pelos moradores de cada localidade. Desse modo, o banco pertence à população que é, ao mesmo tempo, usuária de todos os serviços lá oferecidos. Nesse caso,

Sendo donos e usuários de seu banco, os sócios têm como objetivo que sua comunidade se desenvolva economicamente e, para tanto, importa-lhes que o seu banco tenha recursos suficientes para financiar novos projetos de economia solidária e a expansão dos que já funcionam. (SINGER, 2013, p. 36)

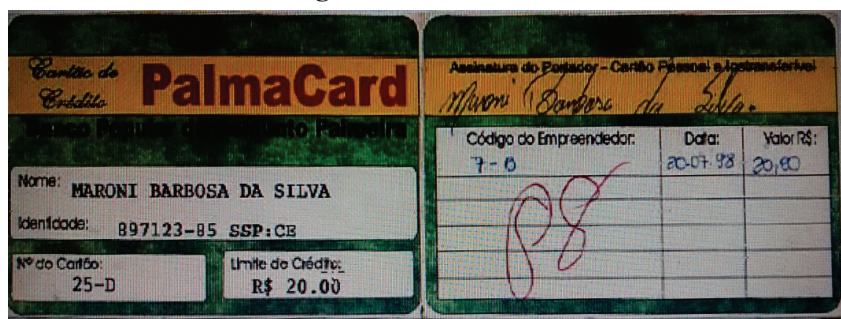
No caso do Banco Palmas, a ideia inicial era promover uma circulação de dinheiro e produtos dentro do Conjunto Palmeiras. A argumentação para isso foi, segundo os idealizadores, a saída de moradores para outras localidades por causa do desajuste financeiro, o que levou a vender seus bens,

que em boa parte dos casos, era a própria residência. Portanto, gerar renda na região passou a ser um imperativo necessário. A circularidade de compra e venda de produtos oriundos do próprio local só podia ser feito, se houvesse incentivo à produção e ao consumo. É sob essa lógica que surge o termo prossumidores, que vai inaugurar os projetos do Banco, chamados posteriormente de solidários.

Já sabíamos o que queríamos e fomos adiante. Iríamos iniciar um projeto de geração e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcrédito) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio. O projeto funcionaria por intermédio de uma rede de solidariedade entre os produtores e consumidores – Prossumidores [sic.]– criando um círculo [sic.] virtuoso de produção x consumo x geração de trabalho e renda. (MAGALHÃES; MELO NETO SEGUNDO, 2003, p.16)

Então, a gênese foi a concessão de empréstimo para comerciantes poderem produzir e para pessoas consumirem produtos dentro do Conjunto Palmeiras, como descrevemos acima, quando da inauguração do Banco. O PalmaCard foi produzido de maneira artesanal (figura 15), nele vinha o valor do empréstimo e, à medida que o cliente o utilizava, o comerciante anotava para depois descontar o valor da compra diretamente no Banco Palmas.

Figura 15. PalmaCard



Fonte: FOGUEL, 2009, p. 149.

Na imagem do PalmaCard, algumas informações são destacadas para a concessão do crédito: nome da pessoa que solicitou o valor, documento de identificação, o número do cartão e o limite de crédito concedido. No verso,

uma mini-tabela que servia como controle dos gastos. Nesse espaço o comerciante anotava seu código, data da compra e o valor. Além do cartão, os estabelecimentos cadastrados também recebiam uma folha de fatura para as vendas feitas. Quando havia a compra com o cartão de crédito o comerciante deveria anotar o valor na parte inferior do cartão do cliente e este deveria assinar a folha de fatura. Com essa metodologia, o Banco criava concessões de crédito que se baseava inteiramente na confiança entre os moradores do Conjunto Palmeiras, pois a forma de prová-la era por meio da assinatura dos clientes, situação que dispensava requisitos de segurança contra possíveis fraudes haja vista a possibilidade de forjá-la facilmente, embora em nenhum momento em nossa pesquisa situações de tentativa dos beneficiários em agir com má fé em relação a instituição, alterando assinaturas para o recebimento de benefícios, tenha sido ressaltada como um problema claro. Porém, entre as dificuldades presentes quanto ao sistema é destacado “o baixo nível de escolaridade dos comerciantes acarretando um número excessivo de faturas preenchidas de forma incorreta” (MAGALHÃES, MELO NETO SEGUNDO, 2003, p. 45), além disso, somou-se a essa dificuldade a necessidade de troca do cartão devido ao material produzido, papel. Logo, foi possível perceber que era necessário mudar o sistema inicialmente adotado. A ideia do cartão de crédito foi sendo substituído pelo fortalecimento da moeda social, o Palmas³².

3.1.3 ASMOCONP e Banco Palmas

Importa afirmar que a iniciativa de criação do Banco Palmas ocorreu a partir de uma organização comunitária, que tornou outra instituição do Conjunto relevante no processo: a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Quando da criação do Banco Palmas a sua sede era na própria associação, isto é, ela serviu como o suporte necessário à consecução dos projetos que o Banco iria desenvolver a partir de então. Dessa maneira, como o Banco não existia juridicamente, toda a movimentação financeira foi feita por meio da conta da ASMOCONP, denotando que o empreendimento era um projeto da própria associação comunitária, surgida na década de 1980 em função das necessidades materiais que o Conjunto Palmeiras em seu início necessitou. Portanto, segundo Foguel (2009), todos os projetos fomentados e geridos sob a lógica da economia solidária tiveram como propulsores a ASMOCONP e o Banco Palmas.

32. Magalhães e Melo Neto Segundo (2005) afirmam que a origem do Palmas ocorreu de um projeto que existia desde o ano 2000, o Clube de Trocas. Lá, os prossumidores se reuniam e transformavam produtos e serviços em uma moeda, o Palmares, que servia para trocar livremente os produtos. Porém, afirmam que o limite do clube ocorreu devido a falta de variedade, levando-os a pensar na transformação de todo o bairro em um grande clube de trocas a partir da moeda social, que passou a se chamar Palmas. Assim, viam que se abria a possibilidade para o desenvolvimento local a partir da circulação da moeda que poderia ser trocada em reais e o que circulava de Palmas no bairro tinha o valor referente em real presente no Banco.

Este sistema interage e cria vínculos com os moradores do bairro (associado ou não), com empreendedores e comerciantes que utilizam as linhas do Banco Palmas e aceitam a moeda Palmas com organizações parceiras do Terceiro Setor (nacionais e internacionais) e instituições públicas municipais, estaduais e federais. (FOGUEL, 2009, p. 194)

Essa iniciativa possibilitou construir diversificados projetos que não se basearam apenas na realização de empréstimos para produção e consumo. A Associação e o Banco investiram em ações que se destacaram na criação de negócios que pudessem ser geridos por moradores, projetos de inclusão, que levou mulheres em situação de risco a conseguir uma atividade financeira, criação de uma escola para o treinamento e produção de materiais sobre a economia solidária, capacitação de produtores e consumidores a fim de entenderem a lógica da economia solidária, clube de trocas, feiras solidárias e uma loja solidária para expor os produtos e fomentar a sua venda dentro do Conjunto Palmeiras, entre outros (Tabela 3).

Tabela 3: Projetos desenvolvidos até o ano de 2007 pelo complexo ASMOCONP/Banco Palmas

Projeto	Objetivos	Descrição	Ano de criação
Sistema Integrado de Microcrédito	Desenvolver a localidade a partir de linhas de financiamento para produtores e consumidores	Para adquirir o crédito, deveria-se ser sócio da Associação, reconhecidamente responsável pelos vizinhos, visto que não há consultas ao SPC e SERASA. Existia as seguintes linhas de crédito: Microcrédito para produção, comércio ou serviços; PalmaCard; Microcrédito para mulheres em situação de risco pessoal; PalmaCasa para pequenas reformas e Agricultura Urbana, para projetos desenvolvidos em quintais residenciais. Sobre os valores dos créditos concedidos, variavam de até R\$ 300,00 no primeiro, até R\$ 1.000,00 no terceiro, com juros que variavam respectivamente entre 2% e 3%.	1998
Empreendimentos Produtivos do Sistema Palmas	Gerar postos de trabalho, garantindo acesso a bens e serviços na própria região a fim de realizar o desenvolvimento local.	Várias iniciativas foram promovidas, que variaram de segmento produtivo. Foram criadas empreendimentos como a PalmaImp (materiais de limpeza), PalmaFashion (Moda Jovem), Palmart (Artesanato), PalmaCouros (Artigos em couro), Palma Natus (Sabonetes naturais e produtos fitoterápicos)	(Continuação) 1999
Balcão de Empregos	Facilitar a oferta de emprego no Conjunto Palmeiras	Parceria firmada entre a Associação, Sistema Nacional de Emprego (SINE), Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará (SETAS) e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)	1999
Clube de trocas e moeda social circulante	Trocar produtos utilizando uma moeda social	Momento em que os produtos eram postos para troca. Cada produto era posto em um valor em Palmares, sendo cada produtor ao mesmo tempo consumidor. Cada pessoa era livre para comprar e vender seus produtos.	2000

Feira e Loja Solidária	Disponibilizar local para exposição de produtos	Espaço disponibilizado pela associação de moradores para a exposição dos produtos daqueles que participam/são empreendedores vinculados ao Banco Palmas	2000
Palmatech	Realizar capacitação para produtores, consumidores, técnicos do poder público em relação a metodologia da economia solidária	A oferta de curso era realizada sob a supervisão do Banco Palmas. Além disso, produz documentações ligadas à informações da economia solidária	2000
Incubadora Feminina	Iniciativa reinserção social de mulheres em situação de risco	As mulheres selecionadas recebem tratamento médico, psicológico, orientação nutricional, jurídica e capacitação profissional, além de participarem de sessões educativas sobre cidadania. Logo aprendem uma profissão, recebendo ao final um crédito do Banco Palmas a fim de estruturarem seus empreendimentos.	(Continuação) 2001
Fomento	Clonar Palmas em igual valor dos reais existente no Banco Palmas para que os recursos existentes se multipliquem por dois.	A partir da parceria para a construção de uma sede para a PalmaTech, o recurso recebido pelo Instituto Strohalm (holandês) deveria ser disponibilizado em Palmas. Assim, todo material deveria ser comprado no comércio local, a partir com a moeda local, o Palmas.	2002
Mapeamento do consumo e da produção local	Orientar a linha de crédito do banco; evitar competição entre os integrantes da rede a partir da excessiva oferta de produtos; reduzir custos e produção a partir de compras conjuntas	Para isso, realizou-se assessoria técnica, capacitação para pesquisas de campo, construção de um banco de dados de onde foram expostos os resultados.	2003
Academia de Moda da Periferia	Capacitar costureiras do PalmasFashion	Parceria da Associação, Universidade Federal do Ceará e de estilistas holandeses.	2006
Bate Palmas	Apoiar o desenvolvimento de atividades culturais	São desenvolvidas atividades como música, teatro e a gravação de músicas de grupos do próprio local	(Conclusão) 2007
FECOL – Fórum Econômico Solidário	Ser um espaço de discussão sobre questões que envolvam aspectos	Realização de reuniões onde líderes, produtores, comerciantes, prestadores de	2007

Fonte: MAGALHAES, MELO NETO SEGUNDO, 2003; FOGUEL, 2009.

A quantidade de projetos produzidos pela ASMOCONP/Banco Palmas não parou por aí, novos projetos foram surgindo, assim como outros deixaram de existir. Contudo, é importante destacar que não existia o Banco sem a Associação dos Moradores, assim como esta se destacou com a gerência e consecução de resultados importantes quanto ao desenvolvimento local, orientados sob a concepção da economia solidária. Chama atenção um exemplo em que demonstra a interação entre as duas instituições. Ao expor os critérios para a concessão de créditos, Magalhães e Melo Neto Segundo (2003, p. 36) diz que “Um outro aspecto considerado é o interesse do solicitante em participar da vida da comunidade, criar laços com

a associação, viver ativamente as atividades sociais do bairro.”. Em suma, como um projeto comunitário, era preciso que a pessoa que adquiria o crédito fosse conhecida no bairro, participasse ativamente das discussões em prol da melhoria do Conjunto Palmeiras na medida em que o objetivo também era o de continuar com uma população mobilizada, pois o Banco surge como um instrumento para a melhoria local. Entretanto, dois aspectos passam a coexistir a partir da criação do Banco Palmas em 1998: o primeiro com projetos exclusivamente voltados para o Conjunto Palmeiras e o segundo, a partir de 2003, quando da criação do Instituto Palmas e da parceria firmada com entidades governamentais³³, gerindo ações externas à região. Tanto as ações internas como as externas tiveram a economia solidária como princípio norteador.

[...] tanto o Instituto Banco Palmas e o Sistema ASMOCONP interagem com organizações públicas e do Terceiro Setor, diferenciando-se no escopo de atuação. O Instituto viabiliza as parcerias e a atuação fora do Bairro e participa da gestão da Rede de Bancos Comunitários, da qual o Banco Palmas é integrante. A Rede de Bancos Comunitários mantém relações com o Instituto Banco Palmas (que é um de seus organizadores) e com a ASMOCONP (que colabora na capacitação técnica dos novos bancos. O sistema ASMOCONP estabelece vínculos diversos com moradores e comerciantes, que também se relacionam mutuamente e utilizam a moeda social Palmas. (FOGUEL, 2009, p. 197)

A relação entre Associação de Moradores e Banco Palmas não pode ser relegada, mesmo que em muitos casos, o nome da segunda instituição apareça de forma mais frequente quando se analisa o Conjunto Palmeiras. Isso nos leva a questionar como isso se vinculou às narrativas sobre a luta de formação do Conjunto Palmeiras. Apesar de ser compreensível, visto a notoriedade que o Banco ganhou, principalmente, por ser uma novidade no final da década de 1990, no Brasil em relação a iniciativas que visavam o enfretamento da pobreza, a ASMOCONP foi a instituição base para o desenvolvimento do Banco, assim como de outros projetos oriundos a partir dele.

Desse modo, a partir do fortalecimento institucional do Banco Palmas, que passa a ser uma ideia expandida a várias outras localidades, podemos pensar a memória do Conjunto Palmeiras como um instrumento que passou a ser utilizado para a constituição de uma imagem do bairro que interessava aos objetivos do Banco. Isto é, uma memória forjada e narrada sob a concepção de um bairro que foi capaz de superar a pobreza a partir da criação

33. Em 2003, o Instituto Palmas é criado e passa a gerir junto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária iniciativas que tenham como suporte o desenvolvimento local, com a criação de bancos comunitários que sigam as premissas desenvolvidas pelo Banco Palmas, ligados à Economia Solidária.

do primeiro banco comunitário do Brasil. A aprovação do Conjunto Palmeiras como bairro oficial de Fortaleza, em 2007, é um exemplo importante na condução do uso da memória após a existência do Banco.

3.1.4 O Banco e a defesa do bairro

Legalmente, o Conjunto Palmeiras tornou-se bairro da capital cearense no ano de 2007, sob o decreto 0039/2007 de 10 de agosto de autoria do vereador Guilherme Sampaio e oficializado em Diário Oficial do município em 13 de novembro daquele mesmo ano. Compreendia um território que passava a se desvincular do bairro Jangurussu, que fica na região sul de Fortaleza, a aproximadamente 15 quilômetros da região central da cidade, já com limites próximos a outros municípios da região metropolitana, como Maracanaú e Pacatuba. Justificou-se a inclusão dessa parte da cidade como uma região denominada como bairro da capital pela referência às condições históricas pelas quais a sua população havia sido submetida desde a sua criação. Assim diz o vereador Guilherme Sampaio:

O Conjunto Palmeiras iniciou-se em 1973 no Governo Virgílio Távora no local onde existia uma grande fazenda. O aludido governo desapropriou o terreno para vender ao mais pobres que moravam perto do Centro da Cidade de Fortaleza, ou seja, próximo dos seus locais de trabalho, tudo isso aconteceu por causa da especulação imobiliária que se verificava naquele momento. Em 1974 começaram os despejos das favelas para a implementação do chamado Conjunto Palmeiras. As primeiras a serem despejadas foram as favelas Arraial Moura Brasil, Morro das Placas, Pirambu, Verdes Mares, Lagamar, Mucuripe, Titãzinho e todas as pessoas que estavam alojadas do [sic.] Estádio Presidente Vargas.

O Conjunto Palmeiras iniciou-se sem qualquer infra-estrutura, sendo armado galpões de madeiras e lonas para o alojamento das famílias, traduzindo na total falta de atenção àqueles que ali se encontravam.

Porém, por conta da garra e perseverança dos moradores, o Conjunto Palmeiras, apesar das dificuldades, hoje é uma realidade, destacando-se como uma comunidade promissora e cumpridora de sua função social.(CÂMARA..., 2007, p. 15)

Em poucas linhas, o vereador destaca três princípios justificadores da oficialização do local como um bairro de Fortaleza. Primeiro, ressalta as condições segregacionistas a partir do momento em que diz que a remoção das populações de regiões centrais da cidade deu-se pela especulação

imobiliária. Segundo, consideradas as condições precárias de infraestrutura que os moradores foram submetidos a viver, quando removidos à região, descritas nas moradias em galpões ou barracos de lonas e, por fim, atribuí aos moradores as condições de aguerridos e perseverantes na promoção do local, levando-o tornarem-se cumpridores de uma função social. Os destaques feitos pelo autor do Decreto tem referência no processo de constituição do Conjunto Palmeiras, que de um local incipiente para viver, passa a se tornar exemplo em ações de caráter social em bairros pobres no Brasil a partir da consecução dos bancos comunitários. Embora isso seja uma realidade atual para o Conjunto Palmeiras, o enfrentamento dos problemas e dos estigmas lançados ao bairro ainda são fatores combatidos tendo como referência a história pela qual eles passaram.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômicas do Ceará (IPECE) em 2012, que realiza estudos socioeconômicos e geográficos no Estado desde o ano de 2003, analisou a renda média da capital cearense, especificamente de seus bairros. O Conjunto Palmeiras ficou com uma renda média per capita de R\$239,00³⁴, a menor entre todos os bairros da capital. Em resposta a esta pesquisa, publicada em vários veículos de comunicação, o Banco Palmas, por meio do coordenador geral, Joaquim de Melo Neto Segundo, produziu uma carta contradizendo os dados apresentados, explicando que a pesquisa não levou em consideração que o Conjunto Palmeiras tem uma renda média muito homogênea, ou seja, cujos valores são muito semelhantes e que, em comparação com outras localidades, colocou o bairro em posição de desvantagem, afinal, em outros bairros da capital cearense, a exemplo do Montese, existem pessoas com rendas extremamente opostas, contribuindo para influenciar estatisticamente nos números da pesquisa:

Como afirmamos acima, até 2007 o Conjunto Palmeira não era considerado um bairro, por isso nem aparecíamos nas pesquisas. Isso é um fato para o qual devemos ficar atentos. O IPECE só divulgou os dados dos bairros, ou seja, muitas comunidades, conjuntos habitacionais, áreas de risco, ocupações e outras áreas da periferia não aparecem no ranking porque não são consideradas bairro. Então, não podemos interpretar os dados divulgados como uma afirmação de que somos o local (a comunidade, o território) com menor renda media per capita em Fortaleza. Os dados foram computados somente entre os bairros.(MELO NETO SEGUNDO, 2012, p. 04)

34. Informação disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/ipece_informe_42_distribuicao_espacial_da_renda_pessoal.pdf.> Acessado em 27/09/2014.

A carta utilizada para refutar os dados da pesquisa é um documento de defesa do bairro. Primeiro, porque é um local recentemente pesquisado, já que antes nem aparecia nos dados, segundo o autor. Segundo, porque o seu principal comparativo de defesa é a própria condição de construção do Conjunto Palmeiras na medida em que foi necessário um retorno às origens para se vislumbrar as conquistas atuais, de acordo com tudo o que aquelas pessoas passaram para chegar ao status de bairro. Por isso, ao analisar o documento acima, verificamos que os dados apresentados mexeram exatamente naquilo que se tornou o principal objeto de combate após a criação do Banco Palmas, a imagem de pobreza vinculada ao Conjunto Palmeiras. O Banco, criado com o objetivo de minimizar os impactos dessa condição a população local passou a ser o principal afetado com a divulgação dessa pesquisa, pois, se o Conjunto Palmeiras continuava a ser um local cuja pobreza ainda era muito forte, isso queria dizer que as ações da instituição não surtiram efeito durante todos esses anos. Não à toa, o documento busca no passado os argumentos para contradizer a imagem apresentada pelo órgão governamental e divulgada nos principais meios de comunicação da cidade³⁵.

Em 2013 o Conjunto Palmeira completa 40 anos. É Fundamental [sic.] termos vivo na memória que, em 1973, morávamos na Beira Mar. Fomos expulsos de lá sob a ameaça dos cassetetes da ditadura militar e trazidos a força para essa região onde só existia mato e lama. Foram anos morando em barracas de lona. Construímos o Conjunto Palmeira aos poucos, com nossas próprias mãos, em regime de mutirão. Até bem pouco tempo atrás não tínhamos água encanada para beber, não tínhamos esgoto, drenagem, ruas para andar. Faz só 5 anos que nos tornamos bairro, até então éramos uma pequena comunidade ligada ao Jangurussu. (MELO NETO SEGUNDO, 2012, p. 04)

O que se verifica a partir da situação acima exposta é a relação do Conjunto Palmeiras com a sua memória. O Banco, que se tornou uma instituição de renome local e extra localmente, colocou-se na condição de publicizar uma lembrança que se remetia a um passado erguido sob condições adversas pelos moradores do bairro. A instituição Banco Palmas faz parte dos resultados atingidos pelas diversas lutas ocorridas nas décadas de 1970 a 1990. Portanto, a pesquisa, ao considerar precária as condições de renda do bairro, também atinge diretamente as ações desenvolvidas pelo Banco a partir de sua criação, e porquanto, buscou uma imagem de êxito em suas ações, verificados pela extensão de influência pela qual hoje possui.

Além disso, pode-se afirmar que a condição de retorno às lutas sociais

35. Não é difícil encontrar nos jornais de Fortaleza referência em matérias sobre o bairro como sendo um local perigoso e um dos mais pobres da cidade: "Conjunto Palmeiras é o bairro de Fortaleza com pior desenvolvimento" (Jornal O Povo 20/02/2014), "Capital registra 4 homicídios por dia em 2012" (Jornal O Povo 12/07/2012), "Territórios da Morte na RMF" (Diário do Nordeste 05/10/2009).

do passado para a defesa do bairro frente à pesquisa relaciona-se com a ideia de superação frequentemente exaltada pela instituição e pelos moradores da região. Essa concepção está vinculada, como dita anteriormente, na lei que institui o Conjunto Palmeiras, à realidade urbana pela qual passou a cidade de Fortaleza durante a segunda metade do século XX, com políticas que estiveram comumente ligadas à expansão urbana ao desejo de valorizar a cidade no aspecto comercial, imobiliário e modernizador, atendendo às pessoas que poderiam pagar pelo encarecimento dos espaços ligados a essas políticas, ao passo que não poderia pagar, passou a viver cada vez mais longe das regiões centrais, mudando-se ou sendo retirado de lá. Porém, ao entender a memória como instrumento que passou ser usado para o fortalecimento da imagem do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas, é necessário compreendê-la a partir do olhar de um dos seus principais articuladores, João Joaquim de Melo Segundo Neto. É sob o seu ponto de vista que uma narrativa sobre a história do bairro e do Banco foi gestada. Como ele se tornou um sujeito requisitado a falar sobre o Conjunto Palmeiras e até que ponto suas narrativas buscam constituir uma história sobre o bairro é o que norteará as próximas páginas.

3.2 ESCRITA DE SI E A PRODUÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS NA NARRATIVA DE JOAQUIM

É em virtude da semana de empreendedorismo³⁶ que a Natura convida-o para relatar a experiência que desenvolveu no bairro Conjunto Palmeiras, localizado na cidade de Fortaleza, Ceará. Para apresentá-lo à plateia, o organizador do evento faz uma comparação entre a empresa que representa e o que foi possível construir na cidade cearense a partir de iniciativas coletivas. De acordo com o mediador, o convidado palestrante é uma pessoa que não ficou parada ao deparar-se com uma realidade gritante que havia lhe incomodado, apenas fez algo para modificá-la (Informação verbal)³⁷. Por isso, a sua fala, durante esse momento, seria uma forma de inspirar o público presente, e a própria empresa, a poderem concretizar aquilo que resolvem desenvolver, pois tem “tanto a ser feito e nem sempre [eles conseguem] trabalhar de uma maneira a concretizar isso” (Informação verbal)³⁸.

Ao levantar-se e dizer as primeiras palavras, o convidado palestrante

36. O evento aconteceu entre os dias 17 e 23 de novembro de 2008 simultaneamente em 23 países. Empresas como a Natura e SEBRAE apoiaram a iniciativa no Brasil.

37. SEMANA do Empreendedorismo Natura. Palestra de Joaquim de Melo - Banco Palmas. 01:16:15. Nov. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rr6jPjpv8M>>. Acessado no dia 10/10/2015.

38. *Ibid.*, n.p.

ênfateou de onde veio: da favela. De uma favela “braba”, “gigantesca”, “uma das favelas mais pobres de Fortaleza” (Informação verbal)³⁹. Pobre economicamente, afirma, mas de um povo valente que se organizou e empreendeu. Ele destaca, a fim de fazer o público entender que essa experiência só foi possível porque eles resolveram ir contra a corrente. Segundo seus argumentos, nós vivemos em uma sociedade em que alimenta a destruição, seja na empresa, seja na família, seja no namoro ou no casamento, uma sociedade que uns ganham e outros perdem. Contudo, diz que nessa sociedade há espaço para todos e que, para haver essa inclusão, dois fatores são necessários: a organização coletiva e uma melhor distribuição de riquezas. Essas duas características são elementos constituintes do que ele chama de economia solidária, modelo que foi empregado no Conjunto Palmeiras e norteia até hoje as ações ali.

A experiência vivida no bairro é contada desde os seus primórdios. O convidado palestrante procura desenvolver com a plateia uma identificação com aquele relato, perguntando-lhe quem já havia ido a Fortaleza e argumentando que quem foi, deve ter se hospedado na Beira-Mar, região litorânea que possui a maior parte dos hotéis da capital. A partir dessa reflexão com o público, procurou fazê-lo compreender que foi desse local que boa parte dos moradores do bairro havia sido expulsos pelo prefeito da cidade em 1973, removendo-os para o recém-criado Conjunto Palmeiras. A sua fala é referendada pelos slides com imagens e, juntas, fala e imagem, justificam a adjetivação que atribui ao local em seu princípio. O Conjunto era para ele “essa esculhambação[!]” (Informação verbal)⁴⁰, pois não havia nada, além de mato e lama, onde foram loteados e distribuídas lonas para a construção dos barracos. Ainda argumenta que era 1973, período da Ditadura Militar, uma reação da população removida era difícil.

Para descrever o local, em seu início, dá exemplos para que a plateia entenda a precariedade da região. Conta sobre a operação saquinho.

É que não tinha banheiro, não tinha esgoto, não tinha nada, eram só barracas. A negada botava dentro do saquinho e...vai que é tua Tafarel para barraco dos outros...e jogava para o lado de lá e o de lá responde: é tua [...] e de manhã os meninos iam contar quem acertou mais, tem disso! (Informação verbal)⁴¹

O relato provocou gargalhadas no auditório, essas pareciam

39. *Ibid.*, n.p.
40. *Ibid.*, n.p.
41. *Ibid.*, n.p.

inevitáveis, visto a escolha e a forma como resolveu contar essa lembrança. Sua palestra tem esse tom: ao mesmo tempo que tem um aspecto de seriedade do conteúdo do relato, utiliza-se desse mesmo conteúdo para conquistar o público com argumentações e momentos descontraídos. Mas por que se utilizou desses recursos e essas referências para tratar de um tema que gerou tanto sofrimento às pessoas envolvidas à época? É de fato um recurso estilístico da sua fala que claramente atribui às palavras e à maneira como organiza as frases a visualização da plateia sobre o que pretende que entendam. Os termos favela, barraco, pobre, ditadura, Taffarel servem para que o conhecido e o desconhecido se imbriquem. Ao relatar que veio de uma favela pobre, que era uma esculhambação e ao construir o episódio das crianças para justificar a situação de um local sem saneamento público e banheiros, procura estabelecer com aquele público uma narrativa de identificação. Isto é, fala de um passado desconhecido para a grande maioria ali presente, o passado do Conjunto Palmeiras, porém usa mecanismos em sua narrativa para que esse passado desconhecido se torne mais próximo de elementos que pudessem ser reconhecidos por um público diverso, a exemplo dos termos acima descritos. Forma assim um rearranjo de tempos que misturam o presente de onde narra, o passado de bairro precário e os tempos das lembranças coletivas de um público que acaba por reconhecer seus exemplos, haja vista a sua reação.

Os recursos que utilizou mostra-nos que estar diante de um público numeroso, falando em um espaço como um convidado importante, parece ser algo comum para ele. Há estratégias típicas de quem é acostumado com essa experiência. Por isso, no slide seguinte mostra imagens da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, do Centro de Nutrição e da Casa de Parto para ajudá-lo a argumentar sobre o porquê da necessidade de se construir tais equipamentos no local. Destaca em sua fala ao público:

Olhem essas imagens como são legais. Olha essa faixa: SENHOR PREFEITO: DEIXE JESUS NASCER NÃO FECHE A CASA DE PARTO. Essa aqui ainda é melhor: AO MENOS NOS DEIXE PARIR EM PAZ. [...] olhem a maravilha dessa faixa gente. São cenas muito fortes que eu preservei esses lares, porque eu acho que essa história é carregada desse sentimento também de FORÇA, de um povo que se organiza e vai pra luta e trava o bom combate, não com ódio, não com raiva, mas com força e determinação. (Informação verbal)⁴²

Esse exemplo trazido à palestra serviu para a plateia entender como se deram os momentos de lutas sociais no bairro, situação vivida na década de

42. Ibid, n.p.

1980 e que serviu de aprendizado àquela população. Apresentou as imagens e deu destaque a elas para que o público percebesse a dificuldade de acesso ao local, fazendo com que serviços básicos, como o de nascimento de crianças fosse complicado, afinal, segundo ele, o hospital mais próximo ficava a 20 ou 30 quilômetros da região, sem o transporte adequado. Foi também uma forma de mostrar as motivações que provocaram a ida de muitas mulheres às ruas quando o prefeito mandou fechar a Casa de Parto. As frases nas fotografias das mulheres empunhando as faixas são lidas por ele em tom de voz alto e forte, quase um grito de guerra, para representar o combate pelo que era básico.

Ao falar da década seguinte, anos noventa, relata outras lutas também importantes. Segundo o convidado palestrante, o Conjunto Palmeiras era assolado por várias doenças. Essa calamidade inerente a muitas periferias do Brasil provocou-os a unirem-se para mudar tal cenário. Um pacto social entre algumas associações foi feito no início da década de 1990⁴³, culminando na gestão e execução de recursos para a construção de estruturas necessárias à salubridade da região. Segundo ele, que o Conjunto Palmeiras passou por mudanças nesse período. O novo “rosto” do local mostrou como uma coletividade foi capaz de mudar a sua própria perspectiva. Apesar disso, ele faz a plateia pensar que, embora o destino dali estivesse se transformando, muitos problemas ainda estavam presentes. Com o fim dos trabalhos, relatou que notaram a existência de uma tragédia: muitos moradores estavam indo embora, pelas taxas que chegavam em virtude da urbanização da área, como água, luz, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e os problemas financeiros inerentes às famílias de baixa renda. Esse fatores levaram famílias a venderem suas casas, único bem que servia como moeda de troca para sanar as dificuldades. Para ele, os moradores saíam porque não tinham renda suficiente para conseguirem manter-se na região por muito tempo. Esse fato impulsionou-os a unirem-se para a formação de um segundo pacto social para a criação do primeiro banco comunitário do Brasil.

Nos próximos dez anos a grande tarefa vai ser gerar um trabalho, um projeto de trabalho e renda, aqui dentro da comunidade, para que as pessoas possam trabalhar, ter dinheiro e ficar morando aqui. E durante o ano de 1997 inteiro nos perguntávamos: que projeto é esse que pode dar certo? Nós éramos 30 mil habitantes, com um problema de qualquer periferia urbana, 90% das pessoas ganhavam um salário mínimo, até hoje ninguém tinha nível universitário, escolaridade lá embaixo, capacitação profissional das pessoas também muito baixa e 90% estava com nome no SPC. [...] Esse projeto, nós criamos e demos o nome de Banco Palmas, nós íamos criar um banco nessa comunidade, um banco nosso, gerenciado pela associação, de propriedade da associação. (Informação verbal)⁴⁴

43. Desse Pacto surgiu a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras.

44. *Ibid.*, n.p.

Discutir sobre a experiência que culminou com a criação do Banco Palmas era o objetivo de ele estar no evento e evidenciar os caminhos dessa trajetória. Era preciso ficar claro um sentido a ser bem compreendido pelo público presente, uma estratégia importante na construção de uma narrativa que passou a ter o Banco como um elemento importante. Não à toa, o uso de “nós”, “minha” são pronomes constantes ao longo do seu discurso, coloca-se como membro do local à medida que conta os momentos que considera como os mais difíceis da formação do bairro. Quando afirma acerca da retirada da população do litoral de Fortaleza em virtude da construção de hotéis para servir ao turismo, apresenta-se como se estivesse entre aqueles que foram removidos ao longo dos anos de 1970 e 1980⁴⁵. Encarnar essas pessoas, contar sobre a suas vidas, dizer-lhes acerca do que passaram são meios pelos quais sua presença naquele evento ganharia relevância e sentido, pois era importante que o público pudesse compreender como a ideia que resultou no Banco Palmas pôde vir à tona e, segundo ele, ser um empreendimento da comunidade para a comunidade.

Ele passou a ser o porta-voz dessa ideia. Foi a partir de 2003, ano de criação da RBBC⁴⁶, gerido e expandido após a criação do Instituto Palmas, que os convites de prefeituras e comunidades de várias partes do país começaram a ganhar força para que falasse do empreendimento criado no Conjunto Palmeiras.

E saímos pelo Brasil em uma cruzada, dizendo que as comunidades não precisam depender dos grandes bancos, pois eles não foram criados para atender os pobres, não tem capilaridade para isso. A grande tarefa do Instituto Palmas são as milhares de palestras que fazemos pelo país. Tanto nas comunidades quantos nos governos, nas universidades e nos próprios bancos. Nosso discurso é “não queremos competir com vocês, queremos ser complementares”. E, felizmente, os bancos comunitários são discutidos hoje em dia em todas as esferas do país. (JOAQUIM...,2011, p.5-6)

O tornar-se palestrante e voz sobre a experiência de criação de um banco em uma periferia brasileira rendeu-lhe certa autoridade para falar sobre o assunto, mas esse crescimento como expoente da ideia não foi de uma hora para outra. Apesar de terem inaugurado o banco em 1998, mantê-lo foi uma tarefa difícil. Ainda assim, a ideia era uma novidade, que atraía muita curiosidade daqueles que estavam de fora. O interesse por essa experiência foi notório. O convidado palestrante conta que em sua mesa reunia três pastas com as matérias que falavam sobre eles. O convite para

45. Cabe afirmar que a retirada de pessoas de várias regiões da cidade deu-se ao longo das décadas de 1970 e de 1980. Vários foram os momentos em que essas pessoas foram removidas e colocadas no Conjunto Palmeiras. Apesar de falar em 1973, essa data serve como marco simbólico para a memória dos moradores ao lembrarem da formação inicial do Conjunto.

46. Hoje existem cerca de 103 bancos comunitários inseridos na rede.

conferências cresceu abruptamente. O ambiente, apesar de conhecido, pois já estava acostumado a falar em público nas reuniões que participou no conjunto ou mesmo em outras palestras que já havia estado presente, era diferente.

O primeiro convite foi para fazer uma palestra para 300 pessoas para o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ele “Nunca tinha participado de um centro de congressos com tantos economistas de terno e gravata!” (MELO, 2014, p. 203). Mas foi um sucesso e uma parceria logo foi constituída para que sua experiência pudesse ser visualizada por mais pessoas. A televisão e o estúdio foram um desafio. A ambientação precisou passar por ajustes no cenário em que pudesse fingir que estava numa palestra qualquer. Movimentar-se ao invés de ficar parado foi essencial para lhe tranquilizar. No dia, de frente para as câmeras, “O simples fato de saber que [podia se] levantar foi suficiente para [que ele se acalmasse]” (MELO, 2014, p. 204).

A sua primeira experiência como porta-voz da ideia a um grande público evidencia a construção de um sujeito que passou a relatar sobre o Conjunto Palmeiras para responder a questão de como uma periferia pobre foi capaz de criar um banco. É em torno dessa pergunta que sua narrativa passou a ser requisitada em ambientes diversos. Mas quem é esse sujeito que se colocou como contador dessas histórias para um público fora do bairro? Como tornou-se uma autoridade para falar sobre a vida de muitos e por que ele e não outro? Questões que envolvem a constituição de um ponto de vista sobre o bairro e uma profunda interação entre vida pessoal e coletiva, situação que nos faz refletir sobre a vinculação entre ele e o bairro.

3.2.1 A chegada em Fortaleza e no Conjunto Palmeiras

O então diretor do Instituto Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo, nasceu em Recife no ano de 1964, mas cresceu na cidade de Belém, no Pará. Com 20 anos de idade veio para Fortaleza no ano de 1984, cidade na qual vive até hoje. Filho de um amazonense e uma pernambucana, possuía dois irmãos. A atuação de Joaquim no Conjunto Palmeiras se deu por causa da sua vinculação como seminarista da Igreja Católica, iniciada desde a sua morada na capital paraense. O período que ingressa nessa instituição

religiosa como seminarista também é o momento em que começa sua identidade militante como membro de movimentos de resistência ao Regime Militar no Brasil. O tornar-se padre tinha uma outra face, clandestina, a atuação no Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA).

Então eu entrei no seminário interno, estudava lá dentro teologia, passava o dia, a semana inteira, a vida toda lá. E a gente, era eu e mais duas pessoas, a gente conheceu esse movimento, nos engajamos nesse movimento e tivemos que dar uma fugidinha para ir para o movimento, se encontrar, fazer as reuniões, aí tinha as passeatas, as manifestações populares e tal. Para minha, inserção, [sic.] digamos assim, a minha vida social começa com o MLPA, o Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia, um tema político de muita radicalidade, inclusive, cuja a tarefa era uma tarefa armada. Não defendia a luta armada, mas a tarefa era libertar os padres que estavam presos nos quartéis, mas essa estratégia de libertação era para um dia a gente invadir o quartel, enturmar os padres presos de qualquer forma. Mais do que isso era de denuncia, de protesto, de fazer panfletos, mas tudo escondido, nós estávamos na época da ditadura muito forte. (MUSEU DA PESSOA, 2008, n.p.)

O MLPA foi o resultado de um período de lutas contra a concentração fundiária na Amazônia brasileira, especificamente na região do Araguaia, no Pará, no início da década de 1980. Durante os governos militares, incentivos à exploração da região foram realizados a fim de inseri-la nas mesmas condições econômicas de regiões como o Centro-Oeste e Sudeste. Segundo Pessoa (2014) os incentivos se deram por meio da construção da rodovia Belém-Brasília e da criação de uma instituição que tinha como objetivo o desenvolvimento do local, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Aliado a isso, na região de Conceição do Araguaia, chamada posteriormente de Araguaia, havia uma forte presença de pessoas que vinham de vários lugares do país, mas principalmente do Nordeste, fugidas da seca e da fome. A disputa de terras foi motivada por uma questão jurídica concebida pelo próprio Estado.

A grilagem de terra, generalizada a partir dos incentivos fiscais concedidos pelos diversos órgãos governamentais, gerou a elevação do valor das terras e uma especulação sem precedentes, agravada pelo fato de que a transferência de terras de uma esfera (federal) a outra (estadual) gerou uma sobreposição jurídica, em que, do ponto de vista legal, considerando inclusive as fraudes em cartório, não havia uma definição precisa sobre o real proprietário. Os que se reivindicavam como tal e queriam vendê-las, aproveitando-se do aumento do valor da terra, tinham que lutar na justiça. [...] (PESSÔA, 2014, p. 7).

Foi nesse ambiente que a disputa entre fazendeiros e camponeses ocorreu. Os padres, freiras e bispos foram taxados de vilões pelos grandes donos de terras e aqueles que ajudavam nas ocupações, estereotipados como incentivadores da violência. Assim, os conflitos se iniciaram. De um lado estava o Estado, representado por órgãos oficiais aliados aos interesses dos latifundiários, do outro, estavam os posseiros camponeses, apoiados por membros da Igreja Católica, referendados por uma visão de que a bíblia deveria se aproximar à realidade dos camponeses. Nesse período, Pessôa (2014) fala da prisão tanto de posseiros quanto dos padres ligados a concepção de Igreja exposta acima⁴⁷ em um desses conflitos, dando origem a um movimento reivindicatório da libertação desses presos, bem como denúncias sobre a repressão no Araguaia.

No seminário, Joaquim afirma ter entrado para o grupo dos diocesanos, segundo ele, um seminário reacionário e comprometido com o regime de exceção. A ida para o seminário foi um orgulho para a sua família, era, na verdade, um sonho para eles ter um membro da família na igreja, tornando-se padre. Ao mesmo tempo que esse sonho foi se concretizando, a outra face que não se mostrava a todos foi ganhando força e participando de movimentos, produzindo cartazes, participando de treinamento de guerrilha na floresta. Isso, a família nem desconfiava. O seu pai, conta ele, era do tipo que adorava a Ditadura.

Meu pai nem imaginava isso, que eu participava do movimento clandestino para libertar preso, meu pai não era militar, ele não era militar, mas tinha aquela coisa do militar, aquele amor à pátria, não sei o que, Brasil, ame ou deixe-o, tal, então assistia aqueles lugares a televisão assim. Ele batia contingência pela televisão: “Brasil, tal”. No jogo do Brasil a camisa verde e amarela, a chuteira no pé, o coração na chuteira, ele ficava de frente. Tocava o Hino Nacional ele ficava em frente com a mão no peito, aquelas bobagens da ditadura. Então ele tinha muito disso, coitado, assim, coitado no sentido de que era completamente despossuído de qualquer criticidade, enfim, um brasileiro como outro brasileiro qualquer que é vítima da mídia, né. E ele jamais imaginava uma coisa dessas, o filho dele que ele adorava no seminário, tinha um orgulho danado, fugia no fim de semana para lutar no partido de esquerda, isso era uma tragédia E [sic.] a pobre da minha mãe, enfim, essa que não desconfiava mesmo. (MUSEU DA PESSOA, 2008, n.p.)

Ao falar sobre si, Joaquim inicia sua narrativa buscando encontrar um lugar de origem da sua luta social. Logo passa a falar da sua inserção nos dois movimentos, o religioso, oficial, e o político, clandestino. A dimensão da sua

45. De acordo com Pessôa (2014), os presos foram os padres Aristides Camio e Francisco Goriou e mais 13 camponeses.

fala busca criar um sujeito que viveu sob essas duas orientações, mas que não podia revelar a segunda pela vida que seus pais levavam em casa. Ele se coloca como destoante daquilo que seria o normal à época, exemplificado pela imagem que produz acerca do seu pai, aquele que amava a pátria e batia continência para a televisão “despossuído de qualquer criticidade”. Não à toa, dedica poucas linhas sobre o período anterior à sua chegada ao Pará, colocando a sua vida em Belém em destaque no início da sua fala, pois foi lá que iniciou sua “inserção no mundo político, no mundo social” (MUSEU DA PESSOA, 2008, n.p.). Portanto, ao dar sentido ao que viveu, logo enfatiza uma parte dela para narrar um sujeito que já se colocava de forma diferente no que diz respeito a relação que estabelecia com o mundo em que vivia. Foi durante o período no Seminário que Joaquim conheceu a Teologia da Libertação, movimento da Igreja Católica que nasceu na América do Sul e tem como marcos definidores o Concílio Vaticano II, as cartas de Medellín e de Puebla⁴⁸. A força da Teologia da Libertação para Joaquim é o fato de centrar toda a sua metodologia na comunidade que se organiza e que pode resolver os seus problemas. Portanto, vinculado a um pensamento católico, a teologia buscou incentivar as pessoas a entenderem que elas são responsáveis por mudar o cenário em que se encontram, isto é, que ninguém precisa do que ele chama de sistema, porque o sistema lhe oprime. Diante disso, para ele, o novo mundo que se sonha com liberdade e justiça começaria na comunidade.

[...]foi uma base muito forte, que foi a base da Teologia da Libertação foi toda a base do Brasil, de quase todos os militantes que temos hoje de esquerda, se bem que hoje ninguém mais sabe o que é esquerda e direita, mas enfim, quase todos os militantes hoje passou ou passaram para a Teologia da Libertação, que era os canais que você tinha na época, os canais de diálogo, os canais de articulação que você tinha na época, e eu fui cravado. A minha vida toda eu fui cravado, esses quatro anos todos em Belém, que eu fiz parte, militei na Teologia Libertação e no MLPA e todos esses valores. (MUSEU DA PESSOA, 2008, n.p.)

Na experiência narrada, podemos considerar uma disputa de identidade em que ora estava ligada ao sagrado, ora estava ligada ao profano. O sagrado era o que estava visível e conhecido por seus parentes, vizinhos e membros da Igreja da qual fazia parte. O profano estava às escondidas, pois era necessário, visto o período de perseguição e de falta de liberdades políticas existentes. Era perigoso participar desse tipo de grupo, afinal, muitos sumiam sem nenhuma explicação. A clandestinidade era o motivador de dois sentimentos: o medo e a coragem. Essa última também motivada pelo ímpeto da juventude. Joaquim conta que tinha entre 17 e 18 anos, quando

48. Pode-se considerar como três momentos da Igreja Católica que serviu para a realização de reformas e a abertura da instituição para outras perspectivas. O Concílio Vaticano II aconteceu entre os anos de 1962 a 1965 e foi responsável por realizar uma reforma litúrgica e fazer com que a igreja pudesse se abrir para o mundo no que ficou conhecido como *aggiornamento*. O Concílio foi a inspiração para que em 1968 fosse convocada a II Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano (CGELA) em Medellín, na Colômbia, que discutiria e criaria diretrizes para o enfrentamento dos problemas inerente à realidade da América Latina, era o nascimento da Teologia da Libertação, uma igreja que havia optado preferencialmente pelos mais pobres e que se reafirmaria, com disputas entre Padres progressistas e conservadores, na III CGELA em Puebla no ano de 1979.

iniciou essa jornada e a sua ida para a Igreja não se deveu apenas ao fato de ter em sua mente uma vocação de ser padre, mas por pensá-la como um espaço “de relações mais consistentes, mais em defesa à democracia, mais em defesa da vida” (MUSEU DA PESSOA, 2008, n.p.). Um pensamento fundante de sua trajetória, mas que pode ser visto como uma interpretação posterior ao momento vivido e influenciado por tudo que aprendeu ao longo dos anos.

Apesar da clandestinidade, não foi possível esconder por muito tempo a sua participação em atos públicos em decorrência da sua vinculação ao MLPA. A participação em comitê específico para a libertação dos padres foi criado e ele era membro da coordenação. Esse tipo de tarefa requeria tempo, por isso era preciso fazer manobras para sair do seminário sem ninguém desconfiar, “Todas as semanas, [era] obrigado a inventar uma desculpa para deixar o seminário” (MELO, 2014, p. 23). O Círio de Nazaré foi um momento axial. Maior celebração pública do Estado, quiçá do Brasil, serviu para vir à tona as duas faces até então escondidas: a do padre que foi participar da procissão e, também, do que participou, agitando cartazes. Depois disso a situação só piorou. A organização a favor da libertação dos padres foi até o momento do julgamento. Logo se viu helicópteros sobrevoando os 300 manifestantes que ali estavam. Os padres com a batina poderiam amenizar a situação, mas mesmo assim, o choque foi inevitável. Durante 13 horas e meia, Joaquim conta que ficaram cercados dentro de uma igreja, por militares, sendo liberados, pela intervenção do arcebispo Dom Vicente Joaquim Zico, somente após o fim do julgamento os clérigos foram condenados.

A saída de Belém deu-se pela incongruência de ideais de Joaquim e da Igreja local. Frequentemente era chamado pelo arcebispo em virtude de suas ações. Foi em Fortaleza que ele encontrou um lugar onde pudesse praticar, sem represálias, aquilo que acreditava. Com o convite de Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, iniciou sua vida na capital cearense vivendo no Jangurussu, na Rampa, onde todo o lixo da cidade era despejado.

E eu fui para lá, lá quando eu digo que os quatro anos de Belém fez a minha formação, quem morou na rampa do lixo diria isso, com todo o texto: “Lá você define a tua vida como um todo É [sic.] lá na rampa que você decide se você desiste de ficar ali ou você define para o resto da vida militar contra aquilo ali” E eu fui ali na rampa do Janguruçu [sic.], morar em cima do lixo, no meio do lixão, com as outras pessoas que moravam lá, os outros rampeiros. Aí tinha uma barraca, uma coisinha, sei lá o nome que você podia dar para aquilo, aí, morar

no lixão é você não saber a diferença das pessoas humanas, lixos e bicho, é uma coisa só, lá nós somos todos iguais. O mesmo lixo que disputa o urubu você disputa, no mesmo canto que dorme os bichos você dorme também, enfim, tem documentários, vídeos sobre isso também. Então assim, seis meses que eu passei lá morando com os rampeiros, dentro do lixão do Janguruçu, acho que foi ali que definitivamente eu disse: “Olha, o resto da minha vida eu vou fazer isso. Vou militar, vou trabalhar pelos pobres [...]” (MUSEU DA PESSOA, 2008, n.p.)

O cardeal da cidade tinha um projeto chamado “padres da favela” em que os seminaristas que iam estudar Teologia precisavam conviver com a realidade fora dos muros do seminário. Foi aí que Joaquim e outros seminaristas que estavam a convite de Lorscheider passaram a viver com essas pessoas que moravam em condições extremamente precárias. Joaquim relata que passou seis meses convivendo com os moradores da rampa. Os dejetos eram comuns, só conseguia amenizar a situação quando saía, às tardes, para o seminário. Sua missão era ser uma interlocução entre a dignidade e aquelas pessoas, pois eram responsáveis por celebrar e administrar os sacramentos, intermediar um advogado junto à polícia que frequentemente invadia o local em busca de algum delito cometido por alguém dali. Tudo isso tendo como horizonte a Teologia da Libertação, que era o que guiava os princípios da ação naqueles tempos.

A vida comum àquelas pessoas não podia ser confundida pelos seminaristas. Apesar de viver com eles não poderiam viver como eles. Joaquim afirma que eles tinham uma missão a cumprir, além de servirem como exemplo para aquelas pessoas, pois para muitos, estar ali era sinônimo de única opção na vida. No entanto, era difícil. Lidar com uma população que vivia em condições materiais precárias, assim como as psicológicas, demandava muita paciência e resignação. Conta que era “difícil designar um responsável de grupo, porque a maioria das pessoas [passavam] os dias nos vapores da embriaguez”, era “impossível criar uma associação” (MELO, 2014, p. 37).

A chegada ao Conjunto Palmeiras se deu logo após a experiência no lixão do Jangurussu, em 1984. Os dois locais eram próximos e cada um guardava as suas especificidades. Apesar de não servir como lixão, as condições materiais do Conjunto não eram boas. Joaquim foi para lá também

a serviço da Igreja. Foi esse local que proporcionou a Joaquim os desafios e oportunidades que são ditos e reritos ao longo de suas palestras: “o Conjunto Palmeiras é para mim uma confirmação. Nunca mais deixarei essa favela, cuja história se confunde com a minha e está inscrita no mais profundo de minha carne.” (MELO, 2014, p. 45).

3.2.2 Joaquim entre a memória coletiva e pessoal

Ao dizer que a história do Conjunto Palmeiras passa a confundir-se com a sua, Joaquim propõe uma vinculação específica entre sua memória e a memória do bairro, uma memória partilhada por aqueles que, além dele, também estiveram presentes durante as lutas sociais com as quais fizeram o local se estruturar ao longo do tempo. Vincular-se a outros, no sentido de poder falar de uma coletividade a partir de uma visão pessoal, denota o caráter que essa narrativa tentou estabelecer. Diante disso, as lembranças evocadas por Joaquim assumem o caráter de uma memória que se coloca para além do indivíduo. Para Maurice Halbwachs, quando lembramos de algo, fazemos sempre em virtude de um grupo. É a vinculação a esse grupo que permite que tais lembranças venham à tona.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade nunca estamos sós. Não é necessário que os outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

A asserção de Halbwachs ganha relevância ao percebemos que a composição de uma memória individual traz consigo os outros, isto é, como outras pessoas marcam individualmente uns e outros, sejam por meio de uma ação direta ou até por meio de ação indireta como relata em sua obra. Ainda assim, o autor analisa que para você lembrar algo de um grupo é necessário que essas memórias possuam pontos de contato para que essas lembranças possam ser reconhecidas de modo coletivo e isso se dá apenas quando o indivíduo ainda se mostra pertencente a esse grupo, se isso não for possível é porque esse indivíduo não fazia “mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava” (HALBWACHS, 1990, p 34).

Ricoeur (2007), ao refletir acerca dos aspectos relacionados à memória, preocupa-se em discutir de quem parte as lembranças, se de uma individualidade ou de uma coletividade. Para isso, divide suas proposições em duas, chamando-as de olhar interior e olhar exterior. Nessa última, procura relacionar as proposições aferidas por Halbwachs e entendê-las que, mesmo existindo uma noção coletiva da memória, não se pode desprezar o aspecto individual dela. Para o filósofo, a memória social, portanto coletiva, faz-se presente no ato de recordar e é, nesse sentido, que ele atribui à memória individual como um ponto de vista da memória coletiva que depende do lugar que cada indivíduo ocupa, podendo mudar de acordo com as relações que estabelece com outros meios. Além disso, o autor também nos propõe a pensar sobre um modelo de interseção que possibilita erguer uma ponte entre o individual e o coletivo. A essa alternativa, que permitiria entender essa interlocução entre os modos de lembrar (individual ou coletivamente), ele chama de próximos.

[...] essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. [...] Assim a proximidade seria a réplica da amizade, dessa *philia*, celebrada pelos Antigos, a meio caminho entre o indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à *politeia*, à vida e à ação da *polis*.

.....

[...] Em que sentido eles contam para mim, do ponto de vista da memória compartilhada? À contemporaneidade do “envelhecer junto”, eles acrescentam uma nota especial referente aos dois “acontecimentos” que limitam uma vida humana, o nascimento e a morte. O primeiro escapa à minha memória, o segundo barra meus projetos. E ambos interessam à sociedade apenas em razão do estado civil e do ponto de vista demográfico da substituição das gerações. Contudo, ambos importavam ou vão importar para meus próximos. Alguns poderão lamentar a minha morte. Entretanto, antes, puderam se alegrar com meu nascimento e celebrar, naquela ocasião o milagre da natalidade. [...] O que espero dos meus próximos, é que aprovelem o que atesto: o que posso falar, agir, narrar, imputar a mim mesmo a responsabilidade de minhas ações. (RICOEUR, 2007, p. 141-142)

Joaquim pode ser visto colocando-se dentro dessas duas concepções elencadas tanto por Maurice Halbwachs (1990) quanto por Paul Ricoeur (2007). Ao falar a um público externo, palestrando e contando acerca da formação do Conjunto Palmeiras, a constituição de um ponto de vista sobre a memória coletiva do local é exaltada. Essa narrativa vai servir como

instrumento gerador de um local, pois sedimentará, nos vários momentos em que é convidado a falar da experiência do Banco Palmas ou quando se propõe a implantar bancos com a mesma metodologia de geração de renda em outras localidades, uma imagem sobre o Conjunto Palmeiras. Além disso, podemos afirmar que a narrativa construída por Joaquim tem na dimensão com seus próximos um fator preponderante, pois ao lembrar e contar sobre a formação do Conjunto Palmeiras atribui a si certa autorização dos outros daquilo que ele lembra. Isso ocorre porque julga o passado em virtude da importância da instituição que dirige, pois o Banco Palmas foi um forte elemento na sua promoção como narrador do bairro. Por isso, afirma que essa experiência vivida é preciosa e que seus expoentes, aqueles que estiveram presentes nas principais lutas reivindicatórias, no entanto, não estarão sempre vivos como testemunhas dos fatos ocorridos. Assim, consideramos que, como parte desse processo, o diretor do Banco Palmas constitui-se como um narrador dessas experiências, elaborando uma história sobre a formação do bairro em que ele e os outros sujeitos se tornam personagens de uma história por ele criada a partir da vinculação da sua memória à de outros sujeitos do Conjunto.

Para que Abiqueila, Jaqueline, Adriano...perpetuem o espírito tão particular do Conjunto Palmeiras, é preciso compartilhar nossa história. Bem depressa [...] Não poderemos mais fazer com que os jovens e os velhos sentem-se lado a lado, pois o tempo passa, inexoravelmente, e cava em nossas fileiras buracos dolorosos. A ausência começa a se fazer sentir. Um dia, a morte nos tirará as testemunhas “históricas”, cuja palavra é necessária para avançar. Manoel Evangelista, o poeta do Conjunto Palmeiras, que imortalizava em seus versos cada grande acontecimento da favela, acaba de ser acometido por acidente vascular cerebral. Por trás dos seus olhos suaves, as lembranças se obscurecem. Maria do Socorro Serpa, a primeira professora que ensinou as crianças das ruas a ler, levou também um choque que paralisa seu raciocínio.

.....

Antes que esses pilares de nossa aventura desapareçam, é importante, para mim, escrever sua história, perpetuar sua caminhada enquanto ainda estão aí, para que o movimento possa continuar. (MELO, 2014, p. 11-12)

Daí o caráter primordial que dará o tom da sua narrativa. Ele fala com o compromisso de falar por todos para todos. Sua memória pessoal é uma dentre a memória coletiva do Conjunto Palmeiras, fazendo com que a reconstrução dos acontecimentos passados, segundo Ricoeur (2007), sejam realizados por outro que não é propriamente o sujeito que originalmente

deveria ser responsável por aquela lembrança, mas que ao estar em um lugar de poder passou a querer falar por eles. Isso lembra a relação que se dá em virtude do status que, na atualidade, a testemunha passou a ter. Ela seria uma fonte da história ou o seu relato já ganhou um tom de verdade absoluta sobre o passado? Para Hartog (2013), há uma diferença entre a testemunha como autor e como fonte. Para o segundo modelo, o historiador a analisa sob o crivo da crítica à fonte e do próprio ofício do historiador. Mas, para o primeiro modelo, o temor é o de tornar “uma memória, ao mesmo tempo, mercadoria e sacralizada, fragmentada e formatada, estilizada e exaustiva, escapando aos historiadores e circulando na internet, como a verdadeira história da época” (HARTOG, 2013, p. 226). Joaquim assume essa tarefa e assim o faz, justificando que os acontecimentos que levaram à constituição do bairro devem servir de exemplo para outras gerações. Portanto, revela-se não apenas um narrador do bairro, mas assume a tarefa de produzir uma (a sua) história do Conjunto Palmeiras.

Assim, cabe refletirmos como a narrativa do ponto de vista de Joaquim ganhou relevância. Para iniciar, dentre as lideranças sempre citadas sobre o Conjunto Palmeiras, ele é uma que teve uma participação ativa na região após sua chegada a serviço da Igreja Católica. Outro fator fundamental foi que, ao longo dos anos, ele assumiu cargos em instituições importantes na região, a começar como presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, depois, do Centro Social Urbano Ayres Brito, localizado no bairro e, por fim, assumiu, desde a criação em 1998, a direção do Banco Palmas. A princípio, seu currículo já faz com que entendamos o quão importante o ex-seminarista passou a ser para o conjunto, porém, outros fatores podem corroborar para que ele, aos poucos, fosse se tornando um narrador requisitado do Conjunto Palmeiras.

Apesar de ser de uma família pobre, pôde ter a oportunidade de ter uma boa instrução ao longo da sua vida, principalmente em virtude dos seus estudos no Seminário. Colocar-se como intelectual, escritor ou narrador do conjunto não era tarefa difícil. Seu conhecimento junto à militância política e a parceria que fez durante as décadas de 1980 e 1990 foram essenciais para que os projetos, tanto pessoais como coletivos, dessem certo. Desde o início da década de 1990, por exemplo, participou de um projeto de formação de pesquisadores populares responsáveis por registrar a memória de vários bairros periféricos de Fortaleza. Joaquim foi um deles e ficou responsável por registrar a memória de onde vivia. Conta que a experiência de pesquisador

popular permitiu-lhe conhecer mais a fundo as memórias que definiram eventos importantes do bairro. Além disso, o seu trabalho de professor da escola municipal Marieta Cals também serviu para que conhecesse melhor, por meio das crianças, os seus pais, moradores do conjunto e, assim, suas vidas: “Todas as noites, enquanto a favela dorme, eu transcrevo as linhas em palavras. E reúno todo o relato comunitário em um pequeno livro: Memória de nossas lutas” (MELO, 2014, p. 131).

O lançamento de uma autobiografia, intitulado “Viva Favela”, é outro fator importante que coloca Joaquim no centro das narrativas sobre o local. A obra foi lançada no Brasil em 2014, embora sua primeira versão tenha sido feita em francês e lançada naquele país no ano de 2009. A sua autobiografia foi publicada com a colaboração de dois jornalistas, Elodie Bécu e Carlos de Freitas. Os dois se interessaram pelo Conjunto Palmeiras a partir das experiências sobre economia solidária empreendida no mundo e que tornou o bairro conhecido internacionalmente. Eles procuravam uma história no Brasil que pudesse vincular solidariedade e movimento social para participar de um concurso internacional de investigação jornalística da Fundação Avina, tendo como resultado final a escrita de um artigo. Freitas (2016, não paginado), contou-nos que a ideia do livro, na verdade, inicia-se por causa da escrita desse artigo e da participação no concurso.

Para realização do artigo, visitaram o Conjunto Palmeiras e fizeram uma investigação que relacionava as falas às datas dos acontecimentos, à medida que entrevistaram os moradores. Ao retornarem à França, publicaram várias matérias sobre a experiência vivida no bairro de Fortaleza e em uma delas, ao ser publicada no jornal *Le Monde*, foi considerada por uma editora uma história importante a ser contada por causa da crise econômica que assolava o mundo naquele período. O jornalista afirmou que essa editora possuía uma linha sobre testemunhos de vida e convidou-os para escrever um livro sob a condição de ser a narrativa de uma história de vida. Nesse sentido, Joaquim foi avaliado por eles como sendo o melhor comunicador do Conjunto Palmeiras, desse modo, foi convidado a participar do projeto para contar a sua história de vida. Portanto, na metodologia, Joaquim foi o responsável em narrar e os jornalistas ficaram responsáveis por fazer uma verificação de datas sobre os acontecimentos ditos por ele. O que aconteceu foi que, mesmo tendo a participação de terceiros na produção do livro, os eventos relatados partiram de uma narrativa sobre si.

O jornalista ainda falou sobre a importância de “histórias de vida” para vários países e para França. Segundo o jornalista, com esses testemunhos era possível verificar processos que estão intrínsecos e compõem o ambiente da vida de cada pessoa e que ajudam na identificação como exemplos a serem seguidos. Nesse sentido, afirma que quanto à recepção do livro, teve uma boa tiragem, cerca de 3.500 exemplares esgotados, considerada uma boa quantidade para um livro de testemunho. Além disso, ao ir à França lançar a obra, Joaquim deu entrevistas, fez conferências e participação em televisões. Conta que ele voltou duas ou três vezes ao país e, a cada retorno, era convidado a falar sobre o livro e da sua experiência com o Banco Palmas. Outra consequência significativa que relata é o fato de organizar conferências que tratavam de experiências socioeconômicas relevantes e sempre o Instituto Palmas era colocado como uma ação exitosa nesse sentido. Por isso, o jornalista afirma que

A situação das favelas no Brasil é igual à de muitos bairros periféricos da França; a exclusão é a mesma e eles também viajam para as grandes cidades para fazer compras e gastar dinheiro. Os poderes públicos franceses podem se inspirar na metodologia desenvolvida no Conjunto Palmeiras (VALENTE, 2009, n.p.)

O uso de narrativas para a reflexão histórica já foi fruto de amplo debate entre os historiadores. É preciso situar essa discussão, a fim de estabelecer sob quais aspectos a narrativa autobiográfica vai compor a análise nesse trabalho. Dessa forma, é salutar a comparação sobre o uso da narrativa que vai sendo exposta com a execução do que ficou conhecido como Nova História, a partir dos anos 1970, trazendo consigo a revisão e, muitas vezes, a refutação de paradigmas que se tornaram referência desde os anos 1930 com o surgimento do Annales. A volta da narrativa pressupôs amplo debate nos meios acadêmicos e virou motivo de desconfiança entre aqueles que achavam perigoso o seu retorno por ser um gênero da escrita da história que poderia privilegiar ou voltar a tornar a história um campo da exaltação de grandes nomes, como realizado durante o século XIX, sob a concepção de uma história positivista.

Esse movimento que abalará as estruturas do campo da história tem a ver com presença, cada vez mais marcante, da necessidade de se dialogar com outras áreas e com a necessidade de alguns historiadores de trazerem a figura do indivíduo à tona, novamente, para o campo. Até, aproximadamente, a década de 1960, as grandes explicações estruturalizantes dominavam a

narrativa histórica. Para Chartier (2002) o campo estava preocupado com dois projetos, o estudo de sociedades antigas ou contemporâneas, em que pesavam identificar as estruturas e as relações que comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso. Ou seja, via-se claramente a ênfase nas grandes explicações históricas, em que os dados quantitativos e a seriação dominavam as explicações dos teóricos daquele momento. O ator, o sujeito histórico subjetivo, ficava relegado à influência das grandes estruturas.

Nas palavras de Chartier “as certezas foram abaladas” e novos atores começaram a entrar em cena, buscando entre as explicações macro aquelas em que poderiam estar presente o indivíduo, isto é, percebeu-se que o indivíduo estava imerso em uma teia de relações que continha a sua própria historicidade produto e produtor de uma dada realidade.

[...] cada microstória pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. Objeto da história não são, portanto, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, independentemente de qualquer influência objetiva, as relações sociais, mas as racionalidades e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias, indivíduos. (CHARTIER, 2002, p. 84)

O que se notou com tudo isso foi a relevância ao aparecimento de sujeitos, que antes, estavam imersos numa estrutura social sem a capacidade de modificá-la ou interagir com ela. Por isso, outra situação que gerou discussão nos meios acadêmicos foi sobre a própria forma de como esses sujeitos vão aparecer na escrita da história. A volta da narrativa trouxe consigo a reflexão de que “[...] toda a história, mesmo a menos narrativa, mesmo a mais estrutural, é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção de narrativas. (RICOUER apud CHARTIER, 2002, p. 86). Diante disso, a narrativa passou a ser vista não como a exaltação de grandes personalidades da história, cristalizando modelos e formas de ser de determinados sujeitos, mas como modelos de escrita que pesam outras formas de análise em que o texto está inscrito; não como uma realidade finda e sim como um jogo de relações e intenções de enunciação em que a realidade é composta pelas interações entre o sujeito, o mundo em que se encontra e entre o mundo que deseja dar a ver.

É sobre essa relação que o estudo sobre obras biográficas para a história ganhou relevância a partir desses novos paradigmas em que o indivíduo e a narrativa acerca da sua vida compõem a ponte entre o mundo individual e o coletivo. Nos estudos biográficos fica clara essa relação, como aponta Jaime Contreras.

Os grupos não anulavam os indivíduos, e a objetividade das forças de que dispunham não impediam as trajetórias pessoais. As famílias [...] empregaram suas estratégias a fim de aumentar suas esferas de solidariedade e de influência, mas os homens que a compunham desempenharam, eles também, seu papel. Se o apelo do sangue e o peso das linhagens eram poderosos, também o eram o desejo e as possibilidades de criar espaços pessoais. Nesse drama que o fantasma da heresia criou – uma “criação” pessoal do inquisidor ambicioso – estavam em jogo, em um duro confronto, interesses coletivos e mesmo concepções diferentes do mundo, mas cada indivíduo podia também reagir pessoalmente a partir da trama de sua própria história. (CONTRERAS apud CHARTIER, 2002, p. 85)

A trama de sua própria história, nesse aspecto, pode ser revelada pela capacidade desses indivíduos realizarem uma escrita de si. Tais fontes deram uma nova dimensão ao historiador, seja através da escrita de autobiografias, diários íntimos, seja por meio de recursos materiais guardados que compõem o eu, a exemplo de materiais da memória, como as fotografias. O fato de arquivar a própria vida, para seguir a expressão de Phillipe Artières (1997), não é algo que acontece apenas em uma fase da vida humana. É possível, para o teórico, verificar essa intenção em toda ela: nos álbuns de bebês os pais registram, por meio de fotografias as fases das crianças; nos primeiros anos da escola, a professora sugere aos discentes que escrevam arquivos que falem de como foi o final de semana passado ou as férias, sempre no retorno às aulas; a adolescência é o momento de receber os diários, para dissertar os acontecimentos desse dia; mais recentemente vimos o uso de blogs e agora outras mídias sociais que acabam por expor a escrita de si, mesmo que de forma mais rápida e mais efêmera; na maioridade, retirar, organizar os arquivos de si guardados por anos é uma prática comum e, mesmo após a morte, as memórias acabam chegando aos parentes que ficaram por meio de tudo aquilo que tenha sido guardado do ente como anotações, roupas e fotografias.

Não é de se estranhar que a perspectiva de se analisar os indivíduos como sujeitos provedores de uma história que serve à análise das ciências

sociais tenha surgido como foco principal a partir da segunda metade do século XX. Porém, é preciso salientar que esse interesse está inserido em uma concepção sobre indivíduo que remonta ao século XVIII, mas precisamente à emergência da modernidade, quando o indivíduo passa a ser visto como um ser que já não é mais aquele ligado à tradição e sim, aquele que possui um corpo de direitos e deveres a serem respeitados. Em outras palavras, um sujeito que antes era regido coletivamente pelos aspectos da vida tradicional e agora é entendido a partir da sua capacidade de se produzir como um ser através da relação que tem com os documentos.

[...] A ideia dos indivíduos que aqui se deseja fixar vincula-se à longa transformação das sociedades modernas ocidentais chamadas de tradicionais por oposição às modernas. Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepôr ao indivíduo moderno, que se torna “moderno” justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo. (GOMES, 2004, p. 11)

Com essa asserção sobre o indivíduo abre-se um caminho de possibilidades de análise quando relacionados à escrita de si. De acordo com Gomes (2004), o sujeito que escreve ou que arquiva os documentos sobre a sua vida deve ser visto, ao mesmo tempo, a partir de uma identidade uma que compõe pra si, mas também fragmentada, usada parcialmente.

A autobiografia de Joaquim, nesse sentido, ganhou relevância, pela experiência do Conjunto Palmeiras que passou a vir junta a sua história pessoal de vida. Sob esse aspecto, a biografia se tornou uma dimensão do exemplo, em que os feitos de seus protagonistas passam a tomar uma dimensão pública, assim como nos termos que o positivismo do século XIX legou à produção historiográfica das grandes figuras públicas (LEVI, 2006, p. 172). Os relatos biográficos, embora produzidos sob essa orientação, como bem expôs os colaboradores da autobiografia do diretor do Banco Palmas, devem ser questionados quanto às intenções e às formas que se propuseram a ser feitas. No caso analisado, o livro assumiu duas intencionalidades que parecem destoar quando em comparação aos espaços em que as edições foram publicadas. Na França foi uma, enquanto a publicação da versão em português, cinco anos depois, foi outra. Nesse sentido, além do conteúdo e das intenções inerentes ao relato da vida de uma pessoa, o local para onde fala também revela que

As leis que regem a produção dos discursos na relação entre um habitus e um mercado se aplicam a essa forma particular de expressão que é o discurso sobre si; e o relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido [...]. (BOURDIEU, 2006, p. 188-189)

Sob a égide da escrita de si e a capacidade de entender os relatos biográficos como sendo capazes de produzir discursos que se limitem a dizer o que apenas é de seu interesse, pois a “apresentação pública, e, logo, a oficialização de uma representação privada de sua própria vida, implica um aumento de coações e censuras específicas”, estão de acordo com o que se chamou de “apresentação de si” ou “reprodução de si” (BOURDIEU, 2006, p. 188-189). Assim, a lógica de análise de uma produção sobre si, remete-nos a entendê-la por meio do que é dito ou escrito, ou seja, numa produção oral quando alguém fala sobre si ou escreve sobre si, aquilo é sempre uma realidade social em construção, como uma lógica e um sentido próprio. “É a ordem da inter-relação primordial do ‘mundo e do ‘eu’” (ROSENTHAL, 2006, p. 196).

Portanto, para Artière (1997) o que importa analisar quando tratamos a escrita de si como uma fonte para a história é a compreensão de que é uma forma de publicizar, isto é, é o momento que organizamos nossas vidas a fim de que um leitor autorizado, ou não, possa lê-la, acessá-la. Uma forma de escrever um livro da própria vida. Ou seja, a escrita de si “trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito: reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si. (FOUCAULT, 1992, p. 131)”. Nesse sentido, o indivíduo que escreve de si, faz a partir de uma racionalidade que se constitui ao longo do texto, pois

[...] O essencial é que ele possa considerar a frase escolhida como uma máxima verdadeira naquilo que afirma, conveniente naquilo que prescreve, útil em função das circunstâncias em que nos encontremos. A escrita como exercício pessoal praticado de si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, uma maneira reflectida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso. (FOUCAULT, 1992, p. 134).

Considerando o enfoque de que o indivíduo ao escrever produz a si mesmo e que esse mesmo indivíduo não pode ser reduzido a ele mesmo, sendo necessário “recuperar o universo social no qual sua personalidade foi formada – seu campo exterior, já que, não sendo um sujeito isolado, o indivíduo faz parte de diversos grupos, de uma sociedade e de uma cultura precisas” (PEREIRA, 2000, p. 122). Por isso, ao analisar uma autobiografia, o que se vê é uma obra em que a noção de realidade não é ela em si mesma, mas, sobretudo, é uma noção que se aplica ao autor que escreve, ou seja, no caso de Joaquim, há o estabelecimento de uma realidade construída a partir de uma verdade que está diretamente relacionada à sua subjetividade, pois

[...] uma prova suplementar de honestidade consiste em restringir verdade ao possível (a verdade tal qual me parece levando-se em conta os inevitáveis esquecimentos, erros, deformações involuntárias etc.) e em demarcar explicitamente o campo ao qual o juramento se aplica (a verdade sobre tal aspecto de minha vida, sem me comprometer sobre tal outro aspecto) (LEJEUNE, 2008, p. 37)

Assim, seguindo as concepções de Caligaris (1998), percebemos que no escrito autobiográfico o que importa é a noção subjetiva desse indivíduo constituir uma verdade naquilo que fala ou escreve. Dito de outra forma, percebe-se que durante a escrita sobre si há uma intenção de sinceridade, porém essa nada tem a ver com a verdade sobre um fato em si, muito pelo contrário, o que se percebe é que nessa escrita de si o autor é o editor da sua própria vida. A autobiografia mostra-nos com isso que é um tipo de escrita em que é possível entender a capacidade desse indivíduo em construir o mundo a seu redor, tendo como referência o seu modo de se ver e ver o mundo, podendo ser possível “nos informar de maneira privilegiada sobre o seu devir, sobre os seus caminhos pelos quais ele se constituiu e, quem sabe, sobre o seu futuro” (CALIGARIS, 1998, p. 51).

Nesse aspecto, que história de vida ligada a uma coerência entre o mundo e ele são destacados nessa produção? Quais elementos presentes na sua autobiografia denotam a criação de uma história sobre o Conjunto Palmeiras sob o olhar de alguém que passou a saber a importância que o trato do passado poderia trazer ao bairro e ao empreendimento financeiro? Joaquim julga que, ao falar em suas palestras acerca da experiência do Banco Palmas, sempre procura começar a sua narrativa falando do que eram e do que passaram a ser. Segundo ele, ao realizar consultorias pelo Brasil, uma das

perguntas que faz à população das comunidades que pretendem seguir a experiência de criação de um banco, como o do Conjunto Palmeiras, é se eles preservam a sua memória. Porém, geralmente quando pergunta quem foi o primeiro presidente da associação do local, um padre ou um pastor, a resposta quase sempre se mostra negativa. Portanto para ele,

nossa maior felicidade do mundo é dizer que nós somos um banco [...] Mas, só tem sentido porque nós fomos uma favela gigantesca, nós guardamos com MUITO ORGULHO isso, ter sido uma favela que se transformou! [...] É identidade e memória [...] vocês vão ver, daqui pra frente, que tudo é Palmas, Conjunto Palmeiras, o Banco é Palmas, é a Palmasfashion, é a Palmacard, por quê? Pra criar uma identidade: esse bairro é nosso, tem que passar de pai para filho para que essa história não seja perdida. (Informação verbal)⁴⁹

Sintomático é esse depoimento para a análise sobre as narrativas que englobam a formação do Conjunto Palmeiras. Joaquim e sua memória, revela-nos aspectos que dão um sentido para a constituição do local. A sua biografia demonstra quem é: sua formação, suas influências, assim como foi marcado pelas experiências durante a sua vida. O Conjunto Palmeiras é parte integrante da maioria dessas experiências que vivenciou, tornando-se uma voz, assim como diretor de uma instituição que tem na atualidade uma imagem que ultrapassa os limites geográficos do bairro. Ele, por sua vez, é a criação e criatura dessa expressão e, por isso, constitui a cada palestra, a cada consultoria, uma narrativa que propõe buscar algo que dê sentido à formação do Conjunto e o que ele é hoje. A memória pessoal e a memória da formação do Conjunto se imbricam e viram uma só narrativa modeladora das causas, das consequências, de como e porquês da região ter se transformado. Diante disso, cabe-nos refletir acerca dessas escolhas que pautam aquilo que precisou ficar dito e consolidado como recursos a uma imagem que se desejava constituir sobre o bairro, isto é, uma identidade que dialogasse com quem foram e o que passaram a ser com a experiência do Banco Palmas. Ele é, sem dúvida, o expoente desse momento do Conjunto Palmeiras e, claramente, coloca-se como defensor da ideia com uma narrativa que a justifica.

49. Palestra de Joaquim de Melo - Banco Palmas. 01:16:15. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=rr6jPfpv8M8>>. Acessado no dia 10/10/2015.

3.3 O ANTES E O DEPOIS DO BANCO PALMAS: DA URBANIZAÇÃO DA FAVELA À IDENTIDADE DE BANQUEIRO

A condição de produção de um texto pressupõe a presença de elementos que possam fazer crer sobre o que o autor pretendeu dizer. Essas características assumem uma condição ainda mais complexa no caso do livro “Viva Favela”, porque é uma narrativa construída sobre lembranças que são do próprio autor e de outras pessoas, visto que, ainda que se pareça uma relação indireta, há nessa produção uma profunda interação entre o que Joaquim lembra e as lembranças de outros sujeitos que exalta no livro. O que queremos dizer com isso é que a narrativa produzida estabelece redes de aproximação em que as lembranças dele e dos outros são compostas a partir de técnicas narrativas presentes em obras ficcionais que utilizam a intriga para compor o sentido da obra. Considerando essa reflexão, ele parte de uma realidade para construir sua narrativa e, utiliza-se, para criá-la, de elementos importantes que possibilitam ao leitor imaginar o todo ocorrido. Assim como o historiador faz, Joaquim é capaz de dar a ver a partir do ponto de vista alheio.

Podemos ler um livro de história como um romance. Com isso, entramos no pacto de leitura que institui a relação cúmplice entre a voz narrativa e o leitor implicado. Em virtude desse pacto, o leitor abaixa a guarda. De bom grado suspende sua desconfiança. Confia. Está pronto para conceder ao historiador o direito exorbitante de conhecer as almas. Em nome desse direito, os historiadores antigos não hesitavam em pôr na boca de seus heróis discursos inventados que os documentos não garantiam, mas apenas tornavam plausíveis. Os historiadores modernos já não se permitem essas incursões fantasistas, no sentido próprio da palavra. Mas não deixam de recorrer, de formas mais sutis, ao gênio romanesco, tão logo se empenham em reeefetuar, ou seja, repensar, um certo cálculo dos fins e dos meios. O historiador não se proíbe, então “pintar” uma situação, “restituir” uma cadeia de pensamento e dar a esta “vivacidade” de um discurso interior. (RICOEUR, 1997, p. 323)

Isso, portanto, só é possível porque Joaquim usa a narrativa para criar situações que alimentam as memórias socializadas do bairro. As lembranças são fonte para a invenção das narrativas, mas também responsáveis por dar uma nova cor ao passado, quando resolveu produzir um livro que compõe lembranças pessoais que se imbricam com as coletivas do Conjunto Palmeiras. A memória, nesse caso, é a referência em que o autor se apoia para relatar essa experiência. Um exemplo disso pode ser compreendido, de

maneira mais clara, quando ele narra um caso da morte de uma criança no bairro.

Seu Augusto foi o responsável por fazer o caixão para a menina, situação que serviria para a denúncia das péssimas condições em que a população do Conjunto Palmeiras vivia. Joaquim, no dia da sua morte, diz que solicitou a seus pais que pudessem esperar e ajudar para que o caso fosse denunciado às autoridades. Afinal, aquela não era a primeira e nem seria a última morte que aconteceria no local. Os pais da menina concordaram com Joaquim e decidiram esperar para que o sepultamento dela ocorresse, pois, segundo o diretor do Banco Palmas, “também [estavam] cansados desse rosário de misérias (MELO, 2014, p. 90)”.

Para nós, aqui, a morte é um acontecimento quase diário. Mas nunca se torna um costume. Cada falecimento permanece uma tragédia. Cada partida deixa um buraco aberto nas famílias, e o rio dos dramas diários não permite esquecer a dor. As mortes não são apenas de pessoas que são próximas a mim. São conhecidos ou vizinhos, paroquianos ou alunos (MELO, 2014, p. 85).

Concebendo a memória como um ato de tornar vivo o que aconteceu, Ricoeur (2007) toma de empréstimo as reflexões de Aristóteles, concordando que a memória é algo do passado. Podemos lembrar espontaneamente ou através de um esforço de recordação, ao buscar uma lembrança. Portanto, a memória para ele é a forma mais eficaz de acessar aquilo que lembramos e mais, atestar que aquilo que lembramos de fato aconteceu, baseando-se em algo real. Pois, diferente da imaginação, que “tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível e outros traços que podemos chamar de não posicionais”, a memória quer “ser fiel ao passado” (RICOEUR, 2007, p. 40).

No entanto, diferencia memória e lembranças, afirmando que a “memória está no singular, como capacidade e efetuação, as lembranças estão no plural: temos umas lembranças” (RICOEUR, 2007, p. 40). Nesse sentido, um leque de reflexão se abre para o entendimento dessas formas de lembrar. O que e como eu lembro? Para o autor, existem as lembranças que não se repetem, que simplesmente vêm a nós, como semblantes de parentes, um pôr do sol, a leitura memorizada de um texto, pois elas simplesmente vêm. De outro modo, existem o que ele chama de coisas aprendidas e

adquiridas, como os “verbos irregulares ingleses ou alemães”. É nesse último caso que Ricoeur permite que a gente traduza esse exemplo para entender as lembranças de Joaquim, pois elas nem sempre partem do que ele mesmo viveu, mas também de situações aprendidas e adquiridas ao longo de suas vivências e contatos com os outros moradores do Conjunto Palmeiras. Com isso, alguns acontecimentos são aprendidos de tal forma que se tornam lembranças únicas, que vêm à tona como se fossem naturais, como no exemplo do rosto de uma pessoa ou do pôr do sol. É a partir daí que as duas formas de lembrar, segundo o autor, entram em contato, pois esses “fatos podem ser chamados de adquiridos, [...] elevados à posição de ‘posse vitalícia’. Assim, os próprios acontecimentos tenderão, sob o regime do conhecimento histórico, a alcançar o que denominou de estado das coisas” (RICOEUR, 2007, p. 42).

Desse modo, o livro se propõe a ser esse retorno às lembranças de acontecimentos sobre formação do bairro que ele sintetiza sob a sua forma de narrar. Muitas delas são atribuições que ele adquiriu com o tempo em que passou a viver no Conjunto Palmeiras, principalmente aquelas ligadas aos primeiros dez anos de criação do local para abrigar pessoas de várias regiões da cidade de Fortaleza. Todas são lembranças que Joaquim ouviu, partilhou, adquiriu e tornou-as suas também de modo que, hoje, ele se identifica com elas.

O lançamento do livro em 2014, no Brasil, é a confirmação dessas narrativas há muito já proferidas nesses espaços e, por isso, evidencia-se um impacto diferente do que houve na França: enquanto lá a noção de exemplo foi exaltada, no Brasil, a publicação pode ser analisada como a consolidação de uma história sobre o conjunto e do Banco. Como já citamos, ele inicia sua jornada de exibição do feito realizado no Conjunto Palmeiras desde o princípio do Palmas, quando começa a ser convidado por instituições e órgãos públicos para falar dessa experiência. Propomo-nos, portanto, a analisar como está estabelecida a narrativa em seu livro, partindo das escolhas feitas para organizar uma intriga, no qual inicia a descrição do local como favela até esta tornar-se urbanizada, fato importante para que a narrativa possa seguir e dar sentido à criação do Banco Palmas.

Desse modo, a intriga entendida por Todorov (2006) propõe analisar como um autor constrói a narrativa para exprimir uma determinada situação.

Por isso, são componentes dela os personagens, os verbos, os adjetivos, os pontos de vistas desses personagens, as relações de causa e consequência, as relações temporais e o encadeamento de uma sequência que propõe à narração uma noção de finda.

O livro é assim dividido em cinco “partes”: O seminarista na favela, A luta pela água, Assumir o próprio destino, Lutar contra a pobreza, A moeda da solidariedade e Um laboratório para uma nova economia. São as primeiras três partes em que podemos notar a narrativa de transformação da favela. Para isso, Joaquim divide essas partes em capítulos. Na primeira parte vemos a existência de sete capítulos, na segunda, seis e na terceira, cinco capítulos. Desde o princípio, a descrição segue uma lógica narrativa que envolve sujeitos que se tornam personagens em sua história, participando de momentos importantes que dão o tom da escrita.

O autor retrata desde o início da sua caminhada até o momento em que decidem criar o Banco Palmas. Ao descrever acerca da sua clandestinidade, quando era vinculado a um grupo contra a Ditadura Militar e ainda fazia parte do seminário, por exemplo, momentos de tensão são explicitados para que possamos entender o motivo pelo qual sua saída de Belém, no Pará, foi necessária. Expõe que após a expulsão de colegas resolveu conversar com o arcebispo para saber de sua situação: “Ponho também em jogo minha cabeça, porque, se foram despedidos por razão política, corro o risco de ser o próximo da lista” (MELO, 2014, p. 31).

A consequência foi sua ida para Fortaleza. Com a ajuda de irmã Luiza, “uma mulher que tem uma energia incrível” (MELO, 2014, p. 32), ele conhece o trabalho de Lorscheider e vai para a capital cearense. A chegada lá, para ficar no aterro sanitário do Jangurussu, também serve para que o leitor entenda a dificuldade passada por ele e, principalmente, entenda que aquela vida não era fácil.

Um rato corre debaixo da mesa. Em torno de minha cadeira, as moscas vão e vêm em um zumbindo ensurdecedor. Preparei arroz e feijão. Com o dinheiro que o seminário nos dá todos os meses, uma modesta pensão, menos de um salário mínimo, hoje, temos a impressão de nadar em dinheiro em comparação com os outros moradores da lixeira. (MELO, 2014, p. 36)

O início do livro tem muita relação com as narrativas que proferia em palestras. A diferença entre os dois momentos é quanto à forma. É notória a presença de uma maior liberdade de criação do autor. A vida descrita não é simplesmente relatada ao leitor de forma direta. Há a necessidade de evidenciar sentimentos que variam entre a sensação de perseguição e gratidão, demonstrada com os motivos que o fizeram sair de sua terra natal e vir a Fortaleza. Cria, assim, um cotidiano que vivia a partir da descrição da imagem do rato, do som das moscas em torno da comida (ratos e moscas deveriam ser algo recorrente na vida de um lixão) e como se entendia frente aos moradores da Rampa. Portanto, ao leitor, Joaquim inicia por comunicar o seu encontro com o Conjunto Palmeiras e como a partir dali se insere na vida local.

A narrativa a partir daí se desenvolve para que ele justifique a sua chegada ao Conjunto Palmeiras. É nesse momento que busca trazer à tona outros personagens para a sua narrativa, como Marinete, Augusto, Manoel, descrevendo-os sempre a partir da sua participação em relação às ações que faziam no bairro, compondo aqueles que juntos poderiam ser considerados lideranças do local. Marinete é a historiadora da favela; Augusto é o que ajudava a população, a quem as pessoas recorriam quando necessitavam de algo; Manoel, o poeta, capaz de contar a formação do conjunto por meio de suas poesias. Ao mesmo tempo que adjetiva essas pessoas, liga-as aos serviços que a população começara a empreender por conta própria naquelas primeiros tempos do local, como a funerária comunitária e a creche comunitária. Assim, diz que “Dia após dia, [descobriu] esses homens e essas mulheres que são o coração da favela” (MELO, 214, p. 56) em uma referência a esse processo de inserção na vida coletiva.

Sua posição no bairro fica, ao longo da sua síntese, cada vez mais importante. Tornou-se diretor do Centro Social Urbano, além de padre. Sua vida, com ligações aos movimentos clandestinos, no entanto ainda existia. Reserva um capítulo da sua obra para descrevê-la. Essas posições assumidas servem para que Joaquim justifique algo que, aos poucos, estava virando realidade, era “cada vez menos seminarista e, cada vez mais [estava] mergulhado nos assuntos sociais do bairro” (MELO, 214, p. 64). Para o leitor compreender as motivações de sua saída do seminário, cita uma de suas referências da Teologia da Libertação, Leonardo Boff.

Há momentos na vida de uma pessoa em que, para ser fiel a si mesma, deve mudar. Eu mudei. Não de luta, mas de trincheira. Deixo o ministério sacerdotal, mas não a igreja. Afasto-me da ordem franciscana, mas não do sonho de ternura e de fraternidade de São Francisco de Assis. Permaneço e serei sempre teólogo, visceralmente católico e ecumênico, travando o combate dos pobres contra a sua pobreza e em favor de sua libertação. Continuarei no sacerdócio universal dos fiéis. (BOFF apud MELO, 2014, p. 73)

O trecho que cita serve para demonstrar que o aprendizado que carregou enquanto foi seminarista agora serviria para a dedicação a outras lutas. O episódio da água é salutar nesse sentido. Joaquim reserva quatro capítulos de seu livro para relatá-la. E sua gênese, a reflexão que vai gerar a indignação inicial para que haja a mobilização, inicia na sua residência, uma das poucas do bairro que possuía uma torneira, conta-nos.

Conseguir água no conjunto era uma tarefa árdua, segundo ele. Não havia rede de distribuição e as pessoas só dispunham de chafarizes ou vendedores ambulantes para conseguirem esse bem necessário à vida. Os primeiros nem sempre funcionavam, sendo necessário utilizar as poucas finanças para comprar água.

É assim mesmo, só tem água até às 10 horas da manhã, quando muita gente que entrou na fila às 6 horas da manhã nem mesmo chegou a tirar água. [...] O preço da lata d'água chegou a custar aqui 15 cruzeiros e o pior de tudo é que os vendedores carroceiros ainda atendem mal e nem mesmo informam de onde a água procede. Uns dizem que é de algumas cacimbas localizadas na entrada do conjunto, outros afirmam que é de uma lagoa próxima. Certo é que a água é muito amarela, deixando uma verdadeira lama nas velas do filtro. (CONJUNTO..., 1980, p. 19)

Não foi incomum encontrar nos periódicos reclamações quanto ao abastecimento de água no bairro. Às notícias de jornais se somam aos depoimentos de moradores da região. Eram obrigados a comprar porque os chafarizes secavam. A água era proveniente das lagoas do Jangurussu e da Messejana ou do rio Cocó. Isso era o que imaginavam que acontecia. Algumas pessoas relataram que, na realidade, não tinham certeza quanto à qualidade dela.

Joaquim continua afirmando que foi em uma conversa com Dorinha⁵⁰,

50. Em todo o seu livro, ele traz dois relacionamentos, cada um ligado a dois momentos que destaca na narrativa. O primeiro foi com o Dorinha, relacionamento que justifica ser um dos motivos que também o fez sair do seminário. O segundo com Sandra Magalhães, com quem dividiu a gestão do Banco e do Instituto Palmas. Portanto, o que se vê e o que se publiciza quanto à sua vida amorosa está diretamente ligada à história coletiva que narra sobre o Conjunto Palmeiras.

sua companheira e militante do bairro, também presidente da ASMOCONP, que surgiu a ideia de um ultimato acerca do problema da água. Esse ultimato proposto por Joaquim passou a ser discutido em assembleia na Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Dentre as discussões travadas na sede era necessário que houvesse uma radicalização a fim de chamar a atenção da cidade e dos governos em relação à problemática da água na região. Segundo Joaquim, Augusto propõe a explosão dos canos da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) que passava por baixo do conjunto. A mobilização ocorre. Dorinha entra em negociação com o presidente da empresa, porém a resposta é negativa quanto aos anseios da população. Com isso, um ultimato por parte dos moradores foi inevitável: “Damos a vocês um mês de prazo - começa ela – no final deste tempo, ou temos acesso à água, ou furamos os canos da CAGECE que passam debaixo do Conjunto Palmeiras” (MELO, 2014, p. 107).

Segundo Joaquim, eles foram acusados de egoísmo quando a notícia se espalhou pela cidade, mas ressalta que queriam “apenas o direito à água, à redistribuição dessa riqueza que pertence a todos” (MELO, 2014, p. 107). Diz-nos que, apesar da ameaça ter sido colocada a público, eles não tinham condições de fazer o que prometeram, mas apenas poucas pessoas sabiam disso. A maioria da população, inclusive os moradores do Conjunto Palmeiras, estavam certos de que, caso a água não chegasse, os canos que abasteciam toda a cidade de Fortaleza, vindo do açude Gavião, seriam destruídos.

[...] saiu no jornal: “Palmeiras promete estourar”, uma grande assim, não havia possibilidade de estourar um cano, era impossível tecnicamente [riso].

Ah, foi alvoroço, alvoroço, os técnicos vieram mesmo, vieram mesmo porque achavam que o movimento tinha capacidade [riso] e não brincavam em serviço também, prometia, não de fazer violência, tínhamos certeza que capacidade não tinha porque é impossível. (MOSER, 2015, n.p.)

Apesar de ser uma lembrança tratada como uma possibilidade real por muitos moradores, há uma discordância quanto à possibilidade de ter como realizá-la, como confirma o relato acima que concorda com a narrativa de Joaquim. No entanto, ao saber da notícia, após acordar e lê-la no jornal, diz que não se conteve de tanta felicidade. Corre para a entrada do bairro com o periódico na mão, comunicando à população sobre a vitória conquistada.

Narra:

- Meus amigos, meus amigos!

Lê-se meu entusiasmo em meu rosto, um murmúrio alegre percorre a assistência, que antecipa a novidade.

- Nós ganhamos!

Estendo o jornal aberto à página dos comunicados oficiais.

- A Cagece publicou um texto nesta manhã no jornal. Ela se compromete a começar os trabalhos para que cada casa nossa seja ligada à rede de água.

.....

[...] Nós festejamos a noite toda. (MELO, 2014, p. 115-116)

Apesar de afirmar em sua entrevista que o desejo por justiça social começou a acontecer com a sua inserção no seminário e na militância contra a Ditadura, esse lugar de fundação que encontra, contrasta com o relato de importância que dá a si quando da sua participação no movimento do Conjunto Palmeiras, evidenciando que, na realidade, foi no bairro que isso aconteceu de maneira mais forte. Isso fica ainda mais claro nesse trecho, pois ao narrar o episódio, ele se coloca em uma posição de protagonista na luta do bairro. Propôs algo radical a Dorinha, ajudou a planejar a ação e mais contundente em sua descrição do episódio é o fato de ele ser o responsável por levar à população as boas notícias. Joaquim não cria apenas uma narrativa sobre o bairro, ele se constitui como alguém que passou a ser importante para o local. Esse episódio da chegada da água no Conjunto Palmeiras depõe sobre a relação de sua vida com a vida dos outros moradores. Joaquim, em sua memória, publicizada com seu livro, elenca momentos axiais da vida do local, ao mesmo tempo em que tais momentos são partes indissociáveis de sua vida.

3.3.1 “Peripécias no canteiro de obra” e a favela urbanizada

Os eventos descritos são aportes para que se construa uma argumentação e, segundo ele, um aprendizado que vão ganhar uma grande força com a parceria firmada para a construção do canal de drenagem. Situação que ocorre na década de 1990. Assumir o próprio destino é o título da terceira parte que enfatiza justamente esse momento chave para a sua narrativa: a de que conseguiram construir um bairro, urbanizara-no. Entretanto, o caminho não foi fácil. A separação com Dorinha é exposta para justificar o seu sentimento em relação a vida no local.

Dorinha não está mais a meu lado. Ela não suportava mais a pobreza aqui, não queria mais passar sua vida de reuniões em manifestações. Estava cansada da luta. Ela achava que eu estava ausente demais de nossa história e envolvido demais na história dos outros, na vida do bairro. Então ela me deixou. (MELO, 2014, p. 73)

Porém, isso não podia fazê-lo desistir. Ele estava envolvido demais. Diz que não podia deixar de se “envolver na transformação da favela” (MELO, 2014, p. 124). Sua vida era ali, pois não iria “abandonar essas pessoas a sua sorte”. Seu “engajamento militante fez Dorinha fugir, mas é este engajamento” que lhe permitiu “continuar a viver sem ela.” (MELO, 2014, p. 124). Portanto, nesse trecho narra um misto de sentimentos que traz uma carga dramática em que coloca em uma balança a sua vida pessoal e a vida coletiva. A sua opção foi pela segunda via, atribuindo a essa relação um tom de despedida: de um lado Dorinha, que sai em busca de outros objetivos e do outro ele, que fica, junto com o povo, para enfrentar as adversidades.

Outro ponto importante nos seus relatos e que tem relação com o sentido que deseja constituir acerca do Conjunto Palmeiras é o uso da palavra favela. Esse termo aparece sempre quando o ex-seminarista se remete ao local. Mas que favela é essa que o Conjunto Palmeiras era? Por que a escolha desses termos ao se referir ao local?

Por favela, historicamente, convencionou-se chamar todos aqueles locais que tinha algum tipo de ausência. Aliada a isso, a definição desses espaços imersos no tecido urbano das cidades não podem ser compreendidos como um corpo estranho, visto que, “Falar de favela é falar da grande cidade no Brasil desde a virada do século XX” (PASTERNAK apud SILVA, P. 2009b, p. 30). Nesse sentido, as favelas são formadas a partir de processos históricos e entendimentos que vão variar de região para região. Para Silva, P. (2009, p. 30) parte de ocupações iniciais em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador foram chamadas de favela, mas em outras localidades, outras denominações ganharam notoriedade, como mocambos e vilas. Por isso, perceber como cada cidade conceitua esses espaços é essencial para a compreensão das ações intervencionistas que essas regiões sofreram ou sofrem.

As condições de implantação do Conjunto Palmeiras será capaz de mobilizar os recursos narrativos no livro de memória de Joaquim. O “Viva Favela” não tem esse título à toa. É uma referência direta de uma percepção construída com a experiência dessas pessoas. Como já citei, o diretor do Banco Palmas só chegou à região dez anos depois de sua implantação. Contudo, a sua narrativa dá conta desses momentos iniciais buscando um sentido que possa convencer aqueles que leem que o local, sem condições estruturais, tratava-se de uma favela. Em suma, conforme o autor, os moradores que estavam ali haviam sido retirados de uma favela para outra, situação que passou a mudar com a iniciativa da construção do canal de drenagem.

Em sua argumentação, a obra demandaria muito tempo e esforço, pois era um momento ímpar para o Conjunto Palmeiras. Finalmente, os problemas com inundações decorrentes das chuvas e a saída de moradores para outras regiões, fora ou dentro do conjunto, seria resolvido. O Canal de drenagem foi uma solução. Ele surgiu a partir de uma parceria firmada entre o governo do Estado do Ceará, Prefeitura de Fortaleza e Cooperação Alemã de Apoio Técnico (GTZ)⁵¹. Esse convênio tinha como foco implantar o PRORENDA no Estado. O programa existe no Brasil desde a década de 1980 e é um dos mais antigos desenvolvidos pela GTZ Brasil. Divide-se em dois: PRORENDA rural e PRORENDA urbano. O foco é a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, tendo como princípios norteadores o “fortalecimento do exercício da cidadania, adequação de serviços públicos à demanda dos usuários e a criação de oportunidades para atividades produtivas” (VALENTE, 2010, p. 157-158). O programa tinha como metodologia a cooperação, dinamizando a responsabilidade individual e alimentando a ideia de autogestão, planejamento participativo, microcrédito e a organização comunitária. Portanto, orientava os envolvidos com capacitação, treinamentos e produção de cartilhas, “assim um dos eixos conceituais de referência para o programa é a participação ou gestão participativa” (VALENTE, 2010, p. 158).

O Conjunto Palmeiras foi uma das quatro regiões selecionadas para fazer parte do programa. De acordo com o diretor do banco Palmas, era regra que as localidades escolhidas tivessem uma população organizada em associação ou federação. A cooperação se daria então da seguinte maneira:

51. Pode ser definida como uma instituição com pessoa jurídica, na forma de uma sociedade limitada, sendo uma empresa pública com direitos privados, que tem como único sócio o governo alemão. Tem como função primeira o apoio a projetos públicos orientados pelo governo alemão e tem como clientes a União Europeia, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências das Nações Unidas. No Brasil, está presente desde 1963, quando houve a assinatura do acordo básico de cooperação técnica Brasil e Alemanha. A área de atuação da GTZ compõe todo o Brasil, em projetos que visam hoje dois eixos: desenvolvimento regional integrado em áreas menos favorecidas e proteção ambiental e manejo de recursos naturais. O primeiro, hoje se divide em programa PRORENDA (que a partir de 2002 passou a se chamar de Desenvolvimento Local Integrado Sustentado) e programa indústria, para o aumento da produção e competitividade de pequenas e médias empresas.

ela (GTZ) iria fornecer o dinheiro, uma soma de dois milhões de reais (transferindo hoje para a moeda atual brasileira) e assistência, enquanto a gestão dos serviços deveria ser feita pelos próprios moradores, conta-nos.

Dessas reuniões e debates, verificou-se que o problema mais urgente foram as inundações que o bairro sofreu em decorrência das chuvas que assolavam o Ceará, que se estendem entre março e junho. Em seu livro, Joaquim, antes de falar dos trabalhos para a efetivação do canal de drenagem, descreve uma “umidade permanente” no Conjunto Palmeiras e por isso não deixa de enfatizar a precariedade vivida em virtude dessas condições. Eram frequentes os prejuízos que as chuvas traziam à população. Barracos feitos de pau-a-pique logo ruíam com as chuvas. As lamas e as águas empoçadas, em vários lugares, dificultava ainda mais a vida dos moradores. “Augusto desperta com os pés na água a metade do ano, seu quarto aberto aos aguaceiros não lhe oferece nenhum descanso (MELO, 2014, p. 79).

O narrador evidencia que eles tiveram que aprender a conversar de igual para igual com os técnicos responsáveis pela construção do canal, conta-nos que a desconfiança entre as partes foi algo natural. Embora, a metodologia da GTZ fosse o incentivo à autogestão e planejamento, segundo ele nem sempre os moradores viam com bons olhos os técnicos da prefeitura. Essa desconfiança, diz Joaquim, se dava pela experiência que eles já haviam tido com membros do governo. Ele sabia, por exemplo, que a sua imagem frente à prefeitura era bastante conhecida: “o diabo em pessoa” (MELO, 2014, p. 139). Em uma das reuniões de explicação do projeto, junto ao engenheiro, estava a assistente social responsável por ser o canal de interlocução entre a população e a prefeitura, Sandra Magalhães, que, no futuro, tornar-se-ia esposa de Joaquim e uma das responsáveis pelo Banco Palmas.

No final da reunião, avanço a grandes passos para ela, como minha bolsa a tiracolo cheia de documentos e de panfletos saindo para fora. Com a barbicha que acentua meus traços e meu olhar fixo, devo ser magro de dar dó e ter o aspecto de um maluco.

Sem lhe dar tempo de me saudar, eu ataco de chofre:

- De que lado você está: com o governo ou com a comunidade.

- Vamos lá, calma, responde ela, tentando manter-me a distância. (MELO, 2014, p. 139)

A descrição do primeiro encontro entre sua futura companheira e ele revela algumas relações com o futuro do bairro. Joaquim a vê como uma inimiga por representar o governo, assim como ele demonstra que o governo o via, devido a sua participação que, há muito tempo, era conhecida pelas autoridades governamentais. O seu relacionamento com Sandra é descrito posteriormente como algo proibido, afirmando ser passível de represálias caso o governo descobrisse a afinidade que havia criado entre os dois, porém afirma que “Sandra, por sua dedicação ao projeto e à comunidade, estabeleceu um lugar entre nós” (MELO, 2014, p. 152). Joaquim, nesse momento, ressalta a própria relação e imagem que ainda se constituía nesse momento, a de desconfiança entre movimento popular e o governo. Situação que, ao nosso ver, passou a mudar no bairro por causa desse projeto, sobretudo porque o modelo gerencial aprendido orientará as ações a partir de então.

Os conflitos, no entanto, não pararam durante a realização da obra. Era particularmente difícil os técnicos convencerem a população de que aquilo era o melhor. Joaquim revela que o traçado por onde o canal seria feito e que ele seria aberto foi uma das melhorias que sugeriram. Como as decisões sobre a obra deveriam passar pelo debate da União das Associações e Grupos Organizados, nem sempre havia concordância com a opinião dos engenheiros. Percebe-se que algumas deliberações eram fruto de intensos debates em que a razão estava ora com os moradores, ora com os técnicos responsáveis⁵².

Joaquim dedica um capítulo do seu livro a essas lembranças. As “peripécias no canteiro de obras” é a descrição desses momentos de aprendizagem, de discussão e de erros cometidos por eles durante o período.

Em um debate para decidir por onde o canal deveria passar, os ânimos se acirraram. Era a experiência do saber científico contra a experiência de vida.

- Então é isso: eu estou maluca! - grita ela.

- Desde 1975 eu enfrento as inundações. Passei por este lugar às vezes com água no pescoço. [...] Quantas vezes tive de atravessar a rua a nado, com um braço estendido fora da água para manter secos os negócios que transportava? Eu estou maluca, é isso? O curso da água nunca passou por lá? Isso nunca existiu? (MELO, 2014, p. 142-143)

52. Paulo Garcia, arquiteto, técnico da prefeitura e gerente de infraestrutura do PRORENDA; Goretti Mota, arquiteta, técnica da prefeitura, técnica de campo da gerência de Infraestrutura do PRORENDA; Francisco de Assis Mesquita, Engenheiro agrônomo, representante da Secretaria de Planejamento, coordenador executivo do Conselho de Integração e responsável pela monitoria do PRORENDA; Brunken, consultor da GTZ.

Apesar da vivência de Carmosita, a explicação dos técnicos convence a população. No entanto, o debate seguinte - aqui descrito - mostra o outro lado. A vitória da população em argumentar e persuadir sobre aquilo que se mostrava melhor. Novamente Carmosita é citada para exprimir esse momento de debates acerca da construção do canal.

- Que maldição! Os ricos têm um canal fechado e eu terei o canal do pobre! Lamenta-se ela, tomando os outros moradores como testemunhas. E se houver bandidos? Vocês todos sabem que nós vivemos em um bairro onde há problemas de segurança! Os policiais vêm a cavalo; se eles perseguem os delinquentes, os pilantras vão pular no canal e fugir, e nós seremos o bairro que ajuda os bandidos a fugir! (MELO, 2014, p. 142-143)

Os moradores “ganham”. O canal iria ser fechado. Joaquim relata o processo todo como um grande aprendizado para a população e para ele. O Conjunto Palmeiras começa a ser visto por ele com outro aspecto: “De 1992 a 1997 [...] nós aprenderemos na prática como se urbaniza uma favela” (MELO, 2014, p. 145).

Desse modo, a base argumentativa em que narra sobre a obra do canal está ancorada, nesse caso, às condições e atribuições de que favela era tudo aquilo que representava ausências, isto é, falta de infraestrutura como água, energia, saneamento básico, transporte público, residências minimamente adequadas a uma boa qualidade de vida. Essa concepção, apesar de hoje ser reconsiderada por pesquisadores⁵³, é amplamente utilizada por ele quando descreve o início do Conjunto Palmeiras. Vemos que há uma noção de transformação do local quando concebe que, após o canal de drenagem, ele foi urbanizado, sendo possível, a partir daí, avançar e pensar na resolução de outros problemas inerentes ao Conjunto.

A experiência ressaltada por Joaquim no “Viva Favela” é algo que sempre está presente em suas narrativas. A construção do canal tornou-se um evento tão importante que precisou ser documentado para que as futuras gerações pudessem entender como foi realizada. Esse documento é o segundo volume da série “Memórias de Nossas Lutas”, que marcam as reminiscências de um fato entre aqueles que estiveram envolvidos com a construção. Portanto, o que se verifica nesse momento de sua autobiografia é que a obra do canal é percebida como um modelo de gestão coletiva realizada

53. O termo favela como sendo um componente da cidade ligada à falta de uma infraestrutura serve para que sejam alimentados estereótipos que são a gênese do preconceito contra aqueles que vivem nesses espaços. Por isso, o Observatório de Favelas, que reúne uma série de estudiosos acerca do assunto e debatem as condições impostas a esses espaços, concordam que “elas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio-territorial e servirem de referência para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios (SILVA, S., 2009, p. 22).

pelas lideranças do Conjunto Palmeiras que impulsionou-os a poder pensar em estratégias para o futuro do conjunto. Embora isso seja colocado como relevante nos fatos que ressaltam os momentos das conquistas da infraestrutura do Conjunto Palmeiras, o intento narrativo que está presente no seu livro é fazer com que o leitor compreenda que os projetos futuros foram consequências da experiência adquirida durante esse momento. Desse modo, segundo Joaquim, o Banco não surgiria se não houvesse o aprendizado com a construção do canal de drenagem porque “Graças ao Pró-renda [...], nunca poderíamos ter inventado, dez anos mais tarde, o modelo do Banco Palmas”, pois, “[...] aprendemos a gerenciar contas, organizar recrutamentos, regular salários, gerir estoques, planejar e verificar o avanço dos trabalhos” (MELO, 2014, p. 137). Quando demonstra ao público leitor esse entendimento sobre a formação do Conjunto Palmeiras, faz-o criando uma intriga a fim de introduzir o segundo momento que notamos ao ler o livro “Viva Favela”: o nascimento do Banco Palmas. Desse modo, o que analisamos foi que, ao narrar os eventos da segunda síntese sobre o conjunto, há uma relação intrínseca de vínculo e, de certo modo, de atenção à preservação dessa cartilha, vendida até hoje na lojinha de produtos que existe dentro do Instituto Palmas, local em que adquirimos um exemplar. Isto é, Joaquim entende de onde partiu a experiência necessária para a criação do Banco e, não menos importante, preservá-la como um modelo gerencial era uma forma de dizer como esses sujeitos periféricos tiveram condição de criar um banco.

Essa reflexão nos leva a pensar acerca das escolhas feitas por Joaquim ao lembrar da formação do Conjunto Palmeiras e como essas opções, empreendidas em sua narrativa, impõem-se para relatar a experiência do que ele denomina de uma favela que se transformou e conseguiu determinar seu destino.

A retórica de Joaquim, ao produzir o “Viva Favela”, atende a uma tessitura de intenções que estão imersas no que Beatriz Sarlo (2007) chama de estilo realista-romântico, isto é, o sujeito narrador atribui sentido coerente a todo pequeno fato que ele próprio incluiu, por isso “não se crê obrigado a atribuir sentidos nem a explicar as ausências, como acontece no caso da história” (SARLO, 2007, p. 49). Assim, o detalhe compõe e atribui sentido real à narração porque sua soma deve pertencer e fazer convencer representar o todo.

[...] montar uma história é um capítulo na busca de uma verdade que, de toda maneira, a reconstituição dos fatos no modo realista-romântico não tem, invariavelmente, condições de restaurar. [...] A qualidade realista sustenta que a acumulação de peripécias produz o saber procurado e que esse saber poderia ter um significado geral. Reconstituir o passado de um sujeito ou reconstituir o próprio passado, através de testemunhos de forte inflexão autobiográfica, implica que o sujeito que narra (porque narra) se aproxime de uma verdade que, até o próprio momento da narração, ele não conhecia totalmente ou só conhecia em fragmentos escamoteados. (SARLO, 2007, p. 56)

Para Paul Ricoeur (1997) existe uma condição implícita em todo autor de uma obra, ele quer persuadir seu leitor. Essa persuasão é uma condição retórica que utiliza aspectos da ficção para a sua realização. Entretanto, essa condição retórica precisa sempre da contrapartida do leitor da obra para que o seu argumento narrativo tenha credibilidade, para que, mesmo não diretamente, seja possível saber a opinião do autor, ou seja, mesmo que o autor não se mostre diretamente na sua obra, as opiniões dele são ditas a partir dos seus personagens. É possível, nesse caso, dizer que seus sentimentos também. De todo modo, tudo isso só se faz presente se esse narrador for, como ele chama, digno de confiança, porque senão, essa relação se mostra mais obscura e mais difícil de discernir o humano por trás do texto. Nessa via, requer, também, um leitor que responda, pois para o filósofo, sequer existe texto sem a participação de um leitor, pois, afinal, ele é feito para ser lido.

Não nos parece duvidoso que a intenção do livro seja exatamente essa, convencer. A narrativa de transformação da favela em bairro e uma atenção especial dada ao aprendizado com a obra de canal de drenagem são situações claras quando se pensa sob que bases a narrativa de Joaquim vai se fortalecer. Era necessário contar a experiência a um público externo. O livro, como já dito, foi feito para ser publicado inicialmente na França, em 2009 e só depois no Brasil, situação que expõe que a narrativa não foi feita pensada para comunicar essa história internamente ao bairro. A síntese, nessa obra, é orientada a partir das intenções de fortalecimento do Banco, portanto, não se pode deixar de afirmar que depois da criação do Banco Palmas, Joaquim se torna uma autoridade que fala sobre o bairro a um público externo e que tem, para além do bairro, o Banco como horizonte. Por isso, é uma narrativa que o justifica.

Dito isso, a sua argumentação chega ao ápice da narrativa de transformação após as obras do canal de drenagem. O local finalmente havia sido urbanizado e, com isso, a mudança se tornaria a cereja do bolo que justificou as escolhas que fez no livro. Por isso, afirma que

Estamos ainda muito longe do paraíso, mas pouco a pouco, as casas de material substituem os barracos de barro, de palha e de material reciclado. Ao longo de todo o traçado do canal, o Conjunto Palmeiras muda de aspecto. De favela, tornamo-nos bairro. Abandonamos os andrajos de favela para vestir a roupa da cidade (MELO, 2014, p. 155).

Com esse trecho, algumas mudanças ajudam-nos a entender os caminhos que considera como importantes a partir de então. O canal de drenagem para ele é o momento axial da urbanização que os leva a pensarem não mais nesses problemas estruturais. As casas se transformaram, a imagem do bairro havia mudado naquela época. A narrativa, assim, finda um momento para se abrir a outro. Nesse ponto, ela responde ao que se propôs desde o início, a favela havia se urbanizado segundo a sua concepção. Portanto, outro foco se abre a partir de então. É a partir desse momento que uma segunda intenção aparece ao leitor, mas nesse caso não são as dificuldades estruturais e de superação delas a favor de um lugar com cara de cidade, mas aquilo que vai dar ao Conjunto Palmeiras uma expressão externa aos seus próprios limites geográficos. O Banco Palmas entra na sua história.

3.3.2 Joaquim torna-se banqueiro

Existe uma narrativa sobre a constituição do conjunto que é vinculada ao Banco a medida em que ele passou a ser um marco delimitador de mudanças quanto aos caminhos que passaram a ser tomados acerca das lutas sociais no bairro. Embora a importância da ASMOCONP tenha sido significativa durante todo esse período, as narrativas que envolvem o pós Banco Palmas constituem momentos em que o crescimento dessa instituição ganhou notoriedade influenciando decisivamente na forma como o passado passou a ser interpretado. A exposição dessa noção é referendada na segunda parte do livro “Viva Favela”, de Joaquim, considerado um dos principais expoentes da RBBC e diretor do Instituto Palmas, além de, desde o início, junto com sua companheira Sandra Magalhães, ocupar funções de destaque na diretoria dos projetos empreendidos pela ASMOCONP/Banco Palmas⁵⁴.

54. Segundo FOGUEL (2009), a organização da gestão da ASMOCONP/Banco Palmas possuía duas gerências, a de Finanças Solidárias, que incluía o Banco Palmas, moeda social e crédito solidário e a de Formação, que engloba projetos sociais e educacionais. Ainda existiam duas coordenações gerais, a coordenação geral ASMOCONP/Banco Palmas, ocupada por Joaquim e a coordenação geral de projetos, ocupada por Sandra Magalhães. Eles também participaram da gestão do Instituto Palmas, como presidente e diretora de relações institucionais. Os diversos projetos de economia solidária são gerenciados por coordenadores que se reuniam periodicamente para deliberar as ações. A instância máxima, entretanto, de onde todos se reuniam, assim como os sócios, era a Assembleia Geral da Associação dos Moradores que tinha poder consultivo de deliberação.

Por isso, importa-nos discutir sua narrativa sobre o Conjunto Palmeiras, tendo como foco o que ele destaca como importante ao falar do local após a construção do Banco Palmas, pois o fato de ter ganhado relevância na direção de empreendimentos de economia solidária, ou seja, divulgar e falar sobre essa ideia, tornou-se a matriz referencial de uma experiência que deu sentido à construção de novas iniciativas em outras localidades. Com essa intenção, produziu aquilo que precisou ser exaltado para que outros pudessem se inspirar. O passado do bairro ganhou novos ares com a expressão do Banco Palmas. Desse modo, é possível entender que

A memória como construção social narrativa implica o estudo das propriedades de quem narra, da instituição que lhe outorga ou nega poder e lhe autoriza a pronunciar as palavras, já que, como assinala Bourdieu, a eficácia do discurso performativo é proporcional à autoridade de quem o enuncia. Implica também prestar atenção aos processos de reconhecimento legítimo, outorgado socialmente pelo grupo ao qual se dirige. [...] (JELIN, 2002, p. 35-36, tradução nossa)

A passagem acima é sintomática para análise dessa narrativa, porque a trajetória de formação dessa instituição imbricou-se com a trajetória do conjunto, como se essas trajetórias fossem sinônimas. Quando se fala ou se lembra do Conjunto Palmeiras, o Banco Palmas tornou-se um forte elemento positivo que influenciou a maneira como o olhar sobre o bairro passou a ser orientado. Não era mais uma favela que fazia muito barulho e que preocupava as autoridades com reivindicações. Não era apenas a pobreza que virava manchetes de jornal, trazendo o Conjunto Palmeiras como exemplo. Agora, outros elementos se tornariam uma forma de combate a essa imagem e aquilo que deveria ser noticiado e divulgado como sendo a grande realização dos moradores da região. Não à toa, a segunda parte do “Viva Favela” expõe os meandros que os levaram a serem procurados por instituições privadas e públicas e transformá-los em uma instituição (Instituto Palmas) de âmbito nacional quando se trata em promoção dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. É, desse modo, que o reconhecimento público do Banco é traduzido por uma narrativa ancorada nos seus interesses.

[...] a experiência é vivida subjetivamente e culturalmente partilhada e compatível. É a agência humana a que ativa o passado, incorporado nos conteúdos culturais (discursos em um sentido amplo). A memória, em seguida, se produz enquanto há assuntos que compartilham uma cultura, enquanto há agentes sociais tentando “materializar” estes sentidos do passado

em diversos produtos culturais, concebidos como ou que se tornam veículos da memória, tal como livros, museus, monumentos, películas ou livros de história. Também se manifestam em atuações e expressões que, antes de representar o passado, o incorporam performativamente (VAN ALPHEN, 1997 apud JELIN, 2002, p. 37, tradução nossa).

A sua autobiografia pode ser entendida como um tipo de produção cultural que buscou sintetizar os interesses envolvidos durante os anos pós criação do Banco. Os escritos, como já falamos no tópico anterior, estão divididos em dois grandes momentos, setorizados em cinco partes. A que trata do surgimento e fortalecimento do Banco Palmas ficou reservada nas partes quatro e cinco, com 10 e 3 capítulos, respectivamente. É necessário, assim, compreender como essa narrativa orienta-se para subsidiar a formação do bairro ao fortalecimento do Banco, mas que, ao mesmo tempo, evidencia o distanciamento de um tipo de pensando em relação às lutas sociais ainda necessárias para o Conjunto Palmeiras e defendidas fortemente outrora.

Isso posto, o primeiro momento crítico trazido pelo autor refere-se ao dinheiro necessário para conseguir conceder crédito à população do Conjunto Palmeiras. Nesse caso, Joaquim coloca-se como o articulador que foi atrás de instituições parceiras para dar prosseguimento à ideia do Banco. Depois de muitas tentativas e descrenças de alguns, foi a ONG CEARAH PERIFERIA, instituição da qual Joaquim já participava como pesquisador popular, que emprestou os primeiros R\$ 2.000, 00 para a inauguração do Banco. Contudo, como relatado no início deste capítulo, todo o dinheiro havia sido empregado no dia da inauguração com concessão de créditos para comerciantes e para consumidores.

[...] Ontem distribuimos todo o dinheiro de que dispúnhamos. Não temos mais um centavo em caixa. O que poderei dizer à centena de pessoas que esperam do lado de fora?

Olho pela janela. Será preciso abrir a porta e explicar a eles que nós distribuimos em créditos todo o dinheiro de que dispúnhamos e não podemos emprestar a novos beneficiários enquanto os primeiros tomadores de empréstimo não nos tiverem reembolsado. (MELO, 2014, p. 192)

Joaquim, ao iniciar essa descrição dos primeiros momentos de funcionamento do Banco, relata o dia após a inauguração. O tom de

preocupação é claro em sua narrativa. A ideia era entender como ele iria resolver o problema de não ter mais dinheiro para emprestar após ter anunciado que isso seria possível. A solução que justifica a maneira como desenvolve a narrativa foi da necessidade de buscar novas parcerias. Foi preciso aumentar a carta de crédito disponível para atender mais gente. Esperar que houvesse o reembolso do dinheiro demoraria demais, seis meses depois, e isso poderia provocar uma descrença do Banco e assim enfraquecer a ideia. Joaquim participou de reuniões com entidades para que pudessem apoiar a ideia. Isso provocou que novos investimentos fossem conquistados. A OXFAM⁵⁵, através de Guillermo Roguel, coordenador desta associação britânica no Brasil, emprestou R\$ 14.000,00. Depois foi a vez da GTZ que emprestou mais R\$ 6.000,00. Ao final daquele ano de 1998, eles acumularem uma reserva de R\$ 30.000,00 e ainda com os primeiros empréstimos sendo pagos após seis meses.

A notoriedade do empreendimento realizado no Conjunto Palmeiras também é evidenciada pelo autor. O convite para palestras, parceria com SEBRAE, informações da instituição sendo divulgadas em rede nacional são tomados por Joaquim para exemplificar o crescimento e a dimensão que o Banco estava ganhando. Afinal, até o presidente Lula havia falado sobre o que estava ocorrendo no Conjunto Palmeiras, segundo Joaquim.

[...] em março de 2000, Lula, que não tinha sido presidente da República na época, veio visitar nosso banco. [...] Cinco dias mais tarde, Lula foi convidado para o Programa do Jô, que reúne mais de quatro milhões de telespectadores na Rede Globo. É o novo ponto de encontro inevitável dos políticos. E Lula falou do Banco Palmas! Tirou o PalmaCard do bolso de sua camisa para apresentar o sistema e dizer que se tratava do tipo de iniciativa de que o Brasil precisava. A câmera principal deu um zoom no cartão, e essa imagem teve enorme repercussão midiática para nós! (MELO, 2014, p. 204)

Portanto, contar sobre a história de criação do Banco também era fazer compreender as dificuldades que tiveram no início. Porém, os anos seguintes foram de mudanças significativas para a instituição. À medida que a ideia se tornou conhecida, novos ares permitiram o crescimento da instituição. O então futuro presidente do Brasil não é ressaltado em sua narrativa despretensiosamente: foi em seu governo, a partir de 2003, que se pode destacar o fortalecimento do Banco com a criação de parcerias firmadas também em âmbito governamental. Assim como a situação parecia estar se resolvendo quanto à demanda financeira para atender a população do

55. Confederação Internacional de 17 organizações que objetiva combater a pobreza por meio de parcerias com comunidades em todo o mundo.

Conjunto, o crescimento do Banco provocou também um problema de identidade. Joaquim relata que o Banco Central apareceu duas vezes para fechar o empreendimento sob a alegação que estava havendo crime contra o sistema financeiro do país. Na primeira vez, relata a ação violenta que adentrou o espaço da ASMOCONP, procurando computadores de registros das movimentações. Porém, encontraram apenas registros em cadernetas. O Banco ainda era muito artesanal, tudo registrado à mão. No segundo momento, Joaquim foi acusado, inclusive, chegando a prestar depoimento à polícia, pois estaria “[cometendo] um crime contra do Estado: ‘Emissão de dinheiro falso’” (MELO, 2014, p. 223), em virtude da impressão de moeda social, o Palmas. Nos dois casos, o Banco e Joaquim são inocentados, tendo a permissão do Banco Central para poder operar. Mas a evidência desse caso serve também para compreender as relações que sua narrativa estabelece com o empreendimento. Ele foi o culpado, ele foi acusado de falsificação. Não se pode deixar de destacar que, para além do Banco e do Conjunto Palmeiras serem concebidos dentro de sua narrativa como algo inseparável, ele também assim se coloca. Joaquim também encarna o empreendimento.

O surgimento da moeda social, fato que levou o Banco Central pela segunda vez ao local, é contada como um momento de aprendizagem e de adequação do Banco à economia solidária. A princípio, de acordo com o autor, não era para haver uma relação direta entre a moeda social e a moeda nacional brasileira, o real. A ideia da primeira deveria ser não depender mais da segunda. Embora eles tenham tentado, Joaquim diz que entendeu a impossibilidade de isso acontecer. A instituição responsável pelo empréstimo que deu início à conversão do real em Palmas não concordou com a ideia.

Os membros da organização Strohalm não concordavam de jeito nenhum com minha ideia. Para eles, eu traio os princípios virtuosos das trocas solidárias e junto-me de novo ao sistema capitalista. Mas eu teimo. A mim pouco importa as querelas ideológicas. Sou antes de tudo pragmático. Quero pôr em ação o que vai funcionar em meu bairro e prestar serviço ao maior número. (MELO, 2013, p. 218)

Nesses termos, a solução foi construir um sistema híbrido, como diz, em que houvesse a circulação da Palmas no Conjunto, mas também, através do qual os comerciantes que aceitarem, pudessem converter o valor em reais, afinal, conta-nos, que muitos necessitavam comprar fora do Conjunto

Palmeiras para suprir a carência de produtos no local, a exemplo do posto de gasolina e do comércio que vendia gás de cozinha. No entanto, podemos conjecturar a relação ambígua que o empreendimento a partir de então passou a se configurar: se a ideia era ser uma alternativa ao sistema financeiro formal, portanto capitalista, como essa decisão tomada, a fim de que ela desse certo, configurou-se como uma tentativa de autonomia?

Assim, foi a partir de 2003, com o programa de microcrédito para públicos frágeis do Governo Federal que as parcerias com o sistema financeiro formal iniciaram-se. Houve a obtenção de uma carta de crédito de R\$ 30.000,00 e a possibilidade de se tornar um correspondente bancário com o Banco Popular do Brasil. Portanto, o autor relata sobre em que o Banco se transformou nesses cinco anos: concedem empréstimos para produção a juros que variavam entre 1,5 a 3%, emprestam para o consumo, em que a população tem descontos no comércio local, se comprar com o Palmas e como correspondente bancário, onde a população poderia abrir conta, ter acesso a um cartão de crédito para realização de transações como o de pagamentos de contas ou o recebimento de pensões e aposentadorias. Além da transformação das funções do Banco, com a oferta de mais serviços, Joaquim também relata sua transformação, afirmando: “Foi assim que me tornei banqueiro.” (MELO, 2014, p. 231).

Nós definimos os seguintes critérios. Antes de tudo, os bancos comunitários são propriedades da comunidade e são geridos pelos moradores organizados em associação. Os bancos oferecem duas linhas de crédito: uma para a produção, a outra para o consumo. Os juros desses empréstimos são inferiores às taxas do mercado. [...] Eles constituem o núcleo central de uma rede de economia social e solidária e articulam-se em torno de empresas para criar emprego na comunidade. (MELO, 2014, p. 246)

.....

Nossa experiência pode adaptar-se e ser instalada em toda parte onde há populações pobres. [...] gostaríamos de criar uma rede de bancos comunitários latino-americanos. Na Venezuela, Hugo Chaves escolheu seguir nosso modelo. [...] (MELO, 2014, p. 250)

O crescimento do empreendimento é descrito por Joaquim como uma vitória. Estava indo tudo certo. Porém, identitariamente, até pelo fato de o Banco fazer parte da Associação de Moradores, havia uma confusão. Nem todos entendiam o porquê de alguns acessos começarem a ser restringidos, afinal, aquele espaço sempre tinha sido de livre circulação. Com essa

proporção que a instituição tomou, novos cuidados precisaram ser tomados, o que o autor do livro indica-nos como um ponto de conflito, assim como faz-nos refletir até que ponto a instituição ASMOCONP/Banco Palmas pôde ser vista como representante dos moradores do Conjunto Palmeiras durante esses anos. Eles ainda sentiam que aquele espaço lhes pertencia?

Entre os históricos da Asmoconp e a equipe do Banco Palmas não existe apenas uma distância de geração. Pela primeira vez, com a chegada do computador, somos obrigados a manter um pouco de distância entre os moradores e nós. O PC, que contém as informações sobre os utilizadores do banco e tabelas de números, obriga-nos a sermos precavidos. Uma manipulação errônea ou um acidente com um copo-d-água que é derramado, e corremos o risco de perder todas as nossas informações! Nós o guardamos preciosamente como um tesouro. Só os que trabalham no projeto têm o direito de se aproximar dele. No começo, as pessoas tomam mal essa proibição. Antes, as dependências da Asmoconp estavam abertas aos quatro ventos. Qualquer um podia entrar, sair, vir e envolver-se em um programa ou usar a máquina de escrever para mensagens pessoais. (MELO, 2014, p. 206 e 207)

.....
[...] Eles não podem ter acesso a tudo. Essa passagem de uma competência social para uma competência econômica é um verdadeiro dilema para mim devo recusar empréstimos a líderes comunitários que deram muito para o bairro, mas não vêm com um projeto viável, seguindo as condições que definimos. (MELO, 2014, p. 207)

Joaquim entende em seu relato que, apesar de ter sido muito difícil para ele, era preciso que essa restrição acontecesse e que, quando os projetos que o Banco realizou surgiram, essa imagem desapareceu. O crescimento do empreendimento inaugurado em 1998 tomou proporções que extrapolam, hoje, os limites do Conjunto Palmeiras, tornando-o o local conhecido, no que toca a aspectos positivos⁵⁶, por causa da presença do Banco. Nota-se, com isso, a cristalização de uma narrativa, que busca justificar a realização de um feito. Isso fica claro quando partimos da narrativa daquele que se coloca como uma peça importante no amadurecimento desse empreendimento. Joaquim, ao relatar no “Viva Favela”, não economiza no pronome “eu” ao falar sobre o Conjunto. Embora o seu livro seja uma autobiografia, em que seria comum o pronome, ele não trata apenas dele, ele entrelaça o seu “eu” com outros e, nesta intenção, a construção proposta cloca-o como personagem principal dessa intriga, em cujos fatos essenciais nas lutas do local, esteve presente, não apenas como mais um, mas como alguém relevante, sempre

56. O Conjunto Palmeiras é muito citado em matérias de jornais por causa da violência e da situação de pobreza que o bairro ainda possui.

tomador de decisões e iniciativas importantes. Desse modo, impõe sua biografia como justificativa para tal.

A sua participação nos eventos narrados quando descreve uma intriga em torno da criação e expansão da ideia do Banco, quando confrontados com a primeira parte do livro que retrata o período antes da instituição financeira, pode ser analisada como um momento em que a relação com as decisões coletivas foram sendo cada vez mais distanciadas. Enquanto na primeira parte da obra, ele dá grande destaque à participação de outros membros da comunidade, inclusive citando seus nomes. Quando o Banco foi tornando-se cada vez mais autônomo em sua análise, ao invés dos nomes da comunidade, o que se verificou foi a articulação com a presença de outras instituições, responsáveis por proporcionar o crescimento do empreendimento, a partir da expansão de seus serviços. O que se percebe, portanto, pode ter relação com o próprio movimento justificado por ele de necessário, pois à medida de que o Banco foi se tornando responsável por serviços que estavam ligados às instituições financeiras de grande porte, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, esse empreendimento, intitulado de coletivo, visto sua forma de criação, passou a falar por si mesmo e se tornar mais distante dos moradores do conjunto em sua gestão, mesmo que ainda existissem reuniões de cunho coletivo no Banco, como o Fórum Econômico Local (FECOL) que objetivava reunir líderes, produtores e consumidores para definir assuntos relacionados à economia do bairro.

De fato, o autor do livro “Viva Favela” evidencia sua face atuante nas lutas sociais, desde sua entrada no seminário e no Movimento pela Libertação dos Padres do Araguaia. Ao chegar em Fortaleza conviveu diretamente com a pobreza e atuou em diversas frentes para minimizar o impacto da população, fosse como seminarista, fosse como diretor do Centro Social Urbano ou presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras. Desse modo, ao se tornar banqueiro, título que ele mesmo se atribui, Joaquim tornou-se um dos responsáveis em legar a ideia constituída no conjunto a vários locais não somente do Brasil, mas do mundo. É por causa disso que a sua narrativa é relevante, pois depõe sobre a formação de um empreendimento que ganhou notoriedade para além do bairro, mas é, ao mesmo tempo, uma forma de agenciar memórias que foram capazes de produzir um bairro sob uma orientação que já não era mais as que foram comunicadas com a série “Memórias de Nossas Lutas”. Há uma diferença explícita quando comparadas. A defendida por Joaquim transformou-se em

uma narrativa cujo objetivo principal não era a comunicação das experiências internas ao bairro, a fim de forjar reconhecimento dos moradores como nas primeiras sínteses. Com o passar dos anos, o interesse foi narrar as lutas sociais do Conjunto Palmeiras para que pudessem ser expressas externamente à comunidade. A criação do Banco, nesse sentido, alimentou essa necessidade. Contudo, esse fato pode ser visto de forma imbricada com mudanças no que diz respeito ao movimento popular e às ações empreendidas. Não enfatizar que outras memórias também faziam parte do Conjunto Palmeiras pode ser compreendido como um fator decisivo na narrativa do Banco quando relacionada às lutas sociais após a sua criação.

Assim, resta-nos, nessa constituição de um intento para o Conjunto, problematizar até que ponto essa memória do Banco e do Joaquim é compartilhada, aceita e/ou reproduzida por outros sujeitos da região, buscando compreender em outras narrativas sobre o local as intenções e conflitos que denotam a formação de uma memória social para o Conjunto Palmeiras.

4 QUANDO A COMUNIDADE NARRA: OLHARES, SILÊNCIOS E TEMPORALIDADE NA FORMAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS.

A partir de outros olhares acerca da formação do Conjunto Palmeiras deteremos-nos, neste capítulo, a analisar como algumas lideranças analisam a experiência na qual estiveram inseridas, formulando imagens sobre o passado do bairro, a partir de suas narrativas orais. Opiniões que ora convergem, ora contestam para si o protagonismo de ações, constituindo em suas falas uma interpretação acerca do tempo vivido. Pessoas que podemos considerar como representativas de uma comunidade que, diante das dificuldades, estiveram presente nas lutas sociais pela busca de melhorias no seu cotidiano. Nomes como o de Padre Chico, Beth, Manoel, Augusto, Marinete, Darcília e Wayne que, por ainda estarem atuando em diversas frentes no cotidiano do bairro, possibilitam-nos a constituição de narrativas que têm como pressuposto uma avaliação sobre o antes em relação ao hoje, quando se trata dos caminhos trilhados por eles no que concerne as lutas em prol do Conjunto Palmeiras.

Isso começará ser analisado no primeiro tópico, O padre e a comunidade, quando uma visita de Francisco Moser em 2015, há anos longe, permitiu-nos presenciar a relação que o evento de celebração do seu sacerdócio pôde gerar na ressignificação do passado, provocando um retorno às memórias de lutas na formação do bairro. Assim, importou-nos apresentar esses narradores delineando a relação que estabelecem com o bairro, como constituem-se como sujeitos participativos em suas narrativas e quais vínculos estabelecem entre si, a medida que suas vidas se cruzam nas falas dos outros e nos ambientes representativos de luta do bairro, caracterizando-se como lugares que servem à lembrança, cuja importância parece estar a serviço do não esquecimento. Sujeitos e lugares de memórias se confundem.

Suas falas também podem ser analisadas como um contraponto a narrativas que passaram a ser amplamente comunicadas quando se trata da história de formação do Conjunto Palmeiras, ajudando a refletir sobre o porquê do silenciamento de algumas experiências ao longo desses anos. Em “Outras memórias?”, buscamos estabelecer um diálogo com esses sujeitos a fim de elucidar momentos em que ressaltam na história do bairro, mas que devido a uma disputa de versões sobre o passado, passaram a não ter tanta relevância no processo de sintetização de algumas narrativas. Fato que evidencia também um direcionamento em muitas de suas falas, elencando motivos para mudanças no que diz respeito ao tipo de luta social que é realizada no Conjunto Palmeiras. Estabelece em suas narrativas um modelo de luta ideal, comparando com as transformações que motivaram alterações na maneira de agir. Isso revela, entre outras coisas, uma noção de temporalidade sobre a atuação no movimento popular no bairro presente em suas narrativas, avaliando o passado em detrimento do presente, criando, idealizando em relação ao primeiro uma espécie de tempo mítico em que pesa a ideia de modelo correto e eficiente de lutas.

4.1 O PADRE E A COMUNIDADE

Antes das 8 horas, próxima ao palco, rodeada de cadeiras à espera do primeiro evento que se daria naquele 22 de janeiro de 2015, a mesa com o café da manhã já estava posta. Aos poucos, as pessoas foram chegando, perguntando a uma das organizadoras onde ele estava. A expressão no olhar e o semblante dos que o aguardavam eram de ansiedade e, ao mesmo tempo, de felicidade, notada a partir do momento em que um senhor de 77 anos, à época, costas encurvadas, um olhar sereno e uma fala tranquila, desceu do carro e começou a adentrar a sede da ASMOCOMP. Logo, alguns foram ao seu encontro para abraçá-lo e, à medida que seguia para dentro do salão essas atitudes se intensificaram, eram sorrisos e abraços desejosos de contato com alguém que, desde 2004, após morar cerca de dezoito anos no bairro, não fazia mais parte do cotidiano local.

Era com esse objetivo e com a necessidade de celebrar os cinquenta anos do seu sacerdócio, que membros da Igreja Católica do Conjunto Palmeiras, sabendo de sua vinda, decidiram organizar essa passagem por Fortaleza. O título do evento que se estenderia durante quase uma semana foi “Celebrando os 50 anos de sacerdócio do nosso Pe. Chico Moser: na

caminhada com Francisco revigorando as CEBs” e é bastante significativo uma vez que denota a relação que essas pessoas constituíram ao longo dos anos com Francisco Moser. O padre se estabeleceu no Conjunto Palmeiras em 1986, vindo de São Paulo, junto com Padre Luís. Italianos, vieram convidados pelo Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, para realizar um trabalho inspirado no que já era feito na capital paulista.

a visão que a gente tinha, ela vinha também da experiência, de uma experiência semelhante, análoga na cidade de São Paulo, das grandes periferias, que também tinham encontrado caminhos, senão de solução, pelo menos, caminhos satisfatório para a grande população que morava nas periferias. Por exemplo, uma operação Periferia, chamava assim, porque tinha sido inspirada na criatividade, também do cardeal Arns em São Paulo, que era uma pessoa muito sensível, atenta a questão da pessoa humana, o direito da comunidade ter também o espaço comunitário, o espaço de agregação, não é só aquele espaço individual, casa por casa, mas casas que se reúnem, famílias que se juntam para eles mesmos encontrarem soluções às questões que eles estão, a visão era esta, convidar o povo, até (+) lutar para direito imediato deles, mas também, reservar tempo, ganhar um sentido comunitário daquilo que estava acontecendo. (MOSER, 2015, Não paginado)

Os padres chegaram em um período em que o Conjunto Palmeiras vivia a efervescência da organização social em busca de melhorias no cotidiano da vida dos moradores. A mobilização já mostrava sinais de força há algum tempo, na luta pelo transporte, pela energia elétrica e na criação da própria associação dos moradores. Nesse mesmo período, o bairro era assistido por seminaristas que tinham chegado dois anos antes. Um deles era Joaquim. A noção do sentido comunitário trazido por Moser junto com o seu colega diz muito sobre o estabelecimento de ligações interpessoais que foram tão notórias quando do seu retorno à Fortaleza em 2015. Antes de se estabelecer no bairro, percorreram vários locais da capital, entre eles o Pirambu. Alguns fatores⁵⁷ os fizeram ficar no Conjunto Palmeiras, mas foi a necessidade latente do local que gerou pressões de seus moradores pelo estabelecimento definitivo ali.

Moser chegou ao Conjunto Palmeiras trazendo consigo não “uma experiência”, mas “uma sensibilidade pela realidade” (MOSER, 2015, não paginado). Sensibilidade que era constituída de sentidos de quem acreditava ser possível a mudança. Era necessário construir o desejo de que estar em comunidade era agregar na busca por direitos tão necessários à qualidade de vida naquele período. Portanto, podemos afirmar que a presença de Padre Chico, como carinhosamente é chamado pelos moradores do bairro,

57. Conta-nos que no Conjunto Palmeiras Joaquim já havia fazendo um trabalho e também, um ano antes, havia estado lá Dom Pedro Casadaglia.

simboliza o sentimento por ele disseminado ao longo desses anos, de estar junto, em comunhão, a fim de atingir a objetivos e a conquistas de direitos imediatos àqueles que necessitam e não os tem e, sobretudo, o sentimento de aprender a ver o mundo sob esse mesmo olhar que o trouxe da experiência em São Paulo. Essa noção é relevante porque podemos refletir como a sua visita ao bairro foi um momento importante para se dimensionar o significado dele para a vida local na condição de um elemento que desperta a relação dos moradores com o passado. Sobre isso, escutamos das pessoas que estavam o esperando: “Que coisa boa o Padre Chico aqui de novo” (Informação verbal)⁵⁸. Ou, na celebração da missa, em meio a uma Igreja lotada: “É outra coisa com o Padre Chico.” (Informação verbal)⁵⁹.

Naquele dia, sua primeira fala, que aconteceu no café da manhã, foi sobre a experiência que vivia, há mais de dez anos, no Timor Leste, local para onde foi após a sua saída em 2004, mas também lembrou a importância daquelas pessoas para a memória do Conjunto Palmeiras. No chão, várias fotografias decoravam o espaço daquele primeiro contato. Eram imagens que representavam a relação dele com muitos daqueles moradores. Era a comunhão de antes e de hoje, que se ligavam por meio da memória ativada com esses materiais e pessoas, encurtando o tempo entre o passado e o presente. Ali se denotava o respeito pelas ações empreendidas, encarnadas na expressão e nos olhares de todos presentes.

Imagem 1. Visita do Padre Francisco Moser à sede da ASMOCONP. No chão, fotografias de suas celebrações e encontros junto à comunidade



Fonte: Elaborada pelo autor

58. Fala de uma das pessoas que estava no salão da associação dos moradores.
59. Comentário sobre a celebração da Missa pelo Padre na Igreja São Francisco do Conjunto Palmeiras.

De fato, durante a sua passagem, encontramos-nos com pessoas que têm muito a contar sobre a relação com o padre e com a comunidade. São lideranças que atuam em instituições no bairro até hoje e que têm muito a dizer a partir das suas histórias de vida. Narrativas que nos permitem analisar sobre como entendem sua vida a partir de suas ações no Conjunto Palmeiras. Histórias que passaram a ser produtos de uma imagem que desejaram publicizar por meio de como contam e avaliam suas biografias junto à formação do bairro. Como afirma Rosenthal (2006, p. 195), pensar sobre essas falas é entendê-las em sua totalidade discursiva, como partes que integram o todo e são capazes de formar o que chama de Gestalt, isto é, a própria realidade sendo transmitida a partir das suas várias partes individuais. Desse modo, pode-se afirmar que, a análise das histórias de vida sob essa perspectiva, busca dar importância ao próprio relato dos entrevistados, pois

Essa disputa de prioridades entre “texto” e “vida” já existe desde os primórdios das pesquisas biográficas. Isso resultou de uma noção por demais simples e enganosa da realidade social como se ela fosse independente da experiência e da estruturação simbólica, implicando a busca unilateral de uma realidade “por trás” do texto, uma realidade à qual supostamente o texto se refere; a função auxiliar do texto desvaloriza a realidade deste como textura social primordial. Deixamos de aproveitar o texto ou uma história de vida como realidade em si mesma, quando essa é a única coisa em que deveríamos estar interessados como cientistas sociais. (ROSENTHAL, 2006, p. 193-194)

Diante disso, o evento de celebração do sacerdócio do Padre pode ser pensado não apenas como um momento que buscou organizar um encontro entre a comunidade e ele. Notadamente, Moser é considerado um sujeito cuja presença traz consigo uma série de lembranças que denotam muitas lutas e conquistas para o Conjunto Palmeiras. Aquele evento, no entanto, trouxe algo mais, pretendeu juntar a força de sua presença com a de outros sujeitos e ambientes que também ajudaram a compor a sua celebração como um lugar de memória, pois

São lugares [...] Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal que serve, periodicamente, para chamada concentrada da lembrança. [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22)

Podemos, assim, aferir que as narrativas desses sujeitos também são lugares de memória para o Conjunto na medida que suas memórias e a maneira como as mobiliza conduzem o que lembrar. Logo, não só o evento é um convite a uma atualização de uma lembrança, mas a própria narrativa deles quando provocada também o é. Como diz Certeau (1994), “Uma atividade narrativa [...] Fragmentada e disseminada, ela não cessa de efetuar operações de demarcação. [...] existem relatos que ‘marcham’ à frente das práticas sociais para lhes abrir um campo.”. Por isso, à medida que o caminhar pelo bairro e os encontros durante esse evento foram ocorrendo, pô-los em sintonia em relação a essa passagem foi uma maneira que encontramos para compreender o que e como lembram. Isso não foi à toa, percebemos que o evento foi estrategicamente organizado para isso. A celebração do sacerdócio era um novo lugar de memória, mas era também uma visita aos lugares de memória considerados consolidados, ou seja, a passagem de Padre Chico foi uma visita ao passado de forma atualizada na arquitetura dos prédios visitados e simbolicamente no encontro de pessoas que ajudam a compor o bairro também com suas narrativas. Por isso, a forma como narram e interpretam o passado do bairro, também compondo-o, interessa-nos. Ademais, no decorrer do trabalho, na busca dessas vozes, o “fale com fulano ou beltrano” eram indicações comuns de que o evento em torno do padre Chico foi capaz de aproximar-nos, pois, sabedores da importância de suas memórias, interessa-os também a continuidade dela, já que “Os lugares de memórias nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p. 13).

Não são naturais mesmo. E quando se trata de documento vivo, do qual é extraído a partir da metodologia da História Oral, é necessário ainda justificar que duas intencionalidades abrem-se nesse processo de produção, a do entrevistador e a do entrevistado.

Tanto um quanto o outro tem determinadas ideias sobre o seu interlocutor e tentam desencadear determinadas ações: seja fazer com que o outro fale sobre sua experiência [...], seja fazer com o que o outro entenda o relato de tal forma que modifique suas próprias convicções enquanto pesquisador. (ALBERTI, 2004, p. 35)

Com isso, entendemos que as narrativas por eles produzidas nessa interação, de acordo com Alberti (2004), junto com a interpretação do passado são resíduos de uma ação. Desse modo, o que a autora nos habilita a pensar é que essa interação está para além da ideia de construção do passado, pois elas permitem-nos compreender que esses sujeitos na realidade estão elaborando memórias, cujo uso servirá tanto no que diz respeito à preservação de um passado (no caso dos entrevistados) quanto à discussão das nuances nesse processo, historicamente (no caso do pesquisador). Por isso, quem são essas pessoas e como, em diálogo, elas elaboraram suas memórias, ajudando a compor o entendimento sobre o Conjunto Palmeiras, constituindo-se como narradores desse bairro? O que afirmam ao criarem uma interpretação sobre a formação do bairro?

No dia da celebração estava dona Darcília⁶⁰ recepcionando o padre na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, como representante oficial dessa instituição⁶¹. Presidente da associação há dois mandatos, desde 2014, o primeiro contato que tivemos com ela foi ainda em período anterior à chegada de padre Chico, na sede da ASMOCOMP, em 2015. Atendia em uma sala que fica ao lado da entrada da associação. Logo que contamos o nosso propósito, prontamente começou a falar sobre as suas lembranças e da Associação de Moradores. Porém, aquele espaço que naquela manhã estava todo decorado, festivo pela presença do padre, não se parecia com o dia em que o visitamos pela primeira vez. No prédio, na manhã daquele primeiro contato, só havia ela na sede. Nesse dia tratou também de mostrar-nos um pouco daquele espaço e de alguns ambientes que antes havia ali, como a horta comunitária e um local para a criação de galinhas. Na parte de trás, mostrou-nos também dois salões repletos de máquinas de costura, mas que naquele momento não estavam em funcionamento.

Esse primeiro contato com a Associação de Moradores e com a sua presidente, no entanto, foi bem diferente quando marcamos a primeira conversa, um tempo depois, também na sede da Associação. Dona Darcília e o espaço estavam diferentes. Do vazio no primeiro contato a um espaço repleto de gente e afazeres: barulho de pessoas, um jovem, na entrada, cadastrando para cursos profissionalizantes⁶², outro, voluntário, organizando a biblioteca, e muitas pessoas trabalhando. Os dois salões, anteriormente vazios, agora estavam repletos de pessoas costurando, era uma cooperativa de produção de roupas. E em outra sala estava a presidente conversando com

60. Maria Darcília de Lima Silva, 62 anos.

61. Na imagem 1 é possível vê-la do lado esquerdo do Padre, que está em pé.

62. Na entrevista ela fala que o rapaz recebe uma bolsa de R\$ 250,00 para atender a comunidade com declarações, recebimento da mensalidade dos sócios e etc.

uma assistente social, enviada por um vereador que tinha a finalidade de colaborar com a comunidade quanto aos aspectos ligados à cidadania e à família. Ao ser perguntada, ainda com o gravador desligado, sobre como iam as lutas, fala: “estamos na luta, buscando mais, pois tem moradores novos que não conhecem a história. É preciso trazer, lembrar a eles”⁶³ (SILVA, 2016, não paginado).

Dona Darcília chegou ao Conjunto Palmeiras em 1978. Foi para a região por causa da dificuldade em conseguir pagar aluguel onde morava. Conta-nos que o Conjunto Palmeiras sempre foi um local onde queria viver.

Só que meu esposo disse: “não, que não era caboré pra morar no mato”. Aí a gente foi morar de casa alugada no Antônio Bezerra. Mas ficou muito ruim, né, porque a gente tinha um filho, depois eu tive outra gravidez, já tava grávida, tava esperando duas criança e aí como era que a gente ia viver? De casa alugada (+) aí eu resolvi vim aqui pro Conjunto Palmeira. Cheguei aqui no final de dezembro de 78, final de dezembro, não, início de dezembro de 78. [...] Aí eu fiquei morando aqui no Conjunto Palmeiras, assim, casa cedida, o pessoal não gostava de tá naquela vida ruim aqui dentro do Palmeira, aí pegava, cedia, ia embora, abandonava as casa, muita gente abandonava, casa não, barraca, abandonava, aí eu ME SOCAVA DENTRO, FICAVA. Aí quando desse fé o dono aparecia, eu ia pra outro canto, ia pra outro canto e assim ficava. [...] mudei mu:ito de barraco aqui, mudei muito! Aí um dia uma senhora me deu um, disse: “pronto, esse aqui é seu, pode ficar”. Ainda me lembro, lá na rua Ternura. Aí eu fui lá na doutora Sérída atrás de transferir esse terreno pro meu nome, que a mulher tinha me dado, ela disse que não, que não podia, que eu saísse de lá, que ali era uma área verde, ia ser uma escola e até hoje tá lá as casa. Aí eu sair da casa e venderam o terreno pra outra pessoa e eu não consegui. O Palmeira nunca me quis e eu sempre aqui ((risos)). (SILVA, 2016, não paginado)

O fato de querer viver no Conjunto Palmeiras estava também relacionado a vinda de sua mãe para o local. Porém, ela viera removida e Darcília e sua família, não. Contudo, mostra-nos que nutre um sentimento interessante pelo bairro ao narrar esses primeiros momentos de sua vida. Mesmo com dificuldades de poder encontrar uma casa para morar, dá a entender que a primeira luta que travou foi exatamente a de conseguir estabelecer-se no bairro definitivamente. Morar no Conjunto Palmeiras não era fácil, nem o seu esposo desejava ir. Mas, revela-nos que a sua vontade era muito maior do que as adversidades encontradas ao longo do caminho. Diz nesse momento, de forma enfática, que quando via um barraco vazio, se “socava dentro” e “ficava”. Mudou-se muito, pois era bem comum às pessoas

63. Conversa inicial, antes da preparação do gravador. De forma consciente abriu a fala na perspectiva que defende sobre a sua gestão na Associação, a de retomar as atividades da instituição.

que viviam no bairro não aguentarem a situação e abandonar suas habitações. Por isso, evidencia algo bastante corriqueiro entre aqueles que viviam no Conjunto Palmeiras naqueles primeiros anos: as dificuldades encontradas de se estabelecer ali. Muitos não aguentavam a vida insalubre e deixavam a região. Para ela, as dificuldades não foram apenas de ordem estrutural, pois para conseguir uma casa no local foi preciso recorrer, muitas vezes, à prefeitura, por meio da Fundação de Serviço Social de Fortaleza. Eles não concediam terrenos para quem não fazia parte do programa de remoção, embora isso não fosse um empecilho caso alguém tivesse poder aquisitivo para “negociar”.

Mas, assim, também, por outro lado, tinha umas coisas que não era muito legal junto as pessoas que trabalhava na prefeitura porque (+) aconteceu até um episódio com a minha família mesmo. Esse meu próprio irmão, que morava no Antonio Bezerra, de casa alugada, que tinha condição melhor, ele resolveu um dia (+) aí ele casou, aí um dia ele chegou aqui no Conjunto Palmeira, doido pro um terreno - “ah, vou comprar um terreno aqui” - aí eu disse, como tu vai comprar um terreno aqui se eu tô aqui há tanto tempo atrás de conseguir um terreno e não consigo, como é que tu vai consegui? - “não, eu vou atrás, é o dinheiro que manda, não sei o quê”. Tá bom, então vá. E realmente ele foi atrás de um representante de quadra e aí o rapaz disse: [...] “amanhã, segunda-feira você não vai não, na prefeitura não, mas terça-feira você vai lá e chega lá e diga pra doutora [...]. Aí, o senhor foi e pegou e disse: “olhe você não vai segunda, você vai na terça-feira”, dizendo pra mulher do meu irmão, - “você vai na terça e na terça-feira você chega lá e fala pra doutora fulana de tal que você é a lôra que o fulano de tal encaminhou” - que ela era lôra, ela é lôra! Aí, quando foi na terça-feira, ela foi e eu fui mais ela. Quando cheguei lá, ela tirou a ficha e eu também tirei a segunda ficha, depois dela. [...] Aí ela entrou primeiro, a minha cunhada, aí saiu, ela tinha até o apelido de Vera Fischer porque ela era muito bonita ((risos)), o patrão do meu irmão chamava ela de Vera Ficher. Aí ela saiu, quando saiu, ela saiu com os papeis do terreno já. Aí eu entrei. Quando eu entrei, aí ela, a doutora falou assim pra mim: “eu não já disse” - ela já me conhecia - “eu não já disse pra senhora que eu não tenho terreno pra vender” - eu digo, a senhora não tem terreno pra vender pra mim, mas pra essa lôra que acabou de sair, que é minha cunhada, que meu irmão fez negócio com representante de quadras domingo, a senhora teve. Pois a senhora fique sabendo que eu vou denunciar a senhora. Aí disse umas coisas com ela, aí ela disse que não era verdade. Eu digo é tão verdade que aconteceu dentro da minha família, mas eu mostro pra senhora que eu vou denunciar e vou ficar morando no Palmeira. (SILVA, 2016, não paginado)

A relação de pertencimento ao bairro em sua fala é muito clara. Apesar de todas as dificuldades encontradas, dona Darcília relata sua necessidade de continuar, mesmo com todas adversidades encontradas. O episódio que

ocorreu com um membro de sua família é colocado como mais um empecilho para o estabelecimento definitivo, pois percebeu que o maior problema não era o de não ter terrenos ou casas para se viver, mas o de não ter poder aquisitivo para negociar um espaço ali. Conta-nos que nunca conseguiu uma residência no Conjunto Palmeiras, a que vive hoje foi a de sua mãe que, não aguentando mais viver ali, mudou-se para São Paulo e deixou a casa para ela. Somado a esses fatos, um outro episódio foi o de quando estava grávida, de gêmeos. Ao andar em um ônibus na estrada cheia de buracos do bairro teve um forte solavanco que a fez cair. Considerou uma situação muito séria, sentimento transmitido por seu olhar que, por detrás dos óculos, seguiu as linhas de um horizonte que na verdade pareceu nada ver o que estava a sua frente além da sua própria lembrança. Dona Darcília constrói um sentido que passa a ser relevante no que diz respeito à ligação que estabeleceu com o bairro ao longo desses anos. Essa noção ganha significado à medida que relata os momentos difíceis que passou por lá, dando-nos a entender que esses momentos ajudaram a alimentar essa relação que estabeleceu com o Conjunto Palmeiras. Os momentos difíceis são componentes indissociáveis da sua biografia porque evidenciam que, apesar de tudo, não desistiu de viver ali.

A sua ligação com o bairro também é estabelecida quando em sua fala dá um salto temporal para lembrar a participação na coordenação da PalmasFashion. A atual presidente da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras teve forte participação na condução dos trabalhos de um projeto iniciado pelo Banco Palmas nos anos 2000. Ajudou a criar e a coordenar uma cooperativa de costureiras, criada a partir da incubadora feminina, projeto do Banco que trabalhava com mulheres em situação de vulnerabilidade.

[...] foi falando sobre a PalmaFashion, sobre as luta que eu passei, onde eu cheguei nessa criação dessa marca popular, nessa grife popular junto com um grupo de costureira. E a gente conseguiu formar uma cooperativa que até hoje existe aí. Essa cooperativa que faz essa geração de renda pra comunidade do Conjunto Palmeira. Agora nós estamos aí mais ou menos com mais de vinte pessoas trabalhando né. (SILVA, 2016, não paginado)

Lembra que sua irmã que vive em Minas Gerais a viu passando na televisão, no programa Globo Repórter⁶⁴, e depois de anos vivendo fora decidiu visitá-la. Conta-nos isso como um momento de transformação da imagem que ela tinha quando morava ali, pois ressalta que havia ido embora porque não aguentava a vida no Conjunto Palmeiras.

64. Programa de televisão transmitido às sextas-feiras, à noite, rede Globo.

Agora tem a outra minha irmã, a primeira que foi, ela depois de 32 anos, uma época eu passei no Globo Repórter, ela veio bater aqui - “olha minha irmã” – viu lá – “minha irmã, eu vou lá, ela tá morando lá”- e veio bater aqui, ela e o marido dela, que é o mineiro, ela mora em Minas agora, aí ela: “não vamo lá”, aí veio aqui. (SILVA, 2016, não paginado)

Dentre os seus irmãos, ela foi a única filha que permaneceu no Ceará. Todos foram embora gradativamente, por isso seu relato evidencia que ter sido vista pela família em um programa de televisão foi uma forma de comunicar a eles o quanto aquele local que haviam deixado mudou, para melhor. Falar dessa iniciativa é motivo de orgulho, pois considera um projeto que foi bastante relevante para o bairro, uma vez que ajudou muitas mulheres a ter o seu próprio sustento, dando vida a atual cooperativa que funciona no espaço da associação. Darcília está como presidente nesse momento, mas é notório que ela é reconhecida como membro essencial da cooperativa. Enquanto conversávamos, muitas vezes fomos parados por trabalhadores que vinham solicitar a ajuda à presidente da Associação, seja em relação a um procedimento técnico da produção das peças, seja em relação a uma reunião com a empresa para qual produzem as roupas, seja recebendo pessoas que desejavam trabalhar na cooperativa ou resolvendo problemas de manutenção do maquinário, revelando que muitas vezes é ela mesma quem conserta, pela experiência e também para poder economizar com manutenção, o que poderia ser resolvido facilmente. O trabalho na cooperativa é um dos aspectos em que ressalta sua participação direta na condução de ações para a melhoria do bairro.

Nesse sentido, a sua fala pode ser vista a partir de dois grandes momentos no que diz respeito a maneira como se vê em relação à formação do bairro. O primeiro diz respeito a um aspecto mais individual, colocando-se como uma moradora que foi submetida às condições insalubres de vida no Conjunto Palmeiras. O segundo tem a ver com a sua ligação às ações de caráter coletivo, compondo projetos que visaram e ainda visam a melhoria da vida dos moradores locais.

Estar na Associação de Moradores em virtude da celebração dos 50 anos do sacerdócio do padre Francisco Moser, conduz-nos também a falar sobre outra mulher, uma das primeiras fundadoras da ASMOCOMP e ainda ativa em sua direção: dona Marinete. Conhecemos Dona Marinete⁶⁵ no dia em que fomos entrevistar a presidente da Associação dos Moradores do

65. Nome: Marinete Brito de Lima, 69 anos.

Conjunto Palmeiras. Ela logo foi apresentada como sendo a diretora financeira da instituição. O mais interessante é que enquanto nós conversávamos, dona Marinete entrava e saía da sala onde estávamos para falar com Darcília acerca de situações a serem resolvidas na Associação. Foram dois dias que a vimos por lá. Nesses dias era muito comum ela falar para Darcília que era necessário consertar isso ou aquilo no prédio da Associação. O prédio estava em obra naquele dia e, entre outras coisas, Marinete falava que era preciso consertar a maquete, referindo-se a uma que reproduz o bairro e está fixada na parede da associação de moradores. O que transpareceu foi que aquele espaço era como fosse a sua casa. Conhecia claramente as necessidades daquele ambiente. Comportava-se como já frequentasse o local há muito tempo. E não é por menos, ela esteve presente em quase todos os momentos de vida da Associação dos Moradores, haja vista ser sócia desde o primeiro dia de vida da organização coletiva e uma das responsáveis por sua fundação.

Por isso, ao vê-la e saber da sua importância e conhecimento aprofundado sobre a instituição perguntamos se era possível conversarmos e, de prontidão, ela aceitou, mas ressaltou que era preciso marcamos um bom dia em que sua saúde estivesse estável. No dia da entrevista revelou que sofria de problema do coração, arritmia, diabetes, problema na coluna e uma dor que descia do pescoço até o braço. Foram três semanas após esse contato para a nossa conversa. Quando marcamos, a condição física ainda a preocupava, motivo pelo qual pediu para que ligássemos antes de vir para saber se poderia realmente conversar. Ela confessou que passa mal de repente. É interessante ressaltar a condição física de dona Marinete porque ao primeiro olhar, se não houvesse revelado suas indisposições, seria perfeitamente possível pensar que aquela senhora com rugas aparentes e com seus sessenta e nove anos de idade não sofria com nenhum tipo de doença que pudesse impossibilitá-la de alguma coisa. Enquanto estivemos no espaço da Associação ela não parou, ia e vinha para todos os lados. Fomos interrompidos muitas vezes por ela para que pudesse comunicar o que estava fazendo à dona Darcília, inclusive, indo ao depósito, andando para verificar preço, situação que revelou ser motivo de críticas da família, pois não pode andar muito, mas com o gravador desligado, afirmou categoricamente que se não fizesse isso, morreria, pois sempre foi muito ativa, como denota em sua fala, ao lembrar do início no Conjunto Palmeiras.

E foi assim, muito difícil logo quando a gente chegou porque nós tivemos que construir primeiramente, não construímos como alguns, tinha barraca de papelão, barraca de pano, barraca de palha, de taipa. Mas eu preferi demorar um pouco, mas construir logo dois compartimento de tijolo e cavei uma cacimba, eu não, meu marido. E aí nós viemos morar nesses dois compartimento, deserto muito grande, que era um deserto mesmo. Quatro horas da tarde eu fechava as portas porque não aguentava o fri, minha casa é em cima de um alto e com dois...foi dois anos!? Não, um ano que eu já estava aqui morando, começou as reuniões aqui no Conjunto Palmeiras. O Centro Comunitário era debaixo das mangueira, aonde a gente se reunia, mas nessa época eu não sabia nem o que diabo era reunião! Assim, o povo chamava pra ir, mas eu não distinguia as coisas! E aí, passou as reuniões ser na minha residência, que no lado da minha casa era sombra, tinha construído só uma banda, né, e era sombra e era aquela piçarra dura, eu varria, ficava bem, o terreno muito limpo, muito amplo e as assistentes social começaram a pedir pra fazer reunião, lá, na minha casa. Aí começou as reuniões, mas eu fechava a porta de baixo, que era duas banda, e ia lá pra dentro fazer minhas coisas! O pessoal ficava na reunião, eu achava que não tinha nada a ver comigo, na verdade tinha né ((riso)). Tinha nada a ver comigo, e o pessoal: “dona Marinete venha se sentar aqui com nós” – “não, pode ficar aí, eu to bem aqui dentro, não sei o que” – encabulada! Mas mesmo assim eu comecei a sair, de dentro pra reunião, pra participar da reunião, foi aonde fui começando a me comprometer, toda vida fui uma pessoa mais (+) mas eu fui começando a me comprometer, porque quando você participa das coisas, sem querer você já tá dentro. E aí começamos a discutir problemas, aí eu fui sentido que aquilo tinha tudo a ver comigo também, que era as necessidade do bairro, a carência do bairro. Nós começamos a se reunir, aí tinha dia que nós se reunia lá em casa, tinha dia que era lá em debaixo das mangueira, onde desce mais gente. E as reuniões dava muito gente porque o pessoal lá de cima, lá do Sobral ((É um dos primeiros moradores, fica entre a avenida Valparaiso e a Castelo de Castro)) vinha pra essas reuniões aqui, porque não tinha muita casa também. (LIMA, 2016, não paginado)

Assim como Darcília, Marinete também ressalta a dificuldade inicial. Duas diferenças se interpõem, no entanto, entre os dois relatos: a sua residência já foi construída de alvenaria e era sua. Por isso, gosta de dizer sobre as reuniões que, apesar de no início não participar por não entender e ficar “encabulada” (com vergonha), aos poucos foi percebendo que aquilo era parte essencial de sua vida. Mostrou que era uma mulher que pensava que o que era discutido não tinha nada a ver com ela, preferindo adentrar a sua residência para realizar seus afazeres domésticos, o que denomina de “minhas coisas”. Porém, conta-nos que foi a necessidade que a fez sair para poder participar das reuniões que passaram a ser um momento importante no seu processo de conscientização. Como afirma, foi se “comprometendo”. O comprometimento o qual enfatiza pode ser pensado a partir de duas vertentes semânticas. A primeira diz respeito ao que passou a fazer, como

começar a ir às reuniões, a ir em busca dos direitos e das necessidades do bairro, a fim de melhorar a sua vida e a de outros. Tem o tom de compromisso com as necessidades coletivas. A segunda interpretação, que se soma à primeira, tem relação com a própria profundidade desse comprometimento. Ela poderia não se envolver diretamente nas ações, mas, pelo contrário, ajudou a dar vida à primeira organização coletiva do bairro da qual ajuda a manter até hoje. Esse comprometimento pode ser entendido como algo que passou a fazer parte da sua jornada, uma militância. Não era simplesmente compromisso, era uma parte da vida sendo tomada por essa escolha.

Desse modo, é possível entender como a sua narrativa dialoga com a formação do Conjunto Palmeiras. Orienta o seu relato para que nós possamos compreender que a sua vida individual passa necessariamente pelos caminhos que as necessidades coletivas impuseram-lhe quando diz que percebeu que tudo aquilo tinha a ver TAMBÉM com ela de forma enfática. A partir do momento em que passa a se comprometer e a entender a importância da organização social, logo enfatiza a sua capacidade de agir, demonstrada a partir do exemplo que nos colocou sobre as tentativas de tutela por outras entidades naqueles primeiros anos.

E aí veio o RONDON também, tinha o cabeça dos que vinha, era o Maia e o Maia, ele começou a querer impor as coisas e eu já tava começando, já tinha deixado de engatinhar e já tava começando a andar, tava mais pensando as coisas. E aí, quando foi um certo tempo eu disse pra eles que se eles viessem pra nos ajudar, nós aceitava, estava de braços abertos, mas pra eles impor e ditar, dizer o que nós tinha que fazer, nós não queria, podia pegar a bagagem dele e voltar. Aí, ele saiu daqui, foi falar ainda com o Padre Eduardo na época, que era o Padre Eduardo, era!((Movimento a cabeça como confirmando a lembrança)) O Padre Eduardo, na época, e foi falar com ele que nós não queria ele no movimento e tudo. O padre disse: “olhe é o pessoal é quem decide, eu sou uma autoridade, mas o povo é que manda, então se eles estão achando que você não deve continuar, então, eu não posso fazer nada”. Aí saiu a FASE, o RONDON, ficou só a FASE. E nós ficamos, trabalhando, trabalhando, quando foi em oitenta, tivemos a ideia de criar uma associação, pra poder a gente se fortalecer. (LIMA, 2016, não paginado)

Narra que os dois projetos, o RONDON⁶⁶ e a FASE, estiveram no Conjunto Palmeiras antes da criação da Associação de Moradores. Eles ainda faziam as reuniões para decidir suas ações. Não aceitavam alguém que pudesse ditar o que deveriam fazer. Em sua fala, mostra como foi o seu crescimento como membro da coletividade, entendendo como ela e os

66. Criado em 1967 com objetivo era de levar universitários a ajudar no desenvolvimento local. Segundo Carvalho (1996) no Conjunto Palmeiras os técnicos e universitários faziam reuniões com os moradores para achar soluções para os problemas do bairro, além de estimular a formação de uma associação.

moradores concebiam a organização naquele período. Coloca-se como uma mulher que tinha voz ativa para falar o que queria e o que não queria. O “eu” nesse caso produz o efeito de mostrar o seu protagonismo e dialoga diretamente sobre como se via dentro do movimento social.

Eu agradeço a Deus por eu ter sido essa mulher corajosa, que até apanhar da polícia eu cheguei apanhar mais o Augusto, que nós enfrentava, que nós era atrevido, nós furava o cordão de polícia e dava aquele negócio na gente, cassetete, né. Mas eu hoje me avalio de uma forma, assim, EU SOU UMA GRANDE MULHER, eu sou uma grande mulher, não por ser, só por ter sido uma mulher lutadora, batalhadora, mas porque eu resisto a muitas coisas, eu sou muito forte. (LIMA, 2016, não paginado)

Sua fala justifica o que havíamos observado ao vê-la tão disposta dentro da Associação dos Moradores naqueles dias em que estava pra lá e pra cá: considera-se uma mulher forte. Resistir para ela é uma condição essencial para defini-la como mulher, mas não uma mulher qualquer, uma GRANDE, repetida duas vezes e com uma entonação alta, a fim de deixar registrado. É, portanto, em virtude da maneira com se vê, que a sua narrativa transforma-se em uma opinião sobre o passado, seu e do bairro, caracterizando-se como uma pessoa fundamental em sua formação: “Eu me sinto hoje, como eu digo, herói” (LIMA, 2016, não paginado)

Na continuidade do evento em torno de Padre Chico, logo se percebia que era preciso registrar aquele momento inicial na Associação dos Moradores, por isso as fotografias foram inevitáveis. A todo tempo ele era parado para a realização das imagens. A passagem pelo bairro tinha um direcionamento importante. Fazia bastante tempo desde a última vez que havia visitado o Conjunto Palmeiras⁶⁷, muitas coisas haviam se modificado, como a criação da sede do Instituto Palmas, que fica ao lado da ASMOCONP, onde, naquela manhã, já se encontrava o coral de crianças do Palmerê, projeto de música da Cia. Bate Palmas⁶⁸, que homenagearam Moser. Nesse momento já se aglomeravam muitas pessoas com a finalidade de vê-lo e participar daquele momento de celebração. Joaquim encarregou-se de levá-lo para conhecer a nova sede, mostrou os ambientes e explicou minimamente o que se fazia em cada um, desde a lojinha, que fica logo na primeira sala à direita até chegar ao segundo andar, onde funciona a sede do PalmasLab⁶⁹. Ao chegar ao auditório do Instituto, onde acontecem os cursos, as reuniões com a comunidade, um bolo esperava para a comemoração dos dezessete anos do

67. A última visita ao bairro havia sido em 2007.

68. Grupo de Arte, Educação e Cultura, formado por jovens do Bairro. Surgiu como um projeto do Instituto Palmas.
69. PalmasLab é um laboratório de tecnologia criado pelo Instituto e é responsável pelo desenvolvimento de aplicativos e sistemas que possam melhorar o funcionamento dos bancos comunitários. Também é responsável pela realização de cursos para jovens da comunidade.

banco. Apesar de o aniversário ter acontecido no dia 20 de janeiro, Joaquim ressaltou em sua fala que a comemoração deveria ter a presença de Moser porque “não se pode falar do Palmas sem citar o padre Chico⁷⁰”.

Imagem 2. Visita do Padre Francisco Moser à sede do Instituto Palmas



Fonte: Elaborada pelo autor.

O padre não havia presenciado o crescimento da iniciativa. Sua visita ao Banco representou mais um momento de retorno às lembranças. A fala, agora orientada por Joaquim, insistiu em aproximar presente e passado. A comemoração de aniversário revelam o que desejavam celebrar com presença de Moser: as conquistas do Banco que se tornara mais autônomo ao longo dos seus 17 anos completados.

A programação durante o dia continuou, agora na Associação de Mulheres em Movimento⁷¹. Após a saída do Banco, a comitiva levou-o para outro local do bairro, não mais localizado na principal avenida. Foi o momento de rever as ruas há tanto conhecidas. Chegando lá, a presença de várias senhoras idosas, mostrou-nos duas sensações: profundo respeito e admiração pelo padre e a de capacidade de organização, independente da idade. Outro café da manhã estava recepcionando-o. Nesse ambiente houve várias homenagens emocionadas a Moser, acolhida com orações e depoimentos contundentes da formação das pessoas que ali estavam quanto à relação entre fé e luta. Seu Augusto⁷², que o acompanhava desde a

70. Fala feita a todos que estavam no auditório para comemorar os dezessete anos do Banco. Localizada na rua Ternura, nº 2063, a associação foi criada em 1997 com o objetivo de fortalecer a luta por direitos da mulher no bairro, promovendo cursos e discussões acerca do que é ser mulher e sua importância. No próximo tópico falaremos mais sobre a instituição.

72. Nome: Augusto Barros Filho, 64 anos. Na imagem 3, está do lado direito, gesticulando ao falar sobre com o Padre.

Associação dos Moradores⁷³, disse: “O padre nos ensinou a ler a bíblia de quatro formas e é isso que estou fazendo, já li a bíblia quatro vezes pelo lado espiritual, social, cultural e de unidade.”⁷⁴ O Padre confirmou com a sua cabeça positivamente, como quem pensava: “sim, é isso”. Seu Augusto nesse dia não descansou, esteve em todos os lugares em que o padre passou, ao seu lado.

Imagem 3. Visita à Associação Mulheres em Movimento.



Fonte: Elaborada pelo autor

Encontrá-lo nos eventos que ocorrem no Conjunto Palmeiras não era uma tarefa difícil. Todas as vezes que observamos ações no bairro, como uma reunião no Banco Palmas, um evento na praça principal, ele estava lá, colocando-se como um membro participativo, tomando, em todas as ocasiões, a palavra. O seu discurso, o jeito de falar, remetia sempre às lembranças de um bairro que conquista o que deseja. Sua voz é forte, como quem é acostumado a discursar para um grande público. Ao conversarmos com ele, solicitando que nos falasse sobre a vida no bairro, várias vezes repetiu que não dava mais entrevista sobre esse assunto, mas que para nós abriria uma exceção. Isso talvez fosse uma estratégia para valorizar a sua experiência, contada várias vezes, inclusive, na Universidade.

Eu não sou sabichão, não sou. O pessoal me chama, na época a Maria Luíza me

73. Muitas pessoas após verem o Padre, foram embora. A cada local que passava, o objetivo da caminhada era possibilitar que uma maior quantidade de pessoas pudessem vê-lo, por isso, também a descentralização da caminhada em vários locais foi importante.

74. Fala para todos que estavam na Associação de Mulheres em Movimento.

chamava de professor. Era preciso eu ir [...] eu sou professor da vida. Às vezes, se você só guarda pra você [inaudível] eu fui pra UECE, pra UFC dar aula de movimentos sociais. Até que uma vez eu disse: “Olha, eu só vou agora se me pagar”. Porque o pessoal vinha me buscar, vinha me deixar, mas tinha gente que eles pagavam, por que que eles não pagavam a gente também? (BARROS FILHO, 2014, não paginado)

A sua vida no Conjunto Palmeiras é relatada a partir do seu histórico ativo nas lutas sociais do bairro. Chegou dois anos depois da sua inauguração, vindo de um terreno em Messejana, ocupado por várias famílias.

O governo tava tirando esse pessoal, como já tinha lá na época, essa empresa grande que é Ypióca hoje, que tava se instalando lá, então eles achavam melhor tirar lá. Morávamos lá vinte e três famílias e a gente pensava que o terreno era da prefeitura, mas terminou não sendo, tinha um dono. E nós apossamos o terreno, apossamos lá, ficamos morando. Ainda conseguimos morar um ano e um mês. Quando a prefeitura decidiu tirar a gente de lá, mandou pra cá. Vieram das vinte e três famílias, eu consegui vinte e três terrenos pra cá, pra essas 23 famílias. Eles chegaram em casa e o que é que nós vamos fazer? Nós não temos pra onde ir. Eu disse, olha tem o Palmeiras, eles tão mostrando dois lugares no Palmeiras e lá perto de Caucaia, então a gente achou melhor aqui. Eu fui lá na Fundação [...] e viemos pra cá. Das 23, ficaram 13. Hoje só tem duas famílias da minha época, da rua do “mulambo”, não tinha outra solução. A minha casa lá era um compartimento de taipa, a coberta era palha, as paredes era palha, a porta era palha, então não tinha outra solução. Era por isso que chamava rua do “mulambo”, porque a gente era um “mulambo” mesmo ((riso)). Hoje mudou um pouquinho o tecido. (BARROS FILHO, 2014, não paginado)

O papel ativo na condução das vinte e três famílias para o bairro é o que chama atenção em sua fala. Atribui a si o fato de ter conseguido a quantidade de terrenos necessários à alocação dessas pessoas. Essa noção é também lembrada a partir da ideia de que esse local foi ocupado por eles, pois pensavam que era um terreno da Prefeitura e logo descobriram que seria construída uma fábrica. Portanto, coloca-se como um sujeito que, mesmo antes, de chegar ao novo conjunto habitacional, já estava envolvido em questões ligadas à moradia e ao pensamento coletivo.

A noção de miséria também aparece na sua fala. O tipo de casa e o modo como se vestiam são recursos para que a sua condição e a dos outros moradores pudessem ser vistos como precária. A fala de Augusto pode ser pensada como uma narrativa em que os elementos elencados possuem significado para toda a sua história, de maneira racional cria o ambiente que

deseja comunicar para quem escuta. Isso fica muito evidente quando compara a ideia de quando eram mulambos com a situação hoje: “mudou um pouquinho o tecido”. Isto é, faz-nos pensar, por meio das suas escolhas narrativas, sobre as mudanças ocorridas nesse intervalo de tempo.

Augusto, inclusive, enfatiza frequentemente seu papel na condução de ações no início do Conjunto Palmeiras.

Logo quando eu cheguei. Foi em 78. Até 80, 85 era uma miséria total. Na época eu era católico, eu era curandeiro, o pessoal me chamava muito pra fazer reza, os católicos chamam “reza”, mas tanto faz “rezar” ou “orar”, tanto faz e eu ia fazer oração nas crianças doentes. Aqui chegava a morrer até 5 crianças por dia e eu era quem fazia os caixões dessas crianças. Eu ia, eu chegava do trabalho e ia fazer. Eu trabalhava na “RT” de auxiliar de oficina, era tanta miséria que a gente conseguia se salvar na “RT” com um salário mínimo. Ai nos domingos eu fazia os caixões, as urnas mortuárias, eu fazia grandes e pequenas porque a morte era muito grande, era a mortalidade infantil aqui, aqui no Palmeiras. (BARROS FILHO, 2014, não paginado)

Assim como Marinete e Darcília, Augusto ressalta a grande miséria que era o Conjunto Palmeiras. Porém, coloca-se como participante ativo na tentativa de amenização dessas condições nas quais ele mesmo estava inserido, ajudando essas famílias, construindo caixões para essas pessoas que morriam. Augusto é amplamente conhecido no bairro como aquele que fundou a funerária comunitária, necessária à época pelas precárias condições para adquirir-se um caixão e a alta quantidade de mortes que ocorriam. Sua fala também é profundamente inspirada pelas condições presentes. As palavras “rezar” e “orar” para ele possuem significados iguais, mas denotam o fato de que, hoje, seu Augusto frequenta a igreja evangélica, ainda que tenha uma profunda admiração por Moser. Entre as lideranças com quais nos deparamos nesses momentos de pesquisa, a fala de seu Augusto possui aspectos que mostram a sua capacidade na criação de imagens, típica dos literatos na criação de suas narrativas.

Eu cheguei do (+) em Fortaleza na década de 50, vim de pés, do interior pra cá pra Fortaleza. [...] Chorozinho. Na época era só areia e a minha mãe teve 23 filhos e a gente passava um sufoco danado. A gente morava debaixo de uma árvore, de embaixo de um cajueiro lá em Chorozinho. Papai trabalhava na roça e 6 horas o nosso cajueiro de tanto botar plástico e palha em cima as folhas vão secando e de tanto pegar a quentura do sol pegou fogo. Ai chamaram papai,

papai chegou e cortou as redes e foi embora, o dono do terreno não deu nada ao papai. Ai nós saímos pra dentro do mato. Na passagem, eu tenho um irmão que mora aqui comigo há 14 anos e ele é paraplético. Eu [...] de jumento, eu e minha irmã e ele foi por último, ele veio passando e acha uma cobra assim, cobra de mais de 5 metros, 5 e pouco. Pisou em cima e a cobra foi comer ele, gritou: “papai, papai, tem um bicho querendo me comer”, papai voltou e matou a cobra. A gente passou 10 dias comendo dessa cobra. 10 dias era coisa boa, dentro do mato, papai arranhou um pote de farinha lá na casa de farinha [...] Quando dava 5 horas da tarde, papai limpava o mato e os irmãos ficavam olhando a gente. (BARROS FILHO, 2014, não paginado)

O tom de sua narrativa mostra-nos uma família que migrou em busca de melhorias. Na vinda para a capital, muitas adversidades foram encontradas pelo caminho. Como se não bastasse o problema da distância, ainda se deparou com os perigos que viver ao relento trazia. Mas, o tom corajoso de seu pai minimizou os impactos que a situação poderia provocar. Ao invés da morte de seu irmão com deficiência, a cobra daria a possibilidade de sua sobrevivência e de seus familiares durante muitos dias, afinal, haveria algo para comer. Não há dúvidas que o sentido trazido por esse discurso casa com a própria imagem que Augusto deseja criar sobre si na sua fala, a de um homem com coragem e atitudes, assim como o seu pai. Nesse sentido, a fala de Augusto para Moser na Associação de Mulheres evidencia como se vê. Como resposta, Padre Chico enfatiza o que Augusto disse falando da necessidade de se organizar, sempre. Enquanto falava, todos ali estavam atentos, escutando-o, por muitas vezes confirmando positivamente a sua fala, dando a entender que havia total compreensão daquilo que se dizia.

Uma parada que não estava na programação desse dia foi a visita à casa de Wayne⁷⁵. Ao ser comunicado ainda na Associação de Mulheres, padre Chico logo concordou em ir abençoar sua residência. A ida até lá foi rápida, Wayne mora na rua do Pensamento, sugestivo a partir do que visualizamos escrito no seu portão: Movimento dos Conselhos Populares (MCP). Ele não estava em casa, quando a comitiva que levava o padre chegou, mas com seu portão destrancado, logo foi fácil adentrar o terreno de sua casa e o chamar por várias vezes. Após alguns minutos, ele chegou dizendo que tinha ido pegar o almoço em sua mãe. Com uma bengala na mão para deficientes visuais, e no seu espaço residencial, age como aquele que sabe onde está tudo. A cegueira não era empecilho. Na casa de três cômodos, aproximadamente, a conversa com Moser e com a comitiva que o acompanhava foi na cozinha. Chico ouviu dele um depoimento sobre o que fez durante esse período em

75. Nome: Wayne Thiago da Silva Araújo, 49 anos.

que esteve fora, suas lutas e conquistas por moradia foi o principal foco da conversa. Wayne afirmou: “É necessário se organizar, tudo que aprendi com as CEB’s servem hoje para que nós possamos lutar, a luta é muito parecida e estou criando energias para recomeçar as organizações”. Relata que quis a presença de Chico em sua casa, porque passa atualmente por alguns problemas e desejava que ele fizesse uma oração. Disse que queria dividir isso de forma particular, mas como a comunidade estava lá, foi dividida com todos, assim como a oração que se seguiu comandada pelo Padre. O desejo de que o padre passasse em sua casa tem a ver com a ligação que estabeleceu com ele ao longo de sua vida.

[...] eu cresci minha juventude, a minha adolescência e juventude praticamente sendo acompanhado por ele, junto dele e ele representa pra mim um mestre, uma pessoa que (+) eu acho que eu sou o que sou em relação a ser visto como uma liderança, ser visto como uma pessoa que luta pelo bairro, ser visto como uma pessoa que assimilou mesmo o que foi aprendido nas CEBs, que foi trabalhado nas CEBs, eu devo a ele e um pouco também ao Padre Luís que é o parceiro dele lá ((Refere-se ao Timor Leste, onde Padre Chico e Padre Luís fazem missão)), mas principalmente a ele que estava do lado da gente aqui porque o padre Luís acompanhava outra comunidade ali. (ARAÚJO, 2015, não paginado)

A insistência das ligações para que o padre fosse lá pode ser medido a partir desse relato em que ele nos deu posteriormente sobre a importância de Moser em sua vida. Atribuí o aprendizado que obtive ao longo desses anos às orientações e reuniões que participou ao lado de Moser e de padre Luís. Essa formação como liderança ocorreu, sobretudo, em contato com as Comunidades Eclesiais de Base, da qual participou durante muito tempo e aprendeu a lidar com as questões em torno das necessidades do bairro, situação que desde cedo fazia parte da sua realidade e compõe o seu relato quando lembra dos primeiros momentos no Conjunto.

[...] nós éramos em 15 irmãos, hoje somos 10. Nós viemos para cá todos crianças, todos pequenos e fomos colocados aqui DENTRO DO MATO, NITIDAMENTE DENTRO DO MATO. Não tinha casa, a casa foi construída por nós mesmos, pelos moradores que chegaram e pelos meus pais né? De estaca, forquilha, vara e barro batido que a gente cavava para encher as paredes, a famosa conhecida casa de taipa. Foram construídas por nós mesmos, que fomos construindo, fomos fazendo a casa para gente poder morar, tirando o mato, tirando os tocos, arrancando, para poder a gente ter um canto para se abrigar. Não foi aquela coisa da prefeitura expulsar já para dando um barraco não, foi jogado DENTRO DO MATO, FOI PARA DENTRO DO MATO! Só o terreno, um

lote e TE VIRA! Foi dessa forma que o povo do Palmeira, nós, minha família chegou aqui e para ter água a gente teve que cavar cacimba, para poder beber a água. E aí, foram se passando os anos e foi se habitando e tudo na mesma proporção. Era um lugar muito lindo, na verdade mata virgem, árvores e tudo, era uma beleza esplendorosa aqui no Palmeiras. Você encontrava todo tipo de árvores frutíferas de várias espécies, cajus de várias espécies, mangas de várias espécies, jaca, seriguelas, a cajá, cajarana, azeitona, tinha de tudo, você encontrava dentro dos matos nascido também a macaxeira, o jerimum, o melão, a melancia, de tudo que você imaginar que se tinha de fruta (+) o cocobabão, o coco mesmo, que esse coco conhecido, o coco popular mesmo, tinha de tudo, aqui era um negócio esplendoroso a questão natural. Agora, para se habitar, para o povo morar foi, assim, uma falta de um respeito muito grande porque foi jogado dentro mato como um bicho né, como bicho, como um animal e não serviram, sem água, sem luz, sem nada. (ARAÚJO, 2015, não paginado)

A ambivalência de imagens acerca do bairro é uma característica importante. Reproduzida pelo tom alto de sua voz, diz que foram jogados “dentro do mato”, a fim de fazer-nos entender que aquele momento era de total desrespeito com eles. Ao mesmo tempo, lembra do bairro como um local agradável, cheio de árvores frutíferas, das quais descreve a sua variedade, dando-nos a sua impressão sobre o ambiente que passou a ser seu lar, mas que, apesar de “esplendoroso”, não servia para as pessoas morarem sem a assistência necessária. Desse modo, compara o tratamento dado a eles naquele momento ao dado a um bicho, pois “não serviram, sem água, sem luz, sem nada”. A situação de abandono também é um dado que chama a atenção quando fala sobre esse momento, sendo necessário o esforço individual, de cada família para poder encontrar soluções para sobreviver, as casas construídas com o material disponível na região, madeira e barro e a criação de poços para se tomar água são descritos como resultado desse esforço para tornar a moradia menos inóspita.

Wayne continua ativamente nas lutas sociais pela melhoria do bairro e atribui isso ao aprendizado que teve durante esses anos, principalmente, ligado às ações dentro da igreja católica e aos padres, pelos quais nutre profundo respeito como ressaltou em sua fala.

Depois eu me engajei, fui fazer a catequese, que é a primeira comunhão, depois fui frequentando a missa, aos domingos, depois, fui observando um grupo de jovens, depois me viram e me convidaram, aí no início sempre a gente recusa, depois acaba entrando. Foi nesse engajamento na igreja que eu comecei a conhecer os padres dessa linha diocesana, linha da teologia da libertação, vários

padres, como Padre Jacó, Zé Maria, Padre Eduardo e Padre Bernardo, depois, Padre Chico, Padre Luís. Sempre padres que eram de uma dessa linha de (+) dessa teologia da libertação, das questões sociais, de uma linha de enfrentar as autoridades, na busca pelos direitos sociais, por uma vida mais digna para o povo. A gente começou a fazer essas lutas juntos, de diversas formas como relatei no início da entrevista, como pela água, luz, etc e educação, moradia mais digna, saneamento básico, todas essas questões, creche. A gente vai se engajando, vai lutando, vai vendo como é feito, vai observando as lideranças, as cabeças, o que é falado, as reivindicações, as faixas, cartazes, tudo isso aí a gente (+) é uma aprendizagem! É como você entrar em um colégio e gostar do que está ouvindo do professor, da professora e se interessar, vai se aprofundando e realmente chega onde você quer, você aprendeu, você prestou atenção, você sentiu o gosto. (ARAÚJO, 2015, não paginado)

Portanto, o que se nota com o seu relato é que atribui a sua formação, como um sujeito ativo nas lutas sociais do bairro, aos ensinamentos legados a partir de uma visão de mundo vivenciada por meio da influência da Igreja Católica. Para ele, foi uma escola de suma importância, pois considera que aquele espaço passou a ser algo essencial, à medida que foi reconhecendo o gosto por aquele ambiente, como afirma, assemelhando-se a um conteúdo que o professor ou a professora está lhe dizendo, instigando a sua aprendizagem e mobilizando a sua capacidade de querer aprender mais. No seu caso, afirma que desejou se aprofundar mais naquelas questões, aplicando na continuidade das lutas sociais que ainda trava a partir da organização da qual coordena, o MCP, caracterizado por reunir moradores do bairro com a finalidade de cobrar do poder público necessidades ainda presentes na vida dos moradores do Conjunto Palmeiras. Wayne, nesse sentido, pode ser percebido como uma das lideranças que surgiram a partir do resultado da relação entre fé e vida, discutidas cotidianamente no Conjunto e evidenciando o apreço por quem, para ele, era um dos responsáveis por sua formação. Por isso, durante toda a passagem de Francisco Moser pelo Conjunto Palmeiras, enfatiza a importância do aprendizado que obteve ao longo dos anos com a sua presença.

Para Beth⁷⁶, uma das principais organizadoras do evento que celebrava os 50 anos de sacerdócio de Moser, ele representa também alguém que foi determinante em suas decisões.

[...] antes eu era catequista, trabalhava, depois que a gente veio morar aqui, que a gente se engajou nas CEBs, realmente, mudou, mudou tudo porque, primeiro nossos pais nem queria que a gente viesse morar aqui, porque era longe e tal,

76. Nome: Elisabeth Vieira da Silva Bezerra, 58 anos.

mas pra gente era importante, a gente ter a nossa casa, mesmo distante, tudo era difícil, eu continuei trabalhando, era duro trabalhar, vir nos ônibus lotado, era muito difícil, a gente era mais jovem, nem sentia muito. Mas, assim, o engajamento nas CEBs, participar, de crescer, de conhecer, depois que o Padre Chico veio, ele ajudou muito a definir a minha vida porque, no trabalho, eu trabalhei 15 anos na Coelce, com apoio da família, das pessoas, dele, ele me ajudou a tomar essa decisão de deixar o trabalho, que eu não me realizava lá e aqui eu poderia, eram coisa que eu gostava de fazer, então em 95 eu deixei o trabalho. Meu irmão também trabalhava lá, perguntavam por mim aí ele dizia assim: “ela está fazendo o que gosta”. Era essa a resposta que ele dava. (BEZERRA, 2015, não paginado)

O fato de sair de um emprego estável para se dedicar àquilo que gostava representou para ela uma verdadeira mudança em sua vida. Passou a se dedicar integralmente aos assuntos ligados ao movimento popular a partir de seu engajamento nas CEBs. Ao conhecê-la, ao longo da passagem do padre pelo Conjunto Palmeiras, fomos percebendo a relação que estabeleceu a partir dessa decisão. O padre ficou hospedado em sua residência durante o período em que ficou em Fortaleza e era ela a responsável por conduzi-lo por todos os compromissos durante aquela celebração. A ligação com o padre não era apenas a de uma anfitriã, que trata bem um hóspede, era de cuidado. Durante uma das conversas que tivemos com Moser em sua residência, foi muito comum Beth chegar para afirmar que já estava quase na hora do próximo compromisso marcado para aquele dia, ou dizer que já havia conversado com a cabeleireira para cortar seu cabelo. A profundidade com a qual ela se relaciona com esses movimentos pode ser notada ainda na sua própria residência. Cultiva dois quartos com uma série de documentos, fotografias e fitas cassetes que evidenciam esse tempo de vida da qual se dedicou. É, portanto, uma mulher que fez uma escolha por uma vida dedicada às causas sociais e, assim como Wayne, influenciada por um tipo de igreja em que acredita.

Nesse tempo tinha Dom Aloiso Lorscheider, A IGREJA TODA, ela estava nessa sintonia, não era uma parte da igreja, era a igreja como um todo, saiu numa assembleia, eu participei dessa assembleia em Canindé, que a prioridade é exatamente essa questão do solo urbano, então por conta disso, como era uma prioridade da igreja, então toda a igreja estava favorável, os movimentos, os padres, as organizações, as pastorais, todos os grupos. Então, se fazia algo que estava respaldado pelo bispo da época que era Dom Aloiso Lorscheider e, isso, era uma força muito grande porque o povo precisava, o povo não tinha casa, não tinha onde morar, o Palmeiras todo, o Conjunto Palmeiras todo foram pessoas que vieram de lugares que foram expulsos, por causa de enchente, por causa que não podiam, no caso da Aldeota, alguns vieram da favela Verdes Mares e

outros lugares, mas era o povo que precisava ter, realmente, moradia e onde existiu organização para dizer: são pessoas que, realmente, não tem moradia. Onde existiu isso, conseguiu. (BEZERRA, 2015, não paginado)

Enfatiza o que considera ser um tempo bom, quando a Igreja estava em sintonia com as lutas sociais, quando havia direcionamento claro para isso. Estavam engajados, entre outras questões, na perspectiva de se lutar pelo direito à moradia, reunindo-se a fim de buscá-la. Essa perspectiva não se resumia apenas ao Conjunto Palmeiras, mas a todos aqueles que não tinham acesso a esse direito. Mas no caso específico do bairro, evidencia a força desse movimento que logrou êxito para a comunidade. Essa fala nos faz perceber que Beth entende esse momento como sendo essencial para as conquistas de direitos, sobretudo, porque atribui a coerência de vários setores da Igreja às necessidades mais prementes da população naquele momento. Portanto, sua visão sobre essa igreja se relaciona com o tipo de escolhas que passou a tomar ao longo de sua vida. Beth, ainda é membro ativo das Comunidades Eclesiais de Base, atuando como coordenadora regional desde 2013, sócia da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, além de ter ajudado a fundar o movimento de mulheres no bairro do qual resultou na criação da Associação de Mulheres em Movimento, espaço visitado pelo padre.

À noite, na Palhoça⁷⁷ da Igreja Católica do Conjunto Palmeiras, Beth direciona a continuidade daquele dia de celebração. Aos poucos as pessoas foram chegando e, entre elas, estava seu Manoel Evangelista⁷⁸. De cabelos brancos, pele escura, com seus 77 anos de idade, ele, como Augusto, é uma pessoa bastante conhecida no bairro, haja vista o seu grau de inserção no movimento popular. Vindo com sua mulher do interior em 1980, inicialmente dividiu um barraco com um parente. Porém, conta que o espaço não cabia a sua família. Eram doze filhos, à época, mais sua companheira e ele. A filha mais velha tinha dezesseis anos de idade, todos eram menores. Porém, saiu do interior onde morava em 1975, passando a viver em outras cidades, como Pacajus, onde encontrou um emprego em uma fazenda de caju da Cione⁷⁹. Ressalta que lá “era como se fosse um presídio, parecia, né, era tudo o que o dono mandava. “Cabra” mandava, era aquela crueldade” (BRITO, 2013, não paginado). Antes de chegar a Fortaleza conseguiu outro emprego em uma fazenda próxima à BR-116. Conta que ainda ficou dois anos lá até não ter mais serviço. Somente em Fortaleza, já há 6 meses, começou a entrar em contato com o movimento popular.

77. Construção feita de palha, como uma Oca, onde muitos eventos da Igreja Católica eram feitos. Ficava no mesmo terreno da Paróquia do Conjunto Palmeiras.

78. Nome: Manoel Evangelista de Brito, 77 anos.

79. Indústria de produção de castanha.

Aí chegando aqui, talvez eu tenha passado uma média de uns seis meses pra me reencontrar com a história do movimento do Palmeiras, assim (+) da reconstrução, da luta do povo. Quando eu cheguei já tinha o sonho, assim, o comecinho da organização da ASMOCONP, das associações dos moradores, e quando eu conheci a “companheirada” a gente começou a se juntar pelas necessidades básicas que eram grandes demais e a gente começou a caminhar junto, começamos a formar equipes, formar comissões de bairro [...] não tinha transporte, não tinha escola, não tinha, não tinha saúde, não tinha posto. Tinham as propostas dos governos atuais, mas nada feito, só os começos, só umas escolinhas, assim, que movimentava naquelas casas que eles arranjavam com o pessoal. Aí começamos a lutar juntos, construindo e foi acontecendo. O primeiro passo foi a conquista pelos ônibus. (BRITO, 2013, não paginado)

Seu Manoel percebe a necessidade de lutar pelas melhorias do bairro logo, quando chega ao local, em 1980. No entanto, chama a atenção o fato de que o contato com as lutas populares, na realidade, era um reencontro. Por isso, percebe-se que aquele tipo de movimento não era estranho a ele, pois conta que em sua cidade já participava de movimentos organizados em busca de direitos.

eu vim de família católica, eu sempre procurei me engajar mais onde tivesse alguém da igreja que orientasse, né. Trabalhei em Quixadá, quando eu saí de Quixadá eu tomei conhecimento muito com o Padre Terêncio, que era o pároco lá de Quixadá e vim para Timbaúba, lá, onde eu morei 3 anos [...] lá a gente criou um movimento, nós “cavocamos” uma cacimba grande, deixamos lá pro pessoal na época da seca [...] hoje ainda tem uns 10 compadre lá [...] Quando eu me engajei, eu procurei encontrar aqui já tinham dois padres, né... que era o padre Eduardo e o Jacó. Muito bons os padres, né (+) e a gente se reunia na rua, marcavam as reuniões mais pros finais de semana, juntava por exemplo uma rua todinha ou duas, e faziam as reuniões (BRITO, 2013, não paginado)

Diante disso, chama a atenção o fato de que desde a sua cidade natal já havia um tipo de formação direcionada para a organização coletiva. A sua idade e a experiência que trazia dessa organização ajudou a direcioná-lo à procura de algo parecido em Fortaleza junto ao bairro onde passou a viver. Nesse sentido, no início da década de 1980 encontrou toda a organização coletiva em prol da formação da Associação de Moradores com a finalidade de buscar as melhorias necessárias para o Conjunto Palmeiras. Interessante pensar que seu Manoel também atribui, como seu Augusto, Wayne e Beth o conhecimento adquirido com a presença de membros da Igreja Católica que ajudavam a organizar as ações locais. Ele lembra que, juntos – ele e seus compadres - cavaram um poço, a fim de minimizar os impactos da seca,

motivo pelo qual muitos sertanejos deixavam suas localidades pela impossibilidade de viver. Foi, portanto, no Conjunto Palmeiras, que buscou algo semelhante, atribuindo a ajuda desses padres a possibilidade de continuar lutando por mudanças. Essa perspectiva que seu Manoel nos traz é significativa para compreendermos o impacto que essas homenagens a Francisco Moser gerou na comunidade, expresso, inclusive, por sua poesia, lida para o público que estava na Palhoça naquela noite.

Parabéns oh Francisco, o Chico Moser, histórico missionário, um pastor amigo e nosso irmão. Bem vindo ao nosso meio, para junto celebrarmos e comemorarmos seus 50 anos de apostolado e missão. Nós animamos num calor sentimental e profético, celebramos e comemoramos seus milhões de passos, num grande espaço e num enorme chão. Aonde a missão assumida na caminhada de fé, a qual lhe foi concedida praticada na busca da paz, liberdade e vida. Bem vindo, Chico Moser ao Palmeiras, a grande região por onde caminhastes, evangelizastes e a missão entregastes, a quem confiastes e hoje estamos aqui, agradecemos e acolhemos a ti para relembrar tudo a ti. [...] Lembrar o padre Chico da mobinete avermelhada, a sacola ombreada, a palavra sagrada para ser semeada em seus ombros ia. Na viela, na rua, na vereda, na estrada, pregando a verdade, cortando a cidade e a periferia. (BRITO, 2015, não paginado)

O trecho recitado por Manoel ressaltava que, além de sua presença, havia algo a mais que fazia aquelas pessoas, como seu Augusto, Beth, Wayne, Joaquim, entre outros se fazerem presentes àquele último momento do dia de passagem pelo Conjunto Palmeiras: era a noção de pertencimento ao bairro que os fazia percebê-lo como parte essencial nas mudanças e nas melhorias com as quais aquelas pessoas viveram para chegar até onde estavam. Moser, para eles, é parte inegável dos moradores do Conjunto Palmeiras. Essa relação de pertencimento ficou cada vez mais latente, há medida que aqueles que, por algum motivo, não o acompanharam durante o dia na sede da Associação de Moradores, no Instituto Palmas, na Associação de Mulheres ou no almoço, que aconteceu no sítio da Pastoral Operária, tiveram a oportunidade de estarem juntos na Palhoça, lotando o local com a finalidade de vê-lo e ouvi-lo.

Imagem 4. Roda de conversa com Padre Chico na Palhoça do Conjunto Palmeiras



Fonte: Elaborada pelo autor.

É na palhoça que Moser conversa com a comunidade o que viu no Timor Leste e o que pôde levar da experiência vivida no bairro para lá. Mas não foi difícil encontrar aqueles que se impressionaram com a sua aparência - “como ele está magro”, “a vida lá é difícil” (Informação verbal)⁸⁰. Padre Chico contou que havia muita precariedade na vida no Timor, guardando muita semelhança com o nordeste, mas que aos poucos aquela realidade ia sendo superada, sobretudo, a partir da realização de ONGs, voluntários e da frequente união das pessoas, era um povo que resistia, como os daqui. Por isso afirmou que a “a história da vida, a história de um povo é como um Tais ((um tipo de tecido produzido por moradores do Timor Leste, em condição pré-industrial)), a vida dos povos, fios que vão sendo tecidos permanentemente, tecer a história de um povo é uma tarefa difícil” (Informação verbal)⁸¹. Sua fala é menos religiosa, apesar da sua condição de padre, e mais política. Esse encontro estava relacionado a um testemunho de experiência, mas que trouxe um sentimento importante à tona para os moradores do Conjunto Palmeiras, expresso por muitos e representado pela seguinte fala: “Só Padre Chico mesmo para unir” (Informação verbal)⁸². Sobre esse momento, o próprio Padre nos disse que

Quer dizer, se é para destacar um culto a uma personalidade não está certo, o povo não está querendo isso, o faz como um símbolo de alguém que colaborou e

80. Comentário de alguns moradores que estavam assistindo à fala de Moser.

81. Roda de conversa com Padre Chico na Palhoça do Conjunto Palmeiras em 22 de janeiro de 2015

82. Comentário à presença do padre na Palhoça.

participou com eles, caminhou com eles. Me sinto agradecido, agradece, mas não merece ((riso)) ((Beth ao fundo diz: “Merece!”)). (MOSER, 2015, não paginado)

Diante de todo esse dia, Moser compreende que a sua figura não deve ser exaltada a partir de um culto a sua personalidade, que esse modelo não está certo, prefere pensar que o povo o vê como alguém que esteve junto deles, como um símbolo que representa momentos em que participou, colaborou e juntos caminharam a fim de tentar superar as adversidades encontradas. Portanto, é como se a sua presença ali, os fizessem retornar aos caminhos anteriores, com se aquele presente vivido estivesse desalinhado com o que eles eram, ou como agiam. Essa é uma das premissas de uma comemoração, e aqui, nesse momento não foi diferente.

[...] aniversários e comemorações invadiam os calendários para organizar as memórias como a esperança de unificá-las, de tal maneira que elas pudessem participar do jogo identitário no sentido desejado pelos grupos ou indivíduos: legitimação, valorização, conjuração, exclusão adesão aos acontecimentos fundadores, manutenção da ilusão comunitária, da ficção da permanência e do sentimento de uma cultura comum, revitalização, “enrijecendo” ou “congelamento” da identidade quando considerada ameaçada. (CANDAUI, 2011, 147)

Pensar sobre a presença de padre Francisco Moser e seu contato com os moradores do bairro é refletir sobre como lugares e pessoas são capazes de mobilizar lembranças e sentimentos sobre o passado. Quando o morador do bairro afirma a sua capacidade de unir e vemos que o espaço em que ele chama de “nossa casa” está novamente cheio com a finalidade de ouvi-lo sobre sua atual realidade, de fato, percebe-se o quão forte é a sua presença para o retorno a um sentimento importante na construção do Conjunto Palmeiras.

É, portanto, na palhoça, que vemos a reunião de sujeitos que podemos elencar como membros dessa comunidade, como representações que expressam momentos que dão significados às lutas cotidianas, a resistência e às denúncias contra as opressões das quais foram submetidos por serem pobres. Lideranças que a partir de um olhar biográfico sobre suas vidas são capazes de traduzir o que foi necessário para a melhoria do Conjunto Palmeiras. Foi, ainda, durante toda a passagem de Moser pelo bairro que pudemos perceber os encontros entre essas pessoas que são, sobretudo,

sujeitos de suas histórias e por isso estão aptos a falar sobre si e sobre os outros, testemunhas oculares daquilo que viveram, experimentaram e sofreram, ora de forma individual, ora coletiva. Sujeitos que dão continuidade àquilo que era premissa para Moser, quando chegou ao Conjunto Palmeiras: a busca por direitos.

Nesse sentido, foi possível perceber a partir desse evento, o encontro com vidas entrecruzadas que partilharam experiências de lutas sobre o bairro e por isso tem muito a dizer sobre ele. O evento de celebração do cinquentenário do sacerdócio de Moser mostrou um curto momento em que pudemos perceber o significado de suas experiências para a formação do Conjunto Palmeiras a partir do reencontro com esse passado trazido por meio da figura do sacerdote e da interação entre entrevistador e entrevistado. Assim, como membros ainda ativamente participantes do movimento popular, torna-se essencial a maneira como dão sentido ao início da vida no conjunto habitacional. Esse é um argumento importante para que toda a narrativa de vida construída pudesse fazer sentido, pois foram as péssimas condições que impulsionaram-os a querer mudar essa situação. Podemos afirmar, também, que a precariedade das condições expostas por elas evidenciam como esse modelo de explicação em torno da sua história de vida, bem como da história do Conjunto Palmeiras ganha sentido temporal, pois, ao serem questionados sobre os primeiros momentos de vida no local, partem, em todos os casos, das dificuldades iniciais a fim de justificar a organização coletiva com as quais se envolveram. Isso, nesse caso, não apenas diz sobre a realidade vivida naqueles tempos, comum a essas pessoas, mas, sobretudo, a maneira como esses sujeitos entendem a própria história, da qual participaram, ajudando a constituí-la a partir de seus relatos.

No entanto, a celebração em torno do padre não deixa de evidenciar dificuldades em manter os sentimentos anteriores. Por isso, é importante pensar agora em como essas narrativas buscam estabelecer referenciais que lidam diretamente com a experiência de vida dessas pessoas, mas que nem sempre aparecem de maneira clara quando se trata da formação do Conjunto Palmeiras. São experiências elencadas por sujeitos que nos fazem refletir sobre como a produção e a consequente divulgação de narrativas sobre o bairro depende da posição de poder ocupadas ao longo desse período, trazendo à tona a relação entre a memória de organização do Conjunto Palmeiras com o modo como ela passou a ser tratada. Isto é, entender como a produção da história do bairro tem a ver com a seleção daquilo que interessa

como forma de promovê-lo, mas, ao mesmo tempo, silenciando sobre outras experiências.

4.2 OUTRAS MEMÓRIAS?

Quando nos deparamos com a memória sobre a formação do Conjunto Palmeiras, logo visualizamos uma série de eventos significativos elencados pelos moradores, a fim de contar acerca de como conseguiram superar as adversidades impostas. O ambiente foi o de uma modernização urbana que visou constituir um modelo de cidade que priorizou o capital com a expansão e a readequação dos espaços urbanos, redimensionando locais para o comércio, com serviços bem estruturados, resultando no encarecimento dos terrenos e imóveis no entorno. Isso provocou a impossibilidade de uma população mais pobre de conseguir viver nessas regiões. Ao mesmo tempo, para essa cidade, previu-se a realocação da população que consideravam não caber nesses novos ambientes.

Desse modo, as narrativas sobre a formação do Conjunto Palmeiras tem como dado importante o frequente uso desse momento inicial de dificuldades como propulsor necessário para a construção da mobilização que se faria por meio da organização coletiva de seus moradores. Pode-se notar, com isso, que essas iniciativas foram o combustível necessário para que, de maneira ainda insipiente, elas fossem traduzidas a fim de publicizá-las, mas também de mobilizá-los para a continuidade das lutas, como já demonstramos ao analisarmos a primeira cartilha da série Memória de Nossas Lutas. Vê-se, com ela, que as conquistas geradas após anos de descasos foram enaltecidas para evidenciar a força da organização coletiva, portanto, naquele momento, organizar as conquistas em virtude do que tinham passado denotava os planos para o futuro. Era preciso mais, contudo somente com a organização coletiva, representada pela criação da UAGOCONP, os projetos para um Conjunto Palmeiras melhor seria possível.

Esses projetos ganharam força com a parceria entre associação dos moradores, a GTZ, o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza. Como resultado, vieram urbanização e a criação de serviços para o bairro, como o canal de drenagem que foi feito e relatado no volume dois da série Memória de Nossas Lutas. O que se nota a partir dessa cartilha é uma

narrativa com um viés mais institucional, de comunicação interna dos resultados da obra administrada pela a associação. Há nela uma concepção de que esses trabalhos tiveram como principal protagonista a ASMOCONP, mesmo deixando evidente em seu interior a presença da participação das entidades reunidas na UAGOCONP. Nesse sentido, a ênfase dada à construção do canal e ao modo como procederam evidenciam que a cartilha serviu para aproximar os moradores dos serviços realizados na instituição comunitária do bairro, mas que revela um afastamento do modelo de luta que esteve presente no primeiro volume.

As duas cartilhas podem ser analisadas como formas de narrativas criadas para a caracterização de uma história do bairro, sendo, por muitas vezes, considerada, por seus moradores, o livro que conta a história do Conjunto Palmeiras. Contudo, todas essas iniciativas ocorreram antes da criação do Banco Palmas. Com o crescimento do projeto financeiro criado em 1998, Joaquim tornou-se, ao longo dos anos 2000, um interlocutor bastante solicitado para falar dessa nova experiência empreendida pela ASMOCONP, sob foco de superação da pobreza em regiões carentes. Ao mesmo tempo que isso ocorre, ele foi estabelecendo um sentido para a história do Conjunto Palmeiras, delineada por meio de publicações, palestras e uma biografia publicada inicialmente no exterior. É possível perceber, com isso, como a experiência de criação de um banco tornou-se uma das referências fundamentais para se relatar a formação do bairro e as lutas travadas para a superação das dificuldades.

Diante disso, percebemos que há uma formação de sentidos que foram dando vida ao Conjunto Palmeiras com a mobilização e a comunicação de elementos a partir dos anos noventa tendo em vista a sistematização dessas narrativas, pois

Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. Na medida em que a nossa <<natureza>> - o que realmente somos - se pode revelar de um modo articulado, somos aquilo de que nos lembramos. Sendo assim, então um estudo da maneira como nos lembramos - a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e colectivas através das nossas memórias, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas ideias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros - é o estudo como nós somos. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 20)

Compreendemos que essas narrativas definem momentos diversos no que diz respeito à forma como entendiam e ao modo como deveriam se relacionar com a contínua melhoria do bairro. Embora isso denote um aspecto específico de cada momento em que a narrativa foi constituída, também evidencia o que deveria ser expressado como sendo elementos constitutivos do Conjunto Palmeiras. No processo de sistematização dessas narrativas há disputas que nos fazem refletir sobre o que se desejou transmitir ao recordar a história do bairro e por que ser de tal forma. Nesse sentido, evidencia-se que ao querer representar-se, levando em consideração aspectos específicos, deixa de fora outras memórias, isto é, aquelas que por não expressarem um sentido desejado pelos grupos responsáveis pela produção de um passado do bairro passaram a não ser comunicadas como parte das iniciativas dos moradores do bairro. No entanto, seriam essas memórias outras?

Michel Pollak (1989) reflete sobre esse modelo de disputa que se dá em relação às narrativas oficiais que procuram englobar uma memória coletiva acerca da história de um grupo. Ressalta que essa noção passou a ser vista de maneira que sua consolidação e a noção de finitude dessas narrativas deixaram de ser os únicos referenciais em detrimento de versões que contestam o espaço de atuação com a presença de sujeitos que reivindicam as suas memórias como parte integrante da coletividade. Isso ocorre em virtude do aparecimento de memórias subterrâneas que ganharam notoriedade com a força da História Oral. Tais memórias dialogam com o que Voldman (2006, p. 40) caracteriza como sendo de sujeitos simples e excluídos, isto é, “aqueles que entendemos a considerar os não atores da história, cuja importância passa a ser valorizada pelo simples fato de o historiador solicitá-los e entrevista-los”, por isso

A grande testemunha é aquela que construiu sua identidade sobre uma ação voluntária e conscientemente interpretada [...] o ex-ministro ou o obscuro militante de base não tem status essencialmente diferentes. Tantos uns quanto outros podem dizer “eu” ou “nós”. Eles são “testemunhas-sujeitos”. Do outro lado está a obscuridade, que a historiografia passada costumava considerar como simples espectadores ou diluir na massa de soldados, dos camponeses ou dos proletários, silhuetas indispensáveis dos grandes afrescos, mas sem nome nem rosto. (VOLDMAN, 2006, p. 41)

No Conjunto Palmeiras, tratar a relação entre as narrativas produzidas

com as que chamamos de outras memórias é lidar com uma situação que extrapola o entendimento de Voldman (2006), mas que entendemos colocar-se como versões dos fatos que foram, com o tempo, sendo esquecidos ou silenciados. Consideramos que os moradores do bairro constituíram a partir de suas iniciativas modelos de narrativa que visaram combater o seu próprio esquecimento, denunciado a situação de miséria e de adversidades a que foram submetidos.

A produção narrativa, mesmo que de início ainda inconsciente, serviu para que se tornassem elementos essenciais para o combate e a valorização dos moradores da periferia de Fortaleza frente ao frequente preconceito que lhes abatia por viver no Conjunto Palmeiras, tendo em vista as lembranças de serem chamados de índios ou os olhares tortos, quando diziam onde moravam. Ao produzir esses materiais, como as cartilhas da série, e depois, com a criação do Banco, elas foram responsáveis por constituir versões que passaram a seguir orientações e interesses específicos, mas foram responsáveis por deixar de fora outras experiências. Isso ocorreu porque a memória se foi tornando mais uma ferramenta de luta por melhorias, transformando a experiência lembrada em fonte de promoção de sujeitos e instituições a fim de dotar o bairro como exceção dentro de um ambiente em que o normal seria a espera do poder público para a resolução de problemas inerentes à pobreza.

Diante disso, concordamos com Pollak (1989) quando afirma que o silêncio e o esquecimento podem dar-se de várias maneiras, a partir de uma vinculação ideológica muito comum em regimes de exceção em que versões inadequadas àquela orientação passam a não serem publicizadas, da relação entre uma sociedade englobante e suas minoras, no caso de debates atuais em torno da comunidade LGBT e negra no Brasil, o silêncio por não querer mexer em traumas ainda não superados, muitas vítimas de eventos traumáticos preferem não relatar o ocorrido por não se sentirem preparadas e evitar mal entendidos, e aquelas pessoas com as quais não encontraram uma colaboração para serem escutadas. Essa última situação pode também ser entendida a partir da reflexão de Huyssen (2000) sobre passados presentes em que há uma obsessão pela lembrança, a partir de vários exemplos em que o passado traz à tona fatos como um “terror mesmo do esquecimento”. Pode-se afirmar que as escolhas por qual passado lembrar denota mesmo o interesse por qual passado esquecer, de forma voluntária e involuntária, pois “Quanto mais pedem para lembrar, [...] mais nos sentimos

no perigo de esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer” (HUYSSSEN, 2000, p. 20).

Por isso, consideramos que, ao falarmos de outras memórias, não estamos lidando com lembranças piores ou menores do que as narrativas escritas e amplamente comunicadas sobre o Conjunto Palmeiras, mas como resultado de um processo em que essas lembranças não ficaram em relevo devido aos interesses que foram sendo estabelecidos com o passar do tempo e que levaram ao desaparecimento ou minimização de outras experiências.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam impor.

...

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar e nacional e de pequenos grupos. (POLLAK, 1989, p 8-9)

A partir da segunda cartilha, editada em 1997, visualizamos o silêncio de experiências que continuaram acontecendo no Conjunto Palmeiras, ainda resultantes das lutas da década de 80, mas que, por não serem ditas, parecem não compor o bairro. Desse modo, dedicaremos-nos a entender, tendo como referência uma memória que foi amplamente comunicada sobre as lutas, como alguns sujeitos compreendem as iniciativas que não encontraram ancoragem em algumas narrativas sobre o bairro que foram analisadas nesse trabalho e que, portanto, foram excluídas por meio do silenciamento na produção de versões sobre o passado. Três delas parecem-nos ser essenciais para que visualizemos o modo como algumas iniciativas ajudaram a contribuir nas lutas por melhoria do Conjunto Palmeiras: a rádio comunitária, o jornal Antena das Comunidades e a Associação de Mulheres em Movimento.

Essas iniciativas podem ser inseridas dentro de um ambiente de

aprendizado que se foi constituindo no Conjunto Palmeiras desde a década de oitenta por meio da Comunidade Eclesial de Base. Elas dizem respeito ao modo como as ideias foram surgindo e mobilizando a participação de pessoas, que passaram a construir juntos. Boa parte disso se deu em virtude do modelo de reuniões e discussões às quais passaram a frequentar, a fim de encontrar alternativas de superação das dificuldades e as dotou de saberes importantes para conduzir as ações acima citadas.

começamos essa visitação, esse contato direto, capacitamos, conversamos com jovens. Eu mesmo saía, todo domingo de manhã, cinco ou seis horas para área de São Cristovão, área da Perimentral onde havia (+) área da Palmeira 2, todas essas áreas mais difíceis do ponto de vista da condição da moradia, então, de manhã até meio dia, todo domingo. Os jovens gostavam, pensei, eu tinha medo, eles vão ficar desencantados. As pessoas acolhiam muito bem, apesar de serem cansadas do trabalho porque a cidade não é um lugar que nem o interior. A gente pedia licença para conversar um pouco. Eles diziam: “quem são vocês?” - somos daqui da comunidade - “Ah, são católicos, nunca vi católicos fazer visitas assim”((riso)). Depois - “Estou cansado” - eu me lembro. Depois, ele ficava pensando. Convidou a gente para entrar. E quem era ele? Ele e esposa dele, no sertão, eles eram coordenadores de experiências semelhantes assim, mas porque vindo para a cidade eles não tinham encontrado um gancho, uma acolhida (MOSER, 2015, não paginado).

Ao lembrar desses momentos de inserção na comunidade, padre Chico evidencia como essas ações ajudavam a encontrar pessoas que já tinham uma tradição de experiências parecidas com as que estavam promovendo ali. Na realidade, enfatiza, como a conversa com essas pessoas puderam modificar a realidade vivenciada à medida que possibilitou um direcionamento. Ressalta que a ideia dessas visitas não era a de convidar a participar das reuniões, mas de inseri-las em algo maior, pois afirmou que

nós não convidávamos, venha para missa, não, não, não! Nós dizemos, estamos aí! A comunidade está de portas abertas, que vocês tenham alguma proposta, que vocês tenham alguma ideia, então nós podemos sentar juntos e por aí a gente cresce a visitação, gratuita. (MOSER, 2015, não paginado)

Portanto, entende que as ações empreendidas nesse momento não tinham o objetivo de dotar as pessoas de consciência para agir, mas de promover uma reflexão conjunta com a finalidade de encontrar, juntos, o caminho de superação das adversidades. Muito dessas reuniões aconteciam na Palhoça da Paróquia São Francisco e, aos poucos, foram aparecendo

pessoas que passaram a assumir uma outra etapa da experiência, isto é, momento em que havia uma sistematização e direcionamento para algumas ações específicas, como ressalta o sacerdote em relação à questão da saúde a partir dos debates com o movimento antimanicomunhal que eram feitos para a comunidade. Essas discussões serviram, sobretudo, segundo Moser, para a criação de uma conscientização mais ampla.

era um momento de informação sobre o que estava passando, porque nem sempre a gente conseguia acompanhar a totalidade dos bairros, eram quase cem mil pessoas, área do Palmeiras, até as beiradas, a gente ia até o quilômetro vinte da BR. A gente achava pouco aqui, então depois a gente percebeu, as comunidades que estamos (+) ligados a isso, as experiências também do trabalho comunitário, por exemplo, quilômetro dezenove ((da BR-116)) até hoje, a associação das rendeiras, era uma pequena experiência que Dona Maria, depois, com esse movimento então engrossou e se tornou (+) hoje é uma cooperativa que exporta rede para fora, mas nasceu dessas pequenas experiências, em colaboração [...]Naquela época não havia, digamos (+) era um processo inicial, projetos havia, apoio havia, então o que acontecia em relação à saúde, em relação aos programas comunitários isso dava um pouco de ânimo, de esperança porque o povo precisava trabalhar. (MOSER, 2015, não paginado).

Aos poucos, as discussões, os cursos ofertados e o sentido de organização coletiva foi sendo para o padre o motor inicial de transformações importantes na vida de muitas pessoas. Isso pode ser percebido também quando falamos das iniciativas que deram sentido à criação da rádio comunitária Santo Dias. Iniciada no início da década de noventa, a rádio começou com a instalação de alto-falantes na Igreja Católica, conhecidos como radiadoras. Era de lá que algumas notícias eram dadas para o Conjunto Palmeiras. Com o passar do tempo, foram conseguido conquistar os equipamentos para a instalação de um FM. Foram 12 anos com os alto-falantes e mais 4 anos com a FM. A sua condução foi feita por alguns moradores que eram responsáveis pela programação, trabalhando para seu funcionamento na manutenção e na execução da programação. Um dos locutores da rádio foi Wayne Thiago, que nos contou que até hoje ainda é lembrando em virtude da sua participação, mesmo depois de onze anos após o seu fechamento. Revela que isso ocorre porque era um espaço de proximidade da população, do qual podiam usufruir, fazer parte dele, levando grupos comunitários, alguém que sabia cantar, alguém que poderia recitar uma poesia, alguém que queria parabenizar ao vivo, dar um recado de um evento da escola ou se queixar de um problema de sua rua. Desse modo, para ele, isso ocorria porque era “uma coisa do povo, [...] uma coisa aberta,

uma coisa mais acessível” (ARAÚJO, 2015, não paginado). Não à toa, nas comemorações de seis anos, celebrou-se esse espaço de comunicação como mais uma conquista da união da população.

O bom desempenho da rádio reflete a ação integrada entre os agentes pastorais animadores de CEBs, Associação de Moradores e grupos populares do bairro. Essa integração possibilitou a vinda de apoio externo como equipamentos novos fornecidos pelo projeto PRORENDA e a participação de radialistas vindos de outros grupos da comunidade. (RÁDIO..., 1994, capa)

A rádio, como resultado desse movimento de aprendizado de saberes e organização de experiências comunitárias, é considerada como mais um ambiente de denúncias dos problemas enfrentados pela periferia. Beth revela-nos que o fechamento da Santo Dias pode ter causas que extrapolam a questão legal, de clandestinidade.

o [programa] do Wayne era um que sempre ele colocava as denúncias (+) eu acho que ela foi fechada por conta disso mesmo, vamos dizer, era uma rádio PROFÉTICA, eu não tô exagerando não ((riso)). Por quê? Porque no sentido de denunciar mesmo situações críticas, [...] se existia alguma coisa que tava atingido a comunidade, por exemplo, se fosse hoje, certamente ia ter um programa voltado para essa questão política, que é o que se fala hoje, essa história toda de corrupção, essas coisas, certamente ia ter, eu tenho certeza. Então, por conta disso, não sei se foi exatamente por conta dessas denúncias, mas assim era uma rádio que na comunidade, ela era muito aceita. (BEZERRA, 2015, não paginado, grifo nosso)

Wayne corrobora com essa visão, afirmando que os interesses dos grandes grupos de comunicação poderiam ter interferido na medida em que a rádio passou a ter uma grande abrangência em termos de sinal. Afirma que podia ser ouvido até a av. Dedé Brasil, isto é, fora dos limites do Conjunto Palmeiras e do grande Jangurussu⁸³. Para Wayne e Beth, o fechamento da rádio se deu de forma brusca, pois arrombaram o cadeado e levaram todo o equipamento. Ao citar esse episódio ela ressalta a injustiça dessa ação.

teve abaixo-assinado, teve abaixo-assinado, teve ida pra Brasília, eu fui, teve uma comissão que foi pra Brasília atrás dessa rádio, eu fui uma que fui lá bater lá, ver lá nosso pedido lá da rádio, a concessão da rádio era no nome da associação de mulheres em movimento, o pedido, 2000, do ano 2000, tinha lá nosso pedido de concessão, [...]ela não tava funcionando e mesmo assim eles vieram e abriram e levaram. [...] A gente sabe que as rádios elas são nas mãos dos poderosos, dos

83. A Av. Dedé Brasil, liga o estádio de futebol Plácido Aderaldo Castelo (Castelão) ao terminal de ônibus do bairro Parangaba. O grande Jangurussu é um bairro vizinho em termos territoriais do bairro Castelão, onde fica o estádio e onde se inicia a avenida, que corta diversos bairros da capital cearense.

políticos, de quem tem dinheiro e nós, a gente, era uma luta comunitária, claro e evidente. (BEZERRA, 2015, não paginado)

Tanto Beth quanto Wayne visualizam o fechamento da rádio como uma tentativa de minar a luta popular, encontrados a partir de mecanismos que eles consideram essenciais para a sua construção, que é a informação. Ao revelarem a condição de inserção da rádio no bairro e destacá-la como um espaço aberto ao povo, denotam que as lutas em torno da melhoria do Conjunto Palmeiras se davam por meio de outras frentes e uma delas era a da comunicação. À rádio Santo Dias é concebida como um instrumento construído coletivamente para dar voz a uma comunidade periférica com a finalidade de entreter, alertar e formar uma população e, ao mesmo tempo, dar, a várias pessoas que faziam a programação e ajudavam na sua manutenção, a possibilidade de aquisição de saberes, em muitos, casos reservados a uma pequena parcela da população que poderiam pagar um curso ou uma Universidade na época.

A iniciativa da radiadora, que depois deu origem à rádio FM Santo Dias, deu-se a partir da criação da Oficina de Comunicação Alternativa (OCA) trazida pelos padres Chico e Luiz, que deu origem, além da rádio, a outras iniciativas como o teatro de bonecos, teatro convencional, vídeo comunitário, jornal mural e o jornal impresso, chamado de Antena das Comunidades. Esse último pode ser entendido como mais um instrumento de comunicação da periferia para a periferia, pois se colocava como um modelo alternativo de informações. O jornal impresso era distribuído e passou a ser responsável por informar uma série de localidades, áreas que compunham a área pastoral do Conjunto Palmeiras⁸⁴. Destaca-se no periódico o fato de que no ano de 1994 a primeira notícia, publicada em setembro, revela o retorno das atividades do impresso, informando inaugurar um novo período para a comunicação do bairro, sobretudo, porque passou a ser publicado na era do computador. Desse modo, o editorial ressalta que “O Antena volta com uma proposta ousada: despertar a gana pela leitura, pela informação, pela multiplicação de ideias entre os moradores das nossas comunidades” (EDITORIAL, 1994, capa).

O que se percebe ao ler o periódico é que há um direcionamento muito claro no que diz respeito ao tipo de informações que eram veiculadas. É um jornal que buscou desde sempre noticiar fatos que, de alguma maneira,

84. Faziam parte da área de atuação o jornal o Jangurussu, o João Paulo II, Santa Rita, Santa Lúcia, São Cristóvão, Santa Clara, São João, Palmeiras II, Brejo Santo, Santa Maria, Santa Fé, Conjunto Vitória e Comunidades da Br-116.

dialogavam com a história das comunidades carentes atendidas. Notícias sobre remoções, ocupações, greve de trabalhadores, maus tratos de mulheres em fábricas, críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso e reflexões por meio de textos em formato dissertativo ou em poesia aparecem com muita frequência nos exemplares. A publicação era dividida em 4 páginas. A capa, onde vem a manchete principal e manchetes que apareciam, ao longo daquele número, o logotipo do jornal e o editorial. Na página dois havia notícias que poderiam variar de uma a três, dependendo da extensão. Na seguinte, também mais notícias, mas que também variavam com a presença de algum texto reflexivo ou uma poesia, além de trazer a coluna “Acontece” sobre informativos de eventos. Na última página, também visualizamos mais matérias realizadas, às vezes com a ilustração de uma charge e a “Coluna Bíblica”, reflexões a partir de salmos, além do informativo sobre os responsáveis pela publicação, número de tiragem e onde ele circulava. Pode-se notar, ainda, que o jornal serviu como meio de comunicação das ações realizadas pelas pastorais sociais, como a carcerária, a do menor, da juventude, da saúde, da mulher etc. O cunho é religioso, mas não se resume a isso. A publicação se coloca como um veículo que buscava, sobretudo, a participação e a ação coletiva, informando na tentativa de alimentar esse sentido.

É necessário caminhar ombro a ombro com nosso irmão, vivenciando o verdadeiro sentido da palavra companheiro. É necessário colocar em comum as experiências. Aprender o caminho da solidariedade e da partilha, traduzindo numa prática evangélico-libertadora. (EDITORIAL, 1995, capa)

Um das responsáveis diretas pelo jornal foi Beth. Ela nos mostrou os exemplares que tinha em sua casa quando fomos conversar acerca de sua participação nos movimentos em prol do bairro. Com muito cuidado, pega os exemplares encadernados e nos permite verificar. Tinha com ela números que foram de 1994 a 1997. Com o passar desses anos, percebemos que a publicação passou por algumas dificuldades, precisando adaptar-se às circunstâncias, inclusive, o próprio anúncio de seu retorno em 1994 evidencia isso. O impresso tinha a intenção de ser um semanário, publicado todo sábado, mas com o passar dos anos e as dificuldades financeiras, passou a ser quinzenário. Ela informou-nos que todos os exemplares estavam ali, porém vimos que houve meses em que não houve publicação, a exemplo dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1996. A dificuldade vivida para dar continuidade ao periódico e manter o sentido de informação alternativa,

mostrou-se em vários momentos da publicação, exemplificada com o aumento da cobrança no valor unitário e a criação de uma assinatura. Chama a atenção, também, que partir do ano de 1995, o jornal passou a ter a colaboração do então deputado estadual Artur Bruno, do Partido dos Trabalhadores, fato que fez com que as matérias sobre a atuação do partido se tornarem mais frequentes. Para Beth,

o jornal foi outra experiência BOA pra gente porque a gente aprendeu a fazer a notícia [...]Tinha uma equipe boa mesmo, a gente se reunia, combinava qual era as notícias que ia sair no jornal, quem ia fazer o que, quem ia atrás das entrevistas, quem era responsável pela diagramação, foto, a gente dividia tudinho e no final ia pra gráfica. Que tem as pessoas, que ia funilando porque ia, no final ia ter aquelas pessoas responsável de levar já tudo prontinho pra gráfica, pra rodar. As pessoas lia. Grupos sentava, lia o jornal, tinha interesse, né, de ler, a ler, [...]:“olha saiu essa notícia, olha aqui como foi, quem foi que fez”. Eu mesma fiz muitas notícias assim, algumas notícias da saúde, na área da saúde, movimento de mulheres, encontros de CEBs, sempre fazia e as pessoas que sempre escrevia, montava aquele jornal e ali era uma forma de ver tudo que estava acontecendo, saia ali no jornal. E aí passa, ia passando pros grupos, pra outras pessoas, comunidade. (BEZERRA, 2015, não paginado)

Quando ela lembra como se fazia o jornal, percebemos que, tanto a rádio como a publicação impressa, partia de um mesmo princípio que foi a necessidade de conscientização da população. Isso ocorreu diretamente entre aqueles que participavam dos cursos de formação oferecidos na comunidade ou indiretamente, por meio da ação dessas pessoas que ajudaram a construir juntos esses veículos de comunicação. Outras iniciativas, que partiam do mesmo vínculo de luta, que era a CEB e as pastorais sociais podem ser citadas como ações que movimentaram a área pastoral do Conjunto Palmeiras. Foram projetos de educação de jovens e adultos para trabalhadores da pastoral operária, o movimento da farmácia viva, em que aprenderam a produzir medicamentos naturais e o curso de massoterapia, que possibilitou uma ocupação a uma série de mulheres, levando ao fortalecimento do movimento de mulheres no Conjunto Palmeiras. Este culminou na criação da Associação de Mulheres em Movimento, iniciativa que pode ser colocada na gênese daquilo que permitiram a conscientização e a emancipação feminina no bairro⁸⁵.

Essas mesmas experiências com plantas medicinais, com mulheres, autoestima, contra a violência à mulher, que o movimento de mulheres começou na Palmeiras, no Conjunto Palmeiras, por conta que as mulheres

85. Duas iniciativas muito conhecidas no bairro aconteceram após a criação do Banco Palmas. Foram a criação do curso de costureira com um grupo de mulheres em situação de risco, que culminou na criação da marca PalmaFashion, assim como a cooperativa de costura presente na associação de moradores hoje. E também a continuidade desse trabalho com as beneficiárias do Bolsa Família ainda hoje realizada na sede do Instituto Palmas.

apanhavam, a violência era tão grande, elas apanhavam do marido e isso, esse fato, fez com que surgisse esse movimento, nessa época. As mulheres eram objetos e não saíam dentro de casa, os maridos não deixavam as mulheres saírem de casa, tinham mulheres que não conheciam o centro da cidade, nunca tinha saído e aí a gente começou com várias iniciativas com as mulheres. Eram grupo de produção, era cursos, era saúde, era serigrafia, era alimentação, eram tantas oportunidades, era alfabetização de adulto, VÁRIOS GRUPOS NA PALMEIRAS, tinha 7, 8 grupos SÓ NA PALMEIRAS de alfabetização de adulto. Era uma coisa assim, começou a acontecer, lá na Piçarreira, lá no Aldaci Barbosa, lá na, sabe, vários locais (BEZERRA, 2015, não paginado)

A associação surge após dez anos de lutas do movimento de mulheres, no ano de 1997, e continua ativa até hoje. A luta das mulheres, como ressalta Beth, uma das pessoas que ajudou na fundação desse movimento e da própria associação, evidencia uma série de motivações que as levaram a dar sentido a necessidade de se buscar melhorias em relação ao tratamento que era dado as mulheres no bairro. Nesse sentido, a situação de violência vivida, tanto no que diz respeito a violência física quanto outros tipos de violência, é exemplificada de modo que nos faz perceber o seu grau de inserção nessa luta. Revela que o objetivo era tirar da mulher toda sobrecarga que recaía apenas sobre ela. Era “Para que ela pudesse se libertar” (BEZERRA, 2015, não paginado). Essa libertação também passava pela possibilidade de ter uma renda. Ressalta a existência de grupos de alfabetização, cursos ofertados que possibilitaram esse incentivo.

De acordo com as suas palavras, esse movimento se mostrou de suma importância para várias mulheres no bairro, que foram entendendo que viviam situações de opressão em seus ambientes familiares e tomando atitudes contra isso. Em muitos casos a separação foi a resposta. Ao ser questionada se conhecia mulheres que passaram por essa valorização, de forma clara e objetiva, cita algumas. Uma delas é de uma das pessoas que ajudaram a fundar o movimento desde o início e era ministra da eucaristia, Socorro Mariano. O exemplo que Beth nos revela, pode ser entendido de forma mais específica, quando lemos uma de suas poesias, publicada no jornal Antena das Comunidades na semana da mulher de 1997.

Sou mulher
Que por milhares de anos
Fui esquecida
Que nunca fui vista
Como imagem e semelhança de Deus
Sou mulher!
Que sempre fui abafada, negada
Como ser humano
Sempre fui tratada como objeto
Sem valor
Sou mulher!
Que foi vítima de opressão
Uso e abuso sexual
Até taxada como pecadora
Só per [sic.] ser mulher
Sou mulher!
Que não suporta mais esta prisão
Esta carga que o sistema machista
Impôs sobre nós por muitos e muitos anos
Nos trataram como incapazes de sermos
Iguais aos homens
Que acordo de um sonho com pesadelo
De ouvir as humilhações
Sempre me jogando na sarjeta
Da servida
Sou mulher!
Que não suporta mais a coroa
De rainha do lar
A qual não passava de uma trouxa

De roupa suja
Sou mulher!
Que quero meu espaço
Como gente
Quero ver meus direitos
Respeitados
Não quero tomar o lugar de
Ninguém,
Só quero meu espaço que sempre foi
Negado
Sou mulher!
Só quero meu espaço que sempre foi negado
Sou mulher!
Quero ver um mundo diferente
Quero quebrada todas as amarras,
Correntes,
Vendas,
Quero livremente, SER MULHER (MARIANO, 1997, p. 03)

O poema em tom de denúncia revela uma série de imagens as quais submetem a mulher no cotidiano do machismo. Mas, para a autora, não cabe mais tratá-las como rainhas do lar se não as respeitar de forma igual, como gente que possui direitos. Por isso, é necessário quebrar as amarras e as correntes para serem mulheres, de forma livre. Os versos evidenciam, assim, um modelo de pensamento que pode ser entendido como algo que foi sendo gestado ao longo desse movimento iniciado ainda na década de oitenta e que foi ganhando força no decorrer dos anos, culminando na formação da associação que existe até os dias de hoje. É, ainda, importante perceber que essas mulheres e, especificamente, as que participaram do movimento de mulheres são pessoas que aprenderam a entender a sua condição de mulher dentro de uma tradição religiosa, pois são mulheres católicas. Isso pode parecer contraditório na medida em que, o tom religioso, poderia, ao invés de fortalecer o movimento, enfraquecê-lo. No entanto, o movimento que

ocorreu no Conjunto Palmeiras, sob a presença das CEBs, criou ambientes de reflexão e ação importantes na vida de várias pessoas. Ainda que sob a presença de uma tradição religiosa que durante muito tempo legou às mulheres um lugar específico em relação aos homens, a filosofia empreendida a partir dessas orientações se mostrou diferente, porque possibilitou a construção de uma autonomia para decidir o que era melhor para as suas vidas. No entanto, devemos refletir o que fez essas pessoas, ligadas à Igreja, pensar dessa maneira e que movimento foi esse, presente no Conjunto Palmeiras, que ajudou a formá-las a ponto de elas permitirem, em suas narrativas, relacionar suas vidas à presença nesses ambientes.

Ao estudar as Comunidades Eclesiais de Base no Lagamar e no Conjunto Palmeiras, Barbosa (2003) procurou compreender as diferentes funções atribuídas aos membros da Igreja, como os padres e os membros que considera como base em seu trabalho, isto é, as pessoas que participam na comunidade cotidianamente, sem um lugar social específico, condição econômica ou nível cultural. Para ele, existia a função do agente interno e externo, aquele responsável por presidir a celebração dos sacramentos, que coordena atividades de formação, representa a comunidade em atividades fora do bairro. Cita alguns desses grupos, como o da Defesa de Direitos Humanos, Educação Popular, Grupo de Mulheres. Portanto, crê que existe uma relação que ora é de automização, ora de dependência em relação a esses agentes e a base.

Sobre a relação de autonomia, traz alguns aspectos que considera relevante para a sua construção. Um deles é o caráter afetivo, que envolve outros aspectos como cuidado com as pessoas, confiança, proteção, além, é claro, da possibilidade de orientações acerca dos melhores caminhos a seguir. Ao afirmar isso, Barbosa (2003) exemplifica atitudes que ligam a imagem que as pessoas tinham em relação aos padres do Conjunto Palmeiras com um depoimento que traz referência ao padre Chico. Por outro lado, diz que essa imagem apresentada, de amizade, pode ser vista como grau de dependência a esses agentes, pois eles detinham uma importância fundamental nas decisões e nos rumos que a comunidade ia tomar.

[...] se evidencia que independentemente de como foi se delineando a posição de destaque do agente externo ou interno, se pela sua forma de presença na Comunidade, ou como herança de uma tradição, uma forte relação de dependência se estabelece. (BARBOSA, 2003, p. 64)

O autor considera que há uma forte tradição eclesiástica da Igreja Católica, da qual as CEBs institucionalmente são vistas dentro dessa lógica, que torna a tarefa de formar sujeitos autônomos muito difícil. O grau de dependência ocorre devido a ideia de que o agente é o que detém o poder e, nesse caso, poder é saber. No entanto, apesar de visualizar essa situação, chama a atenção que, mesmo havendo um discurso utópico de que não são esses agentes que coordenam as ações, diz que foi possível notar ensaios de automização de algumas práticas dentro das CEBs. Isto é, conseguiu perceber “um nível de consciência mais elaborado em certos aspectos da vida da comunidade, como fontes norteadoras de falas e de ações.” (BARBOSA, 2003, p. 76).

A figura de Moser no bairro é vista como de suma importância para essas pessoas, como pudemos perceber a partir do evento descrito anteriormente. No entanto, mais do que dependência, a relação que muitas delas estabeleceram com ele foi outra. Embora o autor afirme que a figura tradicional do padre é a de detentor de um poder que institucionalmente é aceito dentro da tradição católica, entendemos que esses sujeitos que falam de suas experiências e tem a CEB como ponto inicial de formação, atribuem a eles a possibilidade de se criar espaços onde desenvolveram sua própria autonomia. Portanto, não se veem apenas como dependentes deles, mas como sujeitos ativos para dar continuidade às lutas diárias.

Aí com esse movimento todinho aqui no Palmeiras dentro dos movimentos, quando saiu padre Eduardo e Jacó, chega em 86, padre Luis e Padre Eduardo, né. Quando eles chegaram, como a gente tinha passado 6 meses sem padre, a gente assumindo a igreja. O Joaquim na época era seminarista era que assumia com a gente. Quando eles chegaram a gente chegou logo junto com eles. Aí eles traziam as experiência das periferias de São Paulo que eles trabalharam 8 anos lá, não, 10 anos lá também. E padre Luis Fornasier, que é o italiano - “seu Manoel você tá nos movimentos aqui, você nunca ouviu falar de Pastoral Operária, não?” - eu disse: já ouvi falar padre. Nós tivemos um encontro com um cidadão no começo do Palmeiras, há mais ou menos um ano atrás, que era seu Joaquim, que ele veio fazer um encontro e falou sobre Pastoral Operária, só que ele veio e como não tinha padre que tocasse o movimento ficou entre nós, mas não sabíamos localizar onde existia o grupo mesmo. - “É (+) pois eu vou descobrir essa pessoa!” - Mas menino não demorou e com poucos dias ele chamou esse seu Joaquim, aí a gente criou [...] ele era do movimento sindical forte e ele era um dos fundadores da Pastoral Operária aqui do estado do Ceará. Foi quem deu todas as instruções pra gente, pra gente recomençar. Dentro de 86 a 94, por aí, nos criamos 9 núcleos de Pastoral Operária aqui nessa região. A gente fazia um movimento e tanto, viu. (BRITO, 2013, não paginado)

Seu Manoel é um desses casos, que atribui à figura do padre a orientação para a criação dos espaços que permitiram o desenvolvimento das pessoas em relação à luta. No entanto, ele já entendia a importância desses movimentos desde quando vivia no interior. O incentivo dos padres na sua fala mostra-se importante, mas também revela que a falta deles não foi impedimento para que dessem continuidade na organização da comunidade, mesmo tendo a presença de seminarista na Igreja. Seu Manoel, Augusto, Wayne, Socorro e Beth são exemplos de figuras que se colocam como membros de uma igreja que os formou dentro de uma lógica de lutas sociais, entendendo que a fé e a vida se ligavam mutuamente. Esse aprendizado conduziu o modo como eles se expuseram frente aos desafios coletivos do passado e do presente, constituindo a partir do que viveram aquilo que importa ressaltar ao pensar sobre as suas experiências no que diz respeito às lutas populares no bairro. Nesse sentido, pode-se afirmar que esses sujeitos elaboram suas vidas em torno da experiência que tiveram ao participar de espaços de discussão promovidos por meio da Comunidade Eclesial de Base.

As experiências de vida elencadas podem ser vistas como modos de ser e agir que ajudaram a compor o bairro por meio de ações que não se traduziram em componentes importantes quando se compara às narrativas amplamente publicizadas. A segunda cartilha, especificamente, é uma publicação exclusivamente voltada para comunicar ao bairro o resultado das obras do canal de drenagem. Em sua origem, no entanto, traços de organização coletiva ainda foram preservados, apesar de a Associação de Moradores aparecer como a grande responsável pela obra. As cartilhas, sem dúvidas, foram os primeiros materiais em que se possibilitou uma sistematização da memória do bairro e são precursoras no que diz respeito à criação de uma narrativa na constituição de uma história sobre a formação do Conjunto Palmeiras. Por isso, ao pensarmos nelas como as primeiras narrativas sintetizadas, podemos concluir que serviram de base para os materiais que viriam depois, sobretudo, ligados ao Banco Palmas.

O tratamento dado às narrativas passaram a seguir um direcionamento específico a partir do momento em que a experiência do Banco começou a ser externalizada para outras localidades. Foi preciso dizer como os moradores conseguiram criar um banco comunitário. Para isso, esses materiais serviram de subsídio para a produção de um passado sobre o Conjunto Palmeiras sob um novo momento: o Banco estava em expansão, tornando-se a principal referência para onde a narrativa foi conduzida. Desse

modo, podemos compreender a existência de um enquadramento da memória, entendido por Pollak (1989) como um processo em que há uma tendência de certos grupos em se manter ou modificar as fronteiras sociais com um trabalho de reinterpretação incessante do passado a partir dos interesses do presente e do futuro. Isto é,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado quer se salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre as coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p.9)

Diante disso, o que compreendemos é que a partir da criação e a consequente expansão do Banco, o modelo de narrativas sobre o Conjunto Palmeiras se alterou. Alguns agentes passaram a compor o que considerava relevante sobre a formação do bairro, evidenciando, sobretudo, o delineamento de um caminho que necessitasse justificar onde haviam chegado. Essa realidade pode ser datada a partir dos anos 2000, quando Joaquim passou a palestrar e a escrever sobre as memórias locais. Porém, ao mesmo tempo que passou a tornar-se um interlocutor do bairro, devido a sua posição de diretor do Banco e a noção racional que tinha da importância do passado, suas narrativas passaram sobrepor-se ao que chamamos de outras memórias, pois essas não ganharam tanta expressão quanto aqueles fatos e pessoas citadas por ele em seu discurso.

Desse modo, é possível perceber a relação entre as memórias coletivas do bairro e o seu processo de seleção na medida em que deixam expostas experiências em detrimento de um presente vivido. Assim, o que se viu foi que a grande notoriedade do Banco levou a um distanciamento de outras narrativas. Isso revela disputas que envolvem o passado, mas que também fazem-nos refletir sobre as mudanças na própria concepção de organização coletiva, amplamente defendida pelos moradores em suas falas, pois o presente do Banco e o silenciamento de outras experiências permitem que questionemos como a luta social passou a ser entendida e praticada, levando as lideranças a comporem suas narrativas sob a ideia de um tempo de lutas que consideram ideal. É sobre isso que pretendemos nos deter nas próximas páginas.

4.3 UM (NÃO) TEMPO DE LUTAS

Ao realizar o cruzamento entre as narrativas que foram sendo sistematizadas ao longo do tempo com os depoimentos de algumas lideranças, tendo em vista o olhar que elas têm para as suas experiências na formação do Conjunto Palmeiras, pudemos elucidar noções acerca dos caminhos trilhados em relação às lutas sociais. Como essas pessoas entendem as lutas do presente em relação às do passado? Algo mudou? Como avaliam a sua própria atuação e das instituições do bairro? Compreendem um tipo de ação nas lutas populares que seria o modelo ideal e, portanto, deveria ser preservada de forma contínua? Foi possível perceber um processo de mudança que ocorreu no Conjunto Palmeiras em relação ao ideal das lutas populares que provocou uma divisão de compreensão sobre as reais necessidades do bairro, à medida que os objetivos, antes unificados, passaram a se tornar menos coletivizados.

[...] era uma outra época. Uma outra época de 40 anos atrás. Uma outra, uma geração, digamos, até certo ponto, uma geração privilegiada. Era um bairro que estava iniciando, uma comunidade que estava iniciando. Então, eu quando disse que aprendi muito e fui privilegiado e a minha geração da época, não sei o que hoje eles estão fazendo em suas vidas, pois hoje são senhores e senhoras, pais de família, mas por que foi diferente? Porque eu tive a felicidade e a geração da minha época de me envolver com a questão da religião. [...] A geração de hoje, os jovens de hoje que estão na igreja, a igreja católica que eu me refiro a ela, e a igreja que está hoje é uma geração que não tem esse (+) o que eu tive e que a geração da minha juventude teve na época, é uma outra geração que esta sendo formada com um único objeto. Um dos primeiros objetivos é formá-los para ver se dali saem padres. É uma questão de religião. Tudo na linha sacramental, ou para ser um padre ou para ser uma freira ou para casar ou para formar uma família [...] É uma juventude que está, se não houve uma reviravolta, é uma juventude que está perdida, nitidamente perdida. (ARAÚJO, 2015, não paginado)

Para Wayne, a relação que se estabeleceu em sua juventude com a igreja foi se modificando com o tempo. Diz que a militância que o faz atuar ainda hoje é fruto dessas experiências das quais participou a partir da observação de como eram feitas as mobilizações no período. Ao comparar a relação entre ontem e hoje, ressalta que a instituição religiosa de hoje está voltada para outros objetivos bem diferentes daqueles que vivenciou, não mais a relação entre fé e questão social, mas a formação para a constituição da família, de padres ou freiras, o que chama de linha sacramental. Portanto,

considera essa juventude perdida. O tom de sua fala evidencia mudanças significativas no modelo de formação que foi tão importante em uma época que demonstra ter sido boa, o que faz lamentar os rumos que isso tomou. Para ele é possível que, se não houver um acompanhamento desses jovens, se perca “umas três gerações” (ARAÚJO, 2015, não paginado).

Ao lembrar das lutas de outrora e das conquistas que foram significativas para a formação do Conjunto Palmeiras, Beth tem um entendimento parecido com o de Wayne.

Nem entendia muito ainda das coisas, assim, mas tava no processo de aprendizado, de se organizar, eu lembro tanto que a gente, o estudo bíblico era fora da casa, terreiro, tinha a luizinha do poste depois, são lembranças que vem porque a situação era bem diferente, era uma coisa mais, depois hoje está outra coisa, tudo foi luta, calçamento, a própria igreja lá, o local, tudo foi construção do povo, o povo foi se organizando e foi conseguindo As casas, também, a construção das casas em mutirão, se fazia MUITO isso em mutirão, acho que as CEBs perdeu um pouco isso [...] (BEZERRA, 2015, não paginado)

Membro das Comunidades Eclesiais de Base até hoje, ela lamenta o fato de o modelo de como procediam para a ajuda mútua de mobilização em torno das necessidades locais ter-se perdido. Percebe-se um misto de alegria e tristeza ao rememorar essas ações, considerando como vitórias as conquistas do passado, mas que elas não deveriam ter parado, que as mobilizações deveriam ter continuado. Ressalta o mutirão, sobretudo, no final da década de oitenta, quando há uma forte orientação para a ocupação de terrenos com a finalidade de abrigar pessoas que não tinham moradia.

Nos casos acima é possível relacionar como as experiências do passado refletem na avaliação do modo como as ações foram sendo encaminhadas com o tempo. É importante destacar que a avaliação do testemunho lida diretamente com o modelo de formação da qual foram subsidiários, isto é, as orientações de que era preciso dialogar a fé cristã com a realidade social vigente, tendo como objetivo a superação das dificuldades. É, nesse sentido, que avalia que isso se dá por causa de uma alteração no seio da Igreja Católica, em que o modelo voltado para a Teologia da Libertação e para uma Comunidade de Base foi perdendo o vigor para outro tipo de orientação dentro da Igreja. Dois motivos podem ser descritos para isso. O primeiro diz respeito ao fortalecimento dentro da Igreja do que ficou conhecido como

Renovação Carismática, o que provocou certa desconfiança em relação aos membros das CEBs, como nos indica Barbosa (2003). Para esse autor há um distanciamento da relação fé e vida com a renovação, “limitando a experiência de fé aos aspectos celebrativos, cúlticos, decorrentes de uma relação verticalizada com Deus” (BARBOSA, 2003, p. 161). Ele também nos propõe que essa mudança aconteceu por dificuldades enfrentadas pelas CEBs como o baixo número de participantes e a ausência de jovens com o passar dos anos.

Em nossa pesquisa, a relação das CEBs com a paróquia do Conjunto Palmeiras é, hoje, a de um espaço que não tem mais o vigor das reuniões e celebrações existentes no passado. Um evento ocorrido em 2016 pode ser representativo dessas mudanças ocorridas e lamentadas pelos entrevistados. A Palhoça, um espaço símbolo de reuniões, discussões e formação durante as mobilizações do bairro foi substituída por uma quadra de esportes, sob a orientação dos padres atuais que comandam a Paróquia. Portanto, a celebração em torno do sacerdócio de padre Chico, mostrou-se ainda mais significativo devido ter sido a última de tamanha magnitude e representatividade das lutas do bairro.

Hoje os meninos falaram naquele dia da igreja, se o pessoal acreditava numa igreja que tava na frente, eu sempre digo pras pessoas, as igrejas, os chefes, os pastores, nem eles sabem o tamanho do peso, do valor que tem as pessoas que representam um projeto de Jesus Cristo, né (+) porque Deus é um poder grande. Se alguém tá representando, se eu for contar as vezes que eu achava que era quase impossível romper uma barreira, de entrar numa prefeitura, com um prédio cheio de policiais e seguranças e assim, de uma comissão entrar e rasgando as carnes mortas com a força bruta, só entrava porque tinha um padre na frente. Que iriam pegar o padre e quando sabiam que era padre não pegavam, assim (+) o padre entrou, nós entra também ((risos)). Era assim que eu via acontecer. A história de D. Aloísio Lorscheider, eu tava assistindo na Dom Bosco, tão celebrando o mês de Dom Aluísio, né (+) e eu tava assistindo umas parte e (+) o que é que tá acontecendo pra esse pessoal tá lembrando do homem, né (+) Ali sim era um chefe de igreja, morria pelos pobres. Aquele ali tava no meio, participava de mutirão naquele dia, porque assim, pra mim foi a coisa que mais me chamou atenção foi a questão do mutirão habitacional na cidade na época de Dom Aluísio. Porque ele tava a frente, era um homem que celebrava com o povo no meio do sol quente, almoçava com o povo e mostrava pro povo que ele era chefe e tava no meio dos pobres pra resolver os problemas, né. Então o pessoal criava aquela fé e partia pra cima, né (+) não tinha jeito. Hoje não, hoje as coisas conversam muito e faz pouco. A voz do povo não tem mais peso. (BRITO, 2013, não paginado)

A força que seu Manoel lembra que vinha da Igreja, sob a direção de Dom Aloiso Lorscheider, indica-nos a segunda motivação que pode ser entendida para a alteração no modelo de luta que foi ocorrendo no Conjunto Palmeiras na narrativa dessas pessoas. A saída de padre Chico, em 2004, revela o enfraquecimento nas disputas por espaço na participação das lutas sociais. Como pudemos perceber, mesmo apesar de não se colocar dessa forma, o sacerdote é tido pela comunidade como um sujeito que representa aspectos significativos no que diz respeito ao ideal de luta que essas pessoas como Wayne, Beth e seu Manoel acreditam. Portanto, a falta de um membro da Igreja com esse perfil no bairro também serviu para que o tipo de relação que se estabeleceu outrora, com as lutas sociais, passasse a se orientar não mais como um modelo positivo de luta social para essas pessoas.

Isso é explicitado de maneira cada vez mais clara na fala dessas lideranças, que elencam, além da igreja, outros motivos que podem ser caracterizados como essenciais para essa transformação do ideal de luta social.

Uma das percas grandes que nós tivemos aqui, eu não tô lembrando bem pra ti, porque uns mais novos foram entrando depois de nós, a maioria hoje tão no poder, tão na prefeitura, por aí nos gabinetes. Foram pessoas que se formaram rápido, foram chamados mesmo pra esfriar o movimento, muitos deles entraram pra dentro do poder da Prefeitura, do Estado. É aqueles camaradas, né, mas não lutam mais com a gente, é diferente. Essa é a diferença. Nós temos hoje uma política totalmente, apesar de nós ganharmos um governo, uma previdência que foi o que eu acho que esfriou. O pessoal acomodou-se. Foi chamado muitas pessoas porque era do governo, era os camaradas que lutavam, aqueles bons lutadores foram entrando pra dentro e na realidade o jeito de trabalhar com a sociedade não tem quase diferenças. (BRITO, 2013, não paginado)

Seu Manoel entende que um dos problemas em relação ao que chama de esfriamento da luta em alusão à falta de mobilização foram os caminhos escolhidos por algumas pessoas que sempre estiveram presentes, juntas, no Conjunto Palmeiras e passaram a compor os gabinetes governamentais. Chama atenção o fato de ele se colocar politicamente a favor do governo em que isso ocorreu. É uma referência à vitória do Partido dos Trabalhadores para a presidência em 2002, com Luís Inácio Lula da Silva e, mais especificamente, em âmbito municipal, a vitória da candidata, também do Partido dos Trabalhadores, Luizianne Lins, em 2004. Para ele, apesar de a

orientação política ser a mesma, na prática, aqueles que saíram do meio do movimento popular para ocupar os gabinetes acabaram repetindo antigas práticas de outros partidos.

Seu Augusto foi uma dessas pessoas que ao comentar sobre história da sua vida, fala sobre o momento em que foi assessor de dois parlamentares da capital cearense, Arthur Bruno e Guilherme Sampaio.

Eu me tornei assessor deles, mas mesmo sendo assessor, a gente cobra. É uma coisa pra nós, eu não vou querer ganhar um dinheiro sozinho, pra que, pra eu melhorar a minha vida individual. Se eu fosse melhorar minha vida individual. Imagina o caso, o cara me deu 54 mil reais na palma da minha mão pra eu não apoiar o Bruno [...]. Aí o outro cara veio aqui com um carro novo, zerado aqui na nossa porta, aí eu disse: pode levar (+), eu tenho um carro velho aqui e eu quero um carro novo quando eu puder comprar. Eu comprei um carro melhor depois do empréstimo no Banco Palmas. (BARROS FILHO, 2014, não paginado)

Em comparação a fala de seu Manoel, ele cita a importância de estar presente junto aos vereadores e que o fato de trabalhar para eles, não significou o fim das cobranças. Isso revela, no entanto, que seu Augusto entende que trabalhar com um determinado político pode gerar mudanças na forma como se cobra do governo, apesar de dizer que agiu diferente. Nesse sentido, faz questão de ressaltar a sua condição incorruptível, mesmo recebendo propostas tentadoras, o que mostra ser uma pessoa com bastante força política dentro do Conjunto Palmeiras, na medida que rejeitava as propostas que recebia para o apoio de candidatos em troca da ajuda de influência para angariar votos para eles. Contudo, não deixa de expor sua opinião sobre a falta de coragem da população nos dias atuais em relação às cobranças aos governos.

Pra hoje, o povo não tem mais coragem pra isso, não tem. Povo tem coragem de quê? Todo dia fica ligado nesse programa de Barra Pesada, a maioria dos pobres. Eu acho que a classe média não se liga muito nesses programa ruim não. E a gente foi indo, foi indo e paramos. Já na última reunião eu disse: “olha gente”, só pra provocar, “a proposta não tá em pé, de levar lá as fezes pra sala do governador, pro Castelão, pra assembleia, pra regional VI, pra Cagece em pé”, todo mundo ficou calado. Ficou porque (+) se o povo quisesse [...] a gente fazia, fizemos muitas revolução. (BARROS FILHO, 2014, não paginado)

Seu Augusto ressalta que uma das grandes lutas atuais do bairro é em virtude do esgoto. Diz que quando chove é comum a água entrar dentro de casa. Para ele, em decorrência da proximidade da copa do mundo de 2014, deveriam ser tomados atitudes mais efetivas. Conta que falou em reunião para provocar, para ver a reação das pessoas e a resposta foi o silêncio. Ao expor essa fala, ele se coloca em uma posição ambígua quanto aos ideais de luta, isto é, de um lado a realidade em que acabou sendo inserido quando se tornou assessor de vereador, tentando buscar por vias institucionais a solução dos problemas (Augusto ressalta que procurou os vereadores, considerados políticos não tradicionais por ele, para intermediar reuniões com a CAGECE, a fim de resolver essa questão) e do outro, aquilo que considera como ações corajosas, interpretadas como uma solução possível para pressionar os órgãos governamentais. Essa última ideia de solução tem total sintonia com o modo como operavam as lutas sociais em busca de benefícios para o bairro no passado, no entanto, também expõe o que, para ele, é uma grande mudança no movimento social: a falta de coragem do enfrentamento direto.

O MCP é citado por Wayne como um movimento criado pela Prefeitura de Fortaleza na gestão de Luizianne Lins que tinha como objetivo criar núcleos de representação popular nos bairros da capital. Porém, considera que a criação desse tipo de ação tinha um objetivo muito claro para a ação da prefeita em relação aos movimentos populares: o de minimizar possíveis impactos quanto às reivindicações que poderiam vir a ocorrer contra o governo.

Muitos movimentos do MCP começaram a se cooptar com a prefeitura, invés de se tornarem em grupos de lutas pelos seus bairros, suas necessidades, eles começaram a ser favorecidos pela prefeitura, começaram a comer no prato como se diz. Começaram a ter cargo de emprego. Aí a Luizianne foi muito esperta, começou a dar empregos a uns nas diversas regionais, que são seis, as chamadas subprefeiturinha, dentro do gabinete, aonde tinha algum órgão da prefeitura a Luizianne começou a botar as lideranças. Aí começou, pronto, aquilo ali é minha, minha funcionária, tá ganhando, não vai trazer o povo para lutar. Alguns núcleos do MCP não aceitaram, se rebelaram, não era aquilo que eles queriam. Começaram a ir para as ruas, cobrando, tal e tal. No início ela só atendia o MCP. Quando o MCP se rebelou ela rapidamente mudou, criou o (+) orçamento participativo para poder chamar as lideranças que não tinha sido compradas. Eu estou falando de uma maneira crítica porque é isso que aconteceu. Já estou me colocando, mas criticando porque foi isso que aconteceu. Então não quis mais atender ao MCP. Antes não queriam atender as associações nem grupos organizados nem nada, era só MCP. Quando o MCP se rebelou, aí

não, puxou as associações, começou atender as associações, grupos organizados porque DANDO a elas o que eles queriam, não ia ter cobranças, verba tal, mando isso tal. Você compreende como funciona, coopta e tal.(ARAÚJO, 2015, não paginado)

Sua fala dialoga com o momento da entrada de governos de esquerda e como foi o tratamento dado aos movimentos populares no que diz respeito às suas reivindicações. O ex-locutor da rádio Santo Dias considera que a gestora municipal foi hábil em trazer para perto lideranças influentes do movimento popular. Ressaltou, ainda, que esse tipo de prática foi uma forma de cooptação dessas pessoas. Ele se coloca do lado contrário a essas práticas⁸⁶, foi um dos que não aceitaram, mas considera que isso provocou mudanças significativas no movimento popular, sobretudo, em relação ao atendimento das pautas reivindicatórias. Diz que o governo só atendia pautas daqueles núcleos organizados que lhe interessava. Com Luizianne Lins, segunda prefeita eleita pelo PT na capital⁸⁷, houve alterações importantes no diálogo com os movimentos populares. O orçamento participativo foi uma dessas estratégias de colocar nas mãos dos bairros a decisão sobre quais serviços deveriam ser prioritários. No entanto, apenas uma pequena quantidade dos recursos do orçamento eram decididos pela população, criando uma falsa autonomia.

Sobre a vitória do Lula em 2002, Beth também tem algumas ressalvas políticas. Cabe destacar que ela ainda faz parte do PT, porém não viu com bons olhos algumas atitudes do partido quando da chegada no poder.

Eu lembro que na época de Maria Luiza, que era do PT, foi prefeita, a gente fazia manifestação reivindicando e era do PT. Depois que Lula ganhou, foi presidente, “ah, Lula”, eu pra mim foi uma decepção [...] Mas o que a gente sonhava, a gente sonhava mudar a estrutura, a gente sonhava tá no poder, mas de uma forma diferente, não é esse poder que está aí, a gente sonhava, abrir as portas, ouvir o povo, o que a gente fazia nas CEBs, o poder que você está lá em condições, agora vai ser assim, mas não, as estrutura do poder não deixou, continuou do mesmo jeito ou pior [...]O que que aconteceu? Nem tivemos reforma agrária, não aconteceu reforma agrária, apesar de ter alguns assentamentos, conseguiram e tudo, mas da amplitude que a gente gostaria que fosse, não aconteceu. Não tivesse uma disparidade tão grande de recursos para quem está no poder e quem não está (inaudível), isso é um absurdo! E a situação da saúde permanece, não mudou, está piorando, a população aumentou, as populações aqui do Brasil. E a saúde, a educação também, que a gente também sonhava muito, a educação de qualidade, a gente continua lutando, o governo deveria ter priorizado mais essas questões, no entanto,

86. Ele foi candidato a vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2000, o que revela uma filiação partidária diferente do que foi explicitado pelos outros narradores.

87. A primeira mulher eleita como prefeita também havia sido pelo Partido dos Trabalhadores. Foi Maria Luiza Fontenele em 1985.

realmente, o poder é muito grande e muda e que é lamentável, é complicado, é.
(BEZERRA, 2015, não paginado)

A chegada ao poder para ela não representou o atendimento daquilo que desejaram como membros do movimento popular. Pautas que consideravam importantes deixaram de ser atendidas porque o modo de agir não mudou totalmente. A sua fala converge com a dos outros narradores uma vez que a opinião sobre como o movimento do qual fizeram parte reflete as rupturas quando da chegada ao poder de um partido que, historicamente, nasceu em meio a eles. O PT foi criado em 1979 com a união de várias entidades representativas (sindicatos, membros das CEBs, movimento popular, artistas e etc) reivindicando melhorias para a população menos abastada. Muitas lideranças do Conjunto Palmeiras estiveram presentes e se mantiveram como membros do partido até os dias atuais, por isso avaliam como negativa as práticas que passaram a ocorrer com uma representação política que surgiu em meio deles mesmos, denotando um tom de desilusão, uma esperança inicial que não foi correspondida.

Não obstante, esse tipo de olhar para as mudanças no movimento popular evidenciado por essas narrativas ganhou notoriedade com a chegada do PT ao poder e pelo fato de essas pessoas terem sido ou ainda serem membros do partido, mas essas mudanças já ocorreriam bem antes, como analisa Matos (1995?). A autora percebe uma crise do movimento popular já na década de 1990, fazendo uma comparação entre o que chama de tempo áureos com a perda de vigor no movimento. Elenca alguns motivos que percebeu em sua pesquisa. Entre eles estão o fato de que com a redemocratização houve uma guinada para uma maior visibilidade dos partidos políticos em detrimento do movimento social, a criação das chamadas políticas participativas, em que o Estado vai incentivar a criação de associações para o recebimento de alguns benefícios em troca deles, exemplificada pelo “Programa do Leite” na época de José Sarney, criando uma série de entidades subsidiárias e dependentes às ações governamentais e passíveis de seu disciplinamento.

O certo é que o Governo Sarney procurou as formas mais diversas de fazer pactos com a sociedade para obter legitimidade no processo de transição da Nova República. E, com o movimento social, houve uma intervenção direta no seu processo organizativo, verificada com clareza na implementação do Programa do Leite. E mais: as políticas expressaram um atendimento parcial às

demandas mais urgentes da população pobre (alimentação, habitação). (MATOS, 1995?, p. 82)

Outros fatores também são analisados, como a falta de formação política ou a atribuição dada às lideranças, que originalmente seria tarefa governamental, a exemplo da gestão na solução de problemas estruturais do bairro, que é o caso do canal de drenagem no Conjunto Palmeiras. Além desses elementos, e não menos importante, ela ressalta a influência dos governos do Estado, nas gestões Tasso Jereissati e Ciro Gomes, sobretudo, no que diz respeito à forma como trataram o movimento de bairros.

Com relação ao movimento social, as representações da maioria das lideranças, de determinados especialistas e dos técnicos mostram, que houve uma intervenção acentuada dos dois Governos – Tasso Jereissati I e Ciro Gomes (1987-1994) – nas organizações populares, através de inúmeras estratégias, destacando-se nas falas: a criação dos agentes de mudanças e dos Conselhos de Segurança Pública; a forma de tratamento “populista” com as lideranças; o repasse das políticas públicas, tornando as entidades de lutas extensões do próprio governo; o discurso adotado pelos governantes confundindo os campos movimento popular x governo (questão de identidade); a exigência da multiplicação indiscriminada de associações, que fragmentou o movimento no seu aspecto de unidade política, com a ‘política da migalha’. (MATOS, 1995?, p. 103)

Todas essas práticas são consideradas na pesquisa como formas de aproximação do governo com as lideranças comunitárias, em algumas delas, as lideranças eram treinadas de forma remunerada para atuar, como é o caso do agente de mudanças. Por isso, Matos (1995?) considera que esses fatores implicaram diretamente em uma desestabilização na forma como o movimento popular se organizava, pois viu que essas organizações não se colocavam mais como movimentos de ruas, de pressão política aos governos, portanto menos contestatórios, à medida que criaram canais de negociação e gerência. Contudo, também concorda que houve resistências a partir de um saber que foi sendo construído. Cita como exemplos uma fala de um morador do Conjunto Palmeiras que ressalta a importância de ações, a qual denominamos no trabalho de outras memórias.

Desse modo, o trabalho da educadora nos ajuda a pensar sobre como a percepção de alterações no ideal de lutas presente nas narrativas de algumas lideranças do Conjunto Palmeiras já pode ser visto a partir da década de

noventa, situação essa que confirma os direcionamentos tomados nas narrativas da segunda cartilha da série Memória de Nossas Lutas. Ou seja, podemos reafirmar que a representação da narrativa ali presente já evidencia mudanças claras no movimento popular, ainda que os interesses que estavam presentes para a realização e a preocupação com a memória daquelas ações fossem os de comunicar internamente ao bairro.

Isso, no entanto, não se aplica quando se cria o Banco Palmas, considerado como mais um fator para as mudanças no que diz respeito ao ideal no modelo de luta popular. A instituição financeira é resultado da busca de novos caminhos para lidar com as situações de precariedade e miséria no bairro. O motivo de criação dele dentro da associação de moradores, com já foi dito, foi a necessidade de tornar o bairro produtivo e impedir a frequente saída dos moradores da região por não ter como sobreviver ali. De um projeto da associação dos moradores o banco foi se tornando cada vez mais protagonista dentro do Conjunto Palmeiras, porém, à medida que isso ocorre, ele passou a tomar o espaço da própria associação de moradores, criada em 1981, cujo objetivo inicial foi o de garantir direitos aos moradores do bairro e congregar as lutas sociais.

A relação que se construiu entre a associação de moradores e o Banco Palmas ocorreu dentro de um ambiente em que suas lideranças consideraram que o caminho a ser percorrido não era mais aquele de contestação ou de cobrança direta aos governos, mas o de negociação. O Banco Palmas foi criado com esse objetivo: eles tinham aprendido a negociar, a planejar para atingir os objetivos. Com isso, o projeto foi ganhando notoriedade nacional e internacional, fazendo parcerias governamentais e não governamentais, até que, em 2003, tornou-se independente juridicamente da associação, com um CNPJ próprio, mas ainda presente no mesmo prédio. Esse fato, na visão de Marinete foi bastante prejudicial para a imagem da ASMOCONP dentro do bairro.

Mas nós criamos o Banco Palmas e o Banco Palmas taí, virou uma OSCIP, as mãe tem filho pra o mundo, então a Associação criou o Banco palmas, era um projeto da Associação que foi aprovada pelo conjunto e quando ele cresceu saiu de dentro de casa, casou. [...] ela sentiu o lado financeiro porque o Banco Balmas assumiu muita coisa aqui dentro, o instituto. Mas com relação, a, como é que a gente diz, porque a Associação estava desaparecendo em termo de fantasia, o nome, só quem aparecia era o Banco Palmas. O pessoal, a comunidade mesmo,

não vinha pra Associação, vinha para o Banco Palmas. Até hoje muita gente diz. [...] Então, a Associação, ela perdeu muito com isso. Ela perdeu a razão dela, hoje é que ela tá resgatando a identidade dela porque o Banco Palmas cresceu TANTO que a Associação desapareceu, só era o Banco Palmas. (LIMA, 2016, não paginado)

Ao lembrar desse período, dona Marinete avalia positivamente a criação do Banco Palmas, sempre ressaltando que foi uma obra coletiva, decidida junto com a comunidade, a partir da sua representação maior que era a ASMOCONP. O sucesso do Banco, sobretudo, quando fica independente da entidade coletiva cria problemas de representatividade em relação aos moradores do bairro, pois a Associação passou a não ser mais reconhecida como uma entidade que lutava pelos moradores do Conjunto Palmeiras. A existência de duas instituições dentro do mesmo prédio provocou o quase desaparecimento da Associação, caída no esquecimento pela população e ainda sem autonomia, pois quem passou a bancar todo o custo da manutenção foi o próprio Banco, como também ressalta a atual presidente da associação ao recordar esse período.

juridicamente, ele ficou separado. Mas, assim, aí como todas as ações do Banco era aqui dentro do espaço da associação, então o Banco como ele tinha sido criado, também, pra dar sustentabilidade à associação então ele, enquanto estava aqui dentro, ele que fazia a sustentabilidade da ASMOCONP, pagando água, energia, os funcionários que faziam a limpeza, entendeu? Todo aquele povo, que acho que você visitou aqui, era MUITA GENTE aqui dentro, né. Então todo aquele povo era pago pelo banco palmas. (SILVA, 2016, não paginado)

A separação jurídica não significou a separação de objetivos. A Associação passou a ser dependente das ações previstas pelo Banco Palmas. Todo quadro de funcionários e a manutenção da estrutura predial ficou a cargo do projeto. Porém, as duas, a antiga presidente e a atual, não avaliam esse período de forma positiva, embora concordem que a criação do Banco tenha sido um bom projeto para o bairro, pois segundo dona Darcília deu-lhe visibilidade, mas,

[...] as lutas, aquela que Associação tinha, de lutar, reivindicar as melhorias pro bairro, então a gente, foram um pouco, a gente se envolveu muito com o Banco, se empolgou muito e acabamos esquecendo um pouco daquela nossa identidade que era a luta pelos direitos da comunidade e o povo começou a cobrar. E aí foi assim também que o Banco teve que ser desligado e a gente (+) até hoje o povo ainda chega aqui e diz assim: eu vim aqui no Banco Palmas. Porque tem

moradores mais novos que esqueceram da Associação e hoje nós estamos RESGATANDO a nossa identidade. (SILVA, 2016, não paginado)

Ela lamenta que ainda hoje muitas pessoas cheguem ao prédio e o confunda com o Banco. Isso, porém, não foi à toa. A separação da Associação e do Instituto Palmas aconteceu apenas no ano de 2013, quando foi inaugurada uma nova sede que passou a abrigar toda a gerência do Instituto Palmas e do Banco. Durante todo esse período a Associação esteve junta com a instituição financeira; o momento da separação, conseqüentemente, não foi fácil.

[...] houve um rompimento. Concretamente. Houve um MURO, a construção de um MURO foi feito, mas foi derrubado pela comunidade, a comunidade se juntou, que foi lá e derrubou o muro, foi muito bom isso, foi muito bom. [...] foi ruim porque enfraqueceu a associação de moradores, mas por outro lado tá sendo bom porque a Associação ACORDOU, a Associação dos Moradores é dos moradores, o momento seria esse, pena que não faz uma coisa maior, que deveria fazer, entendeu, para as pessoas perceberem, mas as pessoas vão percebendo, a gente pensa que não, mas elas tá percebendo isso aí, que tá existindo isso aí. A Associação de Moradores depois disso ficou em dívidas, com dívidas, sem conseguir nem pagar água e nem luz, por quê? POR CAUSA DA DEPENDÊNCIA DO BANCO. Eu mesma numa reunião, que agora está acontecendo as reuniões, eu mesma numa reunião, eu falei, olhe, a Associação de Moradores tem culpa disso, a Associação de Moradores deixou chegar a esse ponto, porque, assim, sempre essa dependência, quando faltasse, como é que ia ser. (BEZERRA, 2015, não paginado)

Beth revela-nos algo traumático nessa separação. De forma enfática, lembra da construção de um muro entre as duas instituições⁸⁸, situação que a população não aceitou. O saldo desse fato foi o enfraquecimento da instituição, que ficou sem recursos para poder manter-se após esse período, situação que alimenta a imagem que inicialmente percebemos ao visitar o espaço pela primeira vez, quando fomos procurar a atual presidente. Como membro associada, diz que cobrou a culpa por tal situação da própria instituição comunitária. Para ela, quem deixou chegar nessa situação foi a própria ASMOCONP, evidenciando um sentimento presente também em outros moradores com os quais conversamos, o de que a parceria entre Banco Palmas e Associação de Moradores foi um fator decisivo para o que consideram a desmobilização do bairro.

88. Durante nossa conversa com a atual e a antiga presidente da associação, ao lembrar desse momento, não ouvimos falar da construção desse muro. No entanto, Marinete, com gravador desligado, fala que quando o Instituto saiu do prédio da Amocomp eles levaram muitos documentos e equipamentos da Associação. A mudança teria sido feita em um final de semana sem a presença dos diretores da instituição comunitária. Nesse momento, estava dona Darcília também, que concordou com dona Marinete sobre esse fato.

Pois é, o que posso lhe dizer é que após a junção do Joaquim à Associação de Moradores e também do, digamos assim, das lutas que eram feitas pela Associação de Moradores para agora, isso ficou estagnado, parado, não existe mais já quase vinte anos ou mais. Acabou, essa luta da Associação de Moradores depois que teve esse Banco Palmas acabou. A luta de rua, a luta de cobrança, de manifestação. Eles deixaram de acreditar nisso. (ARAÚJO, 2015, não paginado)

Esse fato se mostra importante porque para essas pessoas a representação da Associação de Moradores é a de uma instituição criada para mobilizar os moradores em torno de questões essenciais para o Conjunto Palmeiras. A partir do momento em que a instituição se voltou para o projeto criado e não mais dialogou com a população, como fez desde a sua criação, ela passou não representar mais o sentido de luta comunitária, ao estilo que Wayne evidencia em sua fala. Situação essa que fez enfraquecer o movimento popular no Conjunto Palmeiras ao mesmo tempo em que o bairro ainda necessitava de muitas ações para a sua melhoria.

Diante disso, as narrativas convergem na medida em que se caracterizam como lembranças em que procuram estabelecer um direcionamento temporal sobre os momentos vividos em relação à formação do Conjunto Palmeiras. Há como horizontalidade, isto é, aparece em todas as narrativas a concepção de que, se no início, viver no Conjunto Palmeiras era muito difícil devido a precariedade do local, somava-se a isso a ideia de superação. O relato de exclusão social coloca-se de forma muito forte e ajuda a caracterizar uma justificativa sobre o porquê de eles terem começado o processo de organização em busca de direitos básicos. A organização e coletivização das lutas é caracterizada como um momento importante na mobilização social do bairro, sobretudo, no que diz respeito ao período que marca a década de oitenta e início da de noventa.

Nesse sentido, é possível ainda perceber que o enfraquecimento da Associação, como aquela que era central nos direcionamentos sobre modelo de lutas sociais no passado, é também resultante do modelo de luta que passa a ser tido como ideal após a criação do Banco Palmas, pautado na ideia de solidariedade. Rodrigues (2016) e Varella (2013), buscaram em seus trabalhos discutir as concepções de solidariedade em relação ao Conjunto Palmeiras, percebendo as transformações no que diz respeito à luta social e suas motivações. A primeira autora, em um estudo etnográfico, procurou

analisar a composição de uma imagem de que o Palmeiras foi se constituindo como um bairro solidário a partir da análise dos depoimentos dos moradores e das ações institucionais presentes no local. Procurou responder algumas questões sobre esse processo, tentando entender, entre outras, que iniciativas ditas solidárias foram essas e como os sujeitos de sua pesquisa se relacionam ou se relacionaram com elas. Ele, a partir de um estudo socioterritorial, buscou compreender a relação entre o território, a ocupação deste e as práticas solidárias no Conjunto Palmeiras, procurando estabelecer relações que pudessem indicar os caminhos considerados solidários que foram sendo criados no Conjunto Palmeiras. Nesse sentido, tenta estabelecer também os limites desse processo, percebendo as nuances do que considera visões diferenciadas acerca do que foi a Economia Solidária e os benefícios desta para o local.

Os dois, ao buscarem analisar a construção da ideia de solidariedade no bairro, tem como pressuposto inicial a própria atuação da instituição que mais divulgou a ideia de bairro solidário, que é o Instituto Palmas. Por isso, não podemos dialogar com esses trabalhos sem colocar em questão de que são pesquisas produzidas tendo em vista a própria atuação e visibilidade que a instituição financeira criou ao longo de sua atuação no Conjunto Palmeiras. Assim, a própria concepção de que o bairro é solidário só pode ser usada posteriormente à criação do Banco e do seu processo de atuação dentro dessa lógica de maneira racional, pois como já elencamos, o Banco foi se descobrindo, a partir da inserção em eventos nacionais, como sendo uma instituição que já realizava a economia solidária, fato que o levou a adotar essas características e, portanto, a usá-las para definir as suas práticas e a narrativa de formação sobre o bairro. Portanto, conceber no Conjunto Palmeiras a ideia de que a solidariedade foi um caminho trilhado desde a atuação nos movimentos populares é compreender que o conceito deve passar pelo crivo do tempo, ou seja, é uma forma de definir as ações a partir do entendimento contemporâneo e dos interesses que a concepção de solidariedade legou ao Conjunto Palmeiras a partir dessa inserção. Era preciso destacar que a solidariedade no bairro sempre foi algo presente, mas que o aprendizado da importância desse conceito ganha visibilidade apenas depois da atuação do Banco, como percebe Rodrigues (2016, p. 135):

[...] os relatos “das lutas” não expõem somente acontecimentos passados, mas promovem novos valores ao bairro, que, do ponto de vista dos narradores, estão intrinsecamente vinculados ao passado marcado pela união e que agora é traduzido por solidariedade.

Destaca que a construção da imagem de um bairro solidário ocorreu a partir de alguns elementos que analisa em seu trabalho, entre eles estão os depoimentos de moradores e lideranças institucionais, como Joaquim, a própria profusão, a partir dos anos 2000, dos relatos que vão aparecendo na mídia e do interesse da academia em pesquisar sobre as iniciativas, como o Banco. Sobre isso ressalta a mudança de interesse nas pesquisas que passam de temas como o do movimento popular, das rádios comunitárias, etc, que se somam, como vimos no tópico anterior, ao fortalecimento do silenciamento dessas ações que passam a não compor as iniciativas sobre a formação do Conjunto Palmeiras. Logo, pode-se perceber que há um direcionamento sobre quais os caminhos mais importantes que passaram a ser destacados.

Diante disso, as lideranças se apropriam destes novos espaços na perspectiva de ampliar e sedimentar a ideia de bairro solidário. Por esta razão, os relatos míticos com representações de “lutas” no processo de construção do bairro são agora contados e recontados também nos grandes seminários, nas entrevistas na mídia e na academia, firmando e expandindo a imagem de bairro solidário. (RODRIGUES, 2016, p. 186)

Por isso, a autora concorda que ajudaram na consolidação dessa imagem, além dos relatos sobre as práticas passadas e presentes, a própria atuação de instituições e de pessoas que “fortalece, no plano simbólico, os mitos sobre o bairro e sobre determinadas pessoas [...] como Joaquim Melo e Socorro Alves.” (RODRIGUES, 2016, p. 205-206). Assim, pode-se notar que no âmbito dos anos 2000, a autora propõe-nos o entendimento de como essas iniciativas ajudaram a consolidar a imagem do bairro e de algumas pessoas sobre a concepção de solidariedade, ajudando a transformar o sentido temporal das lutas em torno da ideia de solidariedade. Portanto, uma clara transformação dos interesses que dominavam algumas iniciativas locais, norteando um caminho que passou a ser narrado em vários espaços de comunicação e elaborando uma concepção de tempo, sob a lógica da solidariedade. Nesse sentido, ressalta a relevância do Banco para a consolidação dessa identidade para o Conjunto Palmeiras.

[...] Parece correto afirmar que, atualmente, a instituição que confere o status de copilar tal imagem é o Banco Palmas. A mensagens ditas pelas lideranças sobre o Banco Palmas estão relacionadas à superação de dificuldades, à prosperidade local, à dignidade dos moradores perante as adversidades sociais e econômicas, dentre outros aspectos. Durante as entrevistas foi unânime que o Banco se tornou a grande vitrine do Conjunto Palmeiras. (RODRIGUES, 2016, p. 254)

O trabalho da antropóloga nos evidencia que a relação que se estabeleceu ao longo do tempo que passou no Conjunto Palmeiras para analisar os aspectos de solidariedade do bairro dialoga com uma percepção que conseguimos ver em nossa pesquisa: a capacidade e a força que o Banco atrai para si nas narrativas sobre o Conjunto Palmeiras. A evidência de que há por causa do Banco uma noção de construção de uma imagem sobre o bairro em torno de um conceito que ganha visibilidade e reconhecimento após a criação da instituição financeira revela a capacidade de coesão que se tenta estabelecer em torno da narrativa de formação do local, não deixando espaço para possíveis disputas e conflitos que não se relacionam de modo tão coerente com essa imagem que se tentou transmitir e que, de algum modo, muitos trabalhos reproduzem-nos, como nota a própria autora em sua avaliação acerca dos depoimentos analisados.

[...] Em geral, durante as entrevistas, os representantes destas entidades, em particular, os mais antigos, relatavam a história dessas entidades de forma imbricada às mobilizações ocorridas no bairro. Por outro lado, as novas lideranças engajadas em diferentes instituições, vinculavam a sua vida particular à construção do bairro. Isso mostrou que, se não há um consenso, pelo menos [há] o esforço em manter a percepção do bairro coeso, tantas vezes mencionadas pelos meus interlocutores. (RODRIGUES, 2016, p. 281)

A coesão em torno da imagem de bairro solidário é questionada a partir do estudo de Varella (2013) que viu que a ideia de solidariedade passou a se modificar ao longo do tempo. Por isso, assim como antropóloga, o autor analisou a concepção de solidariedade em alguns moradores relacionados a um período de lutas ou como chama, de comunitarismo.

Não apenas esta entrevistada utilizou o termo “luta” para se referir a estes tipos de processos sociais, aqui denominados de solidários. A palavra era utilizada constantemente entre os moradores que conversei sendo utilizada, inclusive, como adjetivo, tal qual se pode notar nessa frase de Uéinton: “muitas pessoas era lutadoras antigamente, mas hoje se venderam e se calaram, não falando mais dos problemas do bairro”. (VARELLA, 2013, p. 95)

Ao destacar essa fala, o autor procurou distinguir as concepções de solidariedade presente no Conjunto Palmeiras a partir da sua inserção no trabalho de campo. Para isso analisou o bairro a partir do entendimento de que ele é composto por várias regiões que, nem sempre são vistas de maneira positiva por alguns moradores. Muitas dessas regiões, percebidas também

por Rodrigues (2016), são denominadas de favelas como um termo que, segundo percebe, procura dar conta de um ambiente de violência e sem estrutura. Nesse sentido, vai notando algumas relações contraditórias que foram sendo percebidas em torno da concepção de solidariedade. Uma delas é o fato de a ASMOCONP, criadora do Banco, a partir dos anos 2000 passar a inserir-se em projetos de cunho econômico cujo lucro foi se estabelecendo com a finalidade de pagar os juros iniciais quando da abertura do instituição financeira. Para ele, isso marca uma alteração importante para a concepção de luta desse momento para a ideia de lutas solidárias entendidas no passado.

A fama nacional e internacional que o projeto da ASMOCONP ganhou durante esta década é evidenciada pelo destaque que a instituição ganha no cenário da ES, bem como pelo número de agências [sic.] e de instituições (governamentais e não-governamentais) que se interessam e passam a financiar o projeto – dando-o, inclusive, certa autonomia em relação à Associação. Esta autonomia do projeto que aparecia na relação dele com a ASMOCONP, era muito diferente da autonomia que o Banco tinha/tem com relação as agências financiadoras, que passam cada vez mais a tolhê-la pelas exigências, bem como pela ênfase que estas dão ao empreendedorismo “solidário”, à sustentabilidade e à luta infinita por mais “financiamentos”. Em suma, o BP passa a exigir cada vez mais recursos e mais captação de editais, bem como mais funcionários – que influencia diretamente no acirramento da onguização do movimento social que se construía em torno da ASMOCONP, bem como à instrumentalização desta instituição. (VARELLA, 2013, p. 151)

A sua percepção sobre a solidariedade do bairro está intrinsicamente relacionada ao modo como ela foi sendo adotada ao longo dos anos. De uma concepção em que o sentido comunitário prevalecia, com o passar dos anos e o processo de institucionalização, a ideia de solidariedade vai sendo pautada segundo a lógica do capital, sendo tutelado segundo critérios estabelecidos pelas agências de fomento do Banco. Ele concorda que, com esse processo de institucionalização, altera-se o modelo de como as lutas passaram a ser pensadas e organizadas. Diz que com o passar dos anos, criou-se a ideia de lideranças empreendedoras contra a antiga imagem de liderança formada no seio comunitário com uma concepção de luta contra-hegemônica, que consiste em lutas comuns e o enfrentamento político aos governos. Assim, evidencia que, por mais que haja em discurso a concepção de que há uma orientação para a superação dos antagonismos de classe, entende que é difícil compreender essas escolhas tendo como pressuposto a presença de grandes empresas que financiam o projeto e assim ajudam na sua orientação. Contudo, também ressalta que esse discurso solidário, aos moldes de

outrora, não se perdeu totalmente, vê em algumas práticas a sua continuidade, apesar de que

para criar uma solidariedade local que é pautada na ES hegemônica (no incentivo ao empreendedorismo, basicamente), precisa-se reproduzir um capitalismo total – onde as grandes empresas acabam recebendo a fama de “empresas sociais”, “socialmente responsáveis”, “sustentáveis” e, ao mesmo tempo, recebem poder/direito para acompanhar e tutelar as ações da sociedade civil com o seu aval e com a sua participação. (VARELLA, 2013, p. 160)

Por isso, percebe que

Aparecendo (mas não sendo) a ASMOCONP como representação generalizada dos moradores do bairro, e sendo o BP um braço desta; e, por fim, sendo o Instituto Palmas o gestor do projeto, pode-se dizer que estes três trabalhos (Associação, Banco e Instituto) estão intrinsecamente ligados, mas que não são a mesma coisa: a opinião dos moradores não corresponde exatamente a da Associação, e esta não corresponde necessariamente ao Instituto. Isto enfim, acaba sendo esquecido quando se escreve a história do bairro a partir do Instituto e da ASMOCONP: a luta dessas instituições acabam aparecendo (apenas na aparência, não na sua essência) como sendo às próprias lutas coletivas do bairro. Destarte, fica a impressão de que as afirmações destas Instituições são consensos entre os moradores – como a decisão generalizada pela inclusão financeira, a luta econômica, a consolidação da urbanização do bairro e, até mesmo, a dimensão dele. (VARELLA, 2013, p. 155-156)

Isto é, há com o passar dos anos e com o processo de criação e expansão do Banco a adequação à lógica externa que ligam grandes agentes fomentadores ao mercado. Isso, segundo o autor influenciou decisivamente na alteração do que se concebia como solidariedade, passando de algo comunitário, para algo aparentemente comunitário, em que a influência externa passou a atuar de maneira decisiva, contribuindo para que a autonomia fosse apenas aparente. Contudo, chama atenção para o fato de que, ao escrever a história do bairro, a versão que parte da instituição de economia solidária não é consenso entre os moradores, é, na realidade, uma tentativa de criação de uma imagem cujo Banco é o beneficiado.

Portanto, com esses dois trabalhos é possível perceber que os pesquisadores compreendem dois grandes momentos acerca da história de formação do Conjunto Palmeiras, o antes e do depois da criação do banco

Palmas. Os autores, no entanto, possuem visões que diferem quanto ao aspecto desse termo com o passar dos anos, uma com o tom mais elucidativo das práticas, colocando os moradores como agentes ativos na construção da imagem de bairro solidário e o outro evidenciando uma perda de autonomia nos direcionamentos tomados a partir da criação do banco comunitário. Com isso, podemos afirmar que os trabalhos olham a história do Conjunto Palmeiras a partir de uma ideia que foi criada com a visibilidade do Banco, sendo, com isso, mobilizados a pesquisar por causa da fama de bairro solidário. A ênfase dada a essa concepção nas duas obras, e em tantas outras, ajuda-nos a compreender de maneira mais clara como esses moradores e instituições se serviram de instrumentos para comunicar narrativas que compõem o que foi e o que é o Conjunto Palmeiras. Embora essa seja uma constante nos trabalhos, eles evidenciam também que à medida que o fortalecimento de uma imagem vai sendo consolidada, ela provocou importantes mudanças na concepção de luta social, ou seja, tanto no trabalho de Rodrigues (2016) como no de Varella (2013), nota-se, respectivamente, que muitas lideranças passaram a se preocupar com a imagem de bairro solidário tendo em vista o desenvolvimento das ações em torno de que as lutas sempre tiveram essa conotação e que a imagem que importava a partir de então era o desenvolvimento econômico em torno da ideia de superação da pobreza, a partir das ações do banco.

Essa percepção dos autores nos proporcionou a compreender que as narrativas dos sujeitos entrevistados, quando relacionavam o presente e o passado das lutas no Conjunto Palmeiras, dialogavam com uma noção de temporalidade que buscou, entre outras coisas, valorizar as ações do passado como referenciais ideais de luta social para a melhoria do Conjunto Palmeiras. Apesar de, a partir dos anos 2000, as narrativas convergirem para interpretar as lutas do passado sob a orientação de que eram lutas de um povo que sempre foi solidário, a própria ideia de solidariedade construída tem seus limites, haja vista que, com o passar dos anos e o enfraquecimento da Associação de Moradores em detrimento do sucesso do Banco Palmas, a relação entre as duas instituições passou a ser questionada, visto que, o caminho trilhado até então não representava mais o que para muitos depoentes era o ideal das lutas sociais. Isto é, em virtude da desmobilização no presente, as narrativas voltaram-se para enfatizar as práticas que deveriam retornar.

Por que o passado de lutas, nesse caso, chama a atenção para essas

peças, fazendo-as ressentirem-se pelas mudanças ocorridas durante esse período, dando-nos a entender que o modelo de mobilização atual não representa os reais interesses do bairro ou não tem força para garantir conquistas necessárias na atualidade como antigamente?

A nosso ver, os caminhos trilhados nas lutas sociais do bairro tomaram direções diversas devido aos vários fatores elencados pelos narradores acima. O sentimento presente em todas as falas é o de um ressentimento por ter havido essas mudanças. No fundo, suas percepções e seus modelos ideais de mobilização, dialogam com um tipo de noção de tempo em que vê no passado exemplos de atitudes que para eles não passaram ou não deveriam ter passado, levando-os a crer que as escolhas feitas no presente não dão conta das reais necessidades do Conjunto Palmeiras. Assim, o passado, que traz um modelo de luta, mostra-se como algo que ainda permanece bastante ativo na mente e nos corações das pessoas, como se dissessem que aquilo que foi motivo para tantas conquistas ainda permanece muito presente, permitindo a eles questionarem os caminhos escolhidos como modelos não condizentes com os interesses do conjunto. Nesse sentido, esse passado de lutas é para essas pessoas um modelo ainda presente, reivindicado e agido por muitos desses sujeitos entrevistados. Contudo, a noção de unidade ainda é bastante complicada.

A pauta era falar sobre o esgoto, informação, era sobre o esgoto, o saneamento básico e sobre a implantação da uma agência comunitária do trabalhador autônomo, era essa as duas pautas. E aí uma pessoa entrou na página do face, eu até deletei, porque era só entra pra conversar besteira, num sei. Eu achei que não era legal muito, não! Porque se as crítica dela fosse construtiva, era legal, porque as crítica vem pra nos ajudar a trabalhar, melhorar o trabalho, mas a dela não era! Aí eu deletei ela! Aí, ela colocou assim: “como é que vocês querem cuidar do bairro se vocês não cuida nem da casa de vocês, o prédio da associação está todo rachado” [...] É uma estrutura muito bonita, então acho que essa pessoa não conhece a associação, acho que ela nunca veio aqui pra dizer um negócio desse. Então eu coloquei que ela viesse aqui, comparecesse, mas aí ela botou outras crítica lá, aí eu peguei, deletei ela, né! (SILVA, 2016, não paginado)

A fala de Dona Darcília é sintoma dos caminhos que a própria instituição tomou com o tempo. Revela, assim, que o diálogo com os críticos não é algo amistoso. Sua atitude frente às críticas foi o de deletar porque a pessoa não queria ouvir e ver como estava a instituição, denotando a

dificuldade em estabelecer uma aproximação entre os moradores como antes. Portanto, o passado é caracterizado por essas pessoas em suas falas como sendo representado, especificamente, pela capacidade de unidade, de ver as pessoas interessadas nos resultados da luta. Por isso, mais do que apenas sentir saudade de um tempo de lutas considerado ideal, eles elaboram nas suas narrativas um tempo mitificado sobre o que seria o modelo verdadeiro e eficiente de lutas.

Ah, não! Nós fizemos aqui, se organizamos, fizemos duas PANELÃO GRANDE de baião de dois, frango torrado, pegamos dois ônibus, já era (+) nós já se reunia aqui, na frente, porque não tinha condições, era casinha de taipa. Encostou os dois ônibus ai, encheu! Ficou gente porque não deu pra ir, botemo essa comida, nós passamos o dia todinho no centro da cidade, fomos almoçar lá na lagoa do opaia. Nós pegamos, fomos na secretaria do município, fomos para do estado, ficamos na Prefeitura, esperando o prefeito nos recebesse a tarde todinha, nós chegamos aqui quatro horas da tarde, saímos daqui oito horas, chegamos aqui quatro horas, mas quando nós chegamos aqui já tava qualhado de gente esperando pela resposta. (LIMA, 2016, não paginado)

Dona Marinete lembra como a mobilização acontecia dentro do bairro e como a associação representava os anseios da população na época. Fala que diferencia claramente o modo como antes e o agora são representados pela antiga e a atual presidente da instituição comunitária. Ao comentar o passado, Marinete ressalta que a mobilização era dessa forma, porque havia muita carência na época, muito sofrimento, que aos poucos foram conseguindo equipamentos públicos sem ajuda de políticos, contudo, isso não significa que o sofrimento ou as necessidades do bairro tenham acabado. Segundo Wayne, militante e coordenador do MCP, o bairro ainda carece de muita estrutura. Quando estávamos em sua casa, ao final de nossa conversa, fez questão de mostrar-nos um vídeo acerca da atuação do movimento em que coordena denunciando os problemas do Conjunto Palmeiras. Pois considera que “o MCP é esse movimento que organizou as comunidades, o povo para lutar pelas questões sociais o qual outras entidades, outros grupos deixaram de lutar” (ARAÚJO, 2015, não paginado). É portanto, o que considera Paul Veyne (2014) ao discutir a relação entre mito e verdade na condução das ações dos sujeitos.

[...] verdade é o nome que damos às nossas opções, das quais não abrimos mão; se abrissemos mão delas, nós as declararíamos decididamente falsas, tamanho o nosso respeito pela verdade; até os nazistas a respeitavam, porque diziam que tinham razão: não diziam que estavam enganados. Poderíamos retrucar que estavam errados, mas não adiantaria nada. (VEYNE, 2014, p. 195)

Esse modelo de luta social, a maneira como procediam e desenvolviam as atividades são, na maioria das narrativas, considerados o modelo ideal do movimento popular, modelo esse que foi se alterando, diminuindo ou acabando totalmente no bairro. Essa constatação presente em alguns depoimentos revela-nos a relação em que esses moradores estabelecem com o presente. É exatamente a experiência que viveram até aquele momento, que permitiu a esses sujeitos dimensionarem a relação do bairro com as lutas sociais. Perceber que o conjunto passou por mudanças significativas, mas que ao mesmo tempo ainda carece de muitas outras ações, levou-os a constituírem suas falas tendo como referência o passado e como as lutas de ontem ainda constituem-se como modelos corretos para hoje. Essa crítica é levada a cabo devido a todo o aprendizado em que foi possível viver durante esse período, permitindo olhar o passado influenciado por essas experiências adquiridas. Por isso, mesmo existindo outras possibilidades para o prosseguimento das reivindicações necessárias ao bairro, as narrativas não abrem espaço para elas, pois orientam-se por uma verdade que consideram como sendo o horizonte que ainda deveriam seguir. Isso acontece, muito provavelmente, pelo fato de que o modelo que julgam correto foi capaz de produzir muitas vitórias, porém não levam em consideração que viviam em uma outra conjuntura e, eles mesmos, não eram os mesmos.

Em resumo, consideramos que as narrativas produzidas acerca do bairro estabelecem tempos que dialogam com o período vivido, mas que ao serem analisadas comparativamente, ajudam-nos a refletir sobre qual é o tempo de luta percebido como ideal para os moradores daquele local, que lutas são significadas como importantes, ao mesmo tempo em que criticam o modelo no qual chegou. Pensar as transformações sobre o que consideraram um tempo de luta ideal no bairro passa pela forma como sujeitos foram disputando espaços de visibilidade interna e externamente, estabelecendo quais os direcionamentos para a melhoria do Conjunto Palmeiras, permitindo não apenas a consolidação de narrativas cuja finalidade era enaltecer alguns caminhos escolhidos, mas também evidenciar o distanciamento em que essas escolhas provocaram entre essas pessoas e as instituições importantes nas lutas de outrora, cristalizadas como o verdadeiro tempo de lutas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas sobre o Conjunto Palmeiras podem ser colocadas no âmbito de um instrumento de combate às condições nas quais os moradores foram submetidos em virtude na criação do conjunto habitacional em 1974? Essa não é uma pergunta cuja resposta seja óbvia. O que temos não são iniciativas que foram racionalmente pensadas para serem mais um mecanismo para a consolidação de uma imagem positiva em relação ao bairro e, portanto, um contraponto à ideia de marginalização que se fixou sobre o local. Na realidade, pode-se afirmar que o uso de memórias moldadas por meio de narrativas foi se consolidando com o tempo devido a iniciativas individuais, coletivas e institucionais que nem sempre convergiram quanto a imagem que se desejou produzir. O que destacamos é que tais iniciativas evidenciam, ao mesmo tempo em que foram produzidas, momentos do bairro que denotam perspectivas que foram se transformando, levando-nos a pensar sobre os caminhos trilhados em relação às lutas em torno da melhoria na vida de seus moradores.

A primeira síntese que destacamos e que dá vida a uma noção de Conjunto Palmeiras é a cartilha lançada em 1991, cujo objetivo era buscar a consolidação de um sentido sobre os primeiros anos de luta social no bairro. Para isso, ela buscou enfatizar dois momentos distintos em relação aos primeiros anos de vida do conjunto, a começar pelos momentos iniciais de vida do bairro, elencando as dificuldades iniciais, como a distância, a falta de energia, a falta de água, etc e depois, abrindo a década de 1980, com o início da organização coletiva na reivindicação de melhorias em torno das necessidades básicas daquela população. O que chama atenção nessa primeira síntese é que há nela um sentimento intrínseco que pode ser observada ao longo da narrativa e que nos convidou a refletir sobre os anseios

de uma época. É uma cartilha com o uso claramente pedagógico. Não tinha a intenção de apenas registrar fatos considerados importantes, mas de usá-los de maneira que pudessem contribuir para a continuidade das lutas. Importante ainda dizer que a cartilha tem o mesmo nome de um seminário homônimo cujo objetivo foi discutir o que o bairro ainda necessitava. O *Habitando o Inabitável* ocorreu em 1989. Sua produção esteve, portanto, ligada a um sentimento de unidade resultante de uma época de lutas sociais coletivas. A UAGOCONP talvez seja a maior expressão dessa noção.

No tocante à segunda cartilha, que foi a continuidade da primeira, compondo assim uma série intitulada “Memórias de Nossas Lutas”, dá grande destaque à obra de construção do canal de drenagem durante parte da década de noventa. O trabalho para a realização da obra é o principal teor presente nessa narrativa. Nela, destaca-se, sobretudo, a iniciativa dos moradores de serem os gestores do empreendimento, criando uma noção de autonomia e aprendizado importantes durante esse momento. Essa noção buscou enfatizar ao leitor que, por mais que houvesse uma interação entre os órgãos governamentais, o que prevaleceu foram as decisões que importavam para o bairro e que elas não tinham o caráter passivo de obedecer o que os técnicos do governo, responsáveis pela obra, diziam, mas tinham papel ativo de determinar o que era melhor. O caráter, no entanto, de uma prestação de contas ao bairro chama atenção. Mesmo que narrativa desse conta de que era uma obra gerida pelos moradores, o que se viu foi que há uma ênfase dada à Associação de Moradores em face da participação de outras entidades componentes da UAGOCONP que formavam o conselho da obra. Além disso, dois aspectos ajudam-nos a compreender a necessidade de comunicação do que estavam fazendo ao restante dos moradores, o que denota, inclusive, a necessidade de produzir a própria cartilha sobre o canal. O primeiro é que nos parece que não havia o entendimento de que eram as representações do bairro que estavam responsáveis pelo empreendimento e, o segundo, que isso pareceu denotar uma mudança no modelo de luta social, das ruas, reivindicando, para a dos gabinetes, negociando.

Embora as duas cartilhas componham uma série, os sentidos encontrados em cada uma evidenciam mudanças significativas sobre como se deveria agir frente às necessidades ainda presentes no Conjunto Palmeiras. Pode-se aferir ainda que, por mais que não se demonstre uma sintonia entre as duas narrativas, elas serviram como sínteses iniciais na composição de um Conjunto Palmeiras que foram utilizadas, sobretudo, para uma comunicação

interna e, mais, para alimentar uma noção de pertencimento ao local. No entanto, chamamos ainda a atenção para essa transformação que talvez seja um elo importante para as narrativas que virão após a criação do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas. É, a partir da sua criação, um ano após a cartilha, mas sobretudo, a partir do ano de 2003, que uma narrativa que vai ganhar uma expressão externa aos limites do Conjunto Palmeiras começa a ganhar cada vez mais relevância e visibilidade e tem como principal interlocutor o diretor do Banco, João Joaquim de Melo Neto Segundo. Portanto, com uma noção cada vez mais clara de que o uso do passado do bairro era um evidente mecanismo de divulgação da iniciativa inédita, suas narrativas revelam que não apenas a formação do Conjunto Palmeiras passou a ser conectada à importância que a instituição de economia solidária tomou, mas que, principalmente, teve como primazia esse olhar institucional, agregando à imagem que adquiriu, nacional e internacionalmente, uma autoridade em narrar os meandros das memórias que justificam a chegada a esse patamar. Logo, cabe ressaltar que Joaquim atribui também à formação e gestão do Banco Palmas ao aprendizado que tiveram com a iniciativa do canal de drenagem, colocando-se como alguém responsável por escrever essa história. Sua autobiografia afirma a preocupação que tem com a memória local, sua narrativa não deixa de ser uma tentativa de escrever uma história para o Conjunto Palmeiras.

Os problemas, no entanto, em relação a querer conduzir uma narrativa sobre uma coletividade são o de silenciar outras iniciativas que continuaram a acontecer, pois, à medida que o Banco passou a ser esse centro condensador sobre a trajetória do bairro, pareceu que apenas essa versão e essas memórias representavam as experiências que deram vida ao Conjunto Palmeiras e buscaram melhorias para o local. Por isso, dialogar com outros narradores foi essencial para que compreendêssemos que a primazia da narrativa do bairro não parte apenas do Banco, representado por Joaquim, mas que existem sujeitos que são considerados representativos para falar do Conjunto Palmeiras e suas narrativas podem ser consideradas como lugares de memórias pelo que têm a dizer. Isto é, esses narradores se mostraram sujeitos que são considerados referências a quem se deve procurar quando se trata de discutir a trajetória local, mesmo não ganhando a importância que Joaquim ganhou com o Banco Palmas. Isso acontece por dois motivos: o primeiro porque ainda estão ativos nas lutas sociais cotidianas, seja como membros de associações locais, seja fazendo missão em outro país. Segundo porque, como pessoas ainda atuantes no movimento social, são capazes de avaliar uma

trajetória, a sua, de forma individual, mas também a coletiva, ligada ao bairro, denotando sentidos que nos ajudaram a compreender que a memória não é apenas uma salvaguarda do passado, ou melhor, um depositário de lembranças, mas, sobretudo, um processo móvel, de disputas que se avalia, à luz do presente como esse passado deve ser exposto. Nesse sentido, o que se visualizou foi que há, em face das mudanças que elencaram em relação ao movimento popular, uma avaliação de que há um tempo genuíno da luta social. Esse tempo dialoga diretamente com a síntese e com os desejos presentes na primeira cartilha quando ressalta a concepção de coletividade na condução das perspectivas futuras. Porém, a diferença entre a narrativa da primeira síntese com a desses sujeitos é que, enquanto o olhar do movimento naquele momento era para o futuro, o deles, hoje, é para o passado, criando uma noção de tempo mitificado que deveria retornar, pois era o modelo verdadeiro e eficiente.

De todo modo e tentando responder à pergunta inicial, o que analisamos ante esse conjunto de narrativas que foram elaboradas acerca da formação do Conjunto Palmeiras foi que nem sempre houve uma clareza quanto ao fato de que a ideia de narrar também era uma forma de produzir um Conjunto Palmeiras que se necessitava, pelo menos como instrumento que revelasse a excelência de experiências transformadoras. A partir do Banco essa noção aparece de forma mais explícita, pois a expansão e a defesa da iniciativa requereu esse entendimento. Contudo, pensar sobre isso é também compreender que todas essas narrativas postas historicamente em análise compõem um movimento importante no que diz respeito ao trabalho com a memória que é feito no bairro, pois buscou-se, desde o primeiro momento, utilizá-la para um tipo de comunicação que ajudasse no enfrentamento de seus anseios, fosse de forma interna, fosse de forma externa. O recurso à lembrança foi, sim, uma forma de combate ao esquecimento que se tentou produzir a partir de um modelo de cidade que aparta os mais pobres. Esse tipo de recurso é um instrumento essencial para que a memória continue agindo em prol do bairro, pois não é incomum dotá-lo como um local em que prevaleçam imagens que o deturpam. Por isso, olhar para o passado e refletir sobre os caminhos trilhados pode motivar os seus moradores a buscar as resoluções dos problemas do bairro que se mostram presentes, não como retorno ou saudade do que foi, afinal há uma conjuntura diferente, mas como motivação na busca de meios coletivos para a mudança. Há muito a ser feito ainda.

6 REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Vera Mamede. **Planejamento, plano diretores e expansão urbana: Fortaleza 1962-1992**. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMOROSO, Mauro. GONÇALVES, Rafael Soares. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 209-226, jan/jun 2014.

ARTIÉRE, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 9-34, 1997.

AZEVEDO, Sergio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.4, p. 107-119, out/dez 1988.

BARBOSA, Paulo Ernando Nogueira. **Reiventando práticas e saberes: uma incursão no Cotidiano das Comunidades Eclesiais de Base**. 2003. 230 f. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina, FERREIRA, Marienta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-192, 2006.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, Ano VIII, n. 17, p. 66-72, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lupi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

BRUM, Mario Sérgio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v.14, n. 28, jul/dez p. 357-380, 2012.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos HistÓricos**, n. 21, p. 43- 58, 1998

CANDAU, Joel. **MemÓria e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **A Escola da Vida nas Lutas do Bairro**. 1996. 253f. Dissertação (Mestrado em EducaçÓo) – Programa de Pós-GraduaçÓo em EducaçÓo, Universidade Federal do CearÁ, Fortaleza, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da HistÓria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **A invençÓo do cotidiano: artes de fazer**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias da corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2002.

CUNHA, Jorge Luiz Lima. **Banco Palmas e Políticas Públicas no Conjunto Palmeiras**: Um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário (1998-2002). Dissertação. 2003. 134f. (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

DOWBOR, Ladislau. O uso inteligente do crédito. In: INSTITUTO PALMAS. Núcleo de Economia Solidária/USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9, 2013.

EARP, Fabio de Sá; Prado, Luiz Carlos. **O “Milagre” brasileiro**: crescimento, aceleração, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf> Acesso em: 20 Out., 2003.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa, Portugal: Teorema, 1992.

FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: AGUIAR, Douglas. NETTO, Vinícios M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folo Digital: Letra e Imagem, p. 209-234, 2012.

FOGUEL, Flávio Henrique dos Santos. **Redes de Colaboração Solidária**: um estudo sobre Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras-Fortaleza/CE. 2009. 288 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de Si, Escrita da História:** a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 1990.

HARTOG, François. **Evidência da história:** o que os historiadores veem. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Regimes de Historicidade:** presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBSBAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZAIAS, F. M. C. A guerra do lixo: os catadores de lixo e a desativação do lixão do Jangurussu. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, 11, Quixadá, Ceará. **Anais...**, Quixadá: [s.n.], 2008.

JALES, Paulo Raquel da Silva. **Uma Mulher na Gestão Pública:** o caso de Aldaci Nogueira Barbosa. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Setor de Centro de Humanidades e Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madri: Spaña, Século XXI, 2002.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimento: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro**. 2012. 373 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico. De Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marienta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 167-182, 2006.

MEDEIROS, Sara R. F. Q. BNH: outras perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Natal, RN. **Anais eletrônicos...**, Natal, RN: [s.n.], 2010, Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20pespectiva.pdf>>, acesso em: 04 jun. 2017.

MATOS, Kelma Lopes de. **Nas trilhas da Experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular**. Fortaleza: [s.n.], [1995?].

MATTOS, Geísa. **A Favor da Comunidade: Modos de viver e fazer política no bairro**. 2004. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

MAGALHÃES, Sandra; MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. **Banco Palmas: Ponto a Ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

_____. **Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

OLÍMPIO, Marise Magalhães. **A sétima cidade**: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do conjunto habitacional Prefeito José Walter. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pos-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, Ceará, 2011.

NEIVA et al. Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: INSTITUTO PALMAS. Núcleo de Economia Solidária/USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9, p. 105-172, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, Puc-SP, n. 10, p.7-28, Dezembro, 1993.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte UFMG, 2007.

SILVA, José Bozarcchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et. al.. **Da cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2009.

SILVA, Jailson de Souza et. al. **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SILVA, Maria Lais Pereira. Favela: É geral? É particular? É urbano? In: SILVA, Jailson de Souza et. al. **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, p. 30-35, 2009.

SINGER, Paul. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: Instituto Palmas. Núcleo de Economia Solidária /USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9, p. 35-40, 2013.

SOUZA, Maria Salete de. Análise da estrutura urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiolo da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: UFC, p. 13-86, 2009.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas Reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, [s.l.], n. 3, p. 117-127, 2000.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Bispo Comunista, Padres Subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. **Outros Tempos**, [s.l.], v. 11, n.18, p. 61-82, 2014.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: Síntese diagnóstica – mapas**. Fortaleza: [s.n.], 1991.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICOEUR, Paul. Memória e Imaginação. In: **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997

RODRIGUES, Fernanda. Conjunto Palmeiras: As iniciativas solidárias e a relação com as instituições governamentais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, Natal/RN, **Anais Eletrônicos...** Natal/RN: [s.n.], 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402019241_ARQUIVO_artigoRBA.pdf> acesso em: 20 ago.2016.

RODRIGUES, Maria Fernanda de Souza. **Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras**: etnografia sobre a solidariedade de um bairro. Fortaleza: UFC, 2016.

_____. Deus criou o mundo e nós construímos o palmeira”: trajetória de lutas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 29. Santiago, Chile, **Anais...** Santiago, Chile: [s.n.], 10p, 2013.

ROSENTHAL, Gabriele. A Estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, p.193-202, 2006.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução: Waltensir Dutra. [s.l.: s.n.], 2009.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Banco Palmas**: Ponto a Ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003

TRIGUEIRO, Marcele. Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada. In: AGUIAR, Douglas. NETTO, Vinícios M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folo Digital: Letra e Imagem, p.81-114, 2012.

VALENTE, Renata Curcio. **A GTZ no Brasil**: Uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: UFRJ/LACED, 2010.

VARELLA, Marcelo Cunha. **Da solidariedade à economia solidária**: um estudo sobre os processos socioespaciais ocorridos no Conjunto Palmeiras. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

VEYNE, Paul. **Os gregos acreditavam em seus mitos?**. São Paulo: Unesp, 2014.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 33-42, 2006.

FONTES

Carta

MELO NETO SEGUNDO, Joaquim de. **Carta aos Moradores do Palmeiras**. Instituto Palmas, Fortaleza, 05 de outubro de 2012. Disponível no link: <http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/extr_ema_pobreza_no_conjunto_palmeira.pdf>. Acessado em 23/08/2014.

LORSCHIEDER, Dom Aloisio. **Carta Pastoral sobre o uso e a posse do solo urbano**. Fortaleza, 31 de outubro de 1989.

Cartilhas

BODINEAUX, Pascale. MENEZES, Ruy Abitbol. SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. **Memórias de Nossas Lutas Favela do Conjunto Palmeiras: Habitando o Inabitável**. Volume. I, Conjunto Palmeiras, Fortaleza, Ceará, 1991.

ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Conjunto Palmeiras. **Memórias de Nossas Lutas Favela do Conjunto Palmeiras: O Canal de Drenagem, a história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro**. Volume II, ASMOCONP - Conjunto Palmeiras, Fortaleza, Ceará, 1998.

Documentos Oficiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA; GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Experiência vitoriosa de desfavelamento**: Conjunto Alvorada e Marechal Rondon. [S.I.: s.n.], [1973?], p. 11-12

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Decreto-Lei nº 0039/2007. 13 de Novembro de 2007. **Diário Oficial do Município de Fortaleza**. Fortaleza-CE, n. 13.704, 23 de Novembro de 2007, p. 15.

FUNDAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL DE FORTALEZA. **Programa Integrado de Desfavelamento**, Estudo Preliminar. Fortaleza, Ceará, 1973.

PRORENDA. **Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado**. Fortaleza, Ceará, [199-]

Entrevistas

ARAÚJO, Wayne Thiago da Silva. **Entrevista II (Mar. 2015)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2015. 3 Arquivos. Mp3 (01h22min; 01h48min; 21seg)

BARROS FILHO, Augusto. **Entrevista III. (Mai. 2014)**. Entrevistador: MACIEL, Carolina Maria; SILVA, Jailson Pereira. Fortaleza-CE: UFC: 2014. 1 Arquivo. Mp3 (1h35min)

BEZERRA, Elizabeth Vieira da Silva. **Entrevista V (Ago. 2015)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2015. 2 Arquivos. Mp3 (01h37min; 01h13min)

BRITO, Manoel Evangelista de. **Entrevista II. (Out. 2013)**. Entrevistador: SILVA, Jailson Pereira. Fortaleza-CE: UFC: 2014. 1 Arquivo. Mp3 (1h19min)

FREITAS, Carlos de. **Entrevista III (Jan. 2016)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2016. 1 Arquivo. Mp3 (33min).

LIMA, Marinete de Brito. **Entrevista VI (Ago. 2016)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2015. 2 Arquivos. Mp3 (01h03min; 10min)

MOSEER, Francisco. **Entrevista I (Jan.2015)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2015. 3 Arquivos. Mp3 (22min33seg ; 01h02min; 1min21seg)

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. **Entrevista IV (Fev.2016)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2016. 1 Arquivo. Mp3 (33min).

SILVA, Maria Darcília de Lima. **Entrevista V. (Jul. 2016)**. Entrevistador: RABELO, Cristiano Rodrigues. Fortaleza-CE: UECE: 2016. 3 Arquivos. Mp3 (01h14min; 46min; 20min).

MUSEU DA PESSOA. **Memórias dos Brasileiros**: História de Joaquim de Melo Neto Segundo. 13 de agosto de 2008. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/palmas-um-banco-social-44615>. Acessado em 05/09/2015.

Livros

MELO, Joaquim. **Viva favela**: os pobres assumem seu próprio destino. Editora Ideias e Letras, São Paulo, 2014.

ALDACI, Barbosa. Conferência pronunciada no 2º Congresso sobre urbanismo – URBS 2. IN: MOTA, João Nogueira. **Últimas palavras** - homenagem póstuma a Dra. Aldaci Barbosa. Sem editora, 1975.

Palestra

SEMANA do Empreendedorismo Natura. Palestra de Joaquim de Melo - **Banco Palmas**. 01:16:15. Nov. 2008. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=rr6jPfJpv8M>>. Acessado no dia 10/10/2015.

Periódicos

A DEFESA da Cidade. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, Ceará, p. 3, 5 de Julho de 1971.

CAMILO, Dom. Estado de Calamidade. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, p. 04, 06 de Maio de 1974.

CONJUNTO Palmeiras continua sem água e energia. **O Povo**. Fortaleza, Caderno 2, p. 19, 20 de Novembro de 1980.

CONJUNTO Palmeiras abrigará todos alojados no estádio. **O Povo**. Fortaleza, p. 05, 07 de Maio de 1974a.

CONJUNTO Palmeiras: de habitacional só o nome. **O Povo**. Fortaleza, p. 05, 23 de Maio de 1974b.

DRAMA das inundações atinge Fortaleza: chuvas desabrigam milhares nos bairros. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, p. 02, 29 de Abril de 1974.

JOAQUIM Melo: um sonhador com os pés no chão. **Revista Consciência Ampla**. Rio de Janeiro, Ano 3. nº 10, p. 5-6, Out/Nov/Dez 2011.

RÁDIO completa seis anos. **Jornal Antena das Comunidades**. Fortaleza, capa, 17 setembro de 1994.

EDITORIAL. **Jornal Antena das Comunidades**. Fortaleza, capa, 17 setembro de 1994.

EDITORIAL. **Jornal Antena das Comunidades**. Fortaleza, capa, 21 de outubro de 1995.

MARIANO, Socorro. Sou Mulher. **Jornal Antena das Comunidades**. Fortaleza, p. 03, 05 de Março de 1997.

MELHORIA com o desfavelamento. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, p. 03, 03 de Agosto de 1974.

PALMEIRA em fase de implantação. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, p. 05, 22 de Maio de 1974.

SAUNDERS, Neusa. Pra onde a rampa for, a gente vai atrás...**O Povo**. Fortaleza, p. 06, 06 de Janeiro de 1983.

VALENTE, Pamela. **Livro francês retrata comunidade cearense**. Rfi. 15 de Outubro de 2009. Disponível em: http://www1.rfi.fr/actubr/articles/118/article_14788.asp. Acesso em: 14/10/2015 às 10:09



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação